

UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

Cyro Augusto Pachicoski Couto

COMUNICAÇÃO DO MEDO: OS ATAQUES DO PCC

Sorocaba/SP
2009

Cyro Augusto Pachicoski Couto

COMUNICAÇÃO DO MEDO: OS ATAQUES DO PCC

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Osvando J. de Moraes

Sorocaba/SP
2009

Ficha Catalográfica

C899c Couto, Cyro Augusto Pachicoski
Comunicação do medo: os ataques do PCC / Cyro Augusto Pachicoski
Couto. --- Sorocaba, SP, 2009.
238 f.

Orientadora: Prof. Dr. Osvando José de Moraes.
Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Universidade de
Sorocaba, Sorocaba, SP, 2009.
Inclui bibliografias.

1. Comunicação – Aspectos sociais. 3. Mídia e violência. 4. Crime
organizado – Aspectos sociais. I. Moraes, Osvando José de, orient. II.
Universidade de Sorocaba. III. Título.

Cyro Augusto Pachicoski Couto

COMUNICAÇÃO DO MEDO: OS ATAQUES DO PCC

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Ass. _____

Pres. Prof. Dr. Osvando José de Morais - UNISO

Ass. _____

1º Exam.: Prof^a. Dr^a. Malena Segura Contrera –
Mackenze/UNIP

Ass. _____

2º Exam.: Prof^a. Dr^a. Míriam Cristina Carlos Silva -
UNISO

Dedico este trabalho (*in memoriam*) ao meu avô Jacob Pachicoski. Uma pessoa que aprendeu a superar os obstáculos da vida com alegria, sempre distante de qualquer tipo de violência.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças à preciosa colaboração de várias pessoas. Meus agradecimentos a todas, em especial, a:

- Prof. Dr. Osvando José Morais, pela competência, profissionalismo e, acima de tudo, pela sua amizade. Sua compreensão, apoio, confiança e carinho foram cruciais para que eu chegasse aqui.
- Prof^a Dr^a. Míriam Cristina Carlos Silva e Prof. Dr. Paulo Brás Schettino, pelo apoio nas dificuldades encontradas, e pelos conselhos fundamentais na minha vida acadêmica.
- Prof^a. Dr^a. Malena Segura Contrera, integrante da banca de qualificação, cujas sugestões colaboraram imensamente para a elaboração deste trabalho.
- Todos os entrevistados que contribuíram para meu aprendizado.
- Minha mãe e irmã, que colaboram de forma efetiva na realização deste trabalho.
- Aos amigos Mário Sérgio Barbosa, Fábio Cenci, Nelson Cenci e Waldemar Neto, pelas indicações e apoio.
- A todos os amigos da primeira turma do mestrado em “Comunicação e Cultura” da Universidade de Sorocaba, em destaque para Patrícia Amaral, Lilian Rose e Eduardo, pelas constantes oportunidades de aprendizado.
- Meu pai, minha namorada, meus parentes e demais amigos, que tanto estiveram torcendo por mim.
- Aos queridos alunos do Curso de Relações Públicas da Universidade de Sorocaba, que sempre me apoiaram com carinho e amizade.
- Deus, por me iluminar em todos os momentos.

Sermão do Bom Ladrão

Suponho que os ladrões de que falo não são aqueles miseráveis a quem a pobreza e vileza de sua fortuna condenou a este gênero de vida, porque a mesma sua miséria ou escusa ou alivia o seu pecado, como diz Salomão: “O ladrão que furta para comer não vai nem leva ao inferno.” Os que não só vão, mas levam, de que eu trato, são os ladrões de maior calibre e de mais alta esfera, os quais debaixo do mesmo nome e do mesmo predicamento distingue muito bem São Basílio Magno. “Não são ladrões, diz o Santo, os que cortam bolsas, ou espreitam os que vão se banhar, para lhes colher a roupa; os ladrões que mais própria e dignamente merecem este título são aqueles a quem os reis encomendam os exércitos e legiões, ou o governo das províncias, ou a administração das cidades, os quais já com manha, já com força, roubam e despojam os povos.” Os outros ladrões roubam um homem, estes roubam cidades e reinos: os outros furtam debaixo do seu risco, estes sem temor, nem perigo; os outros, se furtam, são enforcados, estes furtam e enforcam.

Pe. Vieira

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir a disseminação do medo por meio da comunicação, ao propor uma discussão sobre os ataques do Primeiro Comando da Capital – PCC, no mês de maio de 2006, como fenômeno midiático. Para tanto, buscou-se analisar nos dias de hoje, que o crime organizado está associado de maneira ordenada a um contexto em que sobreviver confunde-se com consumir e, juntos constroem certa subjetividade enfatizadas em modelos propostos pela indústria cultural e pelos meios de comunicação massiva. Objetiva-se ainda avaliar e aprofundar o levantamento da literatura especializada, visando destacar as principais correntes do pensamento sobre o tema, além de expor as teorias vigentes, pesquisar e analisar os resultados encontrados no advento da violência praticada pelo crime organizado, ora confundida com ataques terroristas, encontrando assim espaço ideal na mídia para uma divulgação intensa. Inevitavelmente, realizou-se uma pesquisa de profundidade com cinco representantes da sociedade que vivenciaram o período dos ataques, possibilitando verificar em suas práticas e falas, novos padrões de necessidades e desejos vinculados por meio da violência, ou seja, novos padrões de relações humanas.

Palavras-chave: Comunicação, Medo, Violência, Crime organizado, PCC.

ABSTRACT

The aim of this work is to discuss the dissemination of fear by means of communication having as object the attacks of Primeiro Comando da Capital – PCC (São Paulo County First Command), in the May 2006, as a mediatic phenomenon. For this, one analyzed how, today, organized crime is deeply associated to a context where surviving is confused with consuming and, together, construct a certain subjectivity emphasized in models proposed by cultural industry and the mass media. We also aim to evaluate and to deepen the survey of specialized literature, aiming to emphasize the main thought trends on the subject, besides presenting the theories proposed up to now and analyzing results found in the advent of violence practiced by organized crime, now confused with terrorist attacks, thus finding an ideal space in the media for an intense spreading. Inevitably, a deep research was done with five representatives of society who had lived deeply the period of the attacks, making possible to verify in their practice and their discourse new standards of necessities and desires associated by means of violence, that is, new standards for human relations.

Key words: Communication, Fear, Violence, Organized crime, PCC.

RESUMEN

Este trabajo busca discutir la difusión del miedo de promedio la comunicación y tiene como objeto los ataques de Primeiro Comando da Capital – PCC (Primer Comando de la Capital), en mayo de 2006, como fenómeno mediático. Para eso, uno ha analizado cómo el crimen organizado se asocia hoy profundamente a un contexto en donde la supervivencia se confunde con el consumo y, juntos, construyen cierta subjetividad acentuada en los modelos propuestos por la industria cultural y los medios de comunicación. Se busca también evaluar y profundizar el examen de la literatura especializada, acentuar las principales tendencias del pensamiento acerca del tema, además de presentar las teorías propuestas hasta ahora y analizar los resultados encontrados con el advenimiento de la violencia practicada por el crimen organizado, ahora confundido con atentados terroristas, así encontrando un espacio ideal en los medios de comunicación para una intensa divulgación. Inevitablemente, se ha hecho una investigación profunda con cinco representantes de la sociedad que habían vivido profundamente el período de los ataques, haciendo posible verificar en su práctica y sus discurso nuevos estándares de las necesidades y de los deseos asociados de promedio la violencia, es decir, nuevos estándares para las relaciones humanas.

Palabras llave: Comunicación, Miedo, Violencia, Crimen organizado, PCC

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFLEXÕES SOBRE UMA CULTURA DO MEDO.....	26
2.1. Cultura e medo	26
2.2. História do medo no ocidente	33
2.3. As faces do medo.....	40
3 CRIME ORGANIZADO NO IMAGINÁRIO SOCIAL: PCC REALIDADE CONTROVERSA	60
3.1. Medo do Crime.....	60
3.2. Fragmentos sobre o crime organizado.....	66
3.3. A evolução do crime organizado	82
3.4. Crime organizado no mundo contemporâneo.....	87
3.5. Crime organizado no Brasil: o mito PCC - Primeiro Comando da Capital.....	100
4 PENSANDO OS ATAQUES DO PCC NA MÍDIA DO ENTRETENIMENTO	116
4.1. Personagens do medo	120
5 CONCLUSÃO.....	141
REFERÊNCIAS	148
APÊNDICE A - ENTREVISTA	164
ANEXO A – DEFINIÇÕES SOBRE CRIME ORGANIZADO.....	237

1 INTRODUÇÃO

O entendimento social nos dias de hoje, perpassa por labirintos cada vez mais complexos. Caminhos sem saída se multiplicam em questões sem respostas, em que a única opção, invariavelmente, recai sobre a violência. O uso da força, da persuasão e do intimidamento ganharam *status* de uso comum, em uma sociedade assombrada pela sensação de insegurança, totalmente engendrada na cultura cotidiana. O medo parece estimular a sociedade em assumir uma ação defensiva, e isso confere proximidade, tangibilidade e credibilidade às ameaças, genuínas ou supostas, de que ele presumivelmente emana.

Para tanto, a idealização dessa pesquisa representa uma análise crítica sobre o processo de criação da informação pelos meios de comunicação de massa na construção e disseminação do medo. O trabalho foi desenvolvido em torno dos ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC), sob a ótica da violência, que culminou na proliferação do medo social, legitimando ações intensivas da polícia, assim como toques de recolher e fechamento das atividades normais do dia-dia.

De todo modo, a discussão desse trabalho nos deve levar a compreender o imperialismo dos meios de comunicação e seus efeitos, ou seja, pela necessidade de manipular as informações, os órgãos de comunicação se transformaram em novos instrumentos de poder, o que exige reavaliar a realidade desse fenômeno.

A partir do exposto, evidencia-se uma pergunta fundamental: Qual a relação entre o crime organizado e os meios de comunicação de massa? Frente a essa questão outros problemas são levantados: Até onde os fatos noticiados condizem com a realidade? A sociedade estava preparada para receber as informações? Os meios de comunicação utilizaram a linguagem correta para noticiar os acontecimentos? Qual é o lucro dos meios de comunicação de massa com a popularização do “crime organizado midiaticizado” e vice-versa? A mídia foi manipulada pelo crime organizado?

A busca de respostas para o conjunto dessas indagações exigiu a escolha de um caminho teórico metodológico que permitisse, por meio de objetivos específicos: explicar os fenômenos do medo, violência e crime organizado na realidade atual, vistos não como um dado em si, mas como resultados de múltiplos processos da dinâmica social, no contexto do desenvolvimento do capitalismo em seu momento atual e da mesma forma que atinge os diferentes segmentos de classe.

Explicar os nexos que entrelaçam a questão do crime organizado e sua expansão, com o crescimento das desigualdades sociais e com os processos de exclusão social e de globalização, além da impunidade e a ineficácia dos serviços públicos de segurança e de justiça. A construção do entendimento do que é o medo social. De que maneira se origina e se processa e como é construído na dinâmica das cidades; como é germinado e alimentado cotidianamente na vida das pessoas, nas suas singularidades e potencializados pelos meios de comunicação. Portanto, a pesquisa volta-se ao estudo da comunicação na disseminação do medo por meio de seus personagens, principalmente dos meios de comunicação de massa.

Neste contexto, o medo torna-se capaz de impulsionar e intensificar por si mesmo. Adquire um ímpeto e uma lógica de desenvolvimento próprio, precisando de poucos cuidados e quase nenhum estímulo adicional para se difundir e crescer, irrefreavelmente. Com o objetivo de discutir tais questões, Jean Delumeau (in NOVAES, 2007, p. 38) define o medo como uma emoção-choque, freqüentemente precedida de surpresa, provocada pela consciência de um perigo iminente ou presente. Como um alerta, o organismo reage por comportamentos somáticos e alterações endócrinas que podem ser muito contrastantes, dependendo das pessoas e das circunstâncias: aceleração ou diminuição do ritmo cardíaco, respiração muito rápida ou muito lenta, contração ou dilatação dos vasos sanguíneos, aumento ou diminuição da secreção das glândulas, paralisação ou exteriorização violenta e, no limite, inibição ou, ao contrário, movimentos desconexos e atabalhoados.

Deste modo, o medo pensado em suas origens biológicas, “[...] é um fenômeno de paralisação ou detenção do curso vital, que se observa nos mais singelos seres vivos unicelulares, quando se vem submetidos a bruscas ou desproporcionadas modificações em suas condições de existência” (MIRA Y LOPES, 1988, p. 9). Entende, ainda, o autor que o medo é um dos quatro gigantes da alma (medo, ira, amor e dever), e que o nutre é a carência analisada. Entre outros, por exemplo, Bauman (2008, p. 125), acrescenta ainda que a carência de respostas e soluções que nos remetem medo, e que não somos capazes de administrar o desconhecido, pois o desconhecido é assustador. Medo, portanto, é o outro nome que damos à nossa indefensabilidade.

Nesse sentido, a polivalência com que a violência se manifesta hoje, faz emergir o medo, que leva as pessoas a paralisarem e alterarem suas relações e suas formas de ser no espaço em que vivem, principalmente nos seus contextos individuais. O outro, o estranho potencialmente ou não, de acordo com as circunstâncias, é objeto de medo e provoca no sujeito as reações de paralisação, de entrega ou de agressão. Isso vai depender, contudo, do

conjunto das normas e regras tecidas nesses contextos e dos códigos aprendidos e internalizados pelas pessoas, chamado de cultura.

Por se tratar de uma emoção, os efeitos e reações que o medo provoca são distintos. Isso significa que é uma experiência que se obtém passivamente, fora de qualquer controle, que não depende de nós. Interferem nisso as singularidades de cada pessoa, sua história, seu repertório e suas experiências nas quais o medo é desencadeado. Entende-se a emoção como uma afeição brusca e geralmente de curta duração. O medo é, portanto, uma emoção negativa, que é acompanhada de sofrimento, engendrado não por alguma coisa relacionada ao presente, como a cólera, mas por alguma coisa ligada ao futuro. Temos medo, por definição, não do que acontece no presente, mas daquilo que vai acontecer, ou melhor, daquilo que pode acontecer, ou seja, o incerto. Ter medo é sentir no momento presente um desconforto em relação à idéia do sofrimento, talvez mais tarde de algum mal ou ameaça. “Um medo comum a todos os seres humanos é o medo da dor”, nos lembra Baumam (2008, p. 125). Dor e sofrimento têm duas vertentes: a dor física e a mental. Esses dois componentes não são separáveis, e mutuamente se influenciam. Por mais curioso que possamos ser a respeito das diferenças, tudo o que é novo e diferente é desconhecido e, potencialmente, perigoso.

Dessa maneira, o medo nos seres humanos evoluiu para além de sua missão tradicional, ou seja, a de prever e evitar a dor física. “Em nós tornou-se o modo como o cérebro prevê e evita também a dor mental”, complementa Ciceri (2004, p. 135). Para a autora, nossa capacidade de sofrimento mental aumenta muito o papel do medo em nossa vida, desse modo, não tememos somente por nós mesmos, mas também pelas pessoas próximas, ou também por objetos ou condição de vida que possuímos ou que aspiramos. O medo assume muitos rostos e muitas formas e o perigo pode se apresentar fora, bem como morar dentro de nossa cabeça, em nossa capacidade de prevê-lo, amplificá-lo e criá-lo.

Portanto, nos seres humanos, as ameaças internas alimentam-se de suas experiências externas e nela se fundamentam. Ela pode ser por muitos motivos desfigurada, parcial ou deformada, mas é aquela sobre a qual se fundamenta nossa avaliação do perigo e a reação de medo que é, todavia, real. “É específico do medo alimentado servir como filtro dos eventos; por isso, todo indício que possa confirmá-lo é ressaltado e considerado a norma, ao passo que os eventos contrários são considerados exceções” (CICERI, 2004, p. 139).

A sensação de insegurança provocada pelo uso da violência, no dia-a-dia das pessoas, potencializa as reações do medo pressentido, criando, com isso, proximidade cada vez maior de perigos latentes no convívio social. A percepção dessa afirmativa poder ser facilmente observada nos grandes centros urbanos: as cidades, onde a violência assume papel

preponderante na luta pela sobrevivência. Nos dias atuais, vivemos sem o otimismo utópico de um mundo melhor, temos medo de que as catástrofes que atormentaram o passado não apenas tendam a se repetir; mas, também, sejam inescapáveis. Bauman (2008, p. 124) de forma enfática, acrescenta que o mais horripilante dos medos é o de ser incapaz de evitar a condição de estar com medo ou de escapar dele.

A insegurança gerada por essa incerteza, ou melhor, falta de explicação, gera medo. A reação ao medo é que provoca acidentes e mortes, que também vem sendo construída socialmente e pode se constituir numa resposta coletiva às formas de uso feitas por meio da violência. O terrorismo transnacional pode ser considerado um bom exemplo desse contexto, pois é nos lugares com forte concentração humana que o medo, em escala mundial, é mais intenso, a ponto de induzir uma mudança em nossas vidas cotidianas, em razão das medidas de controle e de fiscalização tomadas pelas autoridades, ao que se soma o novo fenômeno da globalização: a partir dos ataques de 11 de setembro nos Estados Unidos, é no mundo inteiro que podemos nos transformar em vítimas do terrorismo.

O terror não é simplesmente um medo mais forte que responde a uma ameaça mais temerosa e mais difusa. É uma maneira de nomear a uma ameaça e de explicar o que causa perturbação na alma de cada um de nós, assim como na ordem mundial. É uma maneira de ligar uma ideologia da causalidade a uma forma de compreensão moral do bem e do mal.

De acordo com Bauman (2008, p. 76), a presença do mal – qualquer tipo de mal, tanto os dilúvios e as pragas que afetam a todos como as infelicidades individualmente sofridas – era um problema moral, da mesma forma que moral era a tarefa de enfrentá-lo e forçá-lo a desaparecer. Com o pecado e a punição sendo os principais instrumentos do pensamento na caixa de ferramentas da razão, a contrição e a expiação constituíam as rotinas naturais e seguras a empregar na busca de imunidade em relação ao mal e na luta para expulsá-la do mundo dos humanos. “O mal talvez existente no universo podia ser atribuído em sua totalidade, sem resíduos, aos seres humanos – a seus atos iníquos e pensamentos pecaminosos” (BAUMAN, 2008, p. 76). Recorremos à idéia de mal quando não podemos apontar que regra foi quebrada ou contornada pela ocorrência do ato para o qual procuramos um nome adequado.

Portanto, o medo se enraíza em nossos propósitos, estabelece-se em nossas ações e satura nossas rotinas diárias. A violência urbana e o medo gerados pela forma como cresce e se desenvolve na atualidade, têm afetado profundamente o dia-a-dia das pessoas, alterando formas e ritmos de ser e viver e, conseqüentemente, modificando de modo profundo as

relações de sociabilidade. É exatamente no cotidiano que as diversas facetas da violência e do medo social se expressam e se manifestam.

Ao abordar a violência como tema central de análise, nos deparamos com uma dinâmica complexa, diversificada, concreta e material, permitindo que o tema seja multifacetado e possua diferentes orientações teóricas. Por esse motivo, o estudo da violência oferece subsídios suficientes para a interpretação das convulsões sociais nos dias de hoje, pois a relevância da violência transcende ao entendimento comum de suas práticas, tornando-se o assunto de muitas áreas acadêmicas.

Nesse sentido, ao empregar o uso da palavra violência, duas idéias nos ocorrem de imediato. Primeiro, a idéia de coerção ou intimidação pela força de alguém em situação de inferioridade física ou constrangimento moral. Violência, aqui, está associada à desigualdade de poder entre os atores do conflito. A segunda idéia complementa a primeira, introduzindo um outro elemento – a referência à lei ou à justiça. Violência, neste sentido, evoca ruptura de um contrato ou de uma de suas cláusulas, por alguém que os conhece mas que deliberadamente os infringe, abusando da força que detém.

O termo violência, por exemplo, vem do latim *violentia* que deriva da raiz *vis*, significando força, vigor, potência, emprego da força física. “Mais profundamente, a palavra *vis* significa a força em ação, o recurso de um corpo para exercer sua força e, portanto a potência, o valor, a força vital” especifica Yves Michaud (1989, p. 8).

Segundo Chauí (2006, p. 118), a origem na palavra violência vem de *vis*, força, onde possui, também, um significado sexual afirmativo para os homens, mas assume sentido negativo, quando essa força sexual se volta contra as mulheres (estuprar, deflorar); ainda pela origem latina, a violência nos remete às forças militares e, por extensão, às forças policiais, isto é, ao uso das armas como forma de relação entre humanos.

Para a autora, violência e violação estão ligados ao sentimento moral do ultraje, da desonra, da deslealdade. A violência aparece, assim, como aquilo que, por não ter medida nem limites, devasta a natureza, o corpo, o espírito e a sociedade.

Quando nos colocamos na perspectiva do *métron*, isto é, da medida ou da avaliação. Estamos saindo da esfera da natureza enquanto algo dado ou enquanto fato bruto para nos situarmos no interior da esfera da cultura, entendida como o modo de uma sociedade interpretar a realidade por meio de símbolos e valores pelos quais passa a medir e diferenciar o justo e o injusto, o verdadeiro ou falso, o bem e o mal, o belo e o feio, o vício e a virtude, o possível e o impossível, o necessário e o contingente, o essencial e o acidental, o legítimo e o ilegítimo, o legal e o ilegal, o prazer e a dor. (CHAUÍ, 2006, p. 119)

O significado etimológico da palavra violência expressa a dificuldade teórica dessa definição. A nosso ver, essa dificuldade se dá pelo caráter variado, plural, multifacetado, idealista das manifestações violentas no decorrer do processo histórico de constituição das relações do homem em sociedade, e definir violência não seria um mero ato de aproximar um conceito fechado de uma expressão.

De certa maneira, não obstante a definição de violência, tratar o termo como um conceito seria uma grande armadilha. Segundo Gantheret (1980 apud. COSTA 2003, p. 14), violência não é um conceito, assim como não o são loucura ou a paixão. Para COSTA (2003, p. 18), “a razão pode fazer trabalhar estes conceitos, delimitá-los em sua substância como em sua extensão, distinguindo-os como elementos de cadeias lógicas, ou seja, animados pela idéia de causalidade: isto é a definição de um conceito.”

Portanto, a razão apresenta-se como agente fundamental de classificação conceitual, o sentido ambivalente da expressão pode significar razão e “irracionalidade”. Nas palavras do autor, não fica clara a pretensão em dizer que a dificuldade de definir a violência deve-se à sua grande extensão e à sua pouca significação ou ao fato de ser um conceito mais abstrato que concreto ou, ainda, ao fato de ser um conceito apriorístico.

Deixemos de lado a singularidade da lógica que orienta o entendimento da palavra conceito. Por violência, inicialmente, adotamos a definição de Yves Michaud (1989), que parte de uma análise do processo civilizatório, tendo a preocupação em preservar o sentido etimológico da palavra, proveniente do verbo em latim *violare*, transgredir, profanar, tratar com violência.

[...] situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais. (MICHAUD, 1989, p. 13)

Nesse mesmo sentido, Marilena Chauí (1998, p. 33-34), apresenta outro entendimento para violência, acrescentado aspectos éticos, definindo-a como “tudo o que abrange a força para ir contra a natureza de algum ser”. Para ela, a violência abrange manifestações de coação, constrangimento, tortura, brutalizações, violações, sevícias, abusos físicos e psíquicos contra alguém, produzindo, de algum modo, opressão, intimidação, medo e terror de “um contra todos”, de “um contra um” e de “todos contra todos”.

Para Alba Zaluar (1999, p. 9), a força (*vis* originada do latim *violentia*) ganha à dimensão de violência, quando ultrapassa limites socialmente estabelecidos em acordos tácitos, regras ou convenções que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica.

A autora incorpora “atos” ou “estados” de violência no âmbito das sociedades democráticas, como sendo um descumprimento das regras, entendendo que é a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar um ato como violento ou não, com variações culturais e históricas. Em acréscimo a essa linha de pensamento, recorreremos à área da psicanálise, para complementar o entendimento sobre o termo. Na visão de Costa (2003, p. 39) “[...] violência é o emprego desejado da agressividade, com fins destrutivos. Esse desejo pode ser voluntário, deliberado, racional e consciente, ou pode ser inconsciente, involuntário e irracional”.

Complementa Costa (p. 16), que a relação entre razão e irracionalidade, na discussão sobre o entendimento da violência, ganha peso ao confrontar a linha psicanalítica tradicional. Acrescentando ao citar Gantheret, podemos entender que a violência é estranha em sua natureza, pois não apresenta uma clareza de sentidos para possíveis análises. Nesses termos, violência é apenas um modo de se definir como “irracional”. Ao adotar este ponto de vista, o autor filia-se a uma antiga e criticada corrente de idéias, que faz desse atributo o elemento definidor do fenômeno.

Em contraponto, Costa (p. 36) afirma que a violência nem sempre é irracional e, mesmo nos casos em que a irracionalidade dá origem à violência, não se pode dizer que essa irracionalidade é instintivamente animal. A melhor prova de que a violência não está necessariamente vinculada ao “emocional” é o ato de violência premeditada. O ato calculado de violência não dispensa a razão: ao contrário, solicita-a. Podemos usar como exemplo o crime organizado, que se utiliza do planejamento para a ação violenta. Isso é evidente em organizações criminosas como a Cosa Nostra, Camorra, Yakusa, Tríade Chinesa, Máfia Russa entre outras.

Costa (p. 37) diz ainda que a irracionalidade do comportamento violento deve-se ao fato de que a razão desconhece os verdadeiros motivos de suas intenções e finalidades. A violência é irracional quando e porque se dirige a objetos substitutivos, na acepção psicanalítica do termo. Em outro momento, o autor pondera que a violência não tem outra causa senão a satisfação dos impulsos e desejos destrutivos do homem. Os motivos “vis” ou “nobres” são racionalizações (no sentido psicanalítico), destinadas a justificar, perante a consciência, a existência desta destrutividade.

Para realçar esse entendimento, partimos do último tópico de análise da violência em Freud nas obras “Totem e tabu” e “Psicologia das massas e análise do ego” (1974). Conclui-se que a comunidade dos homens “se mantém unida por duas coisas: a força coercitiva da violência e os vínculos emocionais entre seus membros” (FREUD, 1974, p. 241). Isto é, o

direito e a lei são mantidos pela violência. A violência, nesse contexto, é posta a serviço da preservação da comunidade e da vida cultural e não do desejo instintivo de matar ou fazer sofrer o semelhante.

Para Freud o motivo que explica a passagem da agressividade instintiva do indivíduo para seu pacifismo orgânico é a ação da civilização. Esse conceito para o autor, “descreve a soma integral das realizações e regulamentos que distinguem nossas vidas das de nossos antepassados animais, e que servem a dois intuítos: o de proteger os homens contra a natureza e o de ajustar os seus relacionamentos mútuos” (FREUD, 1974, p.109). Afirma o autor:

Dentre as características psicológicas da civilização, duas aparecem como as mais importantes: o fortalecimento do intelecto, que está começando a governar a vida instintual, e a internalização dos impulsos agressivos com todas as suas conseqüentes vantagens e perigos. (p. 256)

Freud vê a violência como pura manifestação da agressividade, como algo, portanto, indomável, definindo-a como instrumento ou meio de que se servem os homens para implantarem a ordem da lei e do direito. Para ele, não existe um instinto de violência, mas um instinto agressivo que pode se transformar em ação violenta. A afirmação do autor diz que o homem seria intrinsecamente mau e destrutivo, tendo de ser contido em seus desejos por forças civilizatórias, sem o que estaria condenado ao modo de viver impulsivo próprio dos povos primitivos. Esta era uma das mais difundidas representações da sociologia emergente de sua época, tendo o evolucionismo e uma perspectiva etnocêntrica da civilização como matriz comum. Freud localiza o maior problema da civilização na agressividade constitucional do homem.

Para Freud (p. 400), as tendências agressivas manifestam, em parte, um caráter reativo; isto é, constituem uma resposta a frustrações e têm como objetivo sua superação. Tudo que tende a aumentar o poder ou o prestígio do sujeito pode ser usado como *reasseguramento* contra a angústia. O sujeito, prevendo ser atacado, faz de forma ativa em relação aos demais o que teria de sofrer passivamente.

De acordo com Costa (2003, p. 120), pode-se verificar que Freud admite, embora não explicitamente, que a mera existência da agressividade instintiva não pode ser considerada responsável pela violência na História e na cultura. Conclui que, para o autor, não há algo semelhante ao “instinto de violência” e o que aparece, nas presumíveis incoerências no texto, é a delimitação do conceito de um instinto agressivo, que pode coexistir com a possibilidade de o homem desejar a paz e, também, com a possibilidade de o homem empregar a violência.

Segundo Costa (2003, p. 124), o caráter específico da violência é o desejo de causar mal, humilhar, fazer sofrer o outro. O ato violento porta a marca de um desejo, o emprego deliberado da agressividade. Não há, portanto, violência instintiva, porque falar de violência é falar de uma intenção de destruir. Poderíamos dizer que a agressividade opera, portanto, quando há reconhecimento pelo sujeito do objeto a quem endereça sua reivindicação agressiva.

A partir desse entendimento, é possível perceber que o ambiente social nas últimas décadas, traz em suas práticas relacionais a violência como o seu maior flagelo, incutindo nesse meio batalhas diárias para testar os limites da escolha individual e avaliar a extensão do terreno a ser ganho dentro e fora desses limites. Para Bauman (2008, p. 163), quando o “déficit” de legitimidade se torna característica de todas as requisições e reivindicações, as ações empreendidas em seu nome e no seu interesse, antes percebidas como as únicas expressões adequadas da imutável, incontestável e irresistível ordem das coisas, tendem a ser reclassificadas aos olhos do público como atos de imposição e, portanto, de violência, ou seja, uma espécie de coerção ilegítima. Resulta disso a impressão generalizada de um volume rapidamente crescente de violência: outra fonte prolífica dos medos contemporâneos.

Pode-se dizer ainda que os medos são espalhados e difundidos por todo o espectro de atividades existenciais. Suas fontes permanecem ocultas e resistem firmemente a serem mapeadas, pois, o mistério que envolve essas fontes aumenta ainda mais seu potencial de inspirar o medo. O problema, porém, é que esses medos não fazem sentido facilmente. Como surgem, um a um, numa sucessão contínua, embora aleatória, eles desafiam nossos esforços para estabelecer ligações entre eles mesmos e encontrar suas raízes comuns. Portanto, a violência nos dias de hoje, ganhou tradução variada, de caráter múltiplo, colocando em questionamento direitos fundamentais, valores universais, liberdades individuais e coletivas. A dificuldade em mapear e entender o medo traduz-se em complexidade maior: a compreensão da violência, bem como o poder instituído em suas práticas.

Por suas conseqüências trágicas e seu grande apelo publicitário, a violência é um dos temas favoritos da mídia. Por esse mesmo motivo, a sua abordagem tem sido superficial, reforçando estereótipos e passando longe de suas particularidades, inclusive de suas graves conseqüências jurídicas.

A banalização da violência, através da televisão e dos jornais (imprensa marrom) é um dos grandes exemplos que temos para desmistificar a confusão entre medo e violência. Nos últimos meses fomos bombardeados pelo sensacionalismo do “caso Isabela” (29 de março de 2008), “CPI das milícias nos morros cariocas” (19 de junho de 2008), “tribunal do crime

organizado” (24 de maio de 2008), entre outros. Para tanto, violência não é sinônimo de medo e vice-versa. Medo diz respeito a emoções, a violência é ato e ação.

O entendimento das relações entre mídia, violência e sociedade se aproxima muito do materialismo marxista, pois permite analisar a consciência e as idéias desenvolvidas como reflexos da realidade material introjetada no cérebro humano. Isto se evidencia, no cotidiano, por meio do discurso político, que trata o fator econômico como a única saída da crise governamental. O problema da má distribuição de renda, conflitos com o Movimento dos Sem Terra (MST), corrupção política, alto índice de inadimplência nos setores público (recolhimento de impostos) e privado, aumento na taxa de desemprego é, conseqüentemente, o crescimento vertiginoso da violência.

Neste cenário é que se intensificam as lutas pela sobrevivência. Pode-se conceber que o mercado ilegal tem surgido como resposta à marginalidade econômica. Enganam-se os que acreditam estar o aumento da violência relacionado apenas à pobreza como nos afirma Feffermann (2006, p. 14), “[...] não existe relação direta entre pobreza e violência, e sim violência estruturada, perpetrada pelo Estado, que vem oprimindo grande parcela da população e que, muitas vezes, impede o próprio sustento”.

É notório observarmos no Brasil as cicatrizes de uma guerra não declarada, uma guerra civil amplamente divulgada pela mídia sensacionalista, comandada por organizações até então desprezadas pelo Estado que se autodenominam representantes do povo, mas conhecidas como crime organizado.

Hoje, a mídia registra e divulga as ações do crime organizado, em tempo real, fornecendo ao público todos os elementos necessários à estruturação de uma opinião parcial. É a mídia que possibilita e determina, muitas vezes, a passividade ou pró-atividade das ações sociais.

Contudo, o crescimento da criminalidade já não se restringe aos habitantes dos morros e periferias; avança com extrema facilidade nas hostes das classes médias e entre famílias perfeitamente estruturadas. Superado o espanto inicial, já nos acostumamos a ver no noticiário os relatos de filhos matando pais e avós para obtenção de dinheiro, gangues de adolescentes arruaceiros pilhando, agredindo e matando os rivais, jovens bem postos ateando fogo em índios e mendigos, o consumo crescente de drogas e toda a forma de condutas anti-sociais etc.

A midiaticização surge, assim, das necessidades intrínsecas ao sistema capitalista contemporâneo, mas na sua configuração própria, especializada como campo social, adquire aspectos singulares, que não podem ser restritos só às lógicas econômicas. Apesar do modelo estadunidense de mídias comerciais ser atualmente o hegemônico no mundo, não é adequado

definir a problemática midiática só por meio dessas estruturas. Seria aceitá-la como a única opção na definição dos sistemas midiáticos.

Na perspectiva sociológica, as mídias configuraram um campo social central nas formações sociais modernas. São lugares obrigados de passagem, definições e publicidade dos outros campos, alguns com maior dependência que outros, mas todos atravessados pelos fatores semióticos. A política, a produção simbólica, a religião, a cultura, a guerra, a economia, a educação, os movimentos sociais, o mundo do trabalho e das vivências cotidianas são exemplos paradigmáticos disso. A midiatização, desse modo, apresenta similaridades cruciais com as outras realidades históricas participando, de forma estratégica, na estruturação das dimensões semiótico/ideológicas que dão sentidos à barbárie hipermoderna.

Lamentavelmente, a cultura do medo pela violência tem encontrado, nas condições de midiatização atual, espaços de realização que vão dos *vídeo-games* aos experimentos de guerra no Iraque, na Bósnia, na Croácia, na Sérvia, na Colômbia, na Palestina e no Afeganistão. Essas ações concretas de destruição têm uma realização, em níveis de catarse, nas produções cinematográficas e na programação televisiva das redes mundiais sob o modelo americano.

Foi assim, que precisamente, no dia 15/05/2006, os meios de comunicação de massa divulgaram incessantemente os ataques “terroristas” da facção criminosa, Primeiro Comando da Capital – PCC, que ocorreram em São Paulo, Capital e região. Além do “bombardeamento” de imagens repetidas, nos canais abertos, inúmeros boatos foram espalhados ao longo do dia: explosões em lojas, ataques com metralhadora em várias localidades, ônibus queimados, assassinato de policiais, carcereiros e civis. Um pânico geral foi criado, forçando uma interpretação limitada dos fatos sociais, reduzindo-os à dicotomia do bem e do mal para defesa de um modo de vida baseado na marginalização dos indivíduos, bem como na imposição de padrões de consumo irracionais.

O lazer, o entretenimento, o lúdico, o consumo de bens simbólicos e de bens materiais foram atravessados de forma avassaladora pela ação televisiva. A mídia passou a ser vista como a referência da população, responsável direta das notícias em circulação hora a hora, também em tempo real, da representação maciça da ordem social. O que foi visto foram às atrocidades e o poderio do chamado crime organizado. Já não se trata somente do tráfico de drogas, contrabando, roubo de carga e assalto a bancos. Assistimos ao crime organizado ditar o que a sociedade deve fazer, onde e como pode a polícia atuar, quando o comércio pode abrir ou deve fechar. Os chefes do PCC comportaram-se como verdadeiros governadores de

província, substituindo em tudo a autoridade dos poderes do Estado. Estamos diante de uma realidade, na qual a substituição do uso da palavra pelo ato violento, torna-se fator constitutivo da vida social (Feffermann, 2006, p. 13).

Policiais baleados, bancos destruídos, distritos e viaturas policiais alvejadas foram as imagens repetidas massivamente, o “show-jornalismo” ganha forma e o grotesco surge como instrumento de fixação. Neste contexto, segundo Arbex (2001, p. 36), a notícia sofre os efeitos do enfraquecimento ou o total apagamento da fronteira entre real e fictício. Os efeitos podem ser facilmente identificados, conforme analisa Sodré (1972, p. 34), o grotesco não se define pelo monstruoso, mas pelo espetáculo que gera o medo através do estranhamento do mundo. É a reação violenta à violência constitutiva da sociedade.

A problemática intrínseca no cenário apresentado nos remete a uma perspectiva ampla e complexa, de proporções imensuráveis sob a ótica da relação mídia e violência. Embora as ações do Primeiro Comando da Capital (PCC) tenham causado uma perplexidade nacional, exarcebada pela espetacularização midiática, encontra-se no cerne desta temática, o limiar entre manipulação dos fatos como meio de sustentação da audiência e a disseminação de uma cultura do medo.

Assim, o público, a sociedade é sistematicamente colocada diante de uma realidade artificial, criada pela Imprensa e que se contradiz, contrapõe-se e, de maneira freqüente, superpõe e domina a realidade real que ele vive e conhece. A informação é trabalhada para que se apresente como entretenimento.

Diante disso, a dissertação constitui-se de quatro capítulos. No primeiro capítulo, propomo-nos discutir as questões relevantes que fundamentaram o entendimento sobre cultura do medo, como conhecemos hoje. Assim destacar alguns pensadores que asseguraram a realização teórica complexa em que se encontram esse fenômeno, abrangendo todas as áreas do conhecimento e com isso proporcionando possibilidades, como é o nosso caso, de desvendar as questões relacionadas a esses objetos de estudo: biologia, poder, ideologia, política, manipulação e cultura. Nesse sentido, a análise recai sobre o surgimento de uma cultura pautada no medo. Durante toda a História do homem, foi possível observar como o medo foi trabalhado na sociedade e, enraizou-se nas culturas, principalmente, moldando o comportamento das pessoas.

Tal estudo, teoricamente, tem em sua base não só a sociologia, mas também a filosofia, sem esquecer os fortes pressupostos da psicanálise. Para se fazer um estudo minucioso é preciso retomar os conceitos que definem os vários sentidos do medo e da violência através dos tempos, percorrendo diversos autores e linhas de pensamento que

compõe as perspectivas atuais. Os conceitos abordados estão ligados à origem biológica tanto do medo quanto da violência, constituindo uma visão fundamental para o desvelar de comportamentos, muitas vezes confundidos, associados às práticas do dia-a-dia, como nos mostra Ciceri e Freud.

Discute-se hoje, com muita ênfase, as relações possíveis entre comunicação, poder e política. Não se pode isolar nenhuma destas, principalmente quando se pensa no intercâmbio entre Estado e Capital que já ocorre diante dos inevitáveis efeitos da globalização.

Portanto, o objetivo deste capítulo é mostrar como a insegurança e o imaginário do medo, instalados na sociedade e tratados usualmente do ponto de vista do poder, com medidas restritivas e isoladoras, não são despertados somente pelo exercício e pela condição da violência cotidiana, mas por um "estado de violência" - ostensivo ou dissimulado - incorporado à cultura e ao imaginário individual e social. Ambos transformam as relações sociais, provocando a busca de novos lugares de encontro, socialidade, proteção. No cotidiano das pessoas, precisam ser geridos por meio de práticas simbólicas e sociais diversas, que possibilitem lidar com essas novas relações.

O segundo capítulo trata de uma revisão da literatura nacional e estrangeira sobre o crime organizado, descrevendo o processo de desenvolvimento desse fenômeno até a criação da facção Primeiro Comando da Capital, vulgo PCC.

Crimes contra as pessoas, crimes contra a propriedade, crimes de colarinho branco, fraudes, corrupção, delinqüência, tráfico, desemprego; as referências de performance criminais são complexas e antagônicas, principalmente por meio de práticas organizadas. No contexto atual, em face da definida violência urbana, as sociabilidades públicas e a vida privada conhecem sistematicamente novos constrangimentos pelo aumento da criminalidade organizada, transformando nossas concepções culturais sobre a confiança.

Problematiza-se, neste capítulo, como campo de investigação, portanto, o entendimento sobre crime organizado como processo resultante do lucro. Ao iniciarmos este estudo, orientamos o tema do medo da criminalidade como uma das prioridades em nossos questionamentos sociais junto aos habitantes no contexto urbano. Esta análise se soma aos diversos estudos que compõem o entendimento desse fenômeno pouco conhecido, balizado em diferentes publicações literárias, jornais, revistas, artigos, teses entre outros, compondo as interfaces interpretativas deste objeto.

O terceiro capítulo consistiu na análise de pesquisa de opinião sobre os ataques do PCC no mês de maio de 2006. Mesmo que não haja um ponto de vista teórico predominante, o interesse pelo assunto permanece bastante acirrado ao longo dos últimos anos. A

importância do tema tem gerado uma produção científica crescente, além dos estudos culturais e estéticos sobre mídia e violência. A proposta deste capítulo é discutir as várias vertentes de análise sobre a disseminação do medo pela mídia, em particular os ataques do PCC, a partir do resultado das entrevistas realizadas, em uma contribuição para o campo interdisciplinar da comunicação, psicologia, sociologia e cultura.

O quarto capítulo refere-se à conclusão das análises realizadas nos capítulos anteriores, onde se buscou respostas para as indagações que objetivaram esse trabalho. A crítica recairá sobre a cobertura da grande mídia nos ataques do PCC no dia 15 de maio, uma vez que em nenhum momento ela se aprofunda nas causas e nos fatores que motivaram na paralisação do Estado.

2 REFLEXÕES SOBRE UMA CULTURA DO MEDO

2.1 Cultura e Medo

A violência, na forma como vem se constituindo na realidade, faz emergir o medo, que leva as pessoas a paralisarem ou alterarem suas relações e suas formas de ser no espaço em que vivem, principalmente, nos contextos individuais. Por se tratar de um sentimento, de uma emoção, os efeitos e reações que o medo provoca são distintos. Interferem nisso as singularidades de cada pessoa, sua história, seu repertório, suas experiências e os contextos individuais nos quais o medo é desencadeado. Portanto, o medo está vinculado fundamentalmente à cultura, como também à violência, que só existe em relação a uma lei.

Frente a isso, podemos afirmar que o medo da morte representa a fonte de todos os medos. A dualidade em se entender algo tão enigmático, corresponde a uma estrutura mental estável, ou melhor, um sentimento suscetível ao perigo. Assim, o medo da morte se configura como o extremo, ou seja, a sensação de perigo do fim ou término da vida. Todos os medos contêm, em graus diferentes, essa apreensão biológica fundamental da morte; e, portanto, o medo não desaparecerá da condição humana ao longo de nossa peregrinação terrestre.

Pode-se pensar, ainda, complementando o conceito de medo, segundo Wolff (in NOVAES, 2007, p. 21-23), há no temor à morte quatro paradoxos que fazem dele algo completamente singular e que dão seu conteúdo, seu teor, sua cor particular. O primeiro diz que a idéia da morte mistura certeza absoluta com uma incerteza também absoluta, pois é totalmente seguro dizer que um dia morrerei, e absolutamente incerto quando. O segundo fala que a idéia da minha morte é um pensamento extremamente simples no seu conteúdo, mas impossível na sua forma. Não posso ser sem o mundo, uma vez que ser, para mim, é estar no mundo. É essa mistura singular de uma idéia muito simples de conceber racionalmente com algo totalmente impossível de imaginar que constitui a idéia de morte, e talvez seu caráter assustador. Em um terceiro ponto, a morte é arquétipo, razão de ser de todos os medos, o medo por excelência e, em outro sentido, ele é o único que parece ser vazio de si próprio. Por último, o medo da morte constitui ao mesmo tempo, aquilo que desperdiça nossa vida e aquilo que a protege (sobrevivência). O medo e a dor são males da vida que nos protegem da morte.

Portanto, essas são as singularidades do medo da morte. A dificuldade em se interpretar a morte para o ser humano se dá também pela própria estrutura do pensamento que faz com que o indivíduo não consiga imaginar que estar morto não quer dizer nada. A própria

língua, como nos lembra Wolff (in NOVAES, 2008, p. 35), é um impedimento quando conjugamos o verbo estar: dizemos “estar morto”, como “estar vivo”; como se fossem dois estados, dois modos de *estar*. Mas, na verdade, há apenas um modo de estar para um vivo, que é o de estar na vida. Estar morto não é estar, não é nada. A imaginação repudia o próprio não-ser quanto à concordância gramatical.

É interessante, também, destacar que a morte é aterradora por uma qualidade específica, a de tornar todas as outras qualidades não mais negociáveis. A memória da morte é parte integrante de qualquer função da vida. A ela se atribui grande autoridade, talvez a maior, quando quer que se precise fazer uma escolha numa existência cheia de escolhas. A luta contra a morte começa no nascimento e continua presente pela vida afora, ou seja, é a sobrevivência de todos os seres vivos.

De outro modo Bauman (2008, p. 44), afirma que nossos “contos morais” tentam nos vacinar contra esse medo banalizando a visão do morrer. São ensaios gerais diários da morte travestida de exclusão social, na esperança de que, antes que ela chegue em sua nudez, nós nos acostumemos com sua banalidade.

A esse processo chamamos de cultura, ou seja, um mecanismo dinâmico e adaptativo, que garante a sobrevivência de seus portadores, ou seja, os membros de um grupo social específico. Sua função básica é manter a coesão do grupo, resistindo às mudanças trazidas por processos econômicos e políticos, sejam eles internos ou externos. Conforme assinala Eagleton (2003, p. 18),

O que faz nossa cultura, então, é destilar nossa humanidade comum a partir de nossos eus políticos sectários, resgatando dos sentidos o espírito, arrebatando do temporal o imutável, e arrancando da diversidade a unidade. Ela designa uma espécie de autodivisão assim como uma autocura pela qual nossos eus rebeldes e terrestres não são abolidos, mas refinados, valendo-se de dentro por uma espécie mais ideal de humanidade.

Portanto, a cultura molda os indivíduos por meio da assimilação normativa de atitudes, costumes e valores; onde o medo torna-se parte integrante desse contexto. Podemos interpretar que a cultura do medo é construída, e o importante nesse processo, é identificar as razões que justificam a existência de determinados costumes. Razões acabam por envolver histórias e, algumas leis existem e governam o crescimento da cultura humana. Nesse sentido, como afirma Morin (1970, p. 254), o risco da morte está ligado à instituição da cultura, à instituição do valor universal do indivíduo, à realização e à realidade de uma e de outra, de uma na outra, sendo que risco de morte não é a morte. O risco de morte cultural exige-nos

simultaneamente que nos defendamos do medo da morte e que lhe conservemos o nosso horror.

Para tanto, segundo Freud (1974, p. 61),

[...] todas as vezes que tentamos representar nossa própria morte, percebemos que assistimos a isso como espectadores; é por isso que, no fundo, ninguém acredita na própria morte, ou, o que dá no mesmo, no inconsciente, cada um está convencido de sua própria imortalidade.

Acreditar que a alma nunca morre é apenas a contrapartida imaginária do fato de que o pensamento jamais pode ser considerado não-existente. Temos o sentimento de que jamais terminaremos de viver, uma vez que sempre haverá algo para viver ou desejar. O temor, então, não é a própria morte na vida, mas já estar mortos, enquanto ainda estamos vivos, ou seja, estar ao mesmo tempo vivos e mortos, fora do mundo enquanto ele avança, em conformidade com o próprio processo do pensamento e do desejo. Nesse sentido, Morin (1970, p. 32) afirma que o horror da morte é a emoção, o sentimento ou a consciência da perda da individualidade. “Emoção-choque, de dor, de terror ou de horror”. Segundo o autor a ruptura causada pelo mal da morte consiste em uma ruptura catastrófica para o indivíduo, ou seja, um sentimento traumático. A violência do traumatismo provocado por aquilo que nega a individualidade implica, portanto, uma afirmação não menos intensa da individualidade, quer seja a nossa própria ou a do ente querido. A individualidade que se revolta perante a morte é uma individualidade que se afirma sobre a morte.

Dessa maneira, o homem é, então, o animal mortal que, como dizia Hegel (2002, p. 32), deixa de ser animal quando lembra que é mortal. O medo da morte não é apenas um medo humano universal, mas também um medo propriamente humano, aquele que alça a animalidade do homem acima da animalidade. Segundo Morin (1970, p. 10-11),

A existência da cultura, isto é, dum patrimônio colectivo de saberes (saber fazer, normas, regras organizacionais, etc.), só tem sentido porque as gerações morrem e é constantemente preciso transmiti-la às novas gerações. Só tem sentido como reprodução, e este termo assume o seu sentido pleno em função da morte.

Assim, todas as culturas humanas podem ser decodificadas como mecanismos engenhosos calculados para tornar suportável a vida com a consciência da morte. Diante disto, o convívio com o medo está relacionado com diversas formas e origens, ligado ao presente e futuro das pessoas. A complexidade dessa extraordinária emoção perpassa tanto o plano neurofisiológico como o psicológico, ao mostrar que através do medo enfrentamos o perigo.

Nesta análise, cultura do medo deriva do entendimento de um processo histórico específico demonstrando a existência de uma cultura única, que descreve sua forma, a reação dinâmica do indivíduo para com a cultura e vice-versa. Para tanto, sendo a parte “aprendida” do comportamento humano, a cultura em seus variados aspectos confere “sentido” para a vida dos seres humanos, que se comportam de acordo com as normas e valores, ordenados e expressos por uma linguagem de símbolos e em conjunto constituem o estilo de vida do grupo. Segundo Eagleton (2003, p.18), “[...] a cultura é uma forma de sujeito universal agindo dentro de cada um de nós, exatamente como o Estado é a presença do universal dentro do âmbito particularista da sociedade civil”.

Segundo Rattner (2002, p.16)

O processo de socialização constitui parte central dos mecanismos pelos quais o ser humano se ajusta ao convívio com os outros, adquirindo o acervo de normas e padrões de conduta econômicos, sociais, tecnológicos, religiosos, estéticos e lingüísticos enfim, o conjunto que compõe o estilo de vida ou cultura do grupo. A internalização dos padrões culturais pelo indivíduo, nos primeiros anos de vida, fortalece os mecanismos de estabilidade cultural, enquanto a incorporação de novos padrões por indivíduos maduros influi mais na mudança cultural. A primeira fase de aprendizado marca a criança de modo tão profundo que seu comportamento raramente chega ao nível de consciência. Sendo condicionada sistematicamente a conformar-se, seja através da doutrinação do código moral-religioso ou do exercício de técnicas de recompensas e punições, a sociedade procura e consegue assegurar sua estabilidade pela imposição de um sistema elaborado de sanções – positivas para os conformistas e negativas para os que se desviam do comportamento “normal” esperado.

Portanto, a cultura do medo pode ser somente explicada pela própria cultura da morte, ou seja, é preciso conhecer o contexto em que ela se forma. A argumentação de Hatch explica: “[...] a idéia de relativismo cultural significa que a pessoa só pode entender as práticas de uma determinada sociedade dentro de seu contexto cultural específico” (1990 apud MOORE, 1996, p. 65). Entendemos assim que, para estudarmos um processo cultural do medo, a única forma de conhecer o significado de um determinado comportamento violento é avaliando sua experiência em termos de motivos, emoções e valores institucionalizados na cultura, ou seja, estudando a cultura vivenciada pelas pessoas e conhecendo seus hábitos e pensamentos, e as funções de suas instituições. Esse conhecimento não surge só de uma reconstrução; é necessário que o momento esteja ocorrendo para essa identificação. O objeto dessa investigação é encontrar o processo pelos quais certos estágios de cultura são incorporados o medo, aprendendo as razões para a existência de determinados costumes e crenças a partir de nosso contexto atual.

Nesse sentido, o conjunto de leis de uma determinada sociedade, de um país específico, constitui o fator que ratifica e demarca raias da violência em cada sociedade, sendo a violência “um fato da cultura”, e “[...] psicanaliticamente essa lei ou contrato diz respeito ao direito que todo sujeito tem de ocupar um lugar irreversível na cadeia das gerações, conforme o sistema de regras que ordena seu meio sociocultural” (COSTA, 2003, p. 126). O que equivale a dizer que a todo sujeito é assegurado o direito a uma identidade compatível com o desenvolvimento de sua vida, de sua história e do próprio sistema de regras. Essa identidade é o que garante a transmissão desse direito às gerações futuras e obediência a suas leis. Representam as condições necessárias à sobrevivência do sujeito e do grupo social. Para Morin (1970, p. 253),

A cultura só tem sentido como luta de morte contra o mundo natural, a animalidade e a barbaria, fora do homem e no homem. O que mata é a barbaria, e se a barbaria não matasse não seria a barbaria, seria já a cultura. Ou antes, a cultura não existiria, porque nunca teria havido tomada de consciência da cultura, nem talvez simplesmente tomada de consciência.

Para aprofundar a questão, recorreremos aos escritos de Espinosa. O filósofo nos indica que “conhecer alguma coisa adequadamente é conhecer o modo de produção” (ESPINOZA, 2003, p. 97). Conhecer pela causa significa descobrir o modo pelo qual é produzido. Trata-se, portanto, de um processo genético. Alerta, ainda, que o conhecimento verdadeiro se dá através do “conhecimento das leis que produzem as coisas singulares e que determinam a natureza própria de cada um deles no todo” (ESPINOZA, 2003, p. 98). Entende o autor que as coisas singulares são finitas e sem uma existência determinada. Diz que “[...] vários indivíduos concorrem para uma mesma ação, de tal maneira que todos em conjunto sejam causa de um mesmo efeito, considerando-os todos juntos como uma só coisa singular” (1983 apud CHAUI, 2003, p. 131).

Espinosa afirma que o esforço realizado pelo homem para preservar sua existência, vencendo obstáculos exteriores para se expandir e realizar-se plenamente, é o que ele denomina de *conatus*. Trata-se do “movimento interno do corpo e anexo interno das idéias na alma” (ESPINOZA, 2003, p. 34), que vai se constituir na essência do homem. Cada *conatus* se relaciona com outro *conatus*, podendo ou não realizar verdadeiras guerras de uns contra outros para poder se preservar. É o mundo exterior que possibilita o aumento ou a diminuição do *conatus* de cada um, e são entendidas como causas adequadas e causas inadequadas. As primeiras referem-se à ação e significam apropriar-se de todas as causas exteriores que podem aumentar e fortalecer o poder de *conatus*. Já a causa inadequada está vinculada ao que ele

denomina paixão, que significa deixar-se vencer pelas causas exteriores, o que faz diminuir o poder de *conatus*. Segundo Chauí (2003, p. 137), “[...] o corpo e mente se relacionam de maneiras diversas com as causas externas, conforme as afecções corporais e suas idéias dependam de constituintes mais fracos ou mais fortes”. Ação para Espinosa é potência positiva guiada pelo intelecto e paixão é potência em declínio guiada pela imaginação.

A pessoa livre, que sabe e vive o sentido da liberdade, é aquela que não se deixa subjugar e vencer pelo exterior, mas que, conhecendo as leis da natureza e de seu corpo, sabe dominar o mundo exterior ((ESPINOZA, 2003, p. 123). O papel do Estado, por exemplo, não seria de subjugar pelo medo. Mas, de libertar os indivíduos do medo para que vivam em segurança. É, a partir desse pressuposto, que Espinosa definirá a essência humana pelo desejo. “O desejo é a tendência interna de *conatus* a fazer algo que conserve ou aumente sua força. O desejo do homem livre é o desejo no qual, entre o ato de desejar e o objetivo desejado, deixa de haver distância para haver união” (ESPINOZA, 2003, p. 124). O filósofo, em sua obra, trata das formas como as pessoas são afetadas por coisas exteriores e de como essas afecções podem diminuir ou aumentar a potência do agir, ou seja, do *conatus*. O autor define “afecções” como “afecções do corpo, pelas quais a potência de agir desse corpo é aumentada ou diminuída, favorecida ou entravada, assim como as idéias dessas afecções” (ESPINOZA, 2003, p. 124).

Nesse sentido, as afecções podem ter causas adequadas, ou seja, aquelas cujo efeito pode ser clara e distintamente compreendido, e causas inadequadas ou parciais, cujo efeito não poder ser conhecido. Dirá Espinosa que os homens são ativos, ou seja, têm uma ação quando se produz neles, ou fora deles, qualquer coisa que seja adequada. Quando a pessoa pode ser adequada de uma afecção, Espinosa entenderá isso como ação, nos outros casos, entenderá como uma paixão. Ação e paixão são intrínsecas e qualitativamente distintas, da mesma maneira que o corpo e mente são singularidades complexas, podendo ser desiguais quanto à potência de existir e agir. Entretanto, coloca Chauí (2003, p. 137) que “somos ativos e passivos por inteiro, de corpo e mente simultaneamente”.

Um dos postulados de Espinosa é que o corpo humano pode ser afetado de diferentes maneiras, cuja potência para ação pode diminuir ou aumentar, e por outras que nem aumentam nem definem sua potência para agir. O corpo humano pode sofrer inúmeras transformações e conservar-se. Entretanto, independentemente das transformações ocorridas, as impressões ou vestígios de objetos e situações e, conseqüentemente, as imagens das coisas permanecem nas pessoas. Afirma ele, em sua proposição XVIII, que o homem experimenta pela imagem de uma coisa passada ou futura a mesma afecção de alegria e tristeza que pela

imagem de uma coisa presente. Portanto, a imagem da coisa e a imaginação são elementos importantes na forma de afecção das pessoas.

Com base neste pensamento, Espinosa distingue esperança e medo, relacionando-os à segurança e ao desespero. A esperança é uma alegria instável, nascida da imagem de uma coisa futura ou passada, cujo resultado duvidamos; já o medo, ao contrário, é uma tristeza instável, nascida também da imagem de uma coisa duvidosa. A incerteza aparece como componente presente na esperança e no medo. Ao retirar a dúvida dessas afecções, a esperança transforma-se em segurança e o medo, em desespero.

Em sua proposição XIX, Espinosa reafirma que uma coisa pode, acidentalmente ser causa de esperança e medo. Causas de esperança ou de medo seriam os chamados bons e maus presságios, sendo, portanto, causas de alegrias e de tristeza. Acrescenta, ainda, que é próprio da natureza humana acreditarmos com facilidade naquilo que esperamos ou de raramente acreditarmos no que tememos, formando em torno da questão opiniões favoráveis. É aí que Espinosa coloca o surgimento das superstições, das quais os homens tendem a ser vítimas. “A superstição é descrita como a maneira de desespero que, por seu turno, buscando alento, abre as comportas da servidão” (CHAUÍ, 1998, p. 61). Não há esperança sem medo, nem medo sem esperança. A temeridade e a esperança, em alguma coisa, baseiam na incerteza de algo favorável ou algo tremendamente assustador. Portanto, esperança e medo têm fundamentos na incerteza, na dúvida do que virá.

Chauí (1995, p. 56), ao analisar Espinosa, afirma que o medo

[...] nasce de outras paixões e pode ser minorado (nunca suprimido) por outros afetos contrários e mais fortes do que ele, como também pode ser aumentado por paixões mais tristes do que ele. Ainda que o conhecimento de verdadeiro não o suprima e que a ignorância não o cause, é nela e dela que ele vice e prospera.

O medo é uma triste paixão, que se nutre da ignorância, que tem origem e efeitos não como uma paixão isolada, mas articula-se a outras paixões e imagens corporais. O medo “envolvendo as idéias imaginativas na mente, urde um tecido de relações e causalidades abstratas que pretendem oferecer-se como explicação dos acontecimentos, como interpretação dos afetos e como conhecimento do real” (CHAUÍ, 1995, p. 57). As idéias imaginativas constituem-se no que se denomina um “sistema de medo” e forma um campo imaginário.

O campo imaginário, “ao atribuir causas exteriores, o que são efeitos das causas interiores, relaciona imagens por semelhança, contigüidade espacial e sucessão temporal, opera com analogias e inventa uma causalidade nova e inexistente, isto é a causa final (CHAUÍ, 1995, p. 57). A esse finalismo, Espinosa chamará de “Ordem Comum da Natureza”,

“onde corpos se encontram, se separam, concordam ou entram em conflito sem que saibamos realmente como e por que isso acontece” (apud CHAUI, 1995, p. 57).

Em resumo, uma coisa pode afetar de forma diversa, diferentes pessoas, e a própria pessoa, em momentos temporais e espaciais diferenciados, pode ser afetada por uma coisa de forma diferente. Uma pessoa pode odiar alguma coisa que a outra ama; algumas podem ter medos que outras não têm e, ao longo de sua existência, podem ter medos que nunca tiveram segundo a forma como são afetadas pelas coisas. Por isso, estudar o medo é analisar como ele é produzido de maneira singular – coletiva em contextos sociais e individuais historicamente situados.

Embora possa ser expresso socialmente, fruto de relações sociais, ele é construído e processado de forma singular por sujeitos singulares em situações semelhantes e similares. É o *eu* que tem medo. É o *eu* que se sente agredido e violentado. É o *eu* que é afetado e reage de diferentes formas. É a mãe que tem medo de morrer se assumir a denúncia da pessoa que matou seu filho. É o morador que tem medo de denunciar o traficante e todas as suas ações ilícitas e perversas. É o profissional que tem medo de admitir que para desenvolver trabalhos em áreas de risco precisa construir a cada momento pactos. É o soldado do crime organizado que tem medo de perder sua vida e seus sonhos. É o policial que tem medo de perder sua vida em uma ação. Como assinala Chauí (1995, p. 60), dentre todos os afetos e sentimentos, “mais do que qualquer outro afeto, no medo, ficamos expostos à imagem de nossa impotência”.

2.2 A História do Medo no Ocidente

O estudo do medo não é algo recente, desde a Grécia antiga foi possível encontrar escritos a respeito. De qualquer forma, a forma como lidamos com o medo hoje se enraíza na idade média. Segundo Delumeau (2003, p. 9), na história européia, a mentalidade obsessiva foi acompanhada de uma *culpabilização* maciça, por meio de uma promoção sem precedentes da interiorização e consciência moral promovida pela Igreja Católica nos séc. XIV à XVIII. O medo, naquela época foi utilizado constantemente como ferramenta de dominação e controle. Diante disso, nasceu uma “doença do escrúpulo”, pondera o autor, amplificada pela agressividade desencadeada contra os inimigos do nome cristão. Para Delumeau (2003, p. 9) era “[...] uma angústia global, que se fragmentava em medos ‘nomeados’, descobriu-se um novo inimigo em cada um dos habitantes da cidade assediada; e um novo medo: o medo de si mesmo”.

O medo sentido pela civilização européia, diz Delumeau (2003, p. 12), no início dos tempos modernos e antes da descoberta do inconsciente, caracterizados pelo temor, pavor, terror e sobressalto, eram suscitados pelos perigos exteriores de toda a natureza provenientes dos elementos e dos homens, assim juntaram-se a dois sentimentos não menos opressivos: o horror do pecado e a obsessão da danação. A insistência da Igreja sobre um e outro levou, no âmbito de uma sociedade inteira, a uma desvalorização espantosa da vida material e das preocupações cotidianas. Para tanto, era considerada a afirmação de que “Deus envia três flagelos aos homens em punição de seus pecados: a fome, a guerra e a peste” (p. 70).

Diante disso, no discurso religioso da época, o homem era obrigado a pensar incessantemente na morte a fim de evitar os pecados que poderiam levá-lo ao inferno. “Deve-se pensar continuamente na morte como se permanece alerta em relação a um inimigo que pode sobrevir de improviso” (p. 71). Podemos certamente dizer, julgando as coisas a partir da noção de poder, que a dramatização do pecado e de suas conseqüências reforçou a autoridade clerical, mas não reduziu a história da *culpabilização* a uma história do poder da Igreja.

Nesse sentido, Delumeau (2003, p. 13) acrescenta,

As duas estiveram certamente ligadas, mas a primeira ultrapassa amplamente a segunda. Freud e Jung estão de acordo nesse ponto para sublinhar o lugar que todo o estudo das sociedades deveria conceder ao pecado. Freud apresenta o sentimento de culpabilidade como problema capital da civilização e Jung afirma: “Nada é mais propício a provocar a consciência e alerta do que um desacordo consigo mesmo”.

Para tanto, o convite a um exame de consciência induz, na longa duração, a um refinamento sem precedente da introspecção, ocasionando um progresso do sentido na responsabilidade individual, ou seja, desenvolveu-se uma moral da intenção. Segundo o autor, o homem cristão, submisso à culpabilização intensiva, foi levado a se aprofundar, a conhecer melhor seu passado pessoal, a desenvolver sua memória e a precisar de sua identidade.

De qualquer forma, não se pode analisar e buscar explicações para a questão da violência e do medo desvinculados das diferentes formas de interação social. Segundo Delumeau (1996, p. 23), nada é mais difícil de analisar do que o medo. Essa dificuldade aumenta ainda mais, quando se trata de passar do indivíduo ao coletivo. Ele se pergunta se as civilizações podem morrer de medos como pessoas isoladas. Alerta para ambigüidades e riscos de passagem do singular para o geral. Questiona o autor se uma concepção individual pode ser tratada pelo coletivo. Distingue reações de medo coletivo de multidões e medos particulares provocados por um perigo repentino, que gera reações habituais em que “[...] subentende e totaliza muitos pavores individuais em contextos determinados e faz prever

outros em casos semelhantes” (DELUMEAU, 1996, p. 24). O autor trata desse medo, de forma mais ampla, que têm sua gênese não só em experiências individuais, mas no que ele chama de singular coletivo, “o medo é aqui o hábito que se tem, e um grupo humano, de temer tal ou tal ameaça (real ou imaginária)” (p. 24).

A esse medo, que têm sua gênese nesse singular coletivo, trataremos como medo social. O medo social é um medo construído socialmente, com o fim último de submeter pessoas e coletividades inteiras a interesses próprios ou de grupos, e tem sua gênese na própria dinâmica da sociedade. Sendo assim, o medo é produzido e construído em determinados contextos, tanto sociais quanto individuais, por determinados grupos ou pessoas, com vistas a atingir determinados objetivos em subjugar, dominar, controlar o outro, e grupos, através da intimidação e coerção. O medo social leva as coletividades, localizadas em determinados espaços, a temer tal ameaça advinda desses grupos.

Por exemplo, ao recorrer a Paul Valéry, no livro *Oeuvres* (1957 apud NOVAES, 2007, p. 9), observamos que a vida social se define como a passagem da brutalidade à ordem. Como a barbárie é a era dos fatos, diz ele, é necessário, portanto, que a era da ordem seja o império das ficções, pois “não existe potência capaz de fundar a ordem apenas sobre a violência dos corpos sobre os corpos. A ordem exige a ação de presença de coisas ausentes; ela resulta de um equilíbrio dos instintos pelos ideais”. Em toda ficção, devemos descobrir no medo razões que criam novas e diversas significações. Como observa Rancière (in NOVAES, 2007), o medo é cúmplice da razão. Já para Hobbes (1983, p. 100), medo é o princípio natural das sociedades, hábil e grosseiramente usado pelo poder em busca da obediência civil.

Para Hobbes (1983, p. 111), o homem sempre tem medo de ser morto ou escravizado e esse temor, em última instância, é a paixão que vai dar a palavra à razão. É o medo, portanto, que vai obrigar os homens a fundarem um estado social e a autoridade política. Os homens, portanto, vão se encarregar de estabelecer a paz e a segurança. Só haverá paz concretizável se cada um renunciar ao direito absoluto que tem sobre todas as coisas. Isto só será possível se cada um abdicar de seus direitos absolutos em favor de um soberano que, ao herdar os direitos de todos, terá um poder absoluto. Não existe aí a intervenção de uma exigência moral. Simplesmente o medo mostra-se maior do que a vaidade, e os homens concordam em transmitir todos os seus poderes a um soberano.

Segundo Hobbes (1983, p. 118),

[...] é preciso que haja um Poder constringedor; inicialmente, para forçar os homens a executar seus pactos pelo temor de uma punição maior do que o benefício que poderiam esperar se os violassem, em seguida, para garantir-lhes a propriedade do

que adquirem por Contrato mútuo em substituição e no lugar do Direito universal que perdem. E não existe tal poder constrangedor antes da instituição de um Estado. É o que também resulta da definição que as Escolas dão geralmente da justiça, a saber, que a justiça é a vontade de atribuir a cada um o que lhe cabe pertencer; pois, quando nada é próprio, ou seja, quando não há propriedade, não há injustiça; e onde não há Poder Constrangedor estabelecido, em outras palavras, onde não há Estado, não há Propriedade e cada homem tem direito a todas as coisas. (HOBBS, 1983, p. 118)

Nesse sentido, Hobbes afirma que o direito não tem outro limite quanto ao seu poder e sua vontade. No estado de sociedade, como no de natureza, a força é a única medida do direito. No estado social, o monopólio da força pertence ao soberano. Houve, da parte de cada indivíduo, uma atemorizada renúncia do seu próprio poder. O efeito comum do poder consistirá, para todos, na segurança, uma vez que o soberano terá, de fato, o maior interesse em fazer reinar a ordem se quiser permanecer no poder. Apesar de tudo, esse poder absoluto permanece um poder de fato que encontrará seus limites no dia em que os súditos preferirem morrer do que obedecer.

Em todo caso, essa é a origem psicológica que Hobbes atribui ao poder despótico. Ele chama de *Leviatã* ao seu estado totalitário em lembrança de uma passagem da Bíblia (Jó XLI), em que tal palavra designa um animal monstruoso, cruel e invencível que é o rei dos orgulhosos. Mas, como em Hobbes aprendemos também no ensaio de Maria Limongi (apud NOVAES, 2007, p. 10), que se pode fazer outro uso do medo e

[...] retirar dele outros efeitos que não a obediência civil fundada sobre a ignorância e o medo invisível. O homem pode conhecere tornar visíveis as causas próximas do medo que lhe é peculiar e, em consequência deste esforço cognitivo, instituir uma nova política, na qual ele é artificialmente racionalizado.

Em Hobbes (1983), o medo aparece como um operador positivo, criador da ordem, propulsor da civilidade. Mas, ao analisar o medo em Tocqueville, o historiador Marcelo Jasmim (apud NOVAES, 2007, p. 112), aponta outra direção:

Não é o medo do escravo em relação ao poder despótico do senhor, mas é o medo burguês da revolução e da alteração do usufruto regular e satisfeito de bem-estar no âmbito da vida privada. Para Tocqueville, a nova forma da necessidade da segurança intrínseca às sociedades democráticas modernas traz consigo o risco de inverter as tendências até então consideradas naturais pela tradição: o silêncio das cidades se oferece em troca da segurança; e o despotismo pode, então, florescer no Ocidente.

O pensamento clássico nos ensina, portanto, que o medo é um sentimento natural, uma vez que ele é sempre a tomada de consciência de um perigo. Medo, historicamente, sempre veio associado à idéia de covardia, oposto a coragem. Ter medo, sempre conotou a idéia de

falta de valentia, portanto, motivo de vergonha. Segundo Delumeau (1996, p. 11), o medo e o papel do medo na História da humanidade sempre foram camuflados. Para o autor,

Por causa de uma confusão mental amplamente difundida entre o medo e covardia, coragem e temeridade. Por uma verdadeira hipocrisia, o discurso escrito e a língua falada – o primeiro influenciando a segunda – tiveram por muito tempo a tendência de camuflar as reações naturais que acompanham a tomada de consciência de um perigo por trás de falsas aparências de atitudes ruidosamente heróicas.

Desde a Antiguidade, sobretudo no período Renascentista, o medo foi visto como sinônimo de covardia. Chauí (2006, p. 85), em seus estudos, recoloca a construção histórica da valorização da coragem e do desprezo ao medo. Segundo a autora, coragem é virtude natural dos nobres, enquanto o medo se constitui virtude intrínseca da plebe. “Por natureza, a plebe é covarde e, por natureza, seu mote é o medo” (1995, p. 42). O advento da sociedade burguesa introduz a mudança dos valores éticos e sociais, transformando também a maneira de definir e de se localizar o medo, que deixa de ser o vício característico da plebe para tornar-se um sentimento comum a todos os homens (CHAUI, 2006, p. 87).

O medo exerceu ao longo de dois milênios o papel de “distintivo social” e de “instrumental político”. Apregoar o medo à plebe, ao passo que a coragem era um “dom” dos nobres, fazia crer que um “não nobre” jamais chegaria a se tornar um deles, não colocando em risco a nobreza.

Esse arquétipo do cavaleiro sem medo, perfeito, é constantemente realçado pelo contraste com uma massa considerada sem coragem. Virgílio já escrevera: “O medo é a prova de um sentimento baixo” (Eneida, IV, p.13). Essa afirmação foi tida como evidente por muito tempo. (DELUMEAU, 1989, p. 14).

A ascensão burguesa ocorrida, no final da Idade Média, fez com que a exaltação à coragem dos nobres se tornasse ainda mais evidente. A nobreza, sentindo-se ameaçada, usufruiu do medo como uma insígnia para reafirmar sua condição social e a legitimidade de seu poder político sobre os demais (ELIAS, 1990)

A evolução deste pensamento, forjado pela violência, nos revela um sentido ideológico na constituição do medo. No momento em que a ideologia burguesa (conceito marxista de que as idéias da classe dominante são as idéias dominantes) ultrapassa o sentido da relação divina, a divisão social se constitui pelo antagonismo dos opostos: desejo dos grandes em comandar e oprimir e o do povo de não ser oprimido nem comandado. Chauí (2006, p. 89) afirma que a ideologia burguesa elaborou as teorias do contrato social e do pacto social. A partir disso, podemos recorrer a Maquiavel (1996, Cap.IX), onde toda cidade

é constituída pela divisão entre dois desejos opostos: o desejo dos grandes de comandar e oprimir e o desejo do povo de não ser oprimido nem comandado.

Tirano e plebe fazem parte dos extremos da divisão social, que é mantida como apogeu da burguesia. Com o surgimento do Protestantismo, neste período histórico, afirma Chauí (1995, p. 42), a virtude passa a ser o trabalho e o vício, à vadiagem. A disseminação e compreensão do medo ganha novos contornos. Assim, a plebe passa de medrosa para vadia. Vadiagem, enquanto sinônimo de ócio e vício, oposta à virtude, vista como temível.

Nesse contexto, pode-se observar que a marca fundamental da sociedade moderna, em relevância ao processo histórico, encontra-se no fato de que não pode colocar sua origem na vontade de Deus, mas é forçada a reconhecer que as relações sociais, o poder e a lei são produzidos pela própria sociedade ou pela própria ação social dos homens divididos, seja como indivíduos isolados, seja como indivíduos separados em grandes, opressores, e povo, que não deseja ser oprimido (CHAUÍ, 2006, p. 90). Dessa maneira, a corrente de pensamento político nascida com Maquiavel opõe-se às teorias do contrato social ou do pacto social, teorias que vieram a ser criticadas por Marx, quando expôs as determinações econômicas do surgimento social.

Com o desenvolvimento do capitalismo, aparecerá o esforço da ideologia burguesa para afirmar o controle humano sobre o tempo, recuperando, de maneira laica, a teologia da história providencial, isto é, a imagem do bom tempo, ou seja, a ideologia do progresso. (CHAUÍ, 2006, p. 92)

A ascensão burguesa trouxe novas formas de desenvolvimento e, principalmente de controle social, mas nada comparado à sensação de insegurança que nos acompanha até os dias de hoje. Para tanto, entende-se que a necessidade de segurança é intrínseca ao homem e simboliza a vida, enquanto a insegurança sinaliza a morte. Delumeau (1996, p. 19) afirma que “a necessidade de segurança é, portanto, fundamental: está na base da afetividade e da moral humana. A insegurança é o símbolo da morte e a segurança, o símbolo da vida”.

Com base nessa afirmação, Castel (2005, p. 14) parte da constatação de que as sociedades modernas são construídas sobre o alicerce da insegurança, pois não encontram em si a capacidade de assegurar proteção. Em contraste com as sociedades pré-industriais, a segurança do indivíduo era garantida a partir de sua pertença à comunidade: a chamada proteção de proximidade. A sociedade moderna, segundo o autor, tem como premissa a promoção do indivíduo, em que ele é reconhecido por si mesmo, independentemente de sua inscrição em um grupo ou coletividade. Trata-se de uma sociedade individualista. O que lhe

dará proteção não será mais o grupo a que pertence, mas sua propriedade. É ela que garante a segurança diante dos imprevistos da existência.

Castel (2005, p. 30) lembra que não foi por acaso que a propriedade foi colocada na categoria dos direitos inalienáveis e sagrados da Declaração Universal dos Direitos Humanos e Cidadãos. Os indivíduos proprietários podem proteger-se por si mesmos, com seus recursos. No que se refere à proteção, o autor distingue dois tipos: a proteção civil, que diz respeito aos bens e às pessoas em um estado de direito, e a proteção social, que se refere aos riscos de doenças, aos acidentes, ao desemprego, à incapacidade de trabalho devido à idade. Assim, o sentimento de insegurança se refere à possibilidade de estar à mercê de qualquer eventualidade. Se o indivíduo não estiver assegurado contra esses imprevistos, passa a viver a insegurança.

É interessante a constatação do autor de que a demanda de proteção das sociedades de indivíduos é infinita e envolve todos os aspectos, inclusive os da vida privada. No entanto, essa busca de segurança absoluta entra em contradição com os princípios do estado de direito, visto que uma demanda de segurança se traduz em uma demanda de autoridade, que pode ameaçar a democracia. No entanto, nem todo membro da sociedade de indivíduos pode se assegurar, visto que uma significativa parcela não possui propriedade que garanta a sua proteção. A esses sujeitos não proprietários o Estado garante um novo tipo de propriedade: a social, que diz respeito à proteção e ao direito da condição de trabalhador. Desta forma, a propriedade social reabilita a classe não proprietária, condenada à insegurança social permanente. Com a garantia de recursos e direitos comuns, com base nas organizações profissionais, a sociedade salarial passa a se constituir no que o autor denomina de sociedade de semelhantes.

Assim, na argumentação de Castel (2005, p. 50), ser protegido em uma sociedade moderna, em uma sociedade de indivíduos é poder dispor de direitos e de condições mínimas de independência, lembrando que a proteção social não é somente a concessão de benefícios, mas uma condição básica para todos. Diz o autor (p. 51), que a proteção social é condição para formar uma sociedade de semelhantes, o que podemos chamar de democracia.

Levando em conta as argumentações acima, conclui-se que no contexto da passagem da comunidade medieval à sociedade moderna, compreendemos por que o medo muda de sentido e por que será um motivo central na constituição do pensamento político moderno. Durante muitos anos, os principais perigos que ameaçaram a humanidade e, portanto, os principais medos, vinham da natureza: as epidemias – especialmente a peste negra e a cólera, as más colheitas que levavam à fome, os incêndios provocados particularmente, por raios, os

tremores de terra, as erupções vulcânicas, os maremotos etc. Mas, “[...] ao longo das épocas, a guerra, como uma panóplia dos perigos, ocupou um lugar cada vez maior” (BAUMAN, 2008, p. 163).

Com o aperfeiçoamento dos armamentos, a insegurança das nações para uma guerra total, a multiplicação, hoje, dos atos terroristas, conduzem logicamente a um aumento contínuo do número de vítimas e, especialmente, de vítimas civis. Isso significa que, quantitativamente, os perigos e os medos oriundos da guerra, ainda que não tenham desaparecido, tornaram-se cada vez menos importantes em relação aqueles oriundos dos homens. A violência tornou-se sinônimo do medo, e o medo tornou-se, cada vez mais, o medo do próprio homem.

Nesse sentido, levando em conta os progressos técnicos e o aspecto aterrador do qual os conflitos armados se revestem, atualmente, não seria exagero afirmar que o século XX foi o mais criminoso da História, somando-se os “holocaustos” aos horrores da guerra propriamente dita. Tal século foi, também, aquele em que Hitler tentou fazer uma limpeza étnica, somam-se, antes e depois, o massacre dos armênios e os genocídios no Camboja e em Ruanda, como nos lembra Jean Delumeau (in NOVAES, 2007, p. 42). A lembrança será muito mais pela sucessão de guerras e genocídios que por qualquer outra coisa; e, infelizmente, a aurora do novo milênio não pôs fim a essa horrorosa tradição.

2.3 As Faces do Medo

Esse passado recente, tão trágico quanto tenha sido não deve nos desviar de uma reflexão mais geral sobre as diferentes formas de medo geradas pela violência. Estamos assim diante de extremas derivações do medo, quando ele não é observado de maneira lúcida e quando não é administrado. No sistema social vigente, o medo da violência se transformou em violência do medo, através de práticas cotidianas que se aproximam da barbárie. É exatamente no cotidiano que as diversas facetas da violência e do medo se expressam e se manifestam.

O primeiro ano do século XXI produziu imagens que, provavelmente, marcarão a década, como também a geração, que se inicia. Além dos ataques de 11 de setembro, assistimos, em tempo real pela televisão, aos atentados terroristas em Londres, Moscou, Istambul, Bali, Madri; guerra no Iraque, Palestina entre outros conflitos regionais. Nesta era de lutas étnicas e religiosas, o conflito humano apresenta uma selvageria inexplicável. A cacofonia produzida pelo sensacionalismo dos meios de comunicação, reproduzido dia-a-dia

repetidas vezes, nada mais fez do que cristalizar a violência como um estigma na cultura mundial, pois as imagens do terror se alojaram na mente dos cidadãos de diversos países. A violência ganhou projeção de espetáculo, em uma relação social intensa entre as pessoas, mediada por imagens de impacto (DEBORD, 1997, p. 14).

As sociedades convivem com duas formas de medo: a imaginação (proveniente dos pequenos medos, que antes existiam em menor intensidade, mas que hoje são anunciados a cada momento, por exemplo: medos do outro, das balas perdidas, do sangue contaminado, possíveis pragas, repetições de Chernobyl ou de um 11 de setembro), e a crença (calcada na tradição cultural, fator preponderante de controle no pensar e agir), que dão sentido e consistência ao próprio medo.

Esses males, decorrentes do impacto do desenvolvimento da tecnociência sem limites sobre a natureza, sobre a sociedade e sua organização e sobre o homem como produtor e consumidor da sua existência, terminaram por gerar um estado de medo e incerteza constante. O medo do outro é consciente, como nos lembra Hobbes (1983, p. 125):

Que se pergunte qual a opinião dos compatriotas quando alguém viaja armado; de seus cidadãos, quando ele põe tranca nas portas; de suas crianças e domésticos, quando fecha os cofres à chave. Não estaria assim incriminando a humanidade através de seus atos, quanto faço por minhas palavras?

Nesse sentido, o medo é um denominador comum. Entre o medo originário das crenças religiosas e o medo político do poder não há hoje grande diferença, como nos lembra Weber (1982, p. 102):

Acontece que, na realidade, motivos extremamente poderosos, comandados pelo medo ou pela esperança, condicionam a obediência dos sujeitos, seja o medo de uma vingança das potências mágicas ou dos detentores do poder, seja a recompensa aqui na Terra ou no outro mundo.

No entanto, podemos observar a partir das citações, que duas espécies de medo nos rondam, pois, os homens da sociedade contemporânea estão dominados pelo materialismo vulgar: o poder e a ameaça da perda dos bens não naturais e não necessários. Assim, o medo refugiou-se nas idéias de interesse e consumo e, portanto, no mais puro egoísmo.

No Brasil, como em qualquer outro país, há tragédias, mortes violentas. As tragédias individuais são tão freqüentes que se transformaram em catástrofes coletivas. Os brasileiros vivem com medo, da mesma forma que as populações residentes em áreas assoladas por terremotos, erupções, furacões e tornados. Como as populações atingidas por essas

catástrofes, nosso comportamento é dirigido, em parte, pelo medo. Vivemos numa atmosfera de medo: medo de assalto, medo de atropelamento, medo da polícia, medo de arrastão, medo de bala perdida e de vários outros medos difundidos pelos meios de comunicação de massa. Regida por causas múltiplas, o medo têm se firmado como o prenúncio do amanhã.

Castel (2005, p. 95) sugere que nosso sentimento agudo de insegurança deriva não tanto da carência de proteção quanto da inescapável “falta de clareza de seu escopo” em um tipo de universo social que, como o nosso, “foi organizado em torno da infundável busca de proteção e de frenética busca de segurança” – estabelecendo assim padrões de proteção sempre crescentes, e previamente impensáveis, sempre à frente do que é atualmente possível de atingir. É nossa “obsessão por segurança”, assim como nossa intolerância a qualquer brecha – ainda que mínima – no seu fornecimento, que se torna a fonte mais prolífica, auto renovável e provavelmente inexaurível de nossa ansiedade e de nosso medo.

Desse modo, pode-se citar o bombardeio mediático de cenas e relatos violentos diários, 24 horas por dia, resultando em uma sensação coletiva de insegurança – a de que amanhã não pode ser, não deve ser, não será como hoje – significa um diário de desaparecimentos, sumiços, extinção e morte. Segundo Bauman (2008, p. 196) “como todas as outras formas de coabitação humana, nossa sociedade é um dispositivo que tenta tornar a vida com medo uma coisa tolerável”. Silenciar as angústias do medo, nos parece mais cômodo do que entendê-las e enfrentá-las. “Os pânico vêm e vão e, embora possam ser assustadores, é seguro presumir que terão destino de todos os outros”.

As advertências sobre o perigo eminente estampadas nos jornais e revistas, anunciadas a todo o momento pela televisão e internet, ganham dimensões globais e, deixam de ser assustadoras para se transformarem em entretenimento. Entender o sentido da violência, no contexto da sociedade atual torna-se essencial para desvendar o impacto das manifestações culturais, ora confundida com entretenimento, e vital para a análise da conjuntura atual. A violência configura-se como uma linguagem singular, expressa por diversos grupos, na tentativa de obtenção de visibilidade e poder. A ideologia intrínseca neste processo corresponde ao paradoxo na dinâmica cultural.

O convívio diário com as atrocidades cometidas por meio da violência se faz presente nas palavras de Stalin “A morte de uma pessoa é uma tragédia; a de milhões, uma estatística.”; pois a sociedade atual contabiliza suas vítimas de guerras, conflitos e disputas cada vez mais próximas de nações e pessoas de paz. Como exemplo recentemente aconteceu o “caso Isabela” (29 de março de 2008), além da “CPI das milícias nos morros cariocas” (19 de junho de 2008), o “tribunal do crime organizado” (24 de maio de 2008), entre outro; todos

amplamente explorados pelos meios sensacionalistas, em contrapartida, o aumento vertiginoso dos índices de violência nas grandes capitais brasileiras (Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI –2002) foram pouco explorados. Os números da violência impressionam e a linguagem expressa, pelos meios de comunicação, reafirma as características latentes de uma cultura permeada pela violência.

CHAUI (2006, p. 116) afirma que a imagem do mal banalizado é construída a partir de outras imagens expressas em palavras como chacina, massacre, guerra civil tácita. Talvez, por isso mesmo, a violência seja um fato sem comparação na era moderna.

Nesse sentido, é importante salientar que os meios de comunicação são utilizados como estratégia, ou seja, mais uma forma de controle social do que um aparato ideológico (EAGLETON, 1997, p. 42). O medo se configura, nesse contexto, por meio dos efeitos da violência institucionaliza no discurso. A partir do plano das idéias, a abstração do subjetivo ganha forma e sentido na ação social, sempre associado à verve política. Para tanto, entendemos ideologia como um sistema de idéias, de símbolos, de critérios, de atitudes que têm uma coerência entre si, de tal modo que se distingue e mesmo se opõe a outro sistema de idéias, etc. Toda ideologia serve para acolher, selecionar e controlar a informação. Embora a ideologia participe de toda a cultura humana, nem por isso se confunde com esta.

Segundo Boeira (1997),

As ideologias podem ser mais ou menos consolidadas, na medida em que expressam idéias, símbolos, critérios, atitudes de indivíduos ou de grupos sociais. Geralmente, as ideologias articulam idéias de grupos e mesmo de classes sociais. Para esses casos, o controle das informações é mais evidente do que o acolhimento e a seleção. O controle expressa o poder de dividir, de separar o que está dentro e o que está fora da ideologia e portanto do grupo que a defende. As ideologias grupais estabelecem e mantêm alguma forma de dominação entre dirigentes e dirigidos, funcionando como cimento social dos grupos.

Diante disso, Ricoeur (1990, p. 65) afirma que a ideologia é função da distância que separa a memória social de um acontecimento que, no entanto, trata-se de repetir. Seu papel não é somente o de difundir a convicção para além do círculo dos pais fundadores, para convertê-la num credo de todo o grupo, mas também o de perpetuar sua energia inicial para além do período de efervescência. Ricoeur diz que a ideologia depende daquilo que poderíamos chamar de uma teoria da motivação social.

Seguindo essa linha de pensamento, baseados em Eagleton (1997, p. 37), podemos definir ideologia de seis maneiras diferentes, que se inter-relacionam e nos fornecem pistas para a compreensão do medo na sociedade contemporânea. A primeira definição, segundo o

autor, corresponde ao processo material geral de produção de idéias, crenças e valores na vida social.

A proximidade desta definição com o significado de cultura amplia o entendimento das complexas práticas significantes e processos simbólicos em uma sociedade particular. A “vivência” dos indivíduos assume um caráter primordial sobrepondo-se às práticas em si. No caso da violência, é possível interpretar sua influência de várias formas, como condutora e produtora de estigmas de medo.

Para os gregos, estigma se refere a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Com base em Goffman (2000, p. 11-14), estigma é um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo, que pode ser caracterizado em três tipos: deformidade física, culpas de caráter individual e marcas tribais de raça, nação e religião (transmitidos através de linhagem). Adequar estes conceitos na sociedade contemporânea nos permite discutir o processo de hibridação da cultura através da violência e do medo. A sociedade estigmatizada por estes atributos, se vê imersa a uma realidade fictícia, pois tenta obstinadamente empregar uma interpretação não convencional do caráter de sua identidade através dos meios de comunicação de massa.

A violência é, geralmente, associada a um dano físico, mas ela pode também corresponder a um dano psicológico ou à transgressão de uma norma — dano moral. Por essa razão Yves Michaud (1989, p. 42) formula um entendimento que pretende reunir toda a diversidade de significados que a expressão sugere. Podemos considerar que a fabricação de ferramentas pelo homem remete a uma cadeia significativa, interligada à elaboração da linguagem, indissociável da simbolização e da montagem de uma rede de transmissão social de conhecimento e aprendizagem, enfim, a cultura. A cultura seria o elemento chave que diferencia o homem dos animais.

A ideologia, nesse contexto, associa-se as práticas da violência e a determinação social do pensamento, ou seja, a elucidação de facetas da cultura, por meio da relação entre os códigos linguísticos e os processos do poder político. Girard (1990, p. 22) diz que a violência é fundante nas relações sociais e constitui os sentidos para a caminhada das sociedades, ganhando conotação ritualística, mítica e sagrada.

Sem violência, apontam Bourdieu e Passeron (1975, p. 23), não há cultura. Cultura é a imposição violenta de uma seleção arbitrária de significações. A violência é, portanto, uma propriedade da cultura. Mais que isso, é motor-propulsor da reprodução cultural

Outra vertente sobre o entendimento da ideologia recai sobre as idéias e crenças (verdadeiro ou falso,) que simbolizam as condições e experiências de vida de um grupo ou classe específico (EAGLETON 1997, p. 37). A Ideologia aproxima-se aqui, da idéia de uma “visão de mundo” que remete às condições e experiências de vida de um grupo ou classe específico, socialmente significativo.

Nesse sentido, podemos recorrer ao pensamento clássico sobre o medo, para exemplificar essa vertente ideológica. Os sofistas, como nos lembra Bauman (2008, p. 45), pregavam que o medo da morte é contrário à razão – argumentando que quando a morte esta aqui eu não estou mais, e quando eu estou aqui a morte não esta -, estavam enganados: onde quer que eu esteja, estou em companhia de meu pavor de que mais cedo ou mais tarde a morte vai pôr um fim a minha presença aqui.

Nesse contexto, é importante destacar a formação de idéias e crenças não só através da coletividade, mas principalmente pela individualidade. Ocorre que, em todo o tipo de sociedade, a individualidade tende a ser um privilégio cobiçado, estritamente vigiado e guardado, de que poucos usufruem. Ser um indivíduo, significa destacar-se na multidão; ter um rosto reconhecível a ser conhecido pelo nome; evitar ser confundido com quaisquer outros indivíduos e assim preservar sua própria identidade.

Assim, conforme nos alerta Bauman (2008, p. 51), o acesso aos meios de preservar a singularidade identificável do rosto e do nome no futuro, incluindo o período subsequente à morte de seu portador, é um atributo necessário da “individualidade” – mas talvez também seu ingrediente mais desejável. Desse modo, o direito à fama individual repercute como um dever de esforço incessante e vigilância sem trégua – tal como o direito à salvação exigia uma bondade vitalícia e sem deslizes. Não promete descanso e pressagia uma vida cheia de ansiedade, autocrítica e possivelmente auto-reprovação. A imortalidade personalizada é uma proposta de expansão da vida, exigindo duros esforços para realizar efeitos memoráveis.

A imortalidade impessoal compensa a impotência pessoal. A existência anônima ganha uma chance de imortalidade. O que vai causar esse impacto, contudo, e deixar marcas profundas no tempo infinito, é a forma como eles morrem. Incapazes de alcançar a imortalidade por meio da vida, ele a obtêm assim mesmo por meio da morte. Segundo Barthes (1976 apud BAUMAN, 2008, p. 58), o mito da contingência da morte é construído e sustentado mediante a representação de um ato natural, como produto de muitas falhas humanas que poderiam ser evitadas ou tornadas evitáveis.

Contra a cultura se mascarando de natureza, da forma exposta por Barthes, a naturalidade da morte é camuflada de cultura. Mas, a função dos mitos investigados por

Barthes era proteger “o corpo da cultura, frágil e contingente, por trás do escudo do extraordinário” – enquanto o propósito da desconstrução da morte é exatamente o oposto: “despi-la da aurora do extraordinário que porta e sempre portou”. Fragmentada em incontestáveis ameaças, o medo da morte satura a totalidade da vida, embora na forma diluída de uma toxidade um tanto reduzida. “Graças à ubiqüidade de suas pequenas doses, é improvável que o pavor da morte seja ‘ingerido’ totalmente e confrontado em toda a sua medonha horripilância, sendo suficientemente comum para poder paralisar o desejo de viver” (BAUMAN, 2008, p. 59).

Portanto, diante disso, as várias significações e interpretações do medo da morte, correspondem ao ideário de justificativas que são usados para controlar e coagir os indivíduos. Carregada de interpretações múltiplas, a violência torna-se então, responsável pelo entendimento das causas e efeitos conflitivos de uma ideologia globalizada.

Eagleton (1997, p. 37) aborda, também, a ideologia como promoção e legitimação dos interesses de grupos sociais em face a interesses opostos. Nesse sentido, a ideologia pode ser vista como um campo discursivo no qual os poderes sociais que se autopromovem conflitam e colidem acerca de questões centrais para a reprodução do poder social como um todo. A ideologia apresenta-se, aqui, não como um discurso verídico, mas como um tipo de fala retórica ou persuasiva, mais preocupada com a produção de certos efeitos eficazes a propósitos políticos do que com a situação “como ela é”.

Na sociedade e na História da humanidade, o medo tem sido usado como instrumento de manipulação ideológica (modelar o espírito de pessoas e povos a fim de adquirir domínio sobre eles de forma rápida, contundente, massiva e fácil) das pessoas, subjugando-as, tornando-as escravas e dominadas por determinados indivíduos, grupos ou situações. As pessoas atemorizadas tornam-se reféns de outras. O fato é que as pessoas acabam tendo “medo do medo” e, então, para não sentir medo, se sujeitam a qualquer preço. Segundo Maquiavel, em sua obra “O Príncipe”, o poder garante o domínio de uns sobre outros (1998, p. 103).

Para o melhor entendimento da formação ideológica do modo, através do poder, recorreremos ao autor Elias Canetti (1960, p. 12), que agrega à categoria de poder o controle e domínio da informação. Diz ele que o segredo está no núcleo do poder, os dominados devem permanecer sob a ignorância, ocorrendo aí a “confiscação do saber”. Neste sentido, entendemos que “não é o poder que corrompe, mas o medo; medo daqueles que exercem o poder, de perdê-lo; o medo das metralhadoras, daqueles que são oprimidos pelo governo”, Aung Sun Kyi, Prêmio Nobre da Paz (1991 apud Bauman, 2008. p. 60).

Ao partir desse pressuposto, é importante ressaltar a relação homem e violência, como agente e ferramenta de poder, imbuída de verve ideológica para a conquista de objetivos. Conforme apresentado por Roger Dadoun (1998, p. 98), o *homo violens* é fruto da violência originária da sua gênese, descrita no texto bíblico e cristalizada de forma simbólica no imaginário humano. Ao analisar a História, é nítida a presença constante de crimes, massacres e genocídios; isso não deixa dúvida sobre a presença da violência nas mais distintas formas de organização social. Toda a história de horror da humanidade, desde a dupla violência originária narrada por Freud (1993) em Totem e Tabu, leva Dadoun a concluir que o homem é “fundamentalmente, primordialmente, um ser de violência, *homo violens*” (1998, p. 101).

Não se trata de discutir se o homem é por natureza bom, como queria Rousseau (1989) ou não, mas de perceber que a violência é uma arma, ou melhor, um meio, a serviço do homem que traz na sua essência o desejo de dominação, o desejo de poder, uma insaciável libido dominante.

Ao seguir, nessa linha de pensamento, é possível destacar outra classificação ideológica (EAGLETON, 1997, p. 38) do medo, por meio da promoção e legitimação dos interesses setoriais às atividades de um poder social dominante. Isso envolve a suposição de que as ideologias dominantes contribuem para unificar uma formação social de maneiras que sejam convenientes para seus governantes; não se trata apenas de imposição de idéias pelos que estão acima, mas de garantir a cumplicidade das classes e grupos subordinados e, assim por diante. Dessa maneira, o medo é que referenda a lei dos tiranos, que não se detêm diante das regras de convivência e respeito pelo outro. O medo torna o governante, a pretexto de proteger seus súditos de ameaças externas ou internas, absoluto em seu poder.

No mito freudiano (FREUD, 1974) sobre o assassinato do pai primordial, o medo do desamparo em que se encontra a órfã traz a necessidade de uma lei que proteja o grupo contra as conseqüências mais temíveis da luta de todos contra todos. A lei simbólica, que impõe como condição do convívio com o grupo a renúncia ao excesso do gozo pulsional – o que em psicanálise se traduz como interdição do incesto, institui-se por decisão coletiva para substituir a lei arbitrária do tirano assassinado. Se a lei simbólica perder a sustentação coletiva, o medo voltará a dominar e impor uma lei fundada sobre o temor imaginário da morte: há sempre um fantasma no horizonte para justificar a lei do medo.

A lei do medo pode ser comparada ao estado de terror em que vivem os moradores de algumas favelas das grandes cidades brasileiras, oprimidos pelo regime imposto pelo tráfico e a violência da polícia. É uma lei que não pode ser questionada, muito menos transgredida: se a transgressão cobra o preço da exclusão do transgressor dos termos da lógica que comanda o

convívio de uma comunidade, a transgressão à lei do medo sempre é paga com a morte. Por exemplo, o medo absoluto imposto pela lei do medo não é instigante nem criativo. A lei do medo reduz o homem à condição de *homo sacer*, recuperada por Agamben, sujeito cuja vida foi excluída do campo simbólico e ficou à mercê da violência banal, prestes a ser abatido por qualquer motivo, pelas mãos de qualquer um.

Na sociedade brasileira, Chauí propõe a divisão social do medo, ao analisar as expectativas das diferentes classes sociais.

A classe dirigente teme perder o poder e seus privilégios; a classe dominante teme perder riquezas, bens, propriedades; a classe média teme a pobreza, a proletarização, a desordem; a classe trabalhadora teme o desemprego, a morte cotidiana, a violência patronal e policial, a queda vertiginosa na marginalidade, na miséria absoluta, a arbitrariedade dos poderes constituídos. (CHAUI, 2006, p. 104)

A ideologia presente, nesse contexto, contribui para o entendimento da posição governamental, frente à condução das relações sociais. Conforme aponta Chauí (2006, p. 104), essa diferença dos medos é reveladora. Em primeiro lugar, revela os medos que estão no alto político, econômico e social são os da perda de privilégios, medos que dizem respeito aos seus interesses. Em contrapartida, os medos dos que estão no baixo político, econômico e social são de queda na desumanização, de perda da condição humana e por isso medos que dizem respeito aos seus direitos.

Não obstante a essa vertente, a ideologia (EAGLETON, 1997, p. 37) pode ser interpretada como idéias e crenças que ajudam a legitimar os interesses de um grupo ou classe dominante, mediante a distorção e a dissimulação; no caso deste trabalho, insere-se o poder e a violência.

Desde os séculos passados, muitos teóricos acreditavam na possibilidade de uma dualidade de poder entre aqueles que estavam por cima, dominando, impondo suas visões de mundo, e os que estavam por baixo, a quem só restava receber e absorver as versões dominantes. Por outro lado, no pensamento político moderno não existe mais essa separação, e os receptores – o povo, a opinião pública – não agem, como supunha a pesquisa anterior, de forma tão passiva. A manipulação, sem dúvida alguma, é algo tentado, é algo em que se investe uma grande quantidade de capital e poder; entretanto, por parte de quem recebe essas tentativas manipulativas existe também uma participação, nesse jogo, quer aceitando, quer refutando essa manipulação, à medida que as informações entrem ou não no universo de interesse e no seu campo de ação ideológico-político. Para tanto, racionalizar o medo quer dizer racionalizar a relação com o desconhecido.

Tal é, com efeito, a singularidade que apresenta a configuração ideológica da “guerra contra o terror”. O discurso oficial põe o terror como seu inimigo. Ele proclama a alteridade radical: a luta do bem e do mal e da liberdade contra o terror, luta às vezes identificada com o choque das civilizações. Mas, esse discurso só é recebido por meio da exploração do sentimento que é aparentemente contrário a isso: o sentimento de uma solidariedade secreta e incontestável entre o bem e o mal, entre a liberdade democrática e a repressão de um terror radical; o sentimento de que o suposto choque entre as civilizações só faz disso o produto de um conflito mais fundamental da civilização com ela mesma (RANCIÈRE, 2008, p. 64).

O pressuposto “choque de civilizações” pretende traçar uma oposição simples entre países ricos e democráticos versus os países pobres, cravados na afirmação étnica e na submissão religiosa. Mas, na realidade, os dois princípios tendem a dividir entre si o próprio governo de nossas sociedades na medida em que aí se apaga a singularidade da invasão democrática que mantinha a sociedade à distância dela própria. A distinção política cede lugar à confusão ética: confusão da comunidade política com o medo de vida de uma sociedade; tensão ou confusão dos dois princípios dessa vida: a reprodução da riqueza comum e a transmissão da participação comunitária; tensão ou confusão da afirmação identitária e da submissão para com a alteridade. Segundo Bauman (2008, p. 141), “[...] são essas confusões em cadeia que produzem o sentimento do terror que une numa só síndrome a ansiedade íntima de cada um (com as ameaças sobre a ordem mundial) e a confrontação com o mal indefinido”.

Mudar o foco da atenção dos perigos para o risco se revela outro subterfúgio – uma tentativa de fugir do problema, e não um passaporte para a conduta segura. Nesse sentido, os perigos mais assustadores e aterrorizantes, sejam precisamente aqueles cuja previsão é impossível, ou extremamente difícil: os imprevistos; e muito provavelmente imprevisíveis. O obstáculo mais terrível à prevenção de uma catástrofe é sua incredibilidade. Portanto, o fato de tais medos não serem absolutamente imaginários pode ser confirmado pela autoridade dominante da mídia, que defende – visível e tangivelmente – uma realidade que não se pode ver nem tocar sem a ajuda dela.

Diante das definições sobre ideologia apresentada, ainda resta uma última linha de pensamento intrínseca na dinâmica proposta, são elas as falsas ou ilusórias crenças oriundas da estrutura material do conjunto da sociedade como um todo (EAGLETON, 1997, p. 38). Nessa linha recorreremos ao pensamento Marxista (materialismo dialético), onde ideologia é definida como um conjunto de proposições elaborado na sociedade burguesa, com a finalidade de fazer aparentar os interesses da classe dominante no interesse coletivo, construindo assim, uma situação dominante daquela classe (EDGAR; SEDGWICK, 2003, p.

202). A manutenção da ordem social requer dessa maneira menor uso da violência através de força explícita. Assim, a ideologia torna-se um dos instrumentos da reprodução do *status quo* e da própria sociedade. O termo ideologia permanece aqui, depreciativo, mas evita-se uma descrição genético-classista (EAGLETON, 1997, p. 39), ou seja, uma rotulação entre ricos e pobres. Podemos retornar à questão da ideologia como “relações vivenciadas”, e não como representações empíricas. Segundo Eagleton (p. 40), “[...] uma transformação de nossas relações vivenciadas com a realidade só poderia ser assegurada mediante uma mudança material dessa mesma realidade”.

Por exemplo, a ditadura dos meios de comunicação de massa utiliza-se de todas as ferramentas possíveis para a disseminação do consumo, ou melhor, o incentivo à dinâmica mercadológica: comprar. Isso se deve ao próprio sistema capitalista vigente que pressiona o indivíduo ao consumo pelo viés da sobrevivência e inclusão social. Tão importante quanto o que se diz nos media são os silêncios que não se diz. O medo transforma-se no mote do momento caracterizado pelo valor da perda. Nesse sentido, regido por ideologias múltiplas, a violência têm se firmado como o prenúncio do amanhã, pois os medos podem mudar segundo os tempos e os lugares, em virtude das ameaças que pesam sobre nós. A corrida por um “lugar seguro” perpassa o sentido de viver, para o sentido de se proteger. O consumo desenfreado por esse novo nicho de mercado, incentiva a criação de formas cada vez mais agressivas em chamar a atenção, ou publicizar, através do trágico.

Maria Rita Kehl (2007, p. 89), diz que, no Brasil de hoje, o espaço público e o imaginário social são preenchidos pela emissão constante e indiferenciada – sem cortes significativos – de imagens televisivas e publicitárias. A tevê é o representante do “outro” no contexto social atual. Como o Deus cristão, ela parece onipresente, onisciente e onipotente. Mas, é um “outro” que não fala em nome de nenhum ser imaginário; seu mestre é o mercado, sua lei é o gozo.

Neste sentido, Kehl (2004, p. 90) acrescenta que a potência paterna passou a ser medida pelo poder de consumo. A publicidade demonstra, constantemente, que a fruição individual de um objeto de consumo (apresentado sempre como objeto do desejo) vale mais do que todos os ideais coletivos do mundo. Para Kehl (p.108), a imagem, nem tão fantasiosa quanto gostaríamos, deste mundo ameaçador, desenha-se a partir do declínio da dimensão “imaginária do pai”, ou seja, é aquele representado à criança, no Édipo, através do discurso da mãe (1991 JOEL DOR apud KEHL, 2004, p. 108). Embora a função paterna seja simbólica, ela é indissociável da dimensão imaginária do pai, que lhe dá consistência e sustentação na cultura.

Segundo Kehl (2004, p. 109)

Os imperativos de gozo que predominam nas sociedades, ligando através das imagens publicitárias as motivações e os projetos de vida dos sujeitos à voracidade do mercado, dificultam que o pai real (ou seu substituto) encontre, na criança, uma posição legítima a partir da qual possa fazer valer a lei. O pai real, esse ser de carne e osso que concebeu a criança e convive com ela, vem perdendo lugar no imaginário social na proporção direta da expansão dos apelos midiáticos ao gozo e à transgressão. O imaginário paterno não pode ser sustentado apenas pela capacidade de consumo, único fator que ainda parece respeitável no que concerne à potência do pai real. A desmoralização do pai imaginário fragiliza os adolescentes, sobretudo os meninos, abrindo diante deles a perspectiva da entrada em um mundo ameaçador, regido pela lei do mais forte, diante do qual, muitos deles apresentam recuos sintomáticos.

Afirma a autora, que o adolescente, em pleno momento de ressignificação edípica, vê-se convocado a realizar, metaforicamente, o incesto, gozo mortífero que ameaça dissolver sua precária integridade psíquica. Por uma outra via – a das fantasias inconscientes que se materializaram no campo do “outro” – a forte rivalidade exigida pelo estágio selvagem do capitalismo impõe padrões de masculinidade cada vez mais agressivos às relações entre os adolescentes, convocando todos a uma disputa fálica mortífera. Tal predisposição a resolver os conflitos de interesse pela via da violência não beneficia nem os mais fortes – que se defendem atacando primeiro – nem os mais fracos, que não sabem a quem recorrer para se defender. A vigência da lei do medo restringe a atividade psíquica, o campo de representações do sujeito e o espaço de circulação dos indivíduos (KEHL, 2004, p. 110). Como nos lembra Ricoeur (1990, p. 68), é por isso que o fenômeno ideológico começa demasiadamente cedo: porque, com a domesticação, pela lembrança, começa o consenso, mas também se iniciam a convenção e a racionalização. Neste momento, a ideologia deixou ser mobilizadora para tornar-se justificadora; ou antes, só continua sendo mobilizadora com a condição de ser justificadora.

A ideologia intrínseca neste processo se confunde com a mercadoria-fetice discutida por Marx, pois a economia de consumo depende da produção de consumidores, e os consumidores que precisam ser produzidos para os produtos destinados a enfrentar o medo são temerosos e amedrontados, esperançosos de que os perigos que temem sejam forçados a recuar apenas graças a eles mesmos. Ao abordar a mercadoria, Marx (2002, p. 57) faz referência a um objeto, a uma coisa que se pode tocar, ou seja, “a mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenha do estômago ou da fantasia”.

A preocupação de Marx é distinguir o valor de uso do valor de troca. A base do valor de uso de uma mercadoria está nas suas qualidades materiais específicas. Mas, como valor de troca, a mercadoria deve ser considerada não naquilo que tem de qualitativamente distinto, mas no que possui de essencialmente comum, o trabalho socialmente necessário para a sua produção; trabalho abstrato porque trabalho qualquer. Então, a mercadoria possui a dimensão de uso e a de troca. Mas, é só como valor de troca que uma mercadoria circula. E ela só circula porque é, nesse sentido, uma mercadoria com um trabalho incorporado.

Na sociedade do capitalismo global, diz Feffermann (2006, p. 32), observa-se um aumento de tendências totalitárias, que podem estar relacionadas, entre outros fatores, ao avanço das forças produtivas e das relações de produção, que acirram a contradição entre o desenvolvimento tecnológico e a reprodução da miséria e das desigualdades sociais. Nesse processo, a cultura de massa tornou-se hegemônica, promovendo a integração de diferentes aspectos da consciência das pessoas, em todo o mundo, às esferas da produção material e do consumo, tornando-se uma das influências determinantes das relações sócias. O homem, na cultura de massa, assimila como seus os desejos e necessidades externas: os bens de consumo. O seu pensamento e o seu desejo são condicionados aquilo que o mundo administrado pode atender (ADORNO, 1993, p. 82).

Em “A sociedade do consumo”, Baudrillard (1995) afirma que jamais se consome o objeto em si (em seu valor de uso), os objetos são manipulados em seu sentido amplo como signos. Não se consome realmente um objeto, mas seus signos a fim de mostrar a pertença a um grupo. A superindústria que opera no ramo do imaginário fabrica, assim, uma marca antes de fabricar o objeto. O valor de troca substitui, então, o valor de uso numa situação em que o indivíduo não adquire mais a mercadoria fetiche (aquela que oculta as relações sociais nela embutidas).

Nas sociedades de produção do século XIX (cuja racionalidade era a acumulação de capital), a mercadoria tinha se tornado um fetiche na medida em que era considerada como figurativa de um produto (objeto) e não como resultado de uma relação social. Nas sociedades modernas, em que o consumo é a racionalidade primeira, todas as relações humanas têm sido impregnadas da racionalidade do intercâmbio mercantil. Tudo pode ser convertido em mercadoria.

O capital se revela como imagem e essa imagem da mercadoria, que aparece querendo capturar os olhos do sujeito, é o próprio capital se movimentando como imagem. O capital se torna, nesse sentido, uma entidade visível, ele aprende a falar a linguagem da publicidade. É por isso que se pode dizer que o capital vira espetáculo. A sociedade do espetáculo é um

conceito de Debord (1997), que se refere a um modo de reprodução da sociedade baseado na reprodução da mercadoria. Debord denuncia a dominação da lei mercantil sobre a vida. O espetáculo é a ideologia econômica, é “[...] o capital’ num tal grau de acumulação que se torna imagem” (DEBORD, 1997, p. 25), ele é o conjunto das legitimações com as quais a sociedade contemporânea se identifica para assegurar a reprodução de seu poder e de alienação geral. Não se trata de “[...] um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (p. 14). Nesse sentido, Sodré (1996, p. 23) afirma que,

Reduzir conceitualmente, as mutações culturais da contemporaneidade a termos (econômico-políticos) de mercadoria, exploração e mais-valia, seria perder de vista o que já se chamou de “dessublimação das forças produtivas”. Isso implica na prática uma operacionalização das trocas sociais sob a égide do signo, o que equivale a uma espécie de espetacularização da vida social. Na sociedade do espetáculo, o poder ou o controle são discursivamente sutis.

Na era do espetáculo, todas as indústrias convergem para ele. Todas as mercadorias – e não mais apenas as mercadorias típicas da indústria cultural – se manifestam por meio de imagens, através do espetáculo. As mercadorias circulam como imagens, como se fossem arte. Toda mercadoria quer falar ao consumidor, propondo a ele um gozo espiritual, a revelação de uma verdade que estaria encoberta e o consumo da revelação do sentido de sua própria vida. O sujeito consome a própria identidade, reduzindo-a ao objeto-signo que consome.

Diante deste contexto, Feffermann (2006, p. 31) afirma que “[...] o consumo tecnológico em massa, aparentemente tão magnífico, no qual se esperava produzir equilíbrio social, ao contrário, reforçou ainda mais a alienação mútua dos homens, pois cada vez mais se relacionam menos uns com os outros”. Frente a isso, a ação da indústria cultural contribui para o não desenvolvimento do pensamento crítico, resultando na predominância de uma dimensão da razão com caráter instrumental, que se alicerça no processo técnico e se torna automática aos objetivos a que se serve. Decorre daí a manipulação da consciência coletiva, cuja primeira consequência é o embotamento da dimensão emancipadora, tornando os indivíduos sempre mais incapazes para desenvolver uma forma autônoma de pensamento. Eles são controlados e relegados à condição de meros consumidores de bens materiais e culturais unificados e produzidos em escala industrial.

O espetáculo é o modo de produção contemporâneo (DEBORD, 1997, p. 28). E se é verdade que nós vivemos num modo de produção que pode ser nomeado espetáculo, é verdade que estamos tiranizados pela imagem e pelas mercadorias traduzidas em imagens e

pelas imagens revestidas da condição de mercadoria. Nesse universo, não há lugar para o pensamento.

A operação psíquica do pensamento não combina com o fluxo de imagens tal como a televisão propõe. O pensamento, entendido como o esforço de simbolização, de articulação lingüística que dá nome às coisas, que cria conceitos, não tem espaço regular no fluxo de imagens da mídia. Uma coisa se opõe à outra. Mesmo havendo teorias que consideram a possibilidade de um raciocínio se estabelecer por meio da imagem (da abstração por imagens), esta não é a linha do discurso dominante da mídia.

A linha dominante é a que aplaca o pensamento, promovendo as identificações imaginárias e o encontro paralisante, ainda que efêmero, do sujeito com o seu objeto signo. O pensamento arranca o sujeito das certezas desse mundo determinado pelo espetáculo, onde é o signo que completa o sujeito. Para acontecer, o pensamento precisa interromper este processo. O pensamento crítico poderia acontecer abrindo brechas nessa lógica. Além do caráter econômico, a teia social abarca interesses individuais múltiplos ramificados em estruturas de pensamento coletivo e intensificados através do uso indiscriminado da mídia como arma de propagação ideológica.

O crédito passou a acompanhar a vida de grande parte da população, gerando a falsa sensação do ter. “Nenhuma geração passada foi tão endividada quanto a nossa – individual e coletivamente”, nos lembra Bauman (2008, p. 16). O cartão de crédito, mágico, traz um futuro evasivo direto para o indivíduo, que pode consumir o futuro, por assim dizer, por antecipação – enquanto ainda resta algo para ser consumido. Parece ser essa a atração latente da vida à crédito, cujo benefício manifesto, a se acreditar nos comerciais, é puramente utilitário: proporcionar prazer, complementa Bauman (2008, p. 16).

A partir dessa exemplificação, é possível relacionarmos a construção ideológica do medo por meio da violência mediatizada, além de sua sustentação mercantil. As diversas significações imbuídas neste bojo confundem-se com práticas cada vez mais lucrativas. Nesse sentido, aproximamo-nos mais das diversas configurações da violência na sociedade contemporânea, sem deixar de citar o agente fomentador dessa ideologia.

No entanto, o objeto de alicerce e de desenvolvimento dessa ideologia nos parece confuso em meio a tantos interesses. As teorias cognitivas apontam para o fato de que o significado não está na mensagem. Ele é construído pelos processos psicológicos da atenção e da memória na cabeça das pessoas. Significado é a ativação de um elenco de *links* semânticos associados na memória e disparados pelo uso dos signos. Adorno (1993, p. 94) nos auxilia na compreensão desse processo:

O poder magnético que as ideologias exercem sobre os homens, mesmo quando já dão sinais de estarem derrotados, explica-se, para além da psicologia, pela decadência objetivamente determinada da evidência lógica enquanto tal. As coisas chegaram ao ponto em que a mentira soa como verdade e a verdade como mentira. Cada declaração, cada notícia, cada pensamento está pré-formado pelos centros da indústria cultural. O que não traz a marca familiar dessa pré- formação está, de antemão, destituído de credibilidade, tanto mais que as instituições de opinião pública fazem acompanhar aquilo que divulgam de milhares de comprovações factuais e de toda plausibilidade, de que pode se apoderar o poder de disposição total. A verdade que tenta se opor a isso não só porta o caráter do inverossímil como é, além disso, pobre demais para entrar em concorrência com o aparato de divulgação altamente concentrado.

Conforme afirma Eagleton (1997, p. 43), a ideologia é essencialmente uma questão de significado, mas a condição do capitalismo avançado, conforme alguns poderiam sugerir, é o não significado que a tudo permeia. O predomínio do utilitário e da tecnologia obstrui a significação da vida social, subordinando seu valor de uso ao formalismo vazio do valor da troca. O consumismo afasta-se do significado a fim de enredar o sujeito subliminarmente, libidinalmente, no nível da resposta visceral e não da consciência refletida.

Nesse contexto, bem como no âmbito da mídia e da cultura cotidiana, a forma sobrepuja o conteúdo, os significantes prevalecem sobre os significados, para nos oferecer as superfícies vazias, desafetas e bidimensionais de uma nova ordem social. Essa hemorragia de significado em grande escala é a causa dos sintomas patológicos que afetam a sociedade por todos os lados: drogas, violência, revoltas estúpidas, a busca desnorteada de significados místicos.

A riqueza visual serve como estímulo adicional em perpetuar-se como um surpreendente espetáculo, ou melhor, forma de significação. Ela é amplamente utilizada pela indústria do entretenimento, pois as pessoas aproveitam atalhos mentais, por meio de imagens pré-constituídas, para enquadrar os fatos corriqueiros do mundo, poupando energia e tempo (NEWHAGEN, 1992, p. 30)

Portanto, a imagem que os públicos em geral têm do mundo é assim constrangida por tal limitação. O fluxo constante de mensagens é um fenômeno complexo, de difícil digestão. Em outras palavras, “o receptor tem capacidade cognitiva limitada para entender isso tudo”, aponta Newhagen (1992, p. 32). Não é incomum perceber, portanto, mesmo em temas de extrema gravidade, como é o caso do crime organizado, falta de níveis superiores de compreensão. Afinal, a sensibilidade emocional, aguçada episodicamente, predomina o monitoramento a distância de tais cenas de horror.

Importa, assim, considerar a construção do medo social pela imprensa, pelo mercado de segurança, pelas políticas públicas e pela ação cotidiana dos habitantes na busca de diminuir suas vulnerabilidades à criminalidade na cidade no âmbito das teorias reflexivas do risco, aproximando-nos, por exemplo, de Mary Douglas (1992 apud ECKERT, 2002, p. 17), que afirma que

Vivemos, hoje, numa sociedade de riscos, reveladora de uma nova cultura individualista relativa ao quadro de determinações abstratas e universais onde os riscos se tornam fatos sociais. Lembramos que nossa sociedade tende a transformar cada indivíduo em suspeito, criando uma paranóia coletiva e a angústia da culpa. Ao analisarmos os riscos que se tornam fatos sociais (DOUGLAS, 1992), a consciência do aumento da vulnerabilidade e a diminuição da probabilidade de segurança patrimonial e pessoal, acompanhamos Ulrich Beck (1992) e Anthony Giddens (1991) em suas críticas a políticas institucionais na era industrial e em sua análise do surgimento de peritos para mediar as situações de risco. Para esses teóricos, a violência urbana, como risco em potencial, alimenta um mercado de segurança e promove a qualificação de especialistas nesses riscos. O acesso ao conhecimento dos riscos, por parte da população, converge com projetos de “conscientização” do estado de violência para prevenção ao perigo, cuja *reflexividade*, no sentido de Giddens ou Beck, consiste na identificação dos efeitos e perigos pela dinâmica de radicalização da modernidade com uma profunda crítica à crise institucional.

Diante disso, é notório que os efeitos da insegurança gerada pela criminalidade constroem uma cultura do medo. A violência e sua utilização desmesurada corroboram para a disseminação do medo social, contribuindo de tal forma, para o enraizamento de suas práticas nas mais diversas instâncias sociais. Além de problemas como falta de emprego, atendimento médico, condições básicas de moradia e higiene; constituem apenas a ponta de um grande iceberg presente no mundo todo. No Brasil, a complexidade de tais problemas ganha dimensões maiores, principalmente quando o Estado é complacente com essa situação, sendo corrompido e corrompidor.

A essa ambigüidade se soma o papel dos meios de comunicação, que se especializam em espetacularizar a violência na cidade, gerando um sentimento de medo e pânico na população. A indústria oferece paliativos instrumentais. As serralherias especializam-se em correntes e chaveiros, grades, portões automatizados e pantográficos, estruturas metálicas e basculantes. Dado seu custo acessível, essa opção transforma-se em fonte de consumo de todas as camadas sociais. Já as “lojas de segurança especializadas” propõem uma parafernália de instrumentos antifurto: câmeras para circuito interno, sensores internos e externos etc (ECKERT, 2002, p. 22).

Portanto, viver o dia-a-dia passou do processo empírico habitual para tornar-se uma aventura carregada de significados ilusórios, pois estamos diante de uma realidade na qual a substituição do uso da palavra pelo ato violento, torna-se fator constitutivo da vida social (FEFFERMANN, 2006, p. 13). Acostumados a se pautar por informações enlatadas dos

diversos veículos informacionais, a grande maioria da população vive imersa na sociedade do medo.

Nesse sentido, a cultura da violência deixa suas marcas por meio do medo. Tomar o medo social como objeto é buscar explicá-lo como um instrumento criado socialmente, por determinados grupos, que impede as pessoas de coletivizarem seus interesses e o seu próprio medo, tecendo uma nova cultura e novos padrões éticos, no âmbito do privado e na esfera onde se gesta a vida cotidiana, alterando sua dinâmica, seus ritmos e seus procedimentos. É entendê-lo, não como um fenômeno pronto e acabado, mas como resultado de múltiplos processos, buscando explicações no cerne das relações sociais, das condições reais de vida dos sujeitos e na forma concreta como se expressam no cotidiano das pessoas (BAIERL, 2004, p. 23).

Por exemplo, um dos paradoxos relativos a uma cultura do medo é que os problemas, mas sérios continuam amplamente ignorados, ainda que causem exatamente os perigos mais abominados pela população. A pobreza correlaciona-se com molestamento de crianças, crimes e consumo de drogas. A desigualdade de renda também se associa com resultados adversos para a sociedade como um todo. Quanto maior a diferença entre ricos e pobres em uma sociedade, maiores são os índices de mortalidade provocados por doenças cardíacas, câncer e homicídios (GLASSNER, 2003 p. 27).

Nos tornamos reféns de nossos próprios temores ao constituir uma cultura moldada pela medo e estigmatizada pela violência. Segundo Glassner (2003 p.17), “[...] o sucesso da difusão do medo depende não somente da forma como é expresso, mas da eficácia em exprimir ansiedades culturais profundas”. Estamos diante de novos tempos, novas formas de interpretar e solucionar os efeitos da violência. Como nos lembra Marx (apud ARENDT, 2003, p.48), “[...] a violência é a parteira de toda velha sociedade prenhe de uma nova”, o que nos remete a avaliar o período histórico em que vivemos. Ao contrário do mundo grego, a condução dos negócios, ou relação social, acontece por intermédio da violência, através da persuasão e não mais pelo discurso (ARENDT, 2003, p. 50).

Entender o sentido da violência no contexto da sociedade contemporânea torna-se essencial para desvendar o impacto das manifestações culturais, ora confundidas com entretenimento, e vital para a análise da conjuntura atual. A violência configura-se como uma linguagem singular, expressa por diversos grupos, na tentativa de obtenção de visibilidade e poder. A ideologia intrínseca, nesse processo, corresponde ao paradoxo na dinâmica cultural. O paradoxo em que a violência se inscreve, atualmente no Brasil, nos obriga a compreendê-la numa dupla perspectiva. Por um lado, surge como realidade alheia e hostil à realização mais

plena das tentativas democratizantes da sociedade em todos os níveis, da marginalização do pequeno criminoso até a repressão militar aos conflitos trabalhistas. Por outro, a violência aparece como expressão-limite de articulações dinâmicas, a opção para reivindicar exigências sociais justas, a forma de representar novas identidades culturais ou ressimbolizar a situação de marginalidade, dando, assim, início a uma tentativa de superação da exclusão social. (PEREIRA et al., 2000, p. 14)

Portanto, ao refletir sobre a violência, nos dias de hoje, nos vemos envoltos em um emaranhado de pensamentos que perpassam o entendimento real do cotidiano. A crescente sensação de insegurança que assola milhares de pessoas parece ser rejeitada pela cultura moderna. Deve-se colocar em xeque a barreira que cada um de nós tenta erigir para proteger a esfera íntima, qualquer proximidade com o perigo é refratada, visto a dramatização dos acontecimentos violentos narrados pelos meios de comunicação, em especial o crime. Pinheiro (2003, p. 12) nos recorda que o “medo do crime é um sentimento que está colocado em nós desde a infância. As primeiras histórias infantis souberam como nenhum outro meio de comunicação lidar com esse sentimento”. A proximidade com que a violência atua sobre a formação social, desde os tempos mais remotos, enraíza seus efeitos no comportamento cotidiano.

O medo da violência, então, pode ser atribuído para diversas formas de representação social, no entanto, o crime organizado vem ganhando notoriedade nos meios de comunicação. Mesmo em tempos de ataques terroristas, é o crime organizado, muitas vezes, confundido com terrorismo, que afugenta o ideário social, principalmente por suas características mercantis.

De qualquer forma, neste capítulo procurou-se fazer uma leitura crítica dos termos que orbitam em nosso campo de estudo: o fenômeno do medo, da violência e da cultura. A análise sobre o desenvolvimento do medo e seu enraizamento na cultura contemporânea, foram examinados à luz da preocupação em se obter complementaridade, transitividade ou compatibilidade na construção da temática que fornece o título da dissertação.

Sublinhamos que a reflexão sobre o medo, no campo da praxis da cultura e da violência, não é uma imposição externa e sim exigência epistemológica intrínseca e essencial. Sem pretender esgotar esta reflexão, julgamos importante ressaltar que, ao se lidar com o tema do medo e da cultura, só se alcançará legitimidade através da argumentação num coro polifônico e dialógico. O presente capítulo deve ser relativizado, já que se apóia em preocupações acadêmicas.

Todo o levantamento conceitual e teórico sobre as formações ideológicas do medo através da violência, será aplicada na atuação e efeito social de uma das organizações mais antigas do mundo: o crime. O objetivo do capítulo seguinte é desvendar o fenômeno do crime e sua influência na disseminação do medo. As estruturas do crime, nos dias de hoje, são cada vez mais complexas, tornando-se, muitas vezes, organizadas.

Frente a esse contexto, iremos traçar o perfil histórico do crime, até a formação do que se compreende, hoje, como crime organizado. O foco dessa análise será dirigido à facção PCC – Primeiro Comando da Capital, movimento criminoso que parou o Estado de São Paulo em uma série de ataques orquestrados, no mês de maio de 2006.

3 O CRIME ORGANIZADO NO IMAGINÁRIO SOCIAL: PCC REALIDADE CONTROVERSA

3.1 Medo do Crime

O medo possui diferentes faces de reopontar no meio social, mas nenhum deles merece tamanho destaque como a ascensão do crime. A relação mocinho e bandido, ou melhor, polícia e criminosos ganharam contornos complexos, pois o que antes transcorria no imaginário social com histórias e estórias de final feliz, hoje se mostra uma realidade presente e não tão feliz. Hoje, ironicamente, é difícil distinguir quem são os mocinhos e quem são bandidos. De um lado, os soldados do Estado combatem os criminosos e, algumas vezes se tornam criminosos ao serem corrompidos pelo capital. De outro lado, temos um contingente crescente, que se aproveita da falência estatal para lucrar, sem escrúpulo algum nem respeito pela vida, para eles o que interessa é o lucro. Diante deste cenário, a sensação de proximidade com que o crime se apresenta, encontra-se no dia-a-dia, em todos os meios mediáticos, nas conversas informais, nos discursos políticos e, principalmente, na narrativa de suas vítimas. A angústia coletiva da sociedade frente a essa realidade remete ao sentimento de insegurança presente no mundo, onde o crime se organizou, transcendeu fronteiras territoriais e se consolidou em muitos países, alguns, como fonte econômica, por exemplo, a Transnístria (GLENNY, 2008, p. 123).

O medo do crime avalia Dantas, Persijn e Silva Júnior (2006, p. 05),

[...] incide sobre o Brasil e outros países, já que, o crime está perpetrado em todo o mundo. É fato que o medo do crime cause um impacto negativo na qualidade de vida dos indivíduos e das comunidades, podendo, por isso mesmo, trazer consequências individuais, coletivas, políticas e econômicas significativas. Entre elas, vale citar, o dano psíquico; o abandono e esvaziamento demográfico de certas regiões; a descrença pública no Estado e nas autoridades da justiça e da gestão da segurança pública; a desvalorização imobiliária e conseqüente diminuição ou mesmo cessação do turismo local, bem como a perda econômica correspondente em termos de geração de renda.

O crime, portanto, incide diretamente na saúde estatal, obtendo um impacto considerável na opinião pública por meio da mídia, “que passa a pressionar as autoridades responsáveis pela gestão da segurança pública, no sentido da adoção de medidas efetivas de controle da criminalidade e neutralização ou cessação do medo do crime” (DANTAS; PERSIJN; SILVA JÚNIOR, 2006). Segundo aponta o Comitê Europeu sobre Problemas

Criminais (European Committee on Crime Problems ECCP, 2003), o "medo do crime" diz respeito, essencialmente, ao medo da ocorrência de certos delitos, caso, por exemplo, dos homicídios, delitos sexuais, arrombamentos e lesões corporais, ou seja, da violência.

Diante disso, é possível compreender que certos crimes causem maior impacto individual ou coletivo, sob a forma de medo, o que pode produzir significativas implicações psíquicas, no plano individual, bem como sociais, políticas e econômicas na perspectiva coletiva. Os crimes violentos podem ser determinados a partir da identificação de tipos penais específicos na legislação de cada sociedade. Como regra geral, os crimes são considerados violentos, quando envolvem o uso da força física, ou sua ameaça, sobre as vítimas finais ou potenciais. A categoria engloba tanto os crimes cujo objetivo é o próprio ato violento, como ocorre no homicídio, quanto o seu uso instrumental, como ocorre no estupro ou no roubo.

Os primeiros estudos sobre o medo relacionado à violência criminal surgiram na década de 60, nos Estados Unidos, em decorrência da emergência de temas como: medo de vitimização, medo do crime, sentimento de insegurança, práticas de proteção, inquietude generalizada etc. (1993 ROCHÉ apud AGUIAR, 2005, p. 10). Incentivados pelo governo, esses estudos tentavam demonstrar ser plausível a explicação dada pelas pessoas de que os seus sentimentos de medo e insegurança estavam relacionados diretamente à criminalidade.

O autor mostrou os procedimentos metodológicos das pesquisas americanas sobre o estudo do medo, ressaltando a relevância dada por essas pesquisas à criminalidade, enquanto um elemento-chave para se compreender o aumento dos sentimentos de medo e insegurança da população. As pesquisas apresentavam vários níveis: indivíduo, bairro ou cidade, porém sempre associando o medo e a insegurança sentidos pelas pessoas ao grau de vitimização. As pesquisas que centravam a atenção sobre os indivíduos, apoiavam-se em variáveis como sexo, idade, raça, etc., para mensurar o aumento do medo e da insegurança.

Se, por exemplo, a variável escolhida fosse "idade", consideravam que os sentimentos de medo e insegurança seriam maiores no grupo de faixa etária mais vitimada. As pesquisas que se utilizavam como variáveis o bairro ou a cidade, seguiam a mesma metodologia da variável "indivíduo", assim, se moradores de um bairro ou cidade foram mais vitimados que de outros bairros ou cidades, essas pesquisas pressupunham ser maiores os sentimentos de medo e insegurança nesse perfil da população.

Posteriormente, segundo Roché (1993 apud AGUIAR, 2005, p. 11), as pesquisas se enriqueceram, pois passaram do foco da vitimização para o risco objetivo (exposição ao risco, antecipação ao risco). Esses estudos criticaram as pesquisas sobre vitimização, iniciada nos anos 60, por tentarem analisar variantes globais do medo (sexo, idade, raça etc). Para os

autores o medo da vitimização está muito menos relacionado a fatores relacionados ao indivíduo, e mais à relação entre a gravidade da ameaça e a probabilidade de que ela ocorra. Se há uma grande probabilidade das pessoas estarem correndo risco de serem vítimas de um determinado crime, mas este crime não é grave, não há medo, ou, se é grave, mas o risco é pequeno, também não o há.

A literatura francesa sobre o medo, iniciada na década de 70, e, pesquisas realizadas na Inglaterra, Suécia, África do Sul, Austrália e países da América Latina, nos anos seguintes, mostraram a permanência da “construção do outro como inimigo.”, afirma Aguiar (2005, p. 20). A primeira associação feita pelas populações ao se referirem ao medo é associá-lo à criminalidade. A segunda é dar “rostos” aos causadores da criminalidade. Na França, são os imigrantes estrangeiros, no Brasil, precisamente em São Paulo, são os imigrantes nordestinos, os negros e os pobres.

Lagrange e Roché (1993 e 1995 apud AGUIAR, 2005, p. 21) mostram, através de estatísticas, um aumento real da criminalidade desde os anos 60 (estagnado no final dos anos 80), e que o crime se tornou preocupação crescente da população. Porém, evidenciaram que, embora a delinqüência tenha aumentado nas últimas três décadas, o medo não está vinculado somente ao crime e ao risco de vitimização. Através das sondagens de opinião, observaram que um dos elementos evidenciado, no discurso das pessoas, são reclamações quanto às incivildades percebidas, tais como grafitismo, barulho ou mesmo a presença de adolescentes ou de pessoas tidas como vagabundas nos bairros. Um segundo elemento é a figura do estrangeiro.

As percepções de Lagrange e Roché (1993 e 1995 apud AGUIAR, 2005, p. 22) são de que o “medo do crime”, ao qual as pessoas se remetem ao falar de seus temores, está associado às incivildades e à figura do estrangeiro. O aumento das incivildades, assim como a presença do imigrante, significariam para os cidadãos uma ameaça à ordem social. As incivildades, por se tratarem de práticas que estão cotidianamente atentando contra os valores dominantes da comunidade, e a presença do estrangeiro por ele recobrir dois elementos no imaginário da comunidade: daquele que não tem lugar e nem grupo, portanto, não tendo o porquê de compartilhar dos valores comuns daquela determinada comunidade na qual se instalou.

Caldeira, antropóloga brasileira que se dedicou ao estudo do medo na década de 80 na cidade de São Paulo, evidenciou o efeito que a “fala do crime” exerce na criminalização e discriminação de certos grupos, assim como as conseqüências danosas à democracia devido a este imaginário do medo. Através de entrevistas com moradores da Moóca no referente à

criminalidade, constatou que os moradores antigos atribuem o aumento da violência no bairro à imigração nordestina, assim como de todas as mudanças ocorridas no bairro.

Caldeira aponta que o medo da violência cresceu nos anos 80 e 90. É fato que o número de crimes, em todas as suas modalidades, cresceu a partir da década de 80 em todo Brasil (ADORNO, 1989; CALDEIRA, 1984; VARGAS, 1993; ZALUAR, 1994). Um dos objetivos da autora nessa obra é o de refletir sobre o medo e a violência, não como elementos que colocam em risco a linguagem; mas, ao contrário, pensar a linguagem como mediadora da violência e cooperadora na proliferação tanto do medo como da própria violência.

O medo é representado, segundo Caldeira, como algo criado e recriado pelas próprias pessoas, pessoas comuns que contam e recontam suas experiências de violência através de comentários, conversas, brincadeiras, piadas. Percebe que a “fala do crime” tem um papel fundamental que é o de “reorganizar a ordem e o significado rompidos pela experiência do crime”. Em entrevistas realizadas com moradores de diferentes classes sociais na cidade de São Paulo nos anos 80, a autora diz:

[...] na narrativa do crime esse acontecimento traumático divide a história em “antes” e “depois”. Essa divisão ordenada faz com que o crime assuma na narração o efeito contrário do que teve na experiência: ser vítima de um crime violento é uma experiência extremamente desorientadora. Um crime violento cria uma desordem na experiência vivida e provoca uma desestruturação do mundo, um rompimento. A vida não caminha do mesmo jeito que antes. Como muitos me disseram repetidamente: “Esse medo você nunca mais perde.” (CALDEIRA, 2000, p. 33).

O trauma da experiência violenta deixa seqüelas profundas, não só no indivíduo vitimado, mas em todas as pessoas em sua volta, pois a experiência cria uma sensação de insegurança ao despertar o pânico em situações que recordem o ato. Segundo Caldeira, a fala do crime produz, porém, efeito contrário, pois, ao combater a violência, faz com que ela prolifere. A mesma fala que tenta resignificar o mundo, faz disseminar o medo e a própria violência, gerando novas formas de segregação espacial e discriminação social.

A ordem simbólica engendrada na fala do crime não apenas discrimina alguns grupos, promove sua criminalização e os transforma em vítimas da violência, mas também faz o medo circular através da repetição de histórias e, sobretudo, ajuda a deslegitimar as instituições da ordem e a legitimar a privatização da justiça e o uso de meios de vingança violentos e ilegais. (CALDEIRA, 2000, p. 43).

A fala do crime, portanto, traz consigo: discriminação e criminalização de certos grupos, disseminação do medo, legitimação da justiça privada e deslegitimação das instituições de lei e ordem. “A fala do crime nunca abandona suas categorias preconceituosas,

essas categorias a constituem. Associam o crime às favelas e denigrem os favelados; mas, ao mesmo tempo, reconhecem que os favelados que conhecem são trabalhadores.” (CALDEIRA, 2000, p. 81)

Delpierre, estudioso francês do medo, diz que um “efeito do medo é a objetivação”, dando-nos um exemplo:

No medo da violência, o homem ao invés de lançar-se à luta ou fugir dela, satisfaz-se olhando-a de fora. Encontra prazer em escrever, ler, ouvir, contar histórias de batalhas. Assiste com certa paixão às corridas perigosas, às lutas de boxe, às touradas. O instinto combativo deslocou-se para o objeto. (1974 apud DELUMEAU, 1989, p. 3).

Se o efeito do medo é a objetivação, os efeitos da objetivação foram, portanto dois: a caracterização do medo em figuras concretas, nomeadas e atingíveis e a disseminação dele, ao ler, ouvir, contar histórias entre outros. No caso de São Paulo, para uma classe média e alta, a necessidade de se construir um “outro como inimigo” se deu na figura de negros, pobres ou nordestinos, apontados como responsáveis pelo aumento da violência. O sentimento de medo, sendo cada vez mais propagado nas grandes cidades do mundo, propiciou aos indivíduos “erguerem seus muros”, tanto no sentido literal da palavra, colocando grades em suas residências, em seus ambientes de trabalho, em seus espaços de lazer, como no seu sentido metafórico, ao colocarem uma barreira nas relações sociais, evitando pessoas que não sejam do seu convívio e lugares que sejam públicos, pois, nestes não há como selecionar os seus próximos, estando a pessoa sujeita “aos outros”.

Nas duas últimas décadas, em cidades tão diversas como São Paulo, Los Angeles, Joanesburgo, Buenos Aires, Budapeste, Cidade do México e Miami, diferentes grupos sociais, especialmente das classes mais altas, têm usado o medo da violência e do crime para justificar tanto novas tecnologias de exclusão social quanto sua retirada dos bairros tradicionais dessas cidades. Em geral, grupos que se sentem ameaçados com a ordem social que toma corpo nessas cidades constroem enclaves fortificados para sua residência, trabalho, lazer e consumo. (CALDEIRA, 2000, p. 9).

Paralelamente a este quadro de segregação espacial e social, o aumento do crime e do medo provoca na população de uma forma geral o desejo de que o mal seja extirpado o mais rápido possível. Uma vez que a “categoria do criminoso é uma simplificação radical que o reduz à encarnação do mal”, matá-lo seria a melhor solução. Segundo a autora, em debates públicos ocorridos na mídia, por mais que defensores de direitos humanos escrevam sobre o assunto, políticos de direita e elite pregam a pena de morte, utilizando como um dos maiores

argumentos o atendimento ao “sentimento popular”. A preocupação destes na aplicação da pena de morte se dá mais em termos de vingança do que em termos da lei ou eficácia para reduzir a criminalidade.

Acuados pelo aumento da violência e pelo medo, ações privadas também são bem-vindas por parte dos cidadãos (especialmente procedentes de setores conservadores das classes média e alta como, também, de segmentos das classes trabalhadoras) uma vez que “são vistas como legítimas numa luta urgente contra o mal”. Nessas ações, incluem-se contratações, pela população, de grupos de extermínio (na maior parte, formados por policiais), justiceiros para matarem pessoas que parecem colocar em risco a ordem social ou a vida de outras pessoas, assim como ações de linchamentos, em que um grupo de pessoas se reúne com pedras, paus, objetos pontiagudos para aplicar punição àqueles julgados como tendo infringido regras legais ou morais da comunidade. Há, também, apoio às ações arbitrárias da polícia, contanto que a violência seja contida.

As ações citadas acima colocam em risco a Democracia, pois produzem segregação, preconceitos, racismo e expropriam do Estado o monopólio legítimo da força, delegando o controle do exercício da violência às mãos de particulares, no qual o livre-arbítrio, e não as leis, é o que rege a distribuição da justiça. Caldeira intitula a Democracia vivenciada, no Brasil, de “democracia disjuntiva”, pois, ao passo que os direitos políticos e sociais são resguardados, os direitos civis não o são, sendo constantemente violados. Essa é uma das principais contradições que marcam o Brasil contemporâneo, segundo ela.

Se de um lado houve uma expansão real da cidadania política, expressa nas eleições livres e regulares, livre organização de partidos, nova liderança política e funcionamento regular do legislativo em todos os níveis associados à liberdade de expressão e fim da censura aos meios de comunicação. De outro, no entanto, há o universo do crime e um dos mais intrigantes fatos da consolidação democrática brasileira: o de que a violência, tanto civil quanto de aparatos do Estado, aumentou consideravelmente desde o fim do regime militar. Esse aumento do crime e da violência está associado à falência do sistema judiciário, à privatização da justiça, aos abusos da polícia, à fortificação das cidades e à destruição dos espaços públicos. Em outras palavras, no Brasil, a democracia política não trouxe consigo o respeito pelos direitos, pela justiça e pela vida humana, mas, sim, exatamente o seu oposto. (CALDEIRA, 2000, p. 56).

Considerado, portanto, um dos grandes obstáculos à democratização, o medo, além de reforçar o autoritarismo, por meio da “fala do crime”, acaba por ensejar o “medo do outro”, segregando e estimulando o preconceito e o racismo e, tornando natural, as desigualdades sociais (CALDEIRA, 2000, p. 45). Segundo a literatura, o “outro”, rosto nomeado e temido pelos demais, sob o fulcro da criminalidade, exerce a função de ocultar os reais elementos que

incitariam os sentimentos de medo das pessoas. Para os estudiosos da violência criminal, as transformações sociais ocorridas, na segunda metade do século XX, assim como a “instrumentalização” do medo por parte de políticos ou empresas privadas, compreenderiam alguns dos elementos-chaves para se entender o aumento crescente dos sentimentos de medo e insegurança das populações.

Para tanto, antes de abordarmos a evolução do Primeiro Comando da Capital – PCC e o impacto de suas ações, no âmbito social, julgamos importante fazer considerações sobre as definições existentes de Crime Organizado, além de contextualizar o enraizamento dessas atividades ilícitas no mercado legal.

3.2 Fragmentos sobre o Crime Organizado

Usado e abusado pela indústria do entretenimento, o Crime Organizado virou ícone de consumo através de filmes, jogos de “vídeo game”, novelas, revistas, jornais, Internet, noticiários radiofônicos e, principalmente, televisivos. A popularização dessa ameaça vem assumindo, de forma gradativa, o papel de algoz na proliferação do medo social, colocando em xeque o papel do Estado no combate, prevenção e contenção de tais formações organizadas. Antes de abordarmos a evolução do Primeiro Comando da Capital – PCC, julgamos importante fazer considerações sobre as definições existentes de Crime Organizado, além de contextualizar o enraizamento dessas atividades ilícitas no mercado legal.

Ao decompor a expressão “Crime Organizado”, inicialmente, recorreremos ao pensamento sociológico de Philippe Robert para análise de crime. Segundo Robert (2007, p. 8), o vocabulário jurídico francês reserva esta palavra para designar as infrações mais duramente punidas, aquelas julgadas pelo Tribunal Especial – *Cour d’assises* (que compreende nove jurados populares e três juízes togados presidentes). Para o autor, crime nada mais é do que uma categoria particular do comportamento humano, ou seja, trata-se de uma ação ou, por vezes, de uma omissão, ou mesmo de um estilo de vida.

Robert (2007, p. 18-19) diz que,

O crime é inegavelmente um comportamento, mas ficar nisso impede suas especificações e, portanto, seu estudo. Não basta acrescentar que o crime é um comportamento desviante, essa fórmula permanece vazia quando a norma em função da qual se afere o desvio não está definida. O crime é sem dúvida um comportamento, mas um comportamento valorado pelo direito, que ameaça seu autor de uma pena, ou seja: um comportamento tipificado.

Falar de um comportamento tipificado, ou melhor, penalizado, nos faria retornar ao ponto de partida indicado por Émile Durkheim (2002), quando definiu um crime como aquilo que é sancionado por uma pena. A intervenção do Direito (conjunto de leis) é a única tipicidade capaz de reunir a transgressão e a repressão numa mesma classe de fenômenos sociais. Deve partir daí toda análise sociológica que pretenda explicar o crime. Dessa forma, Durkheim indicou que a Sociologia não podia mais construir o estudo do crime sobre a pesquisa dos determinantes da ação e que se devia começar pela reação social suscitada pelo crime. Aliás, Durkheim bem definiu o crime como a violação dos estados fortes e definidos da consciência coletiva: mas, isso não formou um programa de pesquisa, tratava-se tão somente de uma concepção do lugar do Direito dentro do universo normativo, da qual ele se havia munido em sua tese principal de 1893. Esse autor compreendeu que a sociedade não era simplesmente o produto da ação e da consciência individual, pelo contrário, as maneiras coletivas de agir e de pensar têm uma realidade exterior aos indivíduos que, em cada momento do tempo, a elas se conformam (DURKHEIM, 2002, p. 23) e, mais que isso, não são só exteriores ao indivíduo, como dotados de poder imperativo e coercivo em virtude do qual se lhe impõem (DURKHEIM, 2002, p. 30).

O tratamento do crime, como um fato social, de caráter normal e, até necessário, permitir-lhe reabilitar, cientificamente, o fenômeno criminal e demonstrar que a prática de um crime poderá depender não tanto do indivíduo que, de acordo com essa concepção, age e pensa sob a pressão dos múltiplos constrangimentos que se desenvolvem na sociedade; mas, diversamente, poderá apresentar em abstrato uma ampla raiz de imputação social.

Para não restringir o entendimento sobre crime às definições anteriormente citadas, recorreremos a uma visão mais abrangente relacionadas ao Estado e ao Direito, pois o *status* do crime varia de acordo com as sociedades. O único traço comum a todas as condutas criminosas é sua tipificação, a ameaça de penalização a que o legislador sujeita quem possa cometê-las. O direito é obra de um poder institucionalizado, autônomo e, até certo ponto, estabilizado. Conferindo forma jurídica a suas injunções, esse poder procede a uma fórmula, por meio da qual ele se torna universal e prefixado: ele julgue o passado, o presente e o futuro; ele promete garantir sua reprodução (BOURDIEU, 1986 apud ROBERT, 2007, p. 49).

Nesse sentido, Robert (2007, p. 26) diz que a intervenção do Direito interpõe formas e prazos, ela obriga a obtemperar, ou mesmo, a interromper o recurso direto a força pura e simples para que se tomem as vias do debate e do contraditório; e se o resultado for julgado pouco equânime, o procedimento atenua, ao menos, o risco de violência, embora não sirva de garantia contra a servidão.

Para o autor, sua *justiciabilidade* assinala a presença da autoridade, mas é sua recepção como legítima que aponta o mistério da obediência social. Embora a manifestação de força associe-se às normas instituídas pelo direito de Estado, ela não é puramente unilateral, podendo ser proclamada coletivamente e “recebida” por seu destinatário. O termo “norma” invoca o esquadro de arquitetura e, por analogia, o modelo contra o qual se afere a conformidade de uma conduta. A norma é um ato volitivo, pois supõe prescrição e *justiciabilidade*: é uma maneira de pensar ou de agir, socialmente definida e suscetível de sanção (ROBERT, 2007, p. 33).

Para impor uma norma, deve-se estar apto a punir a conduta não conformante: o universo normativo exprime poder e desigualdade. Anthony Giddens (1989, p. 80) rememorou-o veementemente: as sanções e as normas exprimem assimetrias estruturais de dominação. Ele acrescentou, contudo, que todo o poder é, ao mesmo tempo, capacidade e coerção. A norma é feita de força e de sentido, ela prescreve modelos comportamentais, impõe uma ordem, como, também, a descreve. Mais precisamente, a norma complementa Robert (2007, p. 40), traça seus limites de forma negativa pela sanção dos transgressores.

A regularidade normativa de um Estado faz com que o sistema penal manifeste, antes de tudo, a assimetria entre o culpado e o perseguidor, mesmo que ele traduza a pretensão de monopolização da força, ou seja, a idéia se resume em pura violência. Segundo Robert (2007, p. 42), esse traço é assegurado pela legalidade das penas, embora essa seja uma particularidade recente na longa história do direito criminal. Mais fundamentalmente, a pena é regulada, pois administrada por um juiz, ao fim de um processo, que o Direito organiza de acordo com certas fórmulas. Essa característica distingue a pena da pura violência; paralelamente, ela a diferencia da sanção disciplinar ou administrativa, mesmo que essas pessoas possam se servir do procedimento penal.

Para Robert,

O fato de o Estado reclamar para si o monopólio da violência, obrigando-se a castigar aqueles que ousam empregá-la a seu grado, não significa que ele o consiga imediata ou plenamente. Mormente porque o conteúdo dessa violência não é fixado de maneira inteligível numa lista decretada peremptoriamente: os conflitos merecedores de penalização são definidos de maneira variável de acordo com as épocas, de acordo com o tipo de Estado e, por fim, de acordo com a situação das relações sociais. (2007, p. 53)

Percebemos, no entanto, que todo grupo social é normativo e a incorporação de suas normas de conduta, durante um processo de socialização, estrutura a personalidade social. Todo indivíduo é membro de diversos grupos dentre os quais podem se erigir divergências

normativas. Sob essa ótica, Edwin Sutherland (1939 apud ROBERT, 2007, p. 100) considerava o crime como um comportamento aprendido. Para o autor “a ocasião não faz o ladrão”, e sim o processo de socialização e a interiorização de modelos culturais específicos indispensáveis, o que supõe, simultaneamente, a existência de uma cultura, a aplicação de certo aprendizado e, enfim, estruturação da personalidade. Sutherland edificou sua teoria da associação diferencial com o intuito de explicar a delinquência sistemática em sua obra, no ano de 1939, transformando-se na base da Sociologia do Crime. Essa construção desempenhou uma função suficientemente importante para que se destaquem seus enunciados (1939 apud Robert, p. 101-102):

- 1) O comportamento criminoso é aprendido (nunca herdado, nem inventado) pelo contato com outras pessoas mediante um processo de comunicação (por vezes verbal, mas principalmente exemplar);
- 2) Aprende-se o comportamento criminoso no interior de um grupo restrito de relações pessoais (daí, a diminuta influência dos meios de comunicação de massa);
- 3) Quando a formação criminosa é transmitida, ela compreende tanto o ensino de técnicas de infração (por vezes, bastante complexas, por vezes muito simples), como também a orientação das motivações, ou seja, as formas de raciocínios e atitudes criminosas;
- 4) Essa orientação dá-se em função da interpretação favorável das disposições legais (aqui, menciona-se o conflito de culturas). Um indivíduo torna-se criminoso quando as interpretações desfavoráveis a respeito das leis sobrepõem-se às interpretações favoráveis;
- 5) As associações diferenciais podem variar quanto à frequência, à duração, à anterioridade ou à intensidade;
- 6) A formação criminal pela associação com modelos criminosos ou anti-criminosos opera mediante os mesmos mecanismos que estão implicados em qualquer outra formação;
- 7) Enquanto que o comportamento criminoso exprime um conjunto de necessidades e de valores, ele não se explica mediante suas necessidades e valores, pois o comportamento não-criminoso, expressa as mesmas necessidades e os mesmos valores

A partir do exposto, verificamos fragmentos importantes para a formação de uma cultura criminosa relativizada as especificidades da norma penal e de sua operação. Isso se deve ao

comportamento que prospera em razão da criminalização, pois como afirma Robert (2007, p. 126), é o clássico risco da proibição que atrai os indivíduos. Para o autor, aquele que assume o risco de produzir ou de distribuir o produto proibido, fatura sobre o risco de repressão e de sorte que a atividade pode se tornar muito rentável. Diante dessa situação, a atividade ilícita atrai tanto aqueles para quem a delinquência se tornou um modo de vida – o crime organizado – quando aqueles que, alijados do mercado de trabalho ou acudados na precariedade, penam em encontrar formas legítimas de renda.

Como nos lembra Robert,

O exemplo da proibição das bebidas alcoólicas nos Estados Unidos durante o entre guerras, ensina que a legalização não basta para a supressão de uma organização criminal que teve o tempo de se estruturar e de acumular lucros importantes: ela apenas a impele para outro setor (2007, p. 126).

Essa realidade pode ser percebida através da ideologia de uma sociedade aberta, na qual a ascensão social é oferecida a todos, além de largamente partilhada, mas contrasta com as diminutas chances de sucesso das pessoas carentes, de instrução, ou de meios econômicos. Em outras palavras, essa anomalia é percebida por Merton (1968, p. 45) como a conseqüência inesperada e paradoxal da conjunção de uma ideologia igualitária com uma estrutura social que mantém salientes desigualdades de acesso aos meios de concretização desse ideal. A teoria de Merton será importante para explicar o senso comum de que a classe baixa tem maior propensão a delinquir, o que leva o sistema prisional a se conformar como um lugar de reprodução da miséria. Portanto, não existe relação direta entre pobreza e violência, e sim violência estruturada, perpetrada pelo Estado, que vem oprimindo grande parcela da população que muitas vezes impede o próprio sustento (FEFFERMANN, 2006).

A violência estrutural se materializa envolvendo, ao mesmo tempo, a base econômica por onde se organiza o modelo societário (a estrutura) e sua sustentação ideológica (a superestrutura). Trata-se do uso da força, não necessariamente física (ainda que não se abdique dela, quando necessário), capaz de impor simultaneamente regras, valores e propostas, quase sempre consideradas naturais, normais e necessárias, que fazem parte da essência da ordem burguesa, ou seja, formam sua natureza. A miséria em si não engendra a violência e sim a desordem normativa que a acompanha nas áreas, onde uma renovação perpétua da população impede qualquer estabilização das relações sócias.

A população pobre está sob grande vulnerabilidade social e, em decorrência disto, vive situações de desrespeito e privações. Essas condições não são definidoras para a adesão ao

crime, mas podem ser vereda propiciadora para que setores ilegais e criminosos se expandam, como no caso do tráfico de drogas. É nesses lugares que as atividades ilícitas tornam-se visíveis, em regiões em que o Estado é omissivo e/ou violento. Esses lugares tornaram-se campos férteis para o desenvolvimento do crime organizado. De qualquer forma, concluímos que o conceito de crime depende dos modelos hegemônicos vigentes em determinada época. São os processos normativos e disciplinadores que permitem a elaboração do conceito. No caso da definição do conceito de crime organizado, não existe consenso a respeito das diversas interpretações dadas ao termo. Todavia, existe acordo quanto ao fato de o crime organizado apresentar características próprias, diferenciando-o da criminalidade comum e eventual.

Levando em consideração a finalidade que inspira a atuação do crime organizado – acumulação de poder econômico. É possível vislumbrar duas espécies de organizações criminosas (LUCAS, 2007, p. 108): “as que exercem suas atividades ilegais com vistas a alcançar fins políticos e/ou ideológicos, e aquelas, tal qual uma empresa, que realizam ações ilícitas com objetivo de obter lucro”. As organizações criminosas “ideológicas” constituem espécie pouco estudada, confundida muitas vezes com grupos terroristas (ex. Al Qaeda) e paramilitares (ex. FARC). Geralmente, tanto a mídia quanto os acadêmicos, ao cunhar a expressão “Crime Organizado”, dificilmente estão querendo referir-se a esse tipo de organização criminosa. Na verdade “Crime Organizado” virou sinônimo de “Máfia” (ZIEGLER, 2003, p. 60), ou seja, foi incorporada ao vocabulário cotidiano como forma de expressar um grupo que explora um ramo de atividade ilícita, sempre com vistas à obtenção de lucro, relacionada ao modelo empresarial. Segundo Ziegler (2003, p. 51), “o capitalismo encontra sua essência no crime organizado. Mais precisamente, o crime organizado constitui a fase paroxística do modo de produção e da ideologia capitalista”. É importante ressaltar que o crime organizado funciona à margem de toda a transparência e numa clandestinidade quase perfeita, operando a cartelização ideal de suas atividades no vácuo de alguma proibição estatal, sob processo de dominação monopolística.

De acordo com José de Faria Costa (2001 apud SILVA, 2003, p.28),

Na criminalidade organizada, a relação capital/lucro é quase infinitamente favorável no sentido do lucro, pois de um capital relativamente pequeno há a forte expectativa de um lucro fabulosamente alto. O investimento concentrado no crime organizado, como em tantos outros campos, faz nascer o ciclo vicioso de produção de capital incomensurável que vai determinar um lucro ainda maior. E assim sucessivamente.

Estima-se que o mercado envolvendo todas as modalidades de criminalidade organizada seja responsável por mais de um quarto do dinheiro em circulação em todo o mundo (SILVA, 2003, p.28). Segundo o autor, pesquisa realizada pelos jornais *The Los Angeles Times* e O Estado de São Paulo, revelou que as organizações transnacionais (que operam em todo o mundo) movimentam, anualmente, cerca de US\$ 850 bilhões, quantia considerada superior ao PIB de uma das sete nações mais ricas do mundo. Para a Organização das Nações Unidas, só a renda obtida com o tráfico ilícito de substâncias entorpecentes – cerca de US\$ 400 bilhões – corresponde a 8% (oito por cento) da renda do comércio internacional.

Diante de mercado tão lucrativo, o crime organizado diversifica suas modalidades de comércio: tráfico de entorpecentes, de órgãos humanos, de pessoas (principalmente mulheres para a prostituição), animais em extinção, entre outros. No entanto, não é a modalidade do crime que identifica a existência de “Crime Organizado”. O que o define são algumas características que o tornam diferente do crime comum.

Recorremos, então, à evolução conceitual de crime organizado, que surge em um primeiro momento, na Itália antiga, por volta de 1810 (MENDRONI, 2007, p. 6). Segundo Salvatore Aleo (1999 apud MENDRONI, 2007, p. 6), o processo de formação do modelo criminoso autônomo associativo advém, especialmente, da criminalidade interna na Itália, do Direito romano, decorrente do sistema *crimen maiestatis*. A forma organizada como delito, tal como na figura napoleônica de *associazione di malfattori*, decorre da necessidade de repressão do esquema de cumplicidade na prática de determinados crimes, de forma a englobar as lesões a um ou diversos bens jurídicos. O autor esclarece que a noção do crime era um tipo aberto. Informado pelo princípio moderno de determinação e taxatividade. Citando Florian, Slavatore Aleo (apud MENDRONI, 2007, p. 7) enfatiza que, na análise daquele autor, no tempo do Rei, *perduellio*, compreendia, provavelmente, todos os atos contra o Estado e a paz pública, a integridade e independência, como também a dignidade da Pátria. *Perduellio* era um crime contra a ordem política, um crime de alto tratamento, um atentado à segurança do povo romano, ou seja, um conceito próximo do que venha a se convencionar sobre crime organizado.

Houve, na verdade, diversas tentativas de se definir, de forma pormenorizada, o que seja uma organização criminoso. O crime organizado é considerado, por alguns autores, como qualquer associação destinada à prática de crimes que, muitas vezes, surge sob a proteção do poder econômico e/ou político, tendo a certeza, dessa maneira, da impunidade principalmente dos seus líderes (ver Anexo A).

É possível observar uma proximidade nas definições, no entanto, o entendimento varia à circunstância de organização, país e até mesmo cultura. Mingardi (2007, p. 56) explica que, na maioria dos autores, existem cinco características para a definição do crime organizado. A primeira é a hierarquia, pois não existe empresa sem hierarquia, que não preveja qual o retorno de seus investimentos e onde o trabalho não seja setorizado e especializado. O mesmo acontece como crime organizado, mas não nas quadrilhas comuns, cuja liderança é mais fluida e, muitas vezes, baseada na capacidade que o líder tem de se impor fisicamente.

Em segundo encontra-se a previsão de lucros. Essa habilidade, normalmente, passa longe da capacidade das quadrilhas, mesmo que especializadas. Já numa organização criminosa de jogo ou tráfico, por exemplo, existe uma rotina que permite prever o próximo mês, tendo como base os anteriores;

A terceira característica é a divisão do trabalho, ou seja, utilização da competência e habilidade dos integrantes da organização em cada processo do crime. Por exemplo, em uma organização criminosa que atue na venda de peças de carros roubados é nítida essa divisão, pois existem membros especializados em furtar os veículos, outros em desmanchá-los, outros, na venda de peças, na produção de contabilidade falsa, no acobertamento, etc.;

Na quarta característica constitui-se um dos fatores mais importantes, o planejamento empresarial. Segundo o autor, são raras as quadrilhas que planejam, com um mês de antecedência, motivo pelo qual muitos acabam presos. No crime organizado, o planejamento é fundamental para o sucesso da operação;

Por último está a simbiose com o Estado. Todas as organizações criminosas estudadas aparecem, de alguma forma, ligadas com a máquina do Estado. Um desmanche de carros roubados só consegue operar se tiver o respaldo da fiscalização ou da polícia. Um ponto de tráfico, que atende sua clientela anos a fio, no mesmo local, tem necessidade constante de algum tipo de proteção. Para confirmar essa informação, basta verificar a tranquilidade com que os apontadores do jogo do bicho operam nos maiores centros urbanos.

Para o autor, as quatro primeiras características, encontradas em toda atividade empresarial moderna, foram apenas adaptadas pelas organizações criminosas. Neste sentido, Mingardi (1998, p. 81), no Brasil, apresenta a seguinte definição:

Grupo de pessoas voltadas para atividades ilícitas e clandestinas que possui uma hierarquia própria capaz de planejamento empresarial, que compreende a divisão do trabalho e o planejamento de lucros. Suas atividades se baseiam no uso da violência e da intimidação, tendo como fonte de lucros a venda de mercadorias ou serviços ilícitos, no que é protegido por setores do Estado. Tem como características distintas de qualquer outro grupo criminoso um sistema de clientela, a imposição da Lei do

silêncio aos membros ou pessoas próximas e o controle pela força de determinada porção de território.

Podemos observar que, nesta definição, apresentam-se quinze características do crime organizado (MINGARDI, 1996, p. 69): práticas de atividades ilícitas, atividade clandestina, hierarquia organizacional, previsão de lucros, divisão do trabalho, uso da violência, simbiose com o Estado, mercadorias ilícitas, planejamento empresarial, uso da intimidação, venda de serviços ilícitos, relações clientelistas, presença da lei do silêncio, monopólio da violência e controle territorial.

Diante disso, torna-se evidente as organizações criminosas que existem atualmente. Cada uma assume características próprias e peculiares, amoldadas às próprias necessidades e facilidades que encontram no âmbito territorial em que atuam. Condições políticas, policiais, territoriais, econômicas, sociais etc; influem, decisivamente, para o delineamento dessas características, com saliência para umas ou outras, sempre na conformidade das atuações que possam tornar mais viável a operacionalização dos crimes planejados e com objetivo de obter maiores fontes de renda. Há, entretanto, algumas características que podem ser destacadas como básicas e servem bem ao objetivo de busca da sua distinção.

Mingardi (2007, p. 57) aponta outra característica marcante do crime organizado, a formação de três modalidades estruturais diferentes: a tradicional, a empresarial e a endógena. As organizações que seguem o modelo tradicional, possuem um modelo de relacionamento entre os membros baseado no apadrinhamento. Um membro recomenda um calouro e, a partir de então, a carreira dos dois fica interligada.

Outras características marcantes são: sistema de clientela, imposição da lei do silêncio e o controle pela força de determinada porção territorial. Não se especializam, optando pelos crimes mais rentáveis do momento. A Máfia siciliana, por exemplo, nas últimas décadas, já atuou no contrabando de cigarros, tráfico de heroína, tráfico de morfina, extorsão, seqüestro, venda de proteção, formação de cartel, homicídio de aluguel etc. Um elemento interessante desse tipo de organização criminosa é que, normalmente, ela nasce de circunstâncias muito específicas, por exemplo: na cadeia, a partir de uma liga de presos. Como a Camorra napolitana, que tem mais de um século de existência. No nosso país, a cadeia é a grande gestora dessas organizações. Foi nela que surgiram o Comando Vermelho (CV), o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Terceiro Comando (TC). Outra circunstância é a união de pequenas quadrilhas, criando um conselho ou indicando um chefão, como a Yakusa. Os laços de sangue também criam sinergia para formação criminosa, pois unem grupos em uma terra dominada por estranhos, num modelo parecido com o da Máfia de Nova York. A união de

grupos interessados na manutenção do monopólio de uma mercadoria ou serviço, é outra circunstância corriqueira no mundo do crime, como o Cartel de Cali.

Na modalidade empresarial, afirma Mingardi (2007, p. 58), existem princípios modernos de Administração. As relações entre os membros são apenas de trabalho, sem nenhum vínculo mais forte. Além disso, geralmente são especializadas, ou seja, atuam com determinado tipo de crime. A lavagem de dinheiro, por exemplo, é uma especialidade desse modelo. As que seguem a modalidade endógena são aquelas que nascem dentro de determinadas instituições, visando aproveitar vantagens ilegais que não estão acessíveis aos “de fora”. Normalmente, são geradas dentro do aparelho estatal; mas, em alguns casos, aparecem em empresas. Atuam em desvios de dinheiro público, corrupção, favorecimento etc. Isso implica em uma atividade constante e a manutenção dos mesmos indivíduos, por longos períodos, em situação de poder, além do recrutamento, ou cooptação, de novos elementos que possam influir na situação. No Brasil, a “Máfia dos Fiscais”, combatida pelo Ministério Público paulista, no final da década passada, é o exemplo mais gritante.

A dificuldade em se definir “Crime Organizado”, conforme apresentado, transcende a questões acadêmicas e práticas, visto o grande poder de mutação que essas organizações apresentam, além do impacto globalizante de ações criminosas sem fronteira geográfica. Em razão disso, a Organização das Nações Unidas – ONU, no dia 9 de dezembro de 1998, decidiu criar um comitê de trabalho com o fim específico de elaborar uma convenção internacional para enfrentar esses crimes. No ano seguinte, em dezembro de 1999, realizou-se em Palermo, Itália, a Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional. No dia 15 de novembro de 2000, a Convenção de Palermo foi adotada pelas Nações Unidas, na qual convencionou-se a seguinte definição, expressa no artigo 2º,

Grupo criminoso organizado – grupo estruturado de três ou mais pessoas, existente há algum tempo e atuando concertadamente com o propósito de cometer uma ou mais infrações através ou enunciadas na presente Convenção, com a intenção de obter, direta ou indiretamente, um benefício econômico ou outro benefício material.

O Congresso Nacional, de nosso país, aprovou, em maio de 2003, o texto da Convenção de Palermo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelo decreto 5.015, de 12 de março de 2004, sacramentou a adesão do Brasil a esse documento do Direito Internacional. Lucas (2007, p. 110) diz que o conceito da Convenção de Palermo acaba por incorporar a finalidade que norteia a atuação da organização criminosa, qual seja, a afirmação antes feita

de que quando se usa a expressão “Crime Organizado”, usualmente, relaciona-o à exploração de atividades ilegais com vistas à obtenção de lucro econômico.

Por meio de uma visão legalista, Mendroni (2007, p. 9) contrapõe a adoção de uma definição permanente sobre crime organizado. Para ele, não se pode definir organização criminosa através de conceitos restritos ou mesmo de exemplos de condutas criminosas como sugerido. Isso porque não se pode engessar esse conceito, afirma o autor, restringindo-o a esta ou aquela infração, pois as organizações criminosas detêm incrível poder variante. Elas podem alterar as suas atividades criminosas, buscando aquela atividade que se torne mais lucrativa, para tentar escapar da persecução criminal ou para acompanhar a evolução mundial tecnológica e com tal rapidez, que, quando o legislador pretender alterar a Lei para amoldá-la à realidade – aos anseios da sociedade, já estará alguns anos em atraso. E, assim, ocorrerá sucessivamente. Mendroni (2007, p. 10) complementa que,

Não se pode definir para atribuir características rígidas, como formas preestabelecidas. Aliás, tolce é a definição legal, pois, como dito, em um país como o Brasil existirão diferentes organizações criminosas com distintos *modus operandi* conforme a deficiência estatal da região que adotem para operar. Eventual definição que incorpore a legislação penal vigente fará restringir os dispositivos processuais que lhe possam ser aplicados, caso a sua tipificação se torne difícil.

Independente das diversas contradições em se adotar uma definição para o crime organizado, acreditamos que Mingardi se aproxima mais da complexa realidade do crime organizado, trazendo diretrizes distintas para o entendimento e classificação desse fenômeno. Para tanto, quanto se diga a respeito de organizações criminosas no Brasil, ainda não se pode considerar definitivo uma classificação sólida, porque os estudos a esse respeito são quase inexistentes. Entretanto, as organizações criminosas tipicamente brasileiras, segundo Mendroni (2007, p. 14), fundamentalmente especializadas em crimes contra a administração pública, tráfico ilícito de entorpecentes, quadrilhas de roubo de carros e de cargas, seqüestro, lavagem de dinheiro, e de jogo do bicho, têm se constituído por características estruturais hierárquico-piramidal. Esse sistema de comando é liderado por “chefes”, ou seja, pessoas que ocupam cargos públicos importantes, possuem muito dinheiro, posição social privilegiada por qualquer razão. O chefe situa-se na posição suprema da organização e o subchefes logo abaixo, como um “sistema presidencialista”, apenas um comandará. Os subchefes existem, basicamente, para transmitir as ordens da chefia para os gerentes e tomar decisões na sua eventual ausência. Os chefes e subchefes quase nunca aparecem, pois comandam através dos

“testas de ferro” ou “laranjas” que, na maioria das vezes, coincidem com as pessoas dos gerentes, dificultando sobremaneira a produção de prova criminal contra eles.

Em um nível de comando abaixo dos chefes e subchefes encontram-se os “gerentes”: pessoas de confiança do chefe, com capacidade de comando, a quem aqueles delegam algum poder. Recebem as ordens da cúpula e as repassam aos “aviões”. Por vezes, tratando-se de tarefa especial, eles mesmos podem ser designados para a execução. Alguns dos “gerentes” de organizações criminosas de médio e grande porte recebem dos chefes concessões de negócios, franquias de grandes redes internacionais, como McDonald’s, Pizza Hut etc. Estas franquias, embora apresentadas aos gerentes, permanecem normalmente sob o domínio do chefe, por exemplo, através de uma procuração, ou de um “contrato de gaveta”, de modo a mantê-lo vinculado. Na hipótese de ele não mais servir à empresa criminosa, torna-se fácil a retomada daquele negócio por parte do chefe. O produto do negócio é auferido pelo gerente, que assume um status financeiro que depois não deseja perder – colocando filhos em boas escolas, comprando imóveis, carros, barcos etc. Isto faz com que ele crie fortes vínculos com a organização. Os gerentes servem, também, na maioria das organizações, como “testas-de-ferro” ou “laranjas”. Transações são realizadas em seus nomes, empresas são abertas em seu nome (com a finalidade da lavagem de dinheiro); são aqueles que, para todos os efeitos, emitem as ordens, protegendo, fielmente, a figura de seus chefes que, a exemplo da forma como se faz com as franquias acima referidas, são mantidos sob vigilância e controle através de preocupações e “contratos de gaveta”.

Na base da pirâmide estão os “aviões”: pessoas com algumas qualificações (por vezes especializadas) para as funções de execução a serem desempenhadas. Evidentemente que a “construção” desses “trutas” dependerá dos ramos de atividades a que se dedique a organização. Se pretender roubar veículos ou furtá-los (denominados de “puxadores” na gíria dos criminosos). Se pretender dedicar-se ao tráfico de entorpecentes, necessitará de pessoas com atribuições específicas para a venda da droga no varejo e assim por diante.

Nota-se que essa forma estrutural tem sua origem nas famílias mafiosas italianas, onde o “patriarca” - *capo di famiglia*, decidia todas as situações conflitantes. As famílias eram organizadas, hierarquicamente, e cada uma tinha absolutas responsabilidades com os “familiares superiores” e direitos também absolutos em relação aos seus subordinados, em escala de hierarquia. Já a divisão direcionada de tarefas costuma a ser estabelecida segundo as especialidades, e subdividida em estrutura modular, sendo a subdivisão dos módulos, geralmente, determinados pelos ramos das atividades criminosas variadas.

É notório que a violência seja a característica mais marcante das organizações criminosas. Como afirma Ziegler (2003, p. 87) “os senhores do crime são escravos de seus desejos, submetem os outros à violência e mostram-se cegos de si mesmo. Seu poder baseia-se, exclusivamente, no medo [...]”. Para Mendroni (2007, p. 18), o uso de violência é aceitável e utilizado sempre e, quando seja necessário, para que o objetivo seja alcançado. Todavia, é normalmente determinado pelo(s) chefe(s). A ordem é especificada, quanto à pessoa que deve cumprir contra quem deve ser executada a violência e a maneira de execução. Em uma organização bem estruturada, esse expediente é utilizado como último recurso, precedendo-lhe as ameaças e as corrupções, sempre que possíveis. Isto porque a prática de crimes violentos causa repulsa por parte da população e dos investigadores, fazendo nascer sentimento de justiça. Os assassinatos, quando acontecem, na grande maioria das vezes, seja pela própria ação criminosa, seja por “queima de arquivo” da testemunha-chave, são praticados sob “dissimulação” ou são executados de forma a deixar poucos vestígios da autoria.

Outro ponto marcante dessa estrutura criminosa é a forma de captação ou inclusão de pessoas à organização. Segundo Mendroni (2007, p. 17), a restrição dos membros que venham a integrar o grupo criminoso é praticamente condição de sua sobrevivência e manutenção. As suas qualificações são, normalmente, obtidas por meio de experiências a que são submetidos, como testes de habilidades, parentescos, indicações por outros membros, etnia, fichas (atuações) criminais e considerações similares. A rede de relacionamento que esses indivíduos possuem, é mais uma das qualificações primordiais para sua aceitação.

Por tratar-se de organizações criminosas a necessidade do relacionamento e integração com os agentes do Estado, no âmbito do grupo, é fundamental para garantir a existência. Por isso, a convivência de policiais e, principalmente, agentes públicos, torna-se essencial. Trata-se de característica bastante evidente no Brasil. Quando os agentes públicos não participam efetivamente do grupo, são corrompidos para viabilizar a execução das ações criminosas. Geralmente, estão colocados em postos e locais estratégicos para poderem auxiliar, de qualquer forma, na execução das ações. Para Mingardi (1998, p. 74), a relação promíscua entre os aparelhos do Estado e o crime organizado, pode ser constatada na soltura de detentos e na cobrança mensal, realizada por policiais nas “bocas de fumo” para permitirem a permanência do ponto de distribuição. Assinala o autor que essa prática de propina é generalizada, impedindo a delação. Diante disso, as organizações criminosas que atingem certo grau de desenvolvimento, já não conseguem sobreviver sem o auxílio de agentes públicos.

Além do exposto, para uma organização criminosa ser bem estabelecida, isto é, ter bases mais sólidas, necessita manter um domínio territorial considerado o seu QG (Quartel General). Isso não impede que, na medida do seu crescimento, venha aventurar-se em territórios neutros, sem domínio de qualquer outra organização ou até em territórios de domínio de outras, o que certamente acarretará conflito em vários níveis, desde o político até o armado. Observemos a classificação por porte das organizações criminosas, segundo Mendroni (2007, p. 19),

Grandes Organizações Criminosas

São as máfias italianas (Cosa Nostra, Camorra, 'Ndrangheta, Sagrada Coroa Unida), famílias italianas nos EUA, Yakusa, máfias russas, tríades chinesas, cartéis colombianos – Medellín/Cali, máfias nigerianas etc. Concentram suas atividades nas grandes cidades, principalmente nos centros financeiros.

Médias Organizações Criminosas

Concentram suas atividades nas cidades médias. Em regra, são intermunicipais, embora possam atuar e ser interestaduais. O problema da atuação interestadual está no domínio do território, no Brasil, consegue, via de regra, impedir o ingresso de outra alienígena.

Em alguns casos de alto grau de desenvolvimento da organização criminosa, estas acabam por substituir a atuação que seria peculiar da Justiça e da polícia. Atuam como verdadeiros defensores dos pobres e oprimidos pela Polícia e com eles dividem um pouco do produto do crime. Propagam a repulsa à Polícia e vivem próximos das pessoas, nas quais pretendem imbuir raiva dos organismos estatais. Entretanto, importa considerar que o Estado ainda tem mais força, e força suficientemente para combater qualquer tipo de estrutura criminosamente organizada. Quanto maior a sua atuação e grandiosidade, tanto maior poderá ser a do Estado.

Pequenas Organizações Criminosas

Delimitam-se em territórios de uma cidade. Confundem-se muitas vezes com quadrilhas especializadas. Assalto, tráfico de entorpecentes etc. Uma quadrilha (do crime de quadrilha ou bando – do artigo 288 do Código Penal) não se confunde com organização criminosa porque não revela estrutura organizada.

Diante dessa realidade, Silva (2003, p. 30-31) destaca que o fenômeno da criminalidade organizada também se caracteriza pelas conexões locais e internacionais, assim

como pela divisão de territórios para a atuação. No cenário internacional, por não estarem submetidas às rígidas regras de soberania, as organizações criminosas não encontraram grandes obstáculos para se integrarem notadamente, após o desenvolvimento do processo de globalização da economia, que contribuiu para a aproximação das nações, possibilitando aos grupos que ainda operavam, paralelamente, um novo impulso em suas relações, com maiores perspectivas de expandirem seus mercados ilícitos.

A implantação desse processo de abertura econômica também resultou no incremento de novas formas de crimes, sobretudo econômicos e financeiros, ante a facilidade para a circulação do capital pelos mercados econômicos dos diversos países. Como constatado por Ziegler (2003, p. 48), os grandes cartéis do crime de origem russa, italiana, caucasiana, colombiana, norte-americana, chinesa e japonesa são organizações multinacionais que, entre si, celebram acordos de colaboração ocasional, assinam convenções de partilha temporária dos mercados e concedem, mutuamente, apoio logístico.

Frente a esse contexto, as grandes organizações criminosas não podem se dar ao luxo de depender de apenas uma atividade criminosa, pois, na eventualidade de ocorrer qualquer atuação da Política e da Justiça, que impeça ou dificulte o seu prosseguimento imediato, ela se verá diante de uma paralisação das atividades e rompimento da obtenção de dinheiro. A exemplo de uma empresa, sendo evidentemente uma “empresa criminosa”, ela necessita diversificar o seu produto de forma a garantir a sua perpetuação. Mescla de atividades lícitas com atividades ilícitas. Nesse sentido, os cartéis colombianos não mais se dedicam apenas ao comércio da cocaína, mas, também, ao cultivo de ópio e a comercialização da heroína.

As máfias italianas e ítalo-americanas atuam no tráfico de drogas, armas e contrabando dos mais variados produtos. Os grupos japoneses, além de comércio de entorpecentes, têm forte atuação no mercado acionário e na exploração de atividades ligadas à pornografia.

A Máfia russa explora o tráfico de componentes nucleares, armas, entorpecentes e de mulheres. Já os grupos brasileiros também diversificaram suas atividades criminosas, dedicando-se a roubo a bancos, extorsão mediante seqüestros, resgate de presos, tráfico de armas e entorpecentes com conotações internacionais (MAIEROVICH, 1995, p. 70-76). Essa fórmula torna-se essencial para o sucesso das atividades criminosas, principalmente considerando a necessidade da organização de lavar o dinheiro sujo. De acordo com Silva (2003, p. 30-31), dentre as várias técnicas utilizadas, uma das mais usuais é a mistura de recursos de origem lícita – da atividade lícita com os recursos das atividades ilícitas, denominada “mescla”. Exemplos bem claros estão situados na órbita da aquisição de negócios

lícitos que disfarçam outras criminosas: bares/tráfico de entorpecentes; loja de carros/roubo e/ou recepção de carros; escritório de administração de negócios empresas/usura; loja/contrabando; etc.

Alguns negócios servem exclusivamente ao recebimento do dinheiro de origem criminosa e, assim subsistem, mesmo dando prejuízo, porque contam com aquelas quantias sujas. Todo esse processo é chamado de lavagem de dinheiro. Lavar etimologicamente vem do latim *lavare*, isto é; ‘tornar puro’, enquanto dinheiro vem do latim vulgar *denarius*, ou cada dez, que correspondia a uma moeda romana e, hoje, significa “moeda corrente”. Pela definição mais comum, a “lavagem de dinheiro” constitui um conjunto de operações comerciais ou financeiras que buscam a incorporação na economia de cada país dos recursos, bens e serviços que se originam ou estão ligados a atos ilícitos.

Em termos mais gerais, lavar recursos é fazer com que produtos de crime pareçam ter sido adquiridos legalmente (LUNDE, 2004, p. 44). O binômio “lavagem de dinheiro” é, portanto, a denominação utilizada para o conjunto de operações mediante as quais os bens ou dinheiro, nascidos de atividades delitivas, o chamado “dinheiro sujo”, sejam ocultados e integrados ao sistema econômico ou financeiro, transformando-se em “dinheiro limpo ou legítimo”.

Na verdade, a origem da expressão “lavagem de dinheiro” remonta às organizações mafiosas norte-americanas, que, na década de 1920, aplicavam em lavanderias e lava-rápidos o capital obtido com atividades criminosas. Esses negócios movimentavam dinheiro rapidamente, o que facilitava a mistura do capital legalmente ganho com o advindo de atividades ilícitas, promovendo a desvinculação dos recursos provenientes das atividades criminosas (LUNDE, 2004, p. 46-51).

Concluimos que, nas suas atuais dimensões econômicas e sociais, o crime organizado no mundo, deve ser analisado, levando-se em consideração as grandes tendências do mercado global, da evolução tecnológica e dos efeitos da globalização, tornando possível a consolidação desses grupos na cultura mundial. Na realidade, um dos pontos fundamentais do sucesso e expansão do crime organizado é a flexão e versatilidade de sua organização. Por meio de redes locais e, respeitando a especificação de cada lugar, essas organizações desenvolvem poder de alcance global, permitindo alianças estratégicas cada vez mais sofisticadas. Longe de ser um fenômeno atual, o crime organizado possui raízes seculares.

3.3 A evolução do Crime Organizado

Seguramente, o crime organizado não é uma invenção recente. Estudos históricos parecem sugerir que seus rudimentos podem ser buscados nos bandos criados à mil anos atrás, que proliferaram pela Europa central, Itália e Espanha desde a Idade Média, afirma Adorno (1996, p.27). Para Lunde (2003, p. 14-15) a pirataria dos séculos XVII e XVIII, pode ser considerada o modelo de organizações criminosas modernas. Isto se deve às características apresentadas por esses grupos como: organograma (estrutura rudimentar comandada por um capitão), divisão de tarefas, venda de mercadorias roubadas, corrupção de oficiais, formação de regras de comportamento, etc. Precisamente no século XVIII, os piratas operavam em águas internacionais. Homens como Edward Teach e Henry Morgan, conhecidos capitães piratas, agiam nos oceanos Atlântico, Pacífico e Índico. As raízes dessa prática criminosa podem ser percebidas nos dias de hoje, conforme destaca o autor, pois nos nove primeiros meses de 2003, aconteceram 344 ataques piratas registrados no mundo. É importante destacar que a pirataria sempre atuou em rotas comerciais, limitando suas ações na pilhagem e negociação de produtos roubados.

Em contrapartida o fenômeno urbano de crime, nascido nas áreas rurais- as Máfias transformaram-se nos precursores do que conhecemos como organizações criminosas hoje em dia. Sua versão moderna está profundamente marcada pelas organizações da Itália meridional, em particular a “Cosa Nostra”, pelas organizações do sul da França (Marselha e Córsega), em fins do século XIX e início do XX, e, sobretudo pelas organizações americanas sediadas em Chicago e New York entre as décadas de 1910 e fins da década de 1930. Segundo Adorno (1996, p. 27), muitas das características que hoje se observam no crime organizado já estavam de fato presentes naquelas formas anteriores de organização delinqüente. Por exemplo, características como: recrutamento preferencial de jovens; valor atribuído à posse da arma de fogo donde decorre uma disposição gratuita para matar; monopólio altamente concentrado das atividades criminais; estruturas de mando rigidamente hierarquizadas e personalizadas, reatualizadas por rituais precisos e codificados segundo normas particulares e regidas pelo segredo; manutenção de milícias particulares em moldes militarizados; fixação de uma rede de informantes e espias. Nesse conjunto de práticas, lugar estratégico é conferido à corrupção. De acordo com Adorno (1996, p. 28), sem a cumplicidade dos agentes públicos, sem o estabelecimento de conluíus entre o crime organizado e segmentos da burocracia estatal, certamente as atividades não teriam se expandido como de fato se expandiram, ainda que em ondas não sucessivas.

Desde o esclarecedor estudo de Hobsbawn (1970), sabe-se que o florescimento das máfias é fenômeno social recente, datando do século XIX. Compreendem distintas formas de ação e de comportamento social, entre as quais se destacam três: primeiro, uma atitude geral em relação ao Estado de Direito. As contendas entre grupos rivais não se resolvem mediante apelo a códigos universais ou a tribunais de justiça pública. O único código reconhecido é a *omertà* (virilidade), cujo princípio fundamental interdita a prestação de informações a autoridades públicas. Esse tipo de comportamento social desenvolve-se em,

[...] sociedades que não gozam de ordem pública efetiva ou em sociedades cujos cidadãos encaram, hostilmente, parte ou a totalidade das autoridades (como, por exemplo, nas cadeias públicas ou no submundo fora delas) ou com menosprezo em relação a coisas realmente importantes (por exemplo, escolas) ou combinando ambas as coisas (HOBSBAWN, 1970, p. 49).

Em segundo lugar, diz respeito ao patronato como forma de organização dominante. Onde quer que tenham se instalado, as máfias tiveram por eixo um chefe, todo poderoso, em torno do qual gravitava todo um corpo de dependentes e colaboradores, constituindo fina e complexa “rede de influência” capaz de oferecer e vender proteção.

Na Sicília, o estabelecimento do patronato inviabilizou qualquer outra forma alternativa de poder contínuo. Terceiro, refere-se ao controle virtual e total da vida em uma comunidade qualquer por um secreto sistema de *gangs*. Neste particular, ressalta Hobsbawn, as máfias eram senão uma rede de *gangs* locais, controlando territórios determinados, via de regra uma comuna ou um *latifundium*, relacionadas entre si tão-somente por intermédio das migrações de trabalhadores para colheitas, através das ligações entre proprietários, seus advogados e as cidades, bem como por meio das inúmeras feiras disseminadas pelo país. Suas características essenciais: violência desmedida, virilidade profissional e banimento, tudo controlado por rituais de iniciação e senhas meticulosamente padronizadas.

Assim, complementa Hobsbawn, (1970, p. 52-53)

[...] a máfia (nos três sentidos da palavra) forneceu uma máquina paralela de direito e de poder organizados; [...] Em uma sociedade como a siciliana em que o Governo oficial não podia ou não exercia um controle efetivo, o aparecimento de tal sistema era tão inevitável quanto a presença de um poder de *gang*, ou a sua alternativa, bandos privados e vigilantes em certas partes da América do *laissez-faire*. O que distingue a Sicília é a extensão e a coesão desse sistema privado e paralelo de poder. [...] Não era, contudo, universal, porque nem todas as camadas da sociedade siciliana precisavam igualmente dele.

Na verdade, as máfias desenvolveram-se nas áreas cujas atividades econômicas como pastos, pomares, minas, se revelavam carentes de proteção vital diante dos freqüentes furtos e assaltos de que eram alvo. Durante o século XIX, as máfias possuíam bases populares, representavam um mecanismo de proteção social.

Na realidade, devemos supor que a *Máfia* começou, verdadeiramente, a aumentar de poder (e abuso) quando se tornou um movimento regional siciliano de revolta contra os insucessos da unificação da Itália, na década de 1860, e quando se tornou um movimento mais eficiente do que a guerra de guerrilha dos bandidos, paralela e contemporânea, na Itália continental e meridional (Hobsbawn, 1970, p. 60).

Seu crescimento, expansão, auge e transformação foram impulsionados por três circunstâncias: primeiro, o surgimento de relações capitalistas no interior da sociedade italiana promoveu a politização dos operários fabris e dos camponeses que, com suas práticas políticas, vieram progressivamente substituir as velhas táticas de ódio incontido e conspirador presentes nos massacres que caracterizavam os levantes locais. Com a emergência dos novos atores sociais e políticos, a vocação revolucionária das máfias, seu espectro de movimento social de massas, declina acentuadamente, permanecendo restritos às áreas mais pobres e atrasadas da parte oriental da Sicília.

Em segundo lugar, o próprio modo como o capitalismo se desenvolveu contribuiu para acomodar interesses entre o Norte e o Sul. Nesta região, a nova classe de proprietários rurais - os *gabellotti* - e seus correspondentes urbanos não se confrontaram com os capitalistas do Norte. Antes, estabeleceu-se uma sorte de divisão social do trabalho. Como os proprietários do Sul não estavam àquela época interessados no desenvolvimento das manufaturas, se confortaram com a condição de fornecedores de produtos hortifrutigranjeiros para o Norte. Converteram-se em espécie de colônia agrária, dependente do vigor e do dinamismo econômicos das manufaturas setentrionais. Por fim, uma das virtudes da política liberal veio alimentar o poder das máfias. Com o poder do Norte, veio também a modernidade política, ou seja, a extensão do direito de voto. Para os poderosos do Norte interessava contar com o apoio e mesmo a subserviência política do Sul, mesmo que para tanto fosse necessário subornar governos ou fazer concessões aos chefes locais. Se concessões e subornos pouco representavam, do ponto de vista financeiro, para o rico Norte, para o Sul representaram uma diferença ímpar, até há pouco inteiramente desconhecida: a possibilidade dos chefes locais penetrarem no universo dos interesses político-partidários. Os chefes mafiosos converteram-se em chefes políticos locais.

A organização política siciliana, *i.e.*, a *Máfia*, passou então a fazer parte do sistema governamental de patronato e a barganhar sempre mais efetivamente porque os seguidores incultos e longínquos levaram certo tempo para compreender que não estavam mais votando para a causa da rebelião. (...) O verdadeiro “reino da *Máfia*” já se estabelecera. Agora, era uma grande força. Seus membros sentavam-se como deputados em Roma e enfiavam colheres na parte mais espessa do caldo do Governo: grandes bancos, escândalos nacionais (Hobsbawn, 1970, p. 63).

Não tardou para que os conflitos de interesse surgissem no âmbito mafioso. Tratavam-se de dissensões entre as velhas e novas gerações em regiões onde os lucros eram escassos e não havia - ou ao menos não se vislumbravam - alternativas ao desemprego. De um lado, as velhas gerações constituídas de *gabellotti* cuja mentalidade paroquial pouco as diferenciava dos camponeses. De outro lado, as gerações mais jovens, constituídas dos próprios filhos e filhas dos *gabellotti*, melhor preparados do ponto de vista educacional do que seus genitores e gozando, por conseguinte, de status social mais elevado. O agravamento das tensões geracionais verificou-se justamente no contexto do estreitamento das oportunidades de sobrevivência autônoma, o que condicionou muitos a derivarem para o crime. Esse é inclusive o período de intensa migração para os Estados Unidos. Terceiro, o advento do fascismo foi fatal para as máfias. Os fascistas não apenas desencadearam campanhas contra os mafiosos como a suspensão das eleições privou-lhes de persistirem se apropriando do aparelho estatal como instrumento de liquidação de grupos rivais bem como moeda corrente nas negociações ilícitas em Roma. Assim, durante o interlúdio entre as duas guerras mundiais, as organizações mafiosas tenderam ao desaparecimento, quando menos ao retrocesso. Renasceram em 1943, às vésperas do fim da II Grande Guerra. Se, ao renascer, não reconquistaram sua antiga influência política e sua posição chave nos conchavos político-partidários, “modernizaram” seus negócios em torno de atividades econômicas ilegais altamente rendosas como o câmbio negro, o contrabando e possivelmente o tráfico internacional de drogas.

De toda essa longa história, reproduzida a partir do estudo de Hobsbawn, interessa ressaltar alguns aspectos. O nascimento, expansão e declínio das organizações mafiosas acompanharam passo a passo as vicissitudes da vida econômica e política italiana. Nascido de um movimento social revolucionário, de fortes bases e tradições populares, contra os usurpadores estrangeiros, transitou para uma forma de organização política paralela ao poder de Estado. Combinando patronato político-social, regulado por rituais de referência e reafirmação do poder arbitrário do mais forte, justamente aquele que dispõe da capacidade de mando e obediência irrestritos, com formas modernas de representação política, as organizações mafiosas traduziram, em determinado momento da história social e política italianas, uma alternativa de participação no modelo de poder concêntrico instituído pelos

potentados do Norte, modelo alimentado pelo liberalismo político em voga àquela época, último quartel do século passado. Tratou-se de uma cunha nesse modelo ainda que essa alternativa tenha sido nada democrática porque pouco sensível aos interesses e necessidades das classes populares. Na verdade, tudo sugere o quanto os processos de acumulação de riqueza e de acumulação e concentração de poder tangiversaram as possibilidades de existência das organizações mafiosas, determinando-lhes inclusive sua deriva para o mundo da delinquência, seja na própria Itália, seja nos Estados Unidos. Vale notar, contudo, que as organizações mafiosas jamais se colocaram como uma necessidade intrínseca da própria economia ou mesmo do desenvolvimento político.

Nessa medida, não se constituíram em peça essencial do poder político ou elemento indispensável ao funcionamento legal do aparelho de Estado. Disto resulta também que não lograram expansão para além de suas bases locais, às quais permaneceram via de regra aprisionadas. De fato, quando os lucros possíveis e o poder disponível estimularam as tensões entre as velhas e novas gerações de mafiosos, a alternativa foi emigrar e não a descoberta de outros territórios que pudessem servir de ampliação das redes e de acomodação dos interesses.

Ao que tudo parece indicar, na contemporaneidade o crime organizado reaparece, agregando novas práticas às tradicionais. O tráfico internacional de drogas, uma de suas modalidades atuais mais significativas, padece de problema semelhante. O narcotráfico compreende um conjunto diversificado de atividades e operações, o qual articula, em nível internacional, a produção (com todo o seu processo artesanal, semiartesanal e industrial), a circulação, a distribuição e o consumo. Por intercambiar uma mercadoria proibida na maior parte das sociedades, o narcotráfico mobiliza toda uma “economia subterrânea”: distintos mecanismos de acumulação (que compreendem uma combinação de formas de assalariamento, semi-assalariamento, pagamento em espécie) geram uma renda da qual parte substantiva é apropriada na remuneração de atividades de suporte ou subsidiárias como o abastecimento de armas, a manutenção de milícias locais particulares, o treinamento e formação de pistoleiros profissionais e sobretudo à manutenção de uma rede de colaboradores, destinada a facilitar o transporte da droga, pelos mais variados meios, através das fronteiras entre países. Daí a necessidade de consumir vultosos capitais para garantir postos privilegiados de circulação, entre os quais campos particulares de pouso. Daí também a funcionalidade da corrupção em toda essa “economia subterrânea”, sediada inclusive em aeroportos, portos e zonas aduaneiras e alfandegárias (LABROUSSE, 1994).

Além do mais, essa modalidade de “economia subterrânea” é altamente verticalizada e verticalizadora. Ela tende a colonizar outras modalidades delituosas, submetendo-as a seu

domínio. Atividades anteriormente realizadas por soturnos e individualizados delinquentes ou por bandos isolados, como roubos, seqüestros, contrabandos acabam articuladas ao narcotráfico. O caso do contrabando de armas é exemplar. Ele presta-se não somente a modernizar e nutrir o arsenal bélico sofisticado à disposição dos traficantes, como também a proporcionar fonte de renda adicional. A propósito, convém lembrar que a circulação monetária é fundamental nessa economia subterrânea, daí porque a “lavagem” de dinheiro, através de operações financeiras complexas e sofisticadas, porém dotadas de alguma segurança, é tão vital para a sobrevivência do narcotráfico. Daí também o papel estratégico desempenhado pelas instituições bancárias cuja cumplicidade é raramente colocada sob suspeição (ARLACCHI, 1992; LEWIS, 1992).

Não bastassem essas conexões que o narcotráfico estabelece com o mercado e o Estado, ele também encadeia e introduz microscópicos desarranjos no tecido social. No passado, a organização delinqüente tinha claras as diferenças entre o mundo da ordem e da legalidade e o mundo dos ilegalismos. Havia nítida distinção entre trabalho e delinqüência. O narcotráfico rompeu com essa tradicional distinção. Muitos dos jovens recrutados em massa para a organização o são na condição de trabalhadores assalariados, não importando o posto que venham inicialmente a ocupar. Tal não significa, contudo, a introjeção de uma ética vocacional do trabalho ou a criação de uma solidariedade ombro a ombro. Ao contrário, institui-se uma competitividade tal, movida por um individualismo exacerbado e por uma desconfiança extremada em qualquer um. Radicalizada até as últimas conseqüências, essa competitividade é a causa da guerra entre quadrilhas. Por isso, esses jovens, desde cedo socializados para o ingresso na guerra, o são também para lidar com a morte e sua iminência. Aqui se revela um dos mais agudos paradoxos da contemporaneidade: no ápice do processo civilizatório, os avanços tecnológicos estão colocando em evidência a fragilidade da vida, os inúmeros perigos e riscos que a cercam. Sob essa ótica, talvez o crime organizado constitua de fato o cerne do problema contemporâneo, menos pelos seus efeitos sobre a ordem e a legalidade e muito mais pelas incertezas que ele institui (ARIETA, 1991).

3.4 Crime Organizado no Mundo Contemporâneo

Falar sobre o crime organizado é se enveredar por caminhos pouco conhecidos, pois a essência desta atividade está escamoteada em uma complexa rede social alicerçada pelo que chamamos de capitalismo. Este sistema econômico, não só revolucionou o processo de sustentabilidade mundial, como também impulsionou as práticas ilícitas de comércio. O ritmo

veloz do mercado mundial e a combinação infinita de possibilidades para fornecimento, armazenamento, transporte, investimentos bancários, transferência eletrônica, provedores de telefonia celular, endereços eletrônicos, softwares de criptografia, documentos e marketing de empresas-fantasma para consumidores em todo o mundo; expandem as possibilidades do que hoje se constitui como crime organizado.

O modelo antigo das máfias tradicionais, pautados em hierarquias rígidas de poder centralizado, não consegue sobreviver a um mercado global extremamente rápido, em que as oportunidades e os riscos mudam sem cessar. Quanto mais os grupos de crime organizado se parecem com empresas, mais suas hierarquias e rotinas impedem que otimizem suas atividades. Conscientemente ou não, criminosos do mundo inteiro tomaram como parâmetro de atuação as máfias americanas e sicilianas, onde o modelo corporativo era estruturado, disciplinador e hierarquizado.

Segundo Naím (2006, p. 11), os cartéis da Colômbia, as tongs chinesas, as tríades de Hong Kong, a yakusa japonesa, e finalmente, após 1989, a máfia russa foram, todas abordadas da mesma forma: primeiramente como organizações criminosas e somente depois como empresas. O novo ambiente oferece vantagem às novas oportunidades e permite que mudem constantemente de localização, táticas, meios e mecanismos para ganhar o máximo de dinheiro possível. Conseqüentemente, o próprio “crime organizado” está se transformando, tornando-se menos organizado em um sentido tradicional de comando e estruturas de controle e, mais descentralizado.

A dramática expansão do comércio mundial ao longo das últimas décadas, com aumento em média acima de 6% de 1990 a 2000 complementa Naím (2006, p. 23), criou igualmente um amplo espaço para o comércio ilícito, uma vez que permaneceram muitas regras para a legitimação do comércio que deveriam ser obedecidas, enquanto o apetite de mercados e consumidores por produtos aos quais os países impunham restrições continuava a crescer. Logo ficou claro que as facilidades adotadas pelos países para encorajar o sucesso do comércio legal também beneficiavam as atividades dos comerciantes ilícitos. Segundo Naím (2006, p. 23), um desses benefícios foi a redução de controles nas fronteiras, tanto em número quanto em rigor; em alguns lugares, como no chamado grupo Schengen, que reúne países da União Européia, os controles de fronteira foram virtualmente abolidos, e os que persistiram tendem a ser absorvidos pelo fluxo abrupto de bens. Naím (2006, p. 23) afirma que mesmo depois do 11 de setembro e do subsequente recrudescimento das fronteiras norte-americanas, os principais postos de controle no limite entre México e os Estados Unidos podem inspecionar apenas uma pequena parcela de caminhões, e no máximo por alguns minutos,

devido ao receio de formar longos congestionamentos. A situação nos portos de carga do mundo é ainda mais problemática. E em toda parte o aumento do tráfego, os esquemas rápidos para se livrar dos impostos, a expansão dos portos livres e zonas de processamento de exportação, a onipresença do transporte aéreo e a impossibilidade de checar os pacotes FedEx ou DHL, tudo isso oferece aos contrabandistas novos caminhos para a travessia de fronteiras.

Essa prática é possível graças às tecnologias de comunicação, que permitem tarefas como gerenciamento de depósitos e rastreamento de cargas à distância, onde o comerciante e os produtos, jamais precisam estar concomitantemente no mesmo local. Para Naím (2006, p.24), essa flexibilidade é uma vantagem fundamental que o comércio ilícito tem sobre os governos, e é um aspecto desafiador desse problema, pois dá aos traficantes um incentivo para se organizarem de uma forma que maximize a confusão jurisdicional.

Novas tecnologias também desempenharam importante papel em outros setores, complementa o autor: navios cargueiros mais eficientes, novos métodos de carga e descarga, melhor gerenciamento portuário, desenvolvimento logístico, avanços em refrigeração, navegação e rastreamento por satélite, e muito mais. A isso, independente da forma de comércio, legalizado ou não, os traficantes acrescentaram doses próprias de criatividade, ou seja, a agressiva e inventiva adoção de novas tecnologias ajudou os traficantes a diminuir os riscos, aumentar a produtividade e simplificar seus negócios. Segundo Naím (2006, p. 25), o cartel de Cali já empregava sofisticadas técnicas de criptografia no início dos anos 90.

A origem deste cenário, no entanto, ocorre com o acelerado processo de transformações econômicas, políticas e culturais da sociedade do pós-guerra; de tal forma que se traduziram na fragmentação social e na importância crescente às atividades ligadas ao lazer e consumo como meios de definir novas identidades sociais. Tais mudanças indicaram que as restrições morais convencionais, enfraqueceram e, em termos de controle social, as funções policiais partiram pelo viés da vigilância e aplicação da lei.

Em referência a esse contexto, existem muitos países que sequer dispõem de leis ou punições para alguns dos mais recorrentes tipos de crime. Naím afirma que, (2006, p. 174), “as leis são sempre uma obra aberta, desafiadas não apenas pelo crime organizado, mas também por debates políticos, manipulações de especialistas em jogar com o sistema e, freqüentemente, pela rapidez das inovações e circunstâncias”. De toda forma, criminosos tendem a operar sem levar em conta considerações morais. Para eles, leis constantemente mutáveis podem significar uma oportunidade, o lucro.

Diante disso, com o final da Guerra Fria, os países anteriormente mantidos fora do sistema de comércio mundial começaram a reingressar. A queda do bloco oriental e de seus

aliados estrangeiros lançou no mercado uma série completamente nova de produtos que interessavam aos comerciantes ilícitos, alguns dos quais a preços muito baixos. Segundo Naím, (2006, p. 30), eles incluíram armas e equipamentos militares dos exércitos excessivamente inchados do Pacto de Varsóvia e, de fábricas estatais construídas para abastecê-los; materiais e tecnologias nucleares, disponíveis com o rápido e desordenado fim da União Soviética; aeronaves e veículos civis e militares; amplos recursos naturais, de níquel e cobre a urânio e diamantes; mas também mão-de-obra imigrante; bebês para adoção; mulheres para prostituição; e até mesmo corpos humanos, vivos ou mortos, para venda de órgãos.

Não foi à toa as ponderações de Ziegler (2003, p. 91), “nenhuma formação criminoso no mundo assemelha-se as bandos mafiosos surgidos dos escombros da antiga União Soviética”. A ocorrência desse fenômeno surgiu principalmente pela prática institucionalizada do crime como meio de sobrevivência. Sob o comunismo, o contrabando, por exemplo, não era uma transação ilegal internacional operada por alguns poucos criminosos, mas uma estratégia de sobrevivência generalizada. A prosperidade, em termos relativos, dependia de se encontrar um meio nunca legal de fornecer aos administradores das fábricas as matérias-primas de que necessitavam para atingir as cotas de produção, ou para “desviar” (roubar) produtos do governo e vendê-los para o mercado negro. Isso também significava obter acesso a estoques de jeans estrangeiros que poderiam ser discretamente vendidos aos jovens e à vodka a que os mais velhos se agarravam como uma tábua de salvação, reafirma Naím, (2006, p. 32).

Para ele (NAÍM, 2006, p. 34),

Por mais de seis décadas, esses eram os incentivos que o governo proporcionava e, portanto, espíritos empreendedores não tinham outra saída senão encontrar meios de burlar a lei. Inevitavelmente, os esquemas requeriam a ajuda e a colaboração de alguém no governo. Quando parcerias diferentes ou a corrupção não funcionavam, o uso de violência, ameaça ou chantagem nunca estava além dos meios empregados para obter cooperação. Décadas desse ambiente produziram um amplo estoque de organizações experientes e hábeis, quadrilhas cruéis, trabalhadores talentosos e capangas sem escrúpulos.

Nesse contexto, ocorreu a proliferação ao redor do mundo o que Naím (2006, p.29) chama de “Estados fracos e falidos”, prontos para serem colonizados por traficantes dos mais diferentes gêneros. Durante a Guerra Fria, esses Estados residiam na “esfera de influência” de uma das superpotências, em troca de proteção militar e auxílio econômico. Naím, (2006, p.30) diz que quando essa proteção entrou em colapso, o mesmo aconteceu com a rede de segurança

que os prevenia. Isso aconteceu em Estados com governos frágeis ou inaptos de perderem o controle sobre seus territórios ou recursos. Vislumbrando esse cenário, desde os anos 60, cientistas políticos usam o termo “Estados fortes” e “Estados fracos” para descreverem as diferenças na capacidade do governo desempenhar funções básicas. Nos anos 90, porém, cunhou-se um novo termo – “Estado falido”, ou seja, um governo titular e um esqueleto de algumas instituições, com muito pouco controle ou efeito legítimo sobre a economia e a realidade do país. Os Estados fracos, em geral, espalharam-se desde 1990, afirma Naím, (2006, p. 31).

As tendências do enraizamento do crime organizado são mais explícitas em países falidos; no entanto, qualquer Estado fraco é inerentemente vulnerável aos seus tentáculos. Geralmente, países com fronteiras difíceis de ser patrulhadas, são alvo dessas organizações. Nesse sentido, por exemplo, Naím (2006, p. 32) diz que, a Nigéria tornou-se um grande centro comercial de heroína vinda do Oriente Médio a caminho da Europa e da América do Norte. O Haiti e outras nações caribenhas como alternativa, tornaram-se portos de passagem para os carregamentos de drogas para os Estados Unidos, quando outras rotas ficaram muito visadas. Podemos observar esse contexto nos escritos de Glenny (2008, p. 150) ao referir-se sobre o relatório do DEA (*Drug Enforcement administration* – Agência Anti Drogas dos Estados Unidos) sobre Israel.

Em 2003, o departamento de Estado divulgou um relatório alegando que Israel era o centro do tráfico global de ecstasy, tendo se ramificado da Europa para os Estados Unidos. “As organizações israelenses de tráfico de drogas são as principais fontes de distribuição de narcóticos a grupos dos EUA, utilizando serviços de remessa expressa, vôos de carreira e, recentemente, utilizando também vôos de carga”, afirma o relatório. Sendo um país tão dependente de ajuda financeira, política e militar americana, o relatório foi tremendamente embaraçoso para Israel.

No texto acima, além do enraizamento de práticas ilícitas em países considerados “fora de suspeita”, identificamos um dos maiores aliados do crime organizado globalizado, as fronteiras. “As fronteiras nacionais são uma dádiva para os criminosos e um obstáculo para as agências da lei”, afirma Naím (2006, p. 14). As fronteiras criam oportunidades de lucro para as redes de contrabando e enfraquecem os Estados ao limitar sua capacidade de reprimir as investidas das redes globais que agridem suas economias, corrompem seus políticos e minam suas instituições. Segundo Naím (2006, p. 18) “nunca os contrabandistas foram tão internacionais, ricos e politicamente influentes como nos anos 90”. Durante esta década, Dubai nos Emirados Árabes, transformou-se na Meca desses criminosos, além de atrair celebridades e milionários do mundo todo encantados com o *glamour* e sofisticação de suas

novas construções. O crime global não só se expandiu como, graças à sua capacidade de acumular lucros colossais, tornou-se também uma poderosa força política.

O sucesso das redes criminosas baseia-se na mobilidade internacional, como em suas habilidades de se beneficiar das oportunidades advindas da separação dos mercados e que desaguaram dentro das fronteiras dos Estados soberanos. Para os criminosos, as fronteiras criam oportunidades de negócios e escudos convenientes; no entanto, para os funcionários do governo que os caçam, as fronteiras são freqüentemente obstáculos intransponíveis. Os privilégios da soberania nacional transformam-se em fardos e limitações para os governos. Devido a essa assimetria, no confronto global entre governos e criminosos, os governos sistematicamente saem perdendo.

Nesse sentido, os crimes globais estão transformando o sistema internacional, afirma Naím (2006, p. 11), “modificando suas regras, introduzindo novos atores e reconfigurando o poder na política e na economia mundiais”. Não obstante a essa realidade, o desenvolvimento de tecnologia contribuiu para a expansão desse mercado, não apenas geograficamente ao minimizar os custos de transporte, mas também ao tornar possível o comércio de uma vasta gama de produtos que não existiam anteriormente, como softwares piratas ou maconha transgênica (NAÍM, 2006, p. 11). Segundo o autor, as novas tecnologias também tornaram possível comercializar internacionalmente produtos que, no passado, não podiam ser transportados ou listados em “inventários” – rins humanos, por exemplo. Os mercados, obviamente, também se ampliaram quando os governos desregulamentaram as economias anteriormente fechadas ou fortemente controladas e permitiram aos estrangeiros visitar, comercializar e investir mais livremente. A maciça transferência de bens e equipamentos, antes sob o controle exclusivo dos exércitos nacionais, para as mãos da iniciativa privada fez surgir uma série de produtos no mercado, de lançadores de foguetes e mísseis Scud a projetos e equipamentos nucleares. Além disso, os governos também favoreceram o comércio ilícito ao criminalizar novas atividades. A troca de arquivos na Internet, por exemplo, é uma atividade ilegal que recentemente adicionou milhões às fileiras de comerciantes ilícitos. A exemplo disso, Glenny (2008, p. 46) diz que

Ainda mais chocante, porém, era o fato de que os mesmos homens que alimentavam a guerra entre seus povos estavam, em particular, colaborando entre si, como bons amigos e parceiros de negócios. Os homens do dinheiro e os gângsteres croatas, bósnios, albaneses, macedônios e sérvios eram como unha e carne. Compravam, vendiam e trocavam todo o tipo de mercadoria, sabendo que os laços de confiança entre eles eram muito mais forte do que os vínculos transitórios do nacionalismo histórico.

É notório que a ideologia do consumo supere qualquer outra, principalmente por meio do apelo no “ter”. O que está por trás dos grandes conflitos existentes hoje no mundo, são redes, cada vez mais complexas, de criminosos comerciantes, que lucram através de um mercado “negro”. O lucro, no crime organizado afirma o autor (NAÍM, 2006, p. 11), “é uma motivação tão poderosa quanto Deus”. Prova disso são as redes de comerciantes de bens ilícitos sem pátria, que estão mudando o mundo, tanto quanto os terroristas. O mundo, tal qual muitos Estados, são obcecado pelo terrorismo e, ainda não se deram conta da dominação do crime organizado. Isso ocorre por motivo simples, o terrorismo possui sentido ideológico e agride a cidadania de uma população, já o crime organizado trabalha em “favor” da população, ao comercializar aquilo que é difícil de encontrar. Além disso, muitos países, inclusive o Brasil, acreditam na ilusão de que o comércio ilícito é um fenômeno “subterrâneo”, de pouca expressão.

Um ponto latente desta realidade é a escravidão global de seres humanos através das fronteiras, “que afeta ao menos quatro milhões de pessoas todos os anos, a maioria composta de mulheres e crianças, e movimenta cerca de sete a 10 bilhões de dólares”, afirma Naím (2006, p. 19). Neste mercado as mulheres têm papel fundamental. Segundo Glenny (2008, p.37),

Mulheres são mercadoria atraentes para quem quer entrar no mundo do crime. Podem cruzar fronteiras legalmente e não atraem a atenção de cães farejadores. O investimento inicial representa apenas uma fração da soma exigida para entrar no ramo do roubo de carros, os custos operacionais são mínimos, e, como prestadora de serviço, a mercadoria (uma mulher escravizada) gera lucros repentinamente. Uma única mulher pode render entre 5 mil e 10 mil dólares por mês para seu traficante. Esses cálculos não levam em conta a terrível realidade das violações múltiplas e da exploração inominável. Mas nem o fornecedor (o gângster) nem o consumidor (prósperos europeus ocidentais) compreendem essa relação em termos que não os econômicos. O fornecedor vive num ambiente quase desprovido de policiamento ou regulação, se ele não vender aquela mulher, outro sujeito o fará.

Foram necessários 400 anos para que o mercado transatlântico importasse 12 milhões de escravos africanos para o Novo Mundo, reafirma Naím (2006, p. 85). Se a cifra já era expressiva, estima-se hoje que 30 milhões de mulheres e crianças foram vítimas do tráfico no Sudeste Asiático – nos últimos 10 anos. O tráfico humano ainda não é o comércio ilícito mais rentável – essa honra cabe às drogas, mas é muito provavelmente o que mais rapidamente cresceu. O tráfico através de fronteiras, que é apenas uma parte de todo esse quadro, transporta aproximadamente de 700 mil a dois milhões de pessoas por ano.

Para Naím (2006, p. 85) o ritmo impetuoso desse crescimento também não tem precedentes. Segundo as Nações Unidas, quando o tráfico e o contrabando de seres humanos

aparecem combinados, delinea-se um quadro ainda mais amplo, no qual o “comércio de pessoas” afeta ao menos quatro milhões de indivíduos todos os anos, movimentando de até a 10 bilhões de dólares. Provavelmente as cifras são maiores, uma vez que o contrabando humano somente para fora da China foi estimado entre um e três milhões de dólares por ano, e o FBI reconhece que esse tipo de comércio, no México, dá às redes de seis a nove bilhões de dólares por ano. Segundo o autor os termos “contrabando humano” e “tráfico humano” designam em princípio, duas atividades diferentes. No contrabando humano, o imigrante paga ao contrabandista pela travessia. No caso do tráfico, o traficante decide, coage o imigrante e o vende como mão-de-obra. Mas, na realidade, a distinção não é tão clara. Muitos imigrantes voluntariamente contrabandeados contraem dívidas exorbitantes e arbitrárias que os levam a aceitar trabalhos aviltantes e condições de trabalho indignos, convenientemente “arranjados” pelos contrabandistas. A exemplo disso na China, Glenny (2008, p. 381) diz que,

São os cabeças-de-serpente, ou traficantes de pessoas, os responsáveis por isso. Esses homens e mulheres bombeiam gente incessantemente para o interior dos barcos, aviões e trens, abastecendo o que hoje é a maior rede de contrabando de trabalho migrante do mundo. Os cabeças-de-serpente contam com o apoio tácito das autoridades [...]. As autoridades locais apóiam descaradamente a emigração, e alguns se consideram parte de uma “nova zona chinesa ultramar”. Chegam mesmo a organizar sala de aula para instruir os candidatos a migrantes em “conhecimento gerais sobre países estrangeiros (questões legais, alfândega, condições locais), costura, cozinha e comércio”, como observou Frank Pieke.

Nenhum país tem apenas um mercado de trabalho, mas na realidade dois, um é legal e tolerado; outro, clandestino e desregulamentado, algum tipo de trabalho, como confecção de roupas, trabalho doméstico e sexo, continuarão a produzir lucros fabulosos para contrabandistas e traficantes. Os economistas e sociólogos concluíram que o que move o imigrante não é a carência ou a pobreza absoluta, mas a carência relativa – o sentimento de que se viveria melhor em outro lugar. Tragicamente, o tráfico internacional de pessoas se confunde com o tráfico internacional de órgãos humanos. A combinação de imigrantes miseráveis, ilegais, assustados, famintos e sem qualquer proteção legal é um terreno fértil para as redes internacionais que precisam atender a uma demanda quase infinita de órgãos.

O comércio de órgãos é resultado das inovações científicas e da ampla disseminação de novos equipamentos, drogas e procedimentos cirúrgicos que objetivam prolongar a vida humana. Segundo Naím (2006, p. 151), os centros de transplantes ilícitos de doadores vivos estão localizados em países que combinam excelente infra-estrutura hospitalar com fiscalização frouxa e corruptível. Alguns como, Índia, China e Brasil, são grandes fornecedores de órgãos. Os rins são a força motriz desse tipo de tráfico.

De qualquer forma, o comércio de seres humanos e de órgãos representa apenas mais uma das opções de mercadorias oferecidas pelas organizações criminosas. Os mais populares produtos comercializados pelo crime organizado são conhecidos como falsificação, réplicas, adulterações, cópias ou simplesmente imitações, correspondem aos produtos falsificados que estão em toda parte. Armas e perfumes, carros, motocicletas e tênis de corrida, medicamentos e máquinas industriais; relógios, raquetes de tênis, tacos de golfe, videogames, softwares, músicas e filmes; nada está a salvo. Os habituais compradores de produtos falsificados geralmente correm poucos riscos. O fluxo de cópias piratas no mercado atende a forças poderosas: o intenso apetite dos consumidores por produtos de marca e uma irresistível tentação pela barganha. Naím (2006, p. 106) diz que na China, descobriu-se que os governos de província e o Exército de Libertação Popular (ELP) – as forças armadas chinesas, investem na produção de inúmeras imitações, para a qual, se sabe, no entanto, cópias ilegais de produtos de marca podem ser feitas nas mais modernas fábricas e empregando a melhor mão-de-obra disponível.

Desde o início dos anos 90, de acordo com a Interpol (apud NAÍM, 2006, p. 107),

O comércio de produtos falsificados cresceu oito vezes mais que o comércio legal. Vinte anos atrás, as perdas comerciais em todo o mundo, devido a pirataria, eram estimadas em cinco bilhões de dólares, hoje estão em torno de 500 bilhões. Isso faz com que o custo das falsificações corresponda de cinco a 10% do valor de todo o comércio mundial.

Uma razão para essa expansão é o crescente alcance dos produtos de marca falsificados no mercado. Em razão disso, afirma o autor, a Organização Mundial da Saúde acredita que 8% do suprimento mundial de remédios são falsificados, gerando uma receita em torno de 32 bilhões de dólares. De acordo com estudo, praticamente metade das imitações disponíveis no mercado não dispõem do princípio ativo ou contém um errado, incluindo os 10% que apresentavam contaminação. O resto pode não ser legal, mas pelo menos é remédio, talvez com datas de validade vencidas e com rótulos adulterados; talvez corretamente manipulados, mas distribuídos com embalagens e rótulos falsos ou enganadores. Qualquer tipo de produto popular é vulnerável a falsificação. Para Naím (2006, p. 107), existe uma ampla evidência de que as células terroristas descentralizadas, nos moldes da *AL-Qaeda*, usaram o comércio de falsificados para financiar suas operações. Os perpetradores do primeiro atentado a bomba ao World Trade Center em 1993 mantinham-se em parte com a venda de camisetas falsificadas em loja na Broadway.

Outro exemplo, completa Naím (2006, p. 53), aconteceu em uma batida policial, no ano de 2002 na cidade de São Paulo, onde foi fechada uma oficina tecnicamente avançada, que produzia cerca de 50 submetralhadoras falsificadas por mês. Para o autor, em curto prazo, a volumosa infiltração do excedente de armas baratas de segunda mão produzidas por organizações criminosas, estará exaurindo os mecanismos de controle dos Estados em uma cadeia de abastecimento global, flexível e empreendedora.

Nota-se, diante disso, que um tipo de sociedade armada avança para ocupar o espaço vazio deixado pelo controle estatal, a fim de fazer frente aos grupos insurgentes, empresas privadas, quadrilhas e até agentes independentes; todos com acesso a armas e com total liberdade de ação. A sociedade civil, portanto armada, não se move por ideais ou pela religião, mas pelo medo e pela ilusão de proteção suscitados pela posse de uma arma. Segundo Naím (2006, p. 61), “esses instintos, medos e ilusões criam uma demanda crescente por armas que os corretores do poder, do lucro e da cobiça ficam felizes em abastecer e satisfazer”.

Outro aspecto do crime organizado foi o investimento maciço no mercado de ações, uma marca da globalização. Na década de 1990, os países precisavam do dinheiro, da tecnologia e do marketing de exportação cada vez mais ousado das corporações multinacionais e, assim, estimularam o investimento estrangeiro, ao invés de inibi-lo. Sendo assim, o pensamento econômico predominante confirmava que um país estaria melhor com mais investimento estrangeiro do que com menos, especialmente se os investidores pudessem ser persuadidos a ficar por um longo período. Para Naím (2006, p. 26), abrir o mercado de ações local ao dinheiro estrangeiro fez com que se expandisse, e registrar companhias locais nas bolsas de valores estrangeiras, como em Nova York ou Londres, tornou-se um símbolo de sucesso.

Uma vez que as transações com moeda estrangeira foram oficialmente autorizadas, redes bancárias globais computadorizadas permitiram que estas ocorressem à velocidade da luz, e de qualquer lugar para qualquer lugar. O cartão, por exemplo, é uma das ferramentas mais essenciais e naturais da vida cotidiana, inclusive para os traficantes. A ascensão do dinheiro eletrônico e virtual – como cartões inteligentes que armazenam valores em um chip – oferece tanto conveniência quanto anonimato. Ainda sim, outra linha da integração financeira mundial útil aos comerciantes ilícitos é a expansão da indústria de transferência eletrônica (NAÍM, 2006, p. 26-27).

Diante disso, a internet tornou-se de grande valor para as transações do crime organizado. Aqueles que se envolvem em transações ilícitas comunicam-se uns com os outros, fazendo uso da privacidade e do anonimato de contas de e-mail, alteradas com

frequência e acessadas de cybercafés e outros lugares impenetráveis. Segundo Naím (2006, p. 227), eles monitoram cargas por meio de serviços de rastreamento que a FedEx e outras empresas oferecem. Algumas organizações criminosas mais ousadas põem seus produtos à venda em vitrines on-line. O moderno leilão de escravas é eletrônico, nos quais cafetões locais podem examinar e adquirir, via email, mulheres e garotas de atacadistas de outros países, e consumidores varejistas podem requisitar a prostituta de sua escolha. A internet recruta mercenários, anuncia empresas de transportes inescrupulosas, hospeda sites com aparência profissional que funcionam como fachadas eletrônicas para negócios escusos. A utilização da internet como ferramenta de crimes, demonstra uma “criminalidade da inteligência”, oposta à “criminalidade do muque”, ou seja, da violência complementa Monet (2006, p. 190). Para o autor a criminalidade informática se desenvolveu em um ritmo galopante, estimado no custo de 3 bilhões de dólares por ano nos Estados Unidos. Segundo o autor os processos empregados pelos fraudadores são diversos, mais em dois terços dos casos, repousam em manipulação de dados: criação de clientes fictícios, edição de notas fiscais falsas, ordens de pagamento sobre contas de clientes, transferência de fundos fraudulentos, etc. Monet (2006, p. 193) conta que,

Um caso, célebre nos Estados Unidos, é o do funcionário de banco que conseguiu desviar 11 milhões de dólares, simplesmente escamoteando das operações bancárias de que cuidava todos os restos das frações inferiores a um *cent*, pois os cálculos bancários eram sempre arredondados por aproximação. Ele foi descoberto graças à meticulosidade de um cliente que se surpreendeu com o fato de sua conta bancária ter variado de 0,71 dólares para 0,70 dólares!

Independente de seus efeitos, os problemas colocados pela criminalidade informática continuam a ser pouco conhecidos pelo grande público, pois é uma criminalidade de pouca visibilidade política e midiática. Dá-se o contrário na economia da droga

Segundo Monet (2006, p.193), o uso de entorpecentes, na ocorrência das drogas leves, apareceu, nos anos 70, como a expressão de uma filosofia “liberada” ou do desenvolvimento de uma contracultura que procurava resistir à implacável racionalização das atividades humanas sob a pressão das lógicas econômicas. O uso da heroína, depois da cocaína, substituiu o da maconha e do LSD. O autor traça um comparativo de desenvolvimento ao trabalho de formiga dos “hippies mochileiros”, que levavam de Katmandu algumas gramas de ervas parcimoniosamente adquiridos, com a expedição de contêineres da América do Sul ou da Ásia para a Europa nos dias de hoje.

Dentro deste processo, Naím afirma que (2006, p. 70) os Estados Unidos são os maiores consumidores de drogas do mundo, além de representar a maior força motriz de reação global a serviço de sua estratégia de repressão às drogas, geralmente com o emprego de forças políticas e militares, fora de suas fronteiras. Em outro extremo, Colômbia e Afeganistão são os maiores produtores de drogas desde os anos 90. A tradição desses dois países constitui um marco no tráfico de drogas mundial, principalmente na Colômbia, onde os cartéis da droga ganharam notoriedade internacional.

De qualquer forma, há muito tempo o comércio de drogas era personificado por figuras lendárias como Pablo Escobar Gaviria, cujas histórias renovaram a imagem popular do chefe das drogas e em torno das quais se formaram verdadeiros cultos de adoração. Embora fosse apenas mais um dos empreendedores que transformaram a Colômbia, um coadjuvante no final da década, Escobar, líder do Cartel de Medellín, logo se destacou. Para Naím (2006, p. 73) a sagacidade de Escobar não tinha limites; “certa vez ocultou uma pista de pouso embaixo de casas móveis. Seu gosto pela violência amedrontava até mesmo traficantes durões”. Segundo o autor, o traficante chegou a organizar uma equipe de assassinos e desenvolveu novas técnicas de assalto, como posicionar um assassino na garupa de uma motocicleta, método bastante apropriado ao trânsito caótico de Bogotá. A lenda de Escobar ofereceu uma face à emergente guerra contra as drogas, chamando a atenção da opinião pública para um inimigo visível e bem determinado. No ano de 1993, com a morte de Escobar, o equilíbrio do poder modificou-se, pois os movimentos militares assumiram o comando. Nesta década, o comércio de drogas sofreu grandes transformações.

Quando a Colômbia descentralizou o poder afirma Naím (2006, p. 74), “dando mais autonomia aos governos locais no início da década de 1990, foi uma bênção para as redes de tráfico, que podiam então simplesmente indicar seus próprios prefeitos, governadores e juízes”. No Afeganistão, outro exemplo, com a expansão do cultivo da papoula os militares locais foram os grandes beneficiados, e, no México as redes de tráfico se apoderaram de algumas das cidades e regiões mais violentas. O “Triângulo do Ouro”, que reúne Tailândia, Myanmar e Laos, e a região entre Paquistão e o Afeganistão, são exemplos notórios de regiões fronteiriças onde o comércio ilícito prospera. Rebeldes se transformaram em comerciantes: por exemplo, os guerrilheiros das Farcs (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e das Auc (Autodefesa Unidas da Colômbia) não mais simplesmente vendem proteção para o comércio de drogas, como se transformaram, eles mesmos, em corretores de cocaína, negociando com fazendeiros, laboratórios, transportadoras e atacadistas no México e nos Estados Unidos.

Hoje, o cartel da droga colombiano conclui Naím (2006, p. 75),

Possui centros de distribuição de cocaína em Londres e Amsterdã. Os circuitos de encaminhamento são embaralhados, mergulhados nos entrançados das atividades de multinacionais que têm casa própria e cuja sede social se encontra, em geral, em alguns minúsculos “paraíso fiscal” do Caribe, da América Central ou como o Estado de Nauru, cujos 7 mil habitantes têm um nível de vida mais elevado que o dos americanos do Pacífico.

A exemplo disso, o poder econômico dos traficantes de droga está em condições de subverter totalmente um Estado: o caso extremo do Panamá o provou: com a cumplicidade benévola e interessada de seu chefe de Estado, o general Noriega, serviu de contraforte a uma boa parte dos ganhos angariados pelos “barões da droga”. Do mesmo modo, vários ministros do Suriname ou das ilhas TURKS e Caicos foram condenados por tribunais americanos por seu comprometimento com os negócios da droga.

É de se destacar, que muito do sucesso do tráfico de drogas seja efeito das diversas redes étnicas estabelecidas pela busca de eficiência e fidelidade neste tipo de comércio ilegal. Contrastando com o modelo mafioso, no qual todas as transações se dão entre os membros de uma “família” criminosa, o comércio das drogas faz emergir especialistas que tiveram vantagem dos lugares, da língua, do conhecimento local ou da habilidade para desaparecer na multidão. Algumas transações de drogas se baseiam na confiança e no reconhecimento mútuo, associados a uma origem étnica comum; outras são impostas pela ameaça de violência. Mas, em um mundo que as fontes de abastecimento e os destinos dos produtos se multiplicam, muitas transações são simplesmente isso, transações.

Independente das transações realizadas, como em qualquer outro negócio, as pressões da concorrência levam os maiores negociantes de drogas, que dominam o negócio, a investir em outros produtos secundários e novas linhas de ação. Somam-se a isso novos tipos de drogas, principalmente as sintéticas, o tráfico de animais, de arte, de lixo, de pedras preciosas entre outros, ou seja, tudo que é lucrativo.

Portanto, enquanto o número de negociantes aumentou, suas atividades se descentralizaram, e eles se tornaram mais sagazes e financeiramente mais experientes. A mudança é oportuna, pois abre as portas para os benefícios oferecidos pela globalização, e necessária para que os antigos traficantes se mantenham vivos em face dos desafios dos órgãos de repressão e dos novos concorrentes. É perceptível que ao longo desse processo, o poder e o enorme potencial de lucros, deslocou-se do meio da cadeia de distribuição, para os pontos onde se encontravam as grandes oportunidades de transações ao longo das fronteiras,

por meio da diversificação, parcerias e sinergias estratégicas. Com base neste cenário, podemos observar e comparar em que estágio o crime organizado no Brasil se encontra.

3.5 Crime Organizado no Brasil: O mito PCC – Primeiro Comando da Capital

Durante o processo histórico de formação e desenvolvimento do Brasil, alguns elementos como a violência privada, desigualdade social (econômica e jurídica), constituem uma das marcas mais importantes dessa sociedade e, que persistem, até hoje. A impunidade, por exemplo, tem uma longa história no país. Para Zaluar (2007, p. 37), desde a época do Império, no século XIX, os senhores de engenho e grandes proprietários rurais, chamados de “Coronéis”, utilizavam “jagunços” (homens armados sob seu comando) para impor seu poder. Segundo a autora, os policiais também foram formados para satisfazer os proprietários de terra e a eles submeteram-se, reprimindo somente os pobres, os negros e os indígenas. A partir desse contexto, Silva (2003, p. 25) alega que é possível identificar como antecedentes da criminalidade organizada, o movimento chamado cangaço, que atuou no sertão nordestino entre o final do século XIX e começo do século XX, tendo como origem as condutas dos jagunços e capangas dos grandes fazendeiros, bem como a atuação do coronelismo, resultante da própria colonização da região pelos portugueses. Personificados na lendária figura de Virgulino Ferreira da Silva, o *Lampião* (1897-1938), os cangaceiros tinham organização hierárquica e com o tempo passaram a atuar em várias frentes ao mesmo tempo, dedicando-se a saquear vilas, fazendas e pequenas cidades, extorquir dinheiro mediante ameaça de ataque e pilhagem, ou seqüestrar pessoas importantes e influentes para depois exigir resgate. Para tanto, relacionavam-se com fazendeiros e chefes políticos influentes e contavam com a colaboração de policiais corruptos, que lhes forneciam armas e munições.

Em consequência a esse fenômeno como o do cangaço no Nordeste brasileiro e bandos de homens armados em outras regiões do país se explicam pela insatisfação moral com o funcionamento injusto das instituições brasileiras de então e os códigos de honra das sociedades segmentadas em grupos de parentesco. Esses bandos de homens armados acompanharam, de modo destacado e independente, as lutas de família resultantes da briga pelo poder local, ou seja, pelo controle das terras, das riquezas e das instituições (ZALUAR, 2007, p. 37).

Neste ínterim, após a deteriorização do poder pessoal do coronel, observamos novas modalidades de crimes e de criminosos. A invenção do denominado “jogo do bicho” (sorteio de prêmios a apostadores, mediante recolhimento de apostas) foi uma delas. Iniciada no início do século XX é identificada como a primeira infração penal organizada no Brasil, como

afirma Silva (2003, p. 25). A origem dessa contravenção penal é atribuída ao Barão Drumond, que teria criado o inocente jogo de azar para arrecadar dinheiro com a finalidade de salvar animais do Jardim Zoológico do Estado do Rio de Janeiro. Segundo Mingardi (1998, p. 95), a idéia foi posteriormente popularizada e patrocinada por grupos organizados, que passaram a monopolizar o jogo, mediante a corrupção de policiais e políticos. Na década de 80, os praticantes dessa contravenção movimentaram cerca de 500.000 por dia com apostas, sendo 4% a 10% desse montante destinado aos banqueiros, complementa Silva (2003, p. 25).

Diante disso, para entender como a criminalidade organizada emergiu a cena pública cotidiana, é necessário analisar os anos de 1960 e 1970. Desde essas décadas, a sociedade brasileira vem experimentando o progressivo crescimento do crime urbano violento, além de outras manifestações de violência nas relações sociais e interpessoais. Nos anos 70, o processo de migração do campo em direção às cidades, produziu o que chamamos de “inchaço metropolitano”, pois segundo Charão, Indriúnas e Castro (2006), nesta época, 56% da população brasileira vivia em regiões urbanas. Dez anos depois, esse índice passou para 67,6% e, em 1996, já era de quase 80%. É importante destacar que nos anos 80, a situação havia mudado para esses migrantes, principalmente pelo enfraquecimento econômico, resultante de poucas oportunidades de trabalho e moradia.

A única alternativa para muitas dessas pessoas, era ingressar na economia ilegal. As periferias, bem como as favelas, cresceram em ritmo exponencial com a chegada dos migrantes à cidade. A falta de estrutura para comportar tamanha demanda, além da omissão estatal, transformaram esses lugares propícios para atividades criminosas. Até então, “o crime ainda mantinha um pouco daquela aura da malandragem, de saber se virar pela cidade. O que mudaria tudo, e em pouco tempo, era o surgimento de novas oportunidades de negócios ilegais e o volume de riqueza que passariam a movimentar”, complementam Charão, Indriúnas e Castro (2006).

Até os anos 80, as estruturas criminosas limitavam-se ainda a quadrilhas de ação localizada. E ao jogo do bicho. Até ser proibido na década de 1890, era um jogo aristocrático, com os resultados dos sorteios publicados nos jornais. Desde então, mantém a popularidade entre as classes mais baixas graças, em parte, à facilidade na aposta, uma vez que se pode jogar qualquer quantia. Além disso, é até hoje considerado contravenção e não crime, o que ajuda os bicheiros a formar quadrilhas poderosas. Não à toa, muitos especialistas consideram que ainda hoje eles são o grupo mais representativo do crime organizado no Brasil (CHARÃO, INDRIÚNAS e CASTRO, 2006).

De qualquer forma, foi durante o regime militar que se propagaram muitas das contravenções criminais existentes nos dias de hoje. Segundo Zaluar (2007, p. 39), por ter empregado a

tortura, as prisões ilegais e a censura, o regime militar abriu caminho para a disseminação do crime organizado em vários setores. Alguns oficiais, que haviam aderido a essas práticas subterrâneas, tornaram-se membros de grupos de extermínio ou de extorsão, ou ainda se associaram aos “bicheiros”, assim como aos traficantes de drogas (GASPARI, 2002). Foi durante o regime militar, afirma Zaluar, que os bicheiros passaram a participar e controlar as escolas de samba e seu desfile, transformando-as em empresas lucrativas.

Os militares que se envolveram com o crime organizado do jogo proibido e do tráfico foram protegidos pela “Lei de Segurança Nacional”, que só foi suprimido em 1988, assim como pela “Lei de Anistia”, de 1979. Como a lei proibiu processos de acusação, esses personagens que espalharam as práticas do crime organizado permaneceram impunes (ZALUAR, 2007, p. 40).

Tal impunidade só foi descoberta com a abertura do regime, onde teve início um crescimento surpreendente dos crimes violentos, sobretudo de seqüestros, roubos e homicídios que utilizam armas de fogo. Para Zaluar (2007, p. 43), tais crimes cresceram muito rapidamente nas capitais e regiões metropolitanas, além de algumas cidades do interior de certos Estados brasileiros, tais como Pernambuco, Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. A partir de 1988, afirmam Adorno e Salla (2007, p. 12) até recentemente, os crimes de roubo, tráfico de drogas e extorsão mediante seqüestro ao lado dos homicídios foram aqueles que acusaram as maiores taxas de crescimento.

Segundo Adorno e Salla (2007, p. 13),

Não havia, até fins da década de 1990, estatísticas oficiais de criminalidade para o país em seu conjunto, lacuna que começou a ser suprida senão recentemente. Os dados disponíveis, para os anos de 1990 a 2001, divulgados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), órgão do Ministério da Justiça, indicam que, relativamente ao país como um todo, as taxas de crimes violentos por cem mil habitantes: homicídio, roubo, roubo seguido de morte, extorsão mediante seqüestro, tráfico de droga, estupro; são, “grosso modo”, superiores a de outros países com características de organização social comparáveis às do Brasil. A taxa de homicídios para o Brasil (28,46 homicídios por cem mil habitantes, ano de 2002) foi um pouco menor do que a média esperada para países com renda baixa e média (=32,1 homicídios por cem mil habitantes). Considerando o período de 1991 a 2000, essa taxa cresceu, para o país como um todo, 72, 58%.

Nesse sentido, o grande responsável pelo aumento dessas taxas e, conseqüentemente do crime, foi o tráfico de drogas. Com isso, as organizações criminosas tornaram-se mais organizadas e violentas, muito se deve pela responsabilidade na distribuição e venda de entorpecentes, principalmente de cocaína. “Essas organizações passaram a operar neste mercado como empresas”, afirmam Adorno e Salla (2007, p. 13), pois foram utilizadas

estratégias para criar e manter pontos-de-venda, conceitos de logística para distribuição, entre outros. Para tanto, é fundamental um mercado consumidor que sustente essa estrutura, dispondo de meios suficientes para aquisição regular de drogas. O funcionamento desse sistema organizado reduz a inclusão de cidadãos empobrecidos, com pouca perspectiva de trabalho e futuro promissor, induzindo-os a serem trabalhadores assalariados do crime. Sua função é “exercer controle da distribuição de drogas, do ponto-de-venda, da circulação de dinheiro, das dívidas contraídas quer por consumidores que por pequenos vendedores” (ADORNO e SALLA, 2007, p. 13). Assim, se constitui uma complexa rede de criminosos ávidos a matar ou morrer, sempre obedientes aos seus comandantes.

Diante disso, a violência ganha *estatus* junto às organizações do crime, sendo usada como o principal meio de controle e imposição de poder. Surge, portanto, novas organizações criminosas, diversificada e muito bem armada, onde os conflitos são resolvidos com armas de fogo. Segundo Zaluar (2007, p. 45), isso criou as condições que atraíram muitos jovens pobres a se envolver nessa guerra mortal entre traficantes, mas que permaneceu restrita a algumas áreas da cidade. Contrariamente às máfias ítalo-americanas, compara a autora, essas organizações a exemplo no Rio de Janeiro, jamais contaram com os laços estáveis de lealdade que existem entre pessoas relacionadas por parentesco ritual ou de sangue. Para eles, os conflitos são comuns para acertar as contas e distribuir a riqueza e o poder. “O orgulho de ser homem não se origina na gentileza e outras disposições civilizadas, mas da capacidade e disposição de destruir o adversário” (ZALUAR, 2007, p. 46). De modo geral, o tráfico de drogas transformou o convívio social, principalmente nas grandes metrópoles, em um grande barril de pólvora. É importante salientar que traficar drogas exige o emprego de mão-de-obra maior do que as atividades criminosas comuns. Dessa forma, com o aumento de pessoas no crime, existe um aumento também, no número de prisões relacionadas ao tráfico. Avaliar esse processo nas últimas décadas é constatar que a população carcerária explodiu, ou seja, o número de presídios e cadeias não comporta a super população de criminosos. As conseqüências dessa realidade serão determinantes para a compreensão do que chamamos de crime organizado brasileiro.

Para tanto, Adorno e Salla (2007, p. 14) constataam que a peculiaridade da criminalidade organizada no Brasil advém de seu enraizamento nas prisões, comprovando aspectos que a distinguem de outras modalidades existentes no mundo. No Brasil, a proximidade entre os grupos criminosos está antes no próprio conteúdo da ação criminosa, na condição de criminoso encarcerado, e na filiação social a que pertence à esmagadora maioria dos seus participantes, ou seja, aos estratos socioeconômicos onde vivem nas fronteiras entre

legalidade e ilegalismos, constituem sua identidade. Segundo Amorim (2006, p. 22), As lideranças do crime organizado, intimamente relacionadas com populações carentes, foram encarceradas, mortas e substituídas por uma nova geração de traficantes. Estes acreditam mais no terror puro e simples do que na cooperação com o meio em que vivem.

Nesse sentido, ressalta-se que a massa carcerária no Brasil é, em sua grande maioria, “composta por presos pobres, com poucos recursos pessoais, suscetíveis às influências do momento e vulneráveis às ações arbitrárias e violentas de quem quer que seja” (ADORNO e SALLA, 2007, p. 16). Muitos dos presos acabam sendo cooptados pelas lideranças da criminalidade organizada. Segundo Paixão (1987, p. 80), três parecem ser os elementos que explicam a sujeição dos presos a essas lideranças emergentes: o medo, o cálculo e a resignação. O medo está associado com a permanente ameaça de violência física. Independente de sua origem, a violência constitui um código normativo de comportamento. Diante disso, Adorno e Salla (2007, p. 16) exemplificam esse contexto por meio dos

[...] confrontos entre quadrilhas; suspeita de delação; envolvimento no tráfico de drogas, na exploração de atividades internas, no tráfico de influências sobre os “poderosos”, sejam aqueles procedentes da massa carcerária ou da equipe dirigente; posse de objetos pessoais; obtenção de favores sexuais, o que compromete não apenas os presos, em particular os mais jovens e primários, muitas vezes comercializados no interior da população, mas também suas esposas, suas companheiras e suas filhas; manutenção de privilégios conquistados ou cedidos; disputa de postos de trabalho. Não raro, verificam-se homicídios praticados com requintes de barbaridade, veiculados boca a boca como sinais de virilidade e coragem.

Além desses aspectos da violência criminoso, é importante contabilizar os estupros, as agressões de uns contra outros, os acertos de contas verificados notadamente durante as rebeliões e motins, os “pactos de morte” e a confrontação, por vezes dramática, entre presos organizados no interior das prisões e as autoridades constituídas (ADORNO, 1991, p.15). Nesse ínterim, nascem alguns grupos e facções com o intuito de minimizar o abandono do governo junto à massa carcerária. Essa lacuna deixada pelo Estado rendeu frutos, pois a superlotação dos presídios, morosidade da justiça nos julgamentos, falta de infra-estrutura para condições básicas de higiene, métodos cada vez mais punitivos aos presos, além da exposição de presos condenados de alta periculosidade com presos comuns; tornaram as prisões em ambiente propício para a formação de criminosos, longe de qualquer intenção corretiva.

O crime, como entidade, estruturou-se dentro das prisões, complementa Souza (2006, p. 21), até então o último dos lugares para se pensar numa formatação criminal, porque as

peças, em tese, estão privadas da liberdade, isoladas da sociedade, imobilizada pelas celas e pulverizada psicologicamente pelas grades. Ironicamente, foi exatamente nesse espaço, da quebra dos movimentos e dos contatos, que nasceu o crime em forma oficial de empresa, com voz própria de comando, chamada de torre nos códigos, com ordens regularmente emitidas (os *salves*) chegando às *faculdades* (incorporando ironicamente o conceito, fora das muralhas, que chama os presídios de escolas do crime).

O primeiro grupo criminoso a sair dos presídios brasileiros e ganhar notoriedade internacional, foi o Comando Vermelho - CV, na década de 1970. É comum creditar a esse grupo, o modelo seguido por todas as demais facções criminosas. Segundo Charão, Indriúnas e Castro (2006), a criação do Comando Vermelho foi ocasionada pelo convívio de seus primeiros líderes, com grupos guerrilheiros de esquerda. Isso aconteceu no presídio Cândido Mendes, em Ilha Grande, Rio de Janeiro. Para Amorim (2003, p. 58) “O encontro dos integrantes das organizações revolucionárias com o criminoso comum rendeu um fruto perigoso: o Comando Vermelho”. Mesmo com o fim da ditadura e a libertação desses revolucionários, afirma o autor que os presos políticos deixaram muitas marcas no presídio da Ilha Grande, proporcionando uma experiência educadora. “A influência dos prisioneiros políticos se dava basicamente pela força do exemplo, pelo idealismo e altruísmo, pelo fato de que, mesmo encarcerados, continuávamos mantendo a organização e a disciplina revolucionárias” (AMORIM, 2003, p. 64). Com tempo de sobra para pensar nos problemas e soluções vigentes, a facção Comando Vermelho foi tomando corpo, seduzindo e cooptando cada vez mais presos. Além de proteger seus integrantes, a facção criou normas de conduta entre os presos, eliminou sistematicamente seus rivais e trouxe certa “paz” nos presídios onde atuava. O Comando Vermelho aprendeu rápido que para crescer, deveria fazer exigências que beneficiassem todos no presídio.

Segundo Porto (2007, p. 87), a facção está ligada ao tráfico de entorpecentes em larga escala, além de atuar em ações seletivas: tráfico de entorpecentes, contrabando de armas e seqüestro. As demais atividades são uma forma de fazer dinheiro para financiar a compra de entorpecentes. Para Charão, Indriúnas e Castro (2006),

A princípio, eram apenas quadrilhas de ladrões tentando criar uma unidade para facilitar seu trabalho. Com a chegada das drogas, tornou-se um grupo voltado para o tráfico. A primeira consequência foi exacerbar dois componentes que já existiam no bicho: o terror aplicado àqueles que se voltassem contra a facção e o assistencialismo à comunidade. Houve até uma época em que o Comando Vermelho especializou-se em uma tática Robin Hood: assaltar caminhões com mercadorias e distribuir para os moradores das favelas.

Essa estratégia de crescimento foi à mesma utilizada pelos cartéis colombianos, de aplicar parte da renda da venda da droga em melhorias para a comunidade, como construção de redes de esgotos e segurança. A partir dessas práticas, o Comando Vermelho transformou-se, até poucos anos atrás, na maior e mais respeitada organização criminosa do país. São fundadores do Comando Vermelho os detentos: José Carlos dos Reis Encina, o “Escadinha”, Francisco Viriato de Oliveira, o “Japonês”, José Carlos Gregório, o “Gordo” e William de Silva Lima, o “Professor”.

No Rio de Janeiro, outras organizações surgiram posteriores ao Comando Vermelho. A primeira foi o Terceiro Comando – TC, fundada nos anos 80 como dissidência do Comando Vermelho, tornou-se sua maior rival envolvendo o comando do ponto de tráfico de drogas em mais de 600 favelas cariocas, como aponta Porto (2006, p.92). Outra facção criminosa é a Amigos dos Amigos – ADA, fundada no ano de 1998, em razão da não submissão aos traficantes mais antigos que comandam o comércio de drogas do interior dos presídios, conforme relatado em matéria publicada na *Folha Online*. Dissidentes da ADA formaram uma nova facção, denominada Inimigos dos inimigos – IDI.

No Estado de São Paulo, a primeira facção criminosa a ser reconhecida pelo governo foi a Serpentes Negras. Segundo Porto (2007, p. 85), essa organização foi criada em 1984 na Casa de Detenção de São Paulo, “a partir de uma comissão de presos constituída para apresentar ao então Secretário de Justiça José Carlos Dias, um perfil do preso brasileiro, bem como reivindicar melhoras no sistema penitenciário”. Hoje, essa organização se encontra extinta. Outras organizações como: Seita Satânica – SS (criada em 1994), Comissão Democrática de Liberdade – CDL (criada em 1996), Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade – CRBC (criada em 1999) e Terceiro Comando da Capital – TCC (criada em 2002), compõe o cenário criminal paulista, mas nenhuma dessas organizações se compara à facção Primeiro Comando da Capital, vulgo PCC.

Criada em 1993 na Casa de Custódia e Tratamento “Dr. Arnaldo Amado Ferreira” de Taubaté. O PCC construiu seu poder dentro dos presídios paulistas num tempo relativamente curto: menos de dez anos. Originalmente, O primeiro Comando da Capital era o nome de um time de futebol que disputava o campeonato interno do presídio de Taubaté, na época apelidado pelos detentos como “piranhão” ou “masmorra”, por ser considerado o mais severo do sistema. Segundo Porto (2007, p. 73), ao chegar ao final do campeonato, o time do Primeiro Comando da Capital, integrado pelos presos denominados fundadores José Márcio Felício, o “Geleirão”, Cezar Augusto Roriz, o “Cezinha”, José Eduardo Moura da Silva, o “Bandeirão”, Idemir Carlos Ambrosio, o “Sombra”, dentre outros; resolveram que em vez de

jogar futebol, iriam acertar as contas com dois integrantes do time adversário, resultando na morte desses dois presos. Deste ato, que tomou contornos de reivindicação contra as precárias condições do sistema prisional, se originou a facção criminosa.

O modelo seguido, pelo menos inicialmente, foi o mesmo já trilhado pelo Comando Vermelho (CV). Para Souza (2006, p. 21), a organização montou uma hierarquia com postos propositadamente chamados de “soldados” e “generais”. Origem paulista, era esse o Primeiro Comando da Capital, o PCC, a frente do crime formada por prisioneiros. No começo, tinha um código, o número 1533, porque 15 corresponde à décima quinta letra do alfabeto, P, seguida duas vezes pela terceira letra, C.

Como afirma Mingardi (2007, p. 59),

[...] ao contrário de outras organizações de presos existentes naquele momento nas cadeias paulistas, eles adquiriram cada vez mais adeptos usando o discurso sindical, de que todos eram iguais, que precisavam se unir, que um companheiro não deveria ser inimigo de outro e que o inimigo comum era a administração carcerária. Com esse discurso, aliado à defesa dos presos mais fracos contra a exploração das inúmeras quadrilhas que infestavam o sistema, as lideranças iniciais foram ganhando simpatizantes entre os mais fracos, sem poder ou influência dentro do sistema. Em meados da década de 1990, praticamente todas as lideranças de então estavam no Carandiru, onde ganharam a confiança da massa carcerária e passaram a controlar o presídio. E essa ascensão trouxe, indubitavelmente, benefícios aos detidos.

Segundo o autor (MINGARDI, 2007, p. 60) ao relatar os comentários de advogados, membros da pastoral carcerária e mesmo guardas penitenciários; quando o PCC assumiu o controle o número de mortes diminuiu, assim como o número de presos vítimas de qualquer tipo de atentado, incluindo sexuais. A força crescente do PCC passou a representar um grande problema para a administração do complexo do Carandiru, como afirma o autor. Em medida impensada, o governo junto com a administração do presídio, resolveu-se dispersar as lideranças para tentar diminuir seu poder. “Na realidade, ocorreu o contrário. As sementes do contágio foram espalhadas por todo o sistema. O discurso corporativo foi levado para outros presídios e o poder da organização aumentou” (MINGARDI, 2007, p. 60).

Não foi à toa que o governo de São Paulo demorou reconhecer a existência da facção PCC. Segundo Amorim (2006, p. 388), o PCC ficou conhecido em 1993, quando pessoas ligadas ao sistema penal paulista escreveram relatórios informando sobre a existência e o crescimento do grupo. Em 1995, a repórter Fátima Souza cita a existência do “partido do crime”, pela primeira vez, na televisão. Souza (2008, p. 10) relata que quando a reportagem foi ao ar, às autoridades ficaram extremamente irritadas e trataram logo em desmentir. Em 1996, a autora diz ter recebido de um agente penitenciário, o primeiro indício da facção, um

pedaço de papel com ameaça de morte a um preso, assinado pelo PCC. Pouco depois, recebeu uma correspondência com o estatuto do PCC escrito à mão. Segundo Jozino, (2004, p. 32-38) o estatuto foi redigido à caneta, por um dos detentos fundadores: o Mizael. O autor publicou o documento na íntegra, em matéria no dia 25 de maio de 1997, no Jornal *Diário Popular*:

- 1 - Lealdade, respeito e solidariedade acima de tudo ao "Partido".*
- 2 - A luta pela liberdade, justiça e paz.*
- 3 - A união contra as injustiças e a opressão dentro da prisão.*
- 4 - Contribuição daqueles que estão em liberdade, com os irmãos dentro da prisão, através de advogados, dinheiro, ajuda aos familiares e ação de resgate.*
- 5 - O respeito e a solidariedade a todos os membros do "Partido", para que não haja conflitos internos, porque aquele que causar conflito interno dentro do "Partido", tentando dividir a irmandade, será excluído e repudiado do "Partido".*
- 6 - Jamais usar o "Partido" para resolver problemas pessoais contra pessoas de fora porque o ideal do Partido está acima de conflitos pessoais. Mas o "Partido" estará sempre leal e solidário a todos os seus integrantes para que não venham a sofrer nenhuma desigualdade ou injustiça em conflitos externos.*
- 7 - Aquele que estiver em liberdade, "bem estruturado", mas esquecer de contribuir com os irmãos que estão na cadeia, será condenado à morte, sem perdão.*
- 8 - Os integrantes do "Partido" têm que dar bom exemplo a ser seguido e, por isso, o Partido não admite que haja: assalto, estupro e extorsão dentro do sistema.*
- 9 - O "Partido" não admite mentiras, traição, inveja, cobiça, calúnia, egoísmo, interesse pessoal, mas sim, a verdade, a fidelidade, a hombridade, solidariedade ao interesse comum ao bem de todos, porque somos um por todos e todos por um.*
- 10 - Todo integrante terá que respeitar a ordem e a disciplina do "Partido". Cada um vai receber de acordo com aquilo que fez por merecer. A opinião de todos será ouvida e respeitada, mas a decisão final será dos fundadores do "Partido".*
- 11 - O Primeiro Comando da Capital - P.C.C., fundado no ano de 1993, numa luta descomunal e incansável contra a opressão e as injustiças do Campo de Concentração anexo da Casa de Custódia de Taubaté, tem como lema absoluto "A Liberdade, a Justiça e a Paz".*
- 12 - O partido não admite rivalidades internas, disputa do poder na liderança do comando, pois cada integrante do Comando sabe a função que lhe compete, de acordo com sua capacidade para exercê-la.*

13 - Temos que permanecer unidos e organizados para evitarmos que ocorra novamente um massacre semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção, em 2 de outubro de 1992, quando 111 presos foram covardemente assassinados, massacre esse que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Porque nós do Comando vamos sacudir o sistema e fazer essas autoridades mudarem a prática carcerária desumana, cheia de injustiça, opressão, torturas, massacres nas prisões.

14 - A prioridade do Comando no momento é pressionar o Governo do Estado a desativar aquele Campo de Concentração “anexo” à Casa de Custódia de Tratamento de Taubaté de onde surgiram a semente e as raízes do Comando, no meio de tantas lutas inglórias e tantos sofrimentos atrozes.

15 - Partindo do Comando Central da Capital, o QG do Estado, as diretrizes de ações organizadas e simultâneas em todos os estabelecimentos penais do Estado numa guerra sem tréguas, sem fronteiras, até a vitória final.

16 - O importante de tudo é que ninguém nos deterá nessa luta porque a semente do Comando se espalhou em todo o Sistema Penitenciário do Estado e conseguimos nos estruturar também do lado de fora, com muitos sacrifícios e perdas, mas nos consolidando, a nível estadual e a longo prazo, nos consolidaremos também a nível nacional. Conhecemos nossa força e a força de nossos inimigos poderosos, mas estamos preparados, unidos, e um povo unido jamais será vencido.

LIBERDADE! JUSTIÇA! PAZ!

PCC

“UNIDOS VENCEREMOS”

Conforme avalia Amorim (2006, p.390), o que impressiona nas regras de conduta do PCC é a semelhança com o pensamento dos homens que fundaram o Comando Vermelho, vinte anos antes. O estatuto do PCC invoca como ideal a lealdade entre os membros da organização, além da solidariedade e união na luta contra as dificuldades apresentadas pelo sistema prisional. Essa problemática transformou-se no argumento mais forte na atração de outros membros. No entanto, o que chama a atenção é a tríade retórica da facção: “liberdade, justiça e paz”, expressão comumente usada para exaltar e ratificar seus mandos. O contrasenso desse discurso se encontra, justamente, na articulação dos opostos, no enfrentamento de leis e regras sociais, na hipocrisia ideológica, como principalmente na violência empregue por aqueles que conclamam esses direitos.

Neste sentido, Adorno e Salla (2007, p. 17) analisam que

Em seu item 4, o estatuto prega a contribuição daqueles que estejam em liberdade com os irmãos que estão dentro da prisão, por intermédio de advogados, dinheiro, ajuda aos familiares e ação de resgate. Ao mesmo tempo, ameaça com a condenação à morte sem perdão, aqueles que se encontram em liberdade “bem estruturados” e se esqueceram de contribuir com seus irmãos presos. Trata-se de uma organização impregnada de rígidos valores. Ao mesmo tempo em que prega solidariedade e proclama luta contra as injustiças, prevê aplicação de pena de morte sem apelação ou julgamento. Como que traduzindo traços da cultura política brasileira, estabelece uma sorte de sincretismo moral entre tradição (autoproteção pessoal) e modernidade (apelo à justiça e ao direito).

Em síntese, o PCC condena a morte qualquer um que se oponha ou não queira participar de suas regras. Dessa forma como afirmam Adorno e Salla (2007, p. 18), “a facção contribuiu para firmar a malha de solidariedade entre os presos, pela imposição da violência e do medo, mas também pela construção de uma percepção de pertencimento, revelada na expressão própria aos membros do grupo como ‘irmãos’”.

Conforme apontado no item 7, o código de comportamento não se restringia apenas aos presos, mas também aqueles que estão em liberdade. Assim, à medida que seus integrantes cumpriam suas penas, eram libertados e traziam, para além das grades, as idéias e ideais da facção. Concomitante a isso, é importa salientar que antes de receber o estatuto e, “oficialmente” pertencer à facção, o candidato passa por um “batismo”. Segundo Souza em artigo publicado em 2007,

Quem quiser entrar no PCC precisa ser “apresentado” por alguém. Não basta chegar e ir entrando. Tem que ter alguém que o apresente e garanta aos demais que ele é “gente boa”, é “firmeza”. Tem que ter um “padrinho”. Devidamente garantido em seu “caráter” o postulante a integrante da facção passa por um “batismo”. Em um copo (que pode até ser de água, mas preferencialmente com pinga) padrinho e “afilhado” jogam uma gota de sangue de cada um, conseguida através de um furinho no dedo indicador. Então, cada um bebe a metade. O “afilhado” promete que nunca irá desapontar o padrinho e jura fidelidade ao PCC para sempre. Recebe uma cópia do estatuto da facção e é o mais novo integrante do partido do crime. Se o padrinho estiver na cadeia e o afilhado fora – ou vice-versa – a cerimônia do sangue na pinga é dispensada, restando só o juramento e o recebimento do estatuto que o afilhado jura respeitar e seguir a risca. Ele é alertado que a pena é a de morte para quem desrespeitar o estatuto. A cerimônia é realizada tanto por homens quanto por mulheres, já que o número de mulheres filiadas ao PCC cresce a cada ano. Todas as cadeias femininas de São Paulo são dominadas pelo PCC. É o PCC de Saias, como são chamadas. Também nos presídios femininos existem as figuras dos Torres e Pilotos. São subordinadas a chefia geral, ao comando, liderados por homens.

O ritual que se passa com o “batismo”, demonstra a organização da facção enquanto estrutura. Porto (2007, p. 74) afirma que o Primeiro Comando da Capital, manteve-se ao

longo dos anos com a mesma estrutura hierárquica, seguindo o modelo piramidal. No topo da hierarquia do PCC, são alocados os chamados “Fundadores”, ou aqueles que, em virtude de seu *status* criminoso, alcançaram uma posição de prestígio dentro da facção, quer por matarem outros presos, quer por executarem ações cujo retorno fosse especialmente proveitoso para a organização. O atual líder da facção Marcos Willians Herbas Camacho, o “Marcola”, passou a compor o núcleo dos “Fundadores”, por meio de *status* adquirido como ladrão de transportadora de valores. Esta estrutura piramidal foi alterada ao longo dos anos, principalmente em virtude dos lucros provenientes de suas ações. Hoje, o PCC é dividido em células, de modo a permitir a continuidade das atividades criminosas mesmo com o isolamento dos líderes.

Para Souza (2006, p. 105 apud Denúncia do Ministério Público),

Em decorrência das sucessivas investigações policiais e ações penais desfechadas, apurou-se que o “Primeiro Comando da Capital” estabeleceu uma nova estrutura para sua atuação criminosa, desmobilizando parcialmente o molde piramidal já descrito. Fora ele descentralizado em anéis ou células, cada qual com autonomia e discricionariedade dentro de sua área ou ramo de atividade, ligando-se os “pilotos” com outros da mesma denominação (“pilotos”), mas responsáveis por pequenas divisões dentro do mesmo espaço geográfico ou função, vascularizando a ação criminosa. Novas figuras foram acrescentadas à estrutura que se diversificou horizontalmente: aos “pilotos” foram acrescentados os “torres”, peças chave na estrutura. Os “torres” são lideranças decisórias que formam uma espécie de “última instância” antes da liderança geral. Foram criados ainda, os “sintonias”, cuja função é a manutenção de contato entre os anéis ou células, daí resultando que a expressão “estar na sintonia” significa ficar a par de tudo o que ocorre com a atividade criminosa, garantindo a comunicação entre todos os integrantes da organização.

Com a expansão da organização, a ordem hierárquica desenvolveu uma ordenação escalonada mais complexa conforme descrito acima, que culminou com a criação dos chamados “Pilotos” e “Torres”, presidiários que detêm poder de comando dentro de determinado presídio ou pavilhão, como representante dos “Fundadores” ou em situação semelhante a estes, como reafirma Porto (2007, p. 74). O pavilhão ou presídio sob a influência de cada “Piloto” é conhecido como “raio”, dentro do qual nova escala hierárquica se estabelece, igualmente de natureza piramidal. Assim define-se hoje a escala orgânica da organização criminosa que, por sinal, compartimenta informações de comando de modo que seus integrantes não disponham, todos, das mesmas informações, complementa Souza (2006, p.206).

Além das funções já citadas, criou-se também a figura do “disciplina”, a quem compete uma espécie de controle ou corregedoria interna no âmbito da facção. Sua incumbência é cobrar dos demais criminosos que lhes fora destinada. Também se criou a

figura do “bicho papão”, cuja responsabilidade é a arrecadação do lucro inerente ao tráfico de entorpecentes, tanto dentro como fora do sistema prisional. O objetivo de tais divisões foi aperfeiçoar a atuação criminosa.

O PCC também conta com a ajuda de pessoas e grupos vinculados à facção, são eles Contadores (O PCC tinha um único contador até 2005, ano em que ele foi preso, hoje a administração dos R\$ 700 mil arrecadados por mês passou para cerca de 6 contadores, que usam até registros em livros-caixas); Advogados (A polícia estima que o grupo tenha cerca de 18 advogados trabalhando a seu favor, eles também usam artifícios ilegais, como a compra da gravação dos depoimentos sigilosos da CPI do Tráfico de Armas); Criminosos (O PCC ajuda seus filiados a realizar crimes como assaltos à mão armada e seqüestros. Também garante proteção aos vendedores das bocas-de-fumo, que pagam ao grupo uma porcentagem dos seus lucros), Comunidade (Além dos criminosos, a comunidade do PCC conta com simpatizantes, como cantores de funk que os homenageiam. O grupo também financia estudos para quem quer ser um advogado do crime organizado) e Políticos (Com pouca penetração no Estado, o PCC começa a articular possíveis candidatos para as próximas eleições, usando como moeda de troca os votos de seus milhares de filiados).

Assim como o Comando Vermelho, o Primeiro Comando da Capital deixou claro em seu estatuto que aquele que não colaborar com a facção será condenado à morte. Segundo Porto (2007, p. 79), essa colaboração é prestada de duas formas: pagamento de “mensalidades” ao Partido (R\$500,00 para aqueles que estão em liberdade; R\$250,00 para aqueles que cumprem pena no regime semi-aberto; R\$50,00 para aqueles que cumprem pena em regime fechado), ou a prestação de serviços, como a colocação de bombas em prédios públicos, atentados à Polícia Militar ou, mesmo, a execução de pessoas. Essas pessoas são chamadas de “Bin Ladens” pela facção.

É importante ressaltar que além das mensalidades pagas pelos integrantes do PCC, existem outras fontes de lucro como: aluguel de armas e de cativeiros para seqüestro, tráfico de entorpecentes, parte do lucro em assaltos, roubos e etc. Uma das fontes mais inusitadas são a loteria do crime e o empréstimo. Segundo Souza (2007),

A loteria do crime é vendida nas cadeias, num sistema de rodízio (a cada mês 10 cadeias fazem a loteria). Cada número custa R\$ 15 e cada detento ligado ao PCC tem que comprar pelo menos três bilhetes. Familiares também compram e, em alguns casos, revendem aqui fora. O resultado é o que der no concurso oficial da Loteria da Caixa Econômica Federal. Quem ganhar o primeiro prêmio leva um apartamento no valor médio de R\$ 70 mil. O segundo prêmio é uma TV Plasma. O PCC também faz “empréstimos” aos detentos. Quem for filiado e estiver precisando

de grana é só pedir que o dinheiro está na mão sem necessidade de avalista. Mas tem que pagar se não, morre.

Toda a arrecadação do dinheiro proveniente das ações descritas foram encontradas pela polícia em livros-caixa. A “contabilidade” do PCC, como descreve Souza (2007), possui uma série de investimentos, dentre eles a compra de armas para abastecer as quadrilhas que agem dentro e fora do sistema prisional e compra de mais drogas. Outra parte do dinheiro é usado para pagar o salário dos “Torres” e “Pilotos”, que varia em torno de R\$3.000,00 à R\$10.000,00, dependendo do faturamento mensal das regiões onde atuam. Além disso, o PCC possui vários programas de ajuda social, conforme descreve Souza (2007)

Parte do dinheiro do PCC é aplicado em “funções sociais”, como a compra de cestas-básicas para familiares de presos que estão passando necessidade e o pagamento dos ônibus que são fretados para levar familiares de detentos as prisões nos finais de semana para a visita. Uma outra parte da grana é usada numa espécie de “programa assistencial” criado em favelas de São Paulo, onde a facção tem pontos de vendas de drogas. Batizado de “Ajuda da Correria para o Social”, o “programa” distribui leite, gás e cestas básicas a famílias que moram nestas favelas. Uma espécie de “troca”: a gente vende a droga, vocês ficam quietinhos (não denunciam a polícia) e nós damos o “troco”. As famílias interessadas em receber a “ajuda” são cadastradas pelos soldados da facção. Também faz parte do “pacote social” a compra de remédios e enxovais para bebês. Outra forma de arrecadação de dinheiro é a rifa do PCC, que corre todos os meses. Aliás o PCC também paga velórios e enterros de seus integrantes mortos dentro ou fora dos presídios. Dependendo da “importância” do indivíduo e de sua “contribuição” criminosa a facção quando vivo, o valor gasto com o caixão, velas, coroas e faixas pode chegar a R\$ 5 mil.

Esse tipo de ajuda acaba por fortalecer ainda mais a organização, uma vez que os assistidos criam relações laços de amizade e gratidão. Isso, posteriormente, é revertido em ajuda das mais variadas: não delação de crimes ou de criminosos foragidos, utilização das residências para esconder armas e drogas, transformação dessas pessoas em “laranjas” para movimentação financeira, cooptação de novos integrantes, entre outros. O que impressiona, além disso, é a mitificação da facção bem como a de seus líderes, junto às comunidades. Pertencer ou ajudar o PCC trás *status*. Ao que tudo indica, a comunicação possui papel essencial neste desenvolvimento, proporcionando a ligação entre a massa carcerária com seus parentes, subordinados e todos os envolvidos indiretamente com facção.

A agilidade e eficiência da comunicação decorem, principalmente, da evolução tecnológica dos meios de comunicação, especialmente da telefonia móvel celular. Hoje se faz possível a realização de teleconferências, com várias pessoas se valendo de uma linha principal de telefone celular e não mais uma linha fixa como anteriormente se exigia, fator que trouxe enorme flexibilidade e mobilidade ao sistema, permitindo o controle das atividades criminosas minuto a minuto. (Denúncia do Ministério Público, apud SOUZA, 2006, p. 106)

Na realidade, a arma que mais preocupa a polícia não é letal e se chama celular. “O celular dentro da cadeia é mais perigoso do que dez fuzis na rua”, comenta o delegado Bittencourt (SOUZA, 2006, p. 42). Segundo Porto (2007, p. 75), as lideranças e os membros da organização conseguem obter ilicitamente aparelhos de telefone celulares, normalmente pré-pagos, os quais são introduzidos nos presídios com os quais ligam para as “centrais”, as quais, automaticamente ou com a interferência de operadores (geralmente mulheres), transferem as chamadas para o destino final. Assim, as ligações são feitas na maioria das vezes “a cobrar” e as linhas fixas permanecem programadas até que sejam desligadas por falta de pagamento, quando, então, são substituídas por outras. Em virtude do temor das interceptações telefônicas, foi criada uma rede de comunicação alternativa por meio de aparelhos de rádio “Nextel”. O rádio serve-se de sistema de satélites e que a interceptação é impossível.

Segundo Jozino (2004, p. 128), o ex-militante do Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR) do Chile, o canadense David Spencer, arquitetou em setembro de 1998, um sistema de informatização e comunicação para o PCC que perdura até hoje. Spancer e seu grupo, presos pelo seqüestro do dono do grupo *Pão de Açúcar*, foram grandes incentivadores da facção. A base do sistema de comunicação proposta pelo grupo, foi fundamental para o crescimento, fortalecimento e sucesso do PCC. O canadense elaborou um organograma do sistema de comunicação (lia-se: operações de sistemas piratas, conexão de vírus em sistemas de redes telefônicas, computadores, estúdios radiofônicos, televisivos, radares e controle de PX, HT e Cobra), desenhou os equipamentos necessários à sua implantação e lhes explicou o funcionamento de cada um.

A utilização de tecnologias de comunicação não foi à única alternativa para o PCC manter-se conectado ao mundo. Segundo Souza (2007, p. 111), a facção criou uma nova linguagem, “como se fosse um dialeto circunscrito a um grupo cada vez maior de militantes, substituindo a semiótica restrita aos habitantes do cárcere, usar sinais e não a voz, que ainda predomina nas prisões”. A nova modalidade de comunicação, usada pelo PCC para casos de recados, que deveriam ser passados com maiores cuidados de segurança, foi chamado de pombo-correio. No caso, advogadas recebiam bilhetes guardados sobre os seios, ou escritos sobre a própria pele. O destinatário somente lia a mensagem quando a advogada, sem sutiã, abria a blusa. Homens advogados também desempenhavam esse papel, levando mensagens escritas no ombro, à altura do pescoço. Fingem que estão se coçando para o interlocutor poder ler, conclui Porto (2007, p. 75).

A partir do exposto, é possível esclarecer o funcionamento da sigilosa comunicação do PCC. Primeiro, detalhando os esquemas que permitiam relacionamentos de dentro para fora e de fora para dentro dos presídios, em caráter permanente, muitos deles em regime de aparelhos ligados 24 horas. Depois, a identificação dos principais interlocutores, com a elaboração de um cronograma e a revelação de algumas conversas. Em todas as novas etapas que passou a adotar na organização cada vez maior, o PCC passou a identificar cada tipo de atividade com um nome próprio, incompreensível para leigos ou qualquer um que não tivesse um mínimo de conhecimento sobre a nova linguagem do cárcere.

Segundo Porto (2007, p. 76), estima-se que hoje o Primeiro Comando da Capital seja formado por quinze mil integrantes, só no Estado de São Paulo, espalhados em 117 unidades prisionais. Todavia, esta facção criminosa não se encontra delimitada em território paulista. A transferência de lideranças do PCC para outros Estados permitiu uma expansão e, sobretudo, uma consolidação de alianças que resultam em uma estrutura hoje nacional. Mas não somente a parte material e operacional foi desenvolvida; também a parte ideológica sofreu grandes alterações.

Portanto, o PCC, com estatuto, batismo, rituais de entrada, pagamento de mensalidade, com garantias de apoio para quem estivesse fora ou dentro dos cárceres, investimento, compra de pessoas que atuam profissionalmente em vários níveis, inclusive o jurídico, providenciando a graduação daqueles que seriam os “doutores do crime”. Criou-se, aos poucos, uma organização que domina 90% dos presídios e a maioria dos criminosos soltos, concluem Charão, Indriúnas e Castro (2006).

Com base na análise apresentada, certamente trata-se de um esforço incompleto que se tornará mais frutuoso no decurso de investigações feitas no próximo capítulo. Por não possuir uma fundamentação natural, nem transcendental ou infalível, o entendimento desse tema tão próximo de nós, tão fugidio e desafiante requer sempre a exposição dos estudos e descobertas que foram alcançados e postos em prática, pois se trata de um fenômeno em constante mutação.

4 PENSANDO OS ATAQUES DO PCC NA MÍDIA DO ENTRETENIMENTO

Após oito anos de sua criação, foi em 2001 que o PCC ganhou destaque nos meios de comunicação, como também o reconhecimento de sua existência, publicamente, pelo Governo do Estado de São Paulo. O fato impulsionador desse movimento adveio quando ocorreu a maior rebelião prisional da qual se tem notícia no mundo, afirma Porto (2007, p. 75), a chamada “Megarrebelião”, precisamente em 18 de fevereiro de 2001. Segundo o autor, o governo estima em 28 mil o número de rebelados reunidos pelo Primeiro Comando da Capital, em dezenove municípios.

Mingardi (2007, p. 63), pontuou a ação da polícia da seguinte forma:

A resposta à megarrebelião passou por duas fases: a tática, que levou a polícia a cercar e invadir os presídios; e a estratégica, que ficou muito vinculada à mera retórica. Muitos discursos foram feitos por policiais de alto escalão com afirmações do tipo “eles perderam o bonde”, “mostramos quem manda” e, pela primeira vez, “o PCC acabou”.

A retórica policial era meramente especulativa, poucos sabiam sobre o que estava acontecendo, muitas vezes informados pelos repórteres que acompanhavam o evento. Conforme Jozino (2004, p. 79), grande parte dos repórteres dos jornais, revistas e televisão, foram avisados do acontecimento por um preso, de nome Lucien, considerado o “relações públicas” do PCC. Por meio de um celular de dentro da cadeia, ele mantinha a imprensa informada sobre os acontecimentos. As ações e decisões do PCC se concentraram principalmente na Casa de Detenção, hoje desativada. Jozino (2004, p. 80) diz que a ordem para o início das rebeliões partiu de um dos líderes da facção, o Cezinha, que estava no presídio de Piraquara, no Paraná. “Pelo telefone celular, ele ligou para os pilotos – chefes – das penitenciárias onde o Partido do Crime tinha um forte reduto e deu o sinal verde para o motim em série” (JOZINO, 2004, p. 80). As centrais telefônicas do PCC espalhadas pelas cidades de Campinas, Ribeirão Preto, Baixada Santista, São Bernardo do Campo, Guarulhos e na Capital, foram fundamentais para a disseminação das ordens dadas pelos líderes. As operadoras dessas centrais chegaram a trabalhar 16 horas diárias.

As razões para a “Megarrebelião” recaíram sobre o então secretário de segurança pública Nagashi Furukawa, acusado de não cumprir as promessas feitas aos líderes do PCC, em troca do fim da violência nas cadeias. Segundo Jozino (2004, p.83), a gota d’água para o

advento foi a transferência dos líderes do PCC para o anexo da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, notícia amplamente explorada pelas emissoras de rádio e televisão.

O programa de tevê *Domingo Legal*, do apresentador Gugu Liberato, a todo momento noticiava que a cantora e apresentadora de tevê Simony, mulher do detento Afro X, se encontrava dentro do Carandiru. O programa ainda explorava o fato de que Simony estava grávida de cinco meses. Ela estava na cela do marido quando foi avisada sobre a rebelião e se recusou a sair da cadeia (JOZINO, 2004, p. 83).

Com isso tornou-se claro a intenção em se espetacularizar o evento, pouco se noticiou sobre o real significado das ações do PCC. A “Megarrebelião” teve repercussão mundial. O jornal francês *Le Monde* escreveu o “*Prémier Commando de La Capital*” (ou “PCC do Carandirú”) comandava “motins sem precedentes no Brasil”. O jornal *El País*, da Espanha, noticiou: “O PCC é um bando de mafioso narcotraficantes”. Na Inglaterra, a BBC de Londres dizia: “A detenção foi pintada como reinvenção do inferno”. Em Portugal, o *Correio da Manhã*, de Lisboa, dedicou sua última página ao noticiário do PCC: “Eles esperavam por um banho de sangue, algo pior que o massacre do Carandiru”. Na Itália, o *La Stampa* classificou a Casa de Detenção como uma “Cadeia de Monstros”. Nos Estados Unidos, o *The New York Times* e o *Washington Post* consideraram o motim em série um dos mais perigosos ocorridos na América Latina. Ambos os jornais fizeram novas referências ao massacre de 111 presos, em outubro de 1992, na Casa de Detenção.

O sucesso do motim em série fez com que a facção crescesse, principalmente pela conquista da simpatia de milhares de presos. Para Jozino (2004, p. 87), só no Complexo Carandirú, com a Casa de Detenção e a Penitenciária do Estado, o PCC arrebanhou mais de mil adeptos dois dias após a “Megarrebelião”. Na Penitenciária do Estado, um pacto de lealdade coletivo foi firmado na galeria baixa do Pavilhão 3, mais de quinhentos novos integrantes da organização participaram do batismo. Em muitas outras penitenciárias houve novos batismos após a rebelião. Em todas elas era muito comum os presos exibirem camisetas com o emblema, o *slogam* P JL (Paz, Justiça e Liberdade) e os números 1533.

Depois da “Megarrebelião”, afirma Souza (2007, p. 152), o PCC mudou de tática e determinou ações mais violentas. Até então, fugas, resgates e rebeliões eram os meios mais utilizados pelos membros da facção para mostrar que existiam. Segundo Mingardi (2007, p. 63), os novos ataques do PCC se evidenciaram,

Em 2002/2003, houve o segundo embate, que tomou novamente um rumo inesperado, não previsto pelo aparelho de segurança. O PCC começou atacando bases e distritos policiais, o que provocou algumas mortes. Também ocorreram alguns atentados à bomba. No mesmo período houve o assassinato do juiz-

corredor de Presidente Prudente, Antonio José Machado Dias, aparentemente por ordem das lideranças do “partido” presas na região. Na prática, porém, a resposta aos ataques foi pífia. Além da investigação para identificar os autores da morte do juiz, a única resposta tática foi a proteção dos distritos e das bases policiais. Eles foram cercados pelas polícias, que passaram a defender a si mesmas.

É perceptível como os criminosos souberam acompanhar e avaliar muito bem os termômetros de atuação policial, desde os policiais de ronda em áreas estabelecidas até suas chefias e comandos. Nada comparado, porém, aos ataques de 2006. Para Mingardi (2007, p. 64),

Sexta-feira, 12 de maio, a imprensa noticia vários atentados contra policiais e guardas municipais. Com poucas horas de intervalo, tem início rebeliões em metade dos presídios paulistas. Durante a madrugada e pelos próximos dois dias, a polícia foca tentando se defender dos ataques e ao mesmo tempo cercar os presídios para controlar as fugas. No terceiro dia o PCC muda sua tática e surpreende novamente. Os criminosos passam a queimar ônibus e metralhar bancos. A situação só começa a voltar ao normal no meio da semana, quando uma comissão de policiais é enviada para um presídio da região de Presidente Prudente, para conversar com um detento, Marcola, conhecido como principal líder da organização. Poucas horas depois da reunião, as rebeliões cessam e as coisas retomam um ritmo quase que normal. Não normalizam completamente porque as mortes continuam a ocorrer, só que dessa vez o alvo são os agentes penitenciários. Semanas depois se percebe que a situação continuava fora de controle, pois recomeçam os atentados à bomba. A resposta à grande crise envolve uma sucessão de erros. Quanto a medidas práticas, de início delimitaram o cerco aos presídios e a proteção às delegacias e bases policiais. Isso significou que as forças móveis da segurança (tático móvel, Rota, Garra, Goe, etc.) ficaram imobilizadas, impedindo a fuga de presos e esperando a hora de retomar o controle. A polícia territorial (companhias de policiamento e policiais civis dos distritos) também ficou imobilizada, protegendo-se a si própria e a suas instalações. Essas duas atitudes, aliás, eram lógicas e possivelmente foram previstas pelos líderes do “partido”.

Em decorrência aos ataques, o Estado de São Paulo literalmente parou. Na cidade de São Paulo, a maioria dos habitantes ficaram trancados em suas casas, sendo que bares, restaurantes, boates, danceterias, Universidades foram fechadas, o comércio seguiu o exemplo e baixou as portas dispensando os empregados. Doze shoppings centers anunciaram no serviço de som que os clientes deveriam sair porque iriam fechar. “Nas ruas, os poucos paulistanos que circulavam eram abordados pela polícia, que teve folgas e férias canceladas, e se espalhou em vários pontos de São Paulo” (SOUZA, 2007, p. 284). As emissoras de TV alteraram a programação e levaram ao ar o triste cenário de uma guerra civil: ônibus queimados, delegacias e fóruns metralhados, policiais assassinados, bandidos mortos e etc. A maior cidade brasileira estava acuada. O Estado de São Paulo ficou em pânico, com medo do PCC.

Concomitantes aos ataques nos centros urbanos, nas cadeias foram orquestrados rebeliões em 74 presídios. O resultado dessa batalha entre o PCC o governo do Estado durou

100 horas, com saldo de 373 ataques realizados pela facção segundo Souza (2007, p. 286). Além disso, foram 82 ônibus queimados, 17 agências bancárias atacadas por bombas, 48 pessoas mortas entre policiais militares, carcereiros e três pessoas comuns; e mais de 50 pessoas feridas. Segundo dados oficiais a polícia matou 110 detentos em uma guerra que durou quatro dias.

O desfecho dos ataques ocorreu de forma inusitada, segundo Mingardi (2007, p. 64),

Quando o PCC já mostrava falta de fôlego, e o aparelho de segurança começava a se reorganizar, um delegado, um coronel e um diretor de presídio foram para o Oeste Paulista encontrar com o líder da organização. Não bastasse isso, foram em um avião da Polícia Militar e acompanhados de uma advogada do preso. Quando a imprensa criticou o encontro, as autoridades afirmaram que não teria ocorrido uma negociação, que nada foi oferecido a ele. Mesmo assim, o mal já estava feito. Para todos no sistema, o recado é que o Estado não tinha forças para enfrentar o PCC. Isso aumentou o prestígio do grupo, principalmente nos presídios e entre os jovens rebeldes da periferia.

Por meio do telefone celular de um preso conhecido como LH, foi incumbido de transmitir a ordem para o cessar fogo pelo líder do PCC Marcola, até às vinte horas daquele dia. Assim encerrou a maior demonstração de força já vista por uma organização criminosa. Souberam à hora de atacar como também de recuar. Nada ideológico, tudo pragmático. Conforme conclui Souza (2007, p. 306), “O crime organizado em São Paulo passou a ter o PCC como sinônimo. Uma imensa rede que desafia a polícia e assusta a população”.

A partir desta contextualização, pretendemos promover uma análise sobre a visão de formadores de opinião, que vivenciaram os ataques do PCC em 2006 e tiveram papel fundamental para o entendimento desse evento. Portanto, nosso objetivo é tentar integrar as diversas categorias discursivas sobre os ataques de 2006, juntamente com as definições dos mecanismos desta transformação e compreender o que esta dinâmica altera nos cenários midiáticos, influenciando e redefinindo o papel dos agentes sociais no processo de desenvolvimento das sociedades.

A partir desta perspectiva, é fundamental entendermos a comunicação como um elemento básico de qualquer sociedade. A mídia torna essa comunicação possível, ajuda à sociedade a compreender as idéias políticas e culturais, e contribui para formar a opinião pública, dependendo do papel social e político do informador. (CHARAUDEAU, 2006)

Hoje a mídia registra e divulga as ações violentas, em tempo real, fornecendo ao público todos os elementos necessários à estruturação de uma opinião. É a mídia que possibilita e determina muitas vezes ações sociais. Ao observarmos a aplicação teórica do modelo funcionalista proposto por LASWELL (apud BARBERO, 2003, p.143) percebemos a

onipotência dos meios comunicacionais recaírem sobre a ideologia, tornando-se sujeito e objeto dos dispositivos totalizadores do discurso.

Deste modo, deve-se pensar as mídias como arma ideológica capaz de homogeneizar a sociedade e facilitar a manipulação, ou seja, a maior ou menor efetividade dos Estados depende das diferentes formas de relações que estabelecem com a sociedade.

Segundo BARBERO (2003, p. 155), isto resulta na “esquizofrenia traduzida numa concepção instrumentalista dos meios de comunicação, concepção esta que os privou de densidade cultural e materialidade institucional, convertendo-os em meras ferramentas de ação ideológica”. Os ataques do PCC noticiados em maio de 2006, representam claramente o pensamento do autor, onde foi pulverizada a ideologia do medo. A falta de percepção dos possíveis efeitos de uma comunicação do medo gerou pânico institucionalizado.

Por um lado, é importante observarmos que parcela da mídia sedenta por informações trágicas, mais interessadas em índices de audiência do que na compreensão dos motivos e da busca de soluções dos problemas, difunde detalhadamente a notícia da morte, fazendo com que esta ressoe por todos os lados. Nossa crítica recaiu sobre a cobertura da grande mídia nos ataques do PCC no dia 15 de maio, uma vez que em nenhum momento ela se aprofunda nas causas e nos fatores que motivaram a paralisação do Estado.

4.1 Personagens do medo

Ao buscar decifrar como a comunicação do medo se constrói e se processa atualmente e, em particular, no período dos ataques do PCC em maio de 2006, isso nos leva a identificar um conjunto de personagens que se envolveram com o evento. Esses personagens, atores protagonistas e coadjuvantes do teatro real, representam a base desse estudo.

A entrevista será exposta na ordem cronológica em que se sucederam os ataques. Serão destacados alguns pontos considerados relevantes para a reflexão da pesquisa neste momento histórico. São fragmentos que apontam para um fenômeno singular: “Porque o fenômeno singular encerra em si toda a sociedade; a micrologia e a mediação constituem contrapontos mútuos através da totalidade” (ADORNO, 1980, p. 237). Apoiado nessa afirmação iniciar-se a o delineamento de um percurso, ou melhor, dos fragmentos que indiquem a possibilidade de um trabalho de pesquisa empírica, com personagens diretamente envolvidos no fenômeno analisado.

A proposta desta pesquisa justifica-se pelo fenômeno comunicacional que o PCC se transformou, ao “compreender visões do mundo diferentes da dominante, sancionada e reforçada por todo aparelho institucional” (VELHO, 1981, p. 102). Pretende desnaturalizar

conceitos enraizados no imaginário social e que, na realidade atual, constitui um desafio muito complexo, mas mobilizante. Nesse sentido, é extremamente importante diversificar e aprofundar os estudos sobre o PCC e o papel dos meios de comunicação na construção da informação, o que reforça os estigmas sobre o medo. Considerando, como afirma Goffman (2000, p. 15), que o indivíduo estigmatizado acaba por incorporar as idéias e valores dos que estigmatizam, adquirindo assim, modelos de identidade que outros aplicam a ele, os cuidados devem ser redobrados.

Diante disso, a presente pesquisa permiti analisar outras visões além do que foi, insistentemente, noticiado pelos meios de comunicação de massa, uma vez que as razões impulsionadoras dos ataques não foi esclarecida. Procurou-se, na medida do possível, ultrapassar os obstáculos que surgem a cada instante no caminho, e as constantes alterações desses caminhos cheios de armadilhas e encruzilhadas. Instantes marcados por avanços e recuos diante da realidade. Em meio a esses vários caminhos, se encaixa o pensamento de Fefferman (2006, p. 100), “o medo e a necessidade de não desistir são os mais presentes e o caminho a ser trilhado surge como um labirinto”. A preocupação maior deste trabalho é desvendar a origem de uma parte de nossos medos.

Com a intenção em aumentar o grau de conhecimento do fenômeno estudado, a metodologia teve como objetivo levantar a bibliografia existente, bem como aplicar uma pesquisa qualitativa para a coleta de informações necessárias as respostas do problema evidenciado. Considerando que, segundo Minayo (1998, p. 33), a pesquisa qualitativa lida com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que vale a um olhar mais complexo sobre relações e processos que não podem ser minimizados à operacionalização de variáveis. Duarte (2005, p. 62) afirma que entre as principais vantagens da abordagem qualitativa está na flexibilidade de permitir ao informante definir os termos da resposta e ao entrevistador ajustar livremente as perguntas, explorando o assunto na busca de informações, percepções e experiências de forma estruturada.

As questões até então apresentadas determinam o ponto de ligação entre a escolha do método e a pesquisa propriamente dita. É necessário ainda que se construa o próprio conhecimento à luz dos traços da realidade que se observa, na qual o pesquisador tem a responsabilidade de elaborar uma soma de conceitos para explicar, compreender e dar significado aos fenômenos estudados. Dencker & Da Via (2001, p. 13) consideram:

[...] a experiência empírica pode ser reproduzida, mas não a interpretação que a ela atribuímos, pois a interpretação não deriva da evidência empírica e sim de idéias subjetivas e particulares que podem ser discutidas, aceitas ou contestadas. Em última

instância, é a reflexão que responde pela construção dos conceitos e não a evidência empírica em si.

Quanto aos instrumentos de pesquisa, foram constituídas duas formas que se complementam: a pesquisa documental, e análise de dados qualitativos, a partir de entrevistas estruturadas. Com base nesses instrumentos, a pesquisa permite entender o PCC como organização, sua ideologia e o papel da comunicação em sua estrutura. Em seguida, foi analisada a construção da informação pelos meios de comunicação de massa.

As Entrevistas Estruturadas foram baseadas em um roteiro de perguntas, sendo a primeira parte referente a dados pessoais de identificação, tipo de trabalho realizado em São Paulo e, uma segunda parte, sobre diagnóstico dos ataques do PCC no dia 15 de maio de 2006, que contou com perguntas abertas. Pretendeu-se entrevistar pessoas atuantes na sociedade e, com papéis distintos, são elas: representantes religiosos, representantes políticos, representantes do governo, representantes da mídia e cidadãos comuns. Os sujeitos da pesquisa serão escolhidos intencionalmente, a partir de critérios entendidos como relevantes e que garantam a sua representatividade. Busca-se aliar intencionalidade e representatividade de um lado e, de outro, a possibilidade de acesso à realização das entrevistas. Para tanto, foi necessário criar o que denominamos de rede de contatos, por meio de pessoas conhecidas, que deram credibilidade e, sobretudo, demonstraram confiança em expor suas opiniões sobre o assunto. Segundo Fefferman (2006, p. 104) “O entrevistado é um protagonista que possui identidade, dinamismo e história. Seus atos são dotados de intenções e significações na relação dialética constante de sua realidade de vida”. As entrevistas foram realizadas em locais escolhidos pelos entrevistados, nos horários e dias estipulados. Ao longo do trabalho, trataremos os nossos sujeitos como *personagens*, visto que cada um, a sua maneira, assume papéis diferenciados e múltiplos na discussão da comunicação e do medo. Os personagens entrevistados não serão identificadas no trabalho em decorrência das informações expressas, mesmo por se tratar de uma dissertação de mestrado, o conteúdo exige cuidado ao referenciar o Primeiro Comando da Capital. Dessa forma as fontes serão classificadas como personagens 1, 2, 3, 4 e 5. Embora, apoiando-se em um roteiro geral, as entrevistas foram realizadas seguindo a sua própria dinâmica. O roteiro se configurou como um elemento norteador, considerando a temática, a situação da entrevista e a necessidade de garantir profundidade em alguns temas centrais da pesquisa.

Para tanto, em um primeiro momento, foi utilizada a Pesquisa Documental com base na cartilha usada pelos integrantes do PCC e, fornecida pela Pastoral Carcerária. O material não foi anexado ao trabalho em respeito à solicitação feita por seus fornecedores. A cartilha

possui 21 páginas escritas à mão, divididas em 40 itens. O que chama a atenção ao ler a cartilha é a forma como esta estruturada e a utilização, em alguns momentos, de vocabulário rebuscado. Isso acaba por trazer o primeiro questionamento a respeito de sua confecção, mesmo o documento estando carregado de erros gramaticais e algumas gírias, pois é notório certo grau de profissionalismo em sua construção. Sem desmerecer a competência dos integrantes do PCC, basta leitura atenta para perceber que a cartilha foi, provavelmente, encomendada a um ou grupo de profissionais. Durante a entrevista o Personagem 2, foi dito o seguinte:

“Muitas coisas que dizem que o Marcola escreve, não são dele, foi à assessoria da facção. Um fato recente aconteceu durante a rebelião de um presídio super controlado. Dois dias depois, tive informação que estavam reunidos 50 advogados pagos pelo crime organizado para prestarem seus serviços, à disposição durante a tarde inteira, colaborando e discutindo. Depois é atribuído a uma pessoa o que sai naquela reunião dos 50 advogados? Ela assina depois o que foi feito na reunião”.

A cartilha nos parece um produto comprado pelo PCC. O conteúdo se resume a um discurso motivador, que busca educar, não só os presos como também seus familiares, para condutas específicas da organização. Logo no início é solicitado ao detento que converse de alguma forma sobre o que aprendeu na cartilha, almejando em futuro próximo, até mesmo palestrar nos dias de visita. A intenção em transformar o preso em agente disseminador da ideologia da facção, é clara. Está na cartilha que “a parte educativa é fundamental e em primeiro passo, vamos explorá-la até mesmo para ter um entendimento melhor sobre nossa luta” (p. 1). A luta expressa na cartilha corresponde à busca por melhores condições no sistema carcerário, o que eles chamam de direito do preso.

Segundo a cartilha, a consciência por essa luta se inicia após 1992, com a morte de 111 presos na rebelião do Presídio do Carandiru em São Paulo. A invasão da polícia que culminou nessas mortes é chamada de massacre, bárbara, cruel e covarde. Além disso é descrito o ambiente das prisões antes do PCC.

“Alei do mais forte, quem pode mais chora menos: estupros, assaltos, extorções (extorsões), mortes sem explicações, espancamentos, agressões e guerras entre quadrilhas. A maior parte destes abusos, conflitos e covardias era gerado em consequência da droga (crack), mas o principal motivo mesmo era a ignorância, a falta de conscientização da luta. Hoje, através da paz (no cárcere-crime), as facas se transformaram em gancho para a fuga (o crack) foi expressamente proibido nas prisões, os presos (malandrões) que cometiam os assaltos, extorsões, estupros e conflitos foram assassinados e outros mandados para a cadeia de seguro e estão fora do crime que corre pelo certo (jurados de morte). Essa foi uma das nossas primeiras revoluções no crime e em pró de todos (p.2 e 3)”.

Por meio desse discurso o PCC seduz o preso. O objeto de maior impacto retórico são as ações para o bem de todos, sem distinção. A inclusão do conceito de “igualdade” foi

agregado ao lema da facção: P (paz), J(justiza), L(liberdade) e I (igualdade). Essa igualdade pregada junto aos presos, segundo a cartilha se estende à família. No entanto, existem muitos outros fatores que atraem o preso. Segundo o Personagem 2,

“No estado de São Paulo existem mais 12 facções atuando. Eu creio que se forma uma ideologia até como uma necessidade de manter os membros, até de cultuá-los em volta de uma liderança. Por exemplo, as organizações aqui do Estado de São Paulo criaram a partir de uma necessidade de se impor perante o Estado. Em termos da violência sofrida, do abandono e da forma de organização entre eles. Então, as organizações se estruturaram a partir do narcotráfico, do seqüestro, do crime; para financeiramente se ter advogados, para se ter remédios, pra quem era doente e não tinha atendimento à saúde, e também aos familiares, para poder acompanhar e também ter o seu “Jumbo”, que é aquele alimento que a família manda para a pessoa presa. Criou-se organizações internas que evitam hoje as briga esporádica, a morte, os abusos também. Abuso em termo sexual, que você é proibido no presídio. Toda a droga hoje que entra nas cadeias são altamente controladas. Por exemplo, homens pertencentes à alguma facção é proibido hoje de usar o crack, que cria um distúrbio comportamental muito forte, isso dentro das unidades. Mas também existe a mesma ordem hoje, a mesma organização, fora dos presídios, atuante nos bairros. Hoje, a maioria dos bairros da cidade de São Paulo, e também do interior do Estado são determinadas pelo grupo que dá as ordens de comportamento. A questão da violência no Estado caiu bastante, porque há um controle rigoroso do crime organizado. Eles determinam onde pode ter briga, aonde pode ter morte, tudo por uma ordem de cima. A polícia e o Estado, de certa forma, atuam também, mas de uma maneira diferente. Quando você chega preso hoje em qualquer unidade, é obrigado a tomar um banho todo dia, fazer a barba, escovar os dentes. O Estado não fornece esse material, sabonete, escova de dente, pasta de dente, papel higiênico. Você é obrigado pela lei, mas você não tem o material. A facção sempre dá gratuitamente para você. Você tem a sua esposa lá fora, com as crianças. Precisam de cesta básica. O Estado não vai dar. A facção vai lá e oferece. Bonifica toda a sua família. Então, primeiro é pelas necessidades materiais que se vê obrigado a entrar na facção. Segundo, tem também a sedução, realmente do fascismo do consumo, para ter coisas melhores. Eu digo que essa é uma parcela muito inferior, a maioria entra pelas necessidades econômicas.

A veracidade desse contexto está presente também, na entrevista do Personagem 4, que faz a seguinte colocação:

“No início do PCC existia a idéia de ser uma espécie de sindicato, que reunisse os presos para brigarem pelos seus direitos. Fui convidada para acompanhar a CPI do sistema carcerário, e trabalhei durante oito meses com os deputados da Câmara Federal, por todos os presídios do Brasil. Pude ver como o discurso do PCC é influente dentro dessas cadeias. A ideologia do começo era aquela: ‘Vamos formar um sindicato, que funcione, onde a gente possa reivindicar nossos direitos, onde possamos gritar pro mundo a mentira ao afirmarem que gastam R\$1600,00 com a gente por mês e não gastam. Roubam-nos, alijam, dão banho gelado para não gastar luz, e muito mais’. Era um discurso, que com muita facilidade, cooptou pessoas. Isso porque ninguém ouve os presos, infelizmente. Algum tempo atrás produzi e chamei o meu vídeo de ‘O grito das prisões’. Para a classe média, o preso tem que sofrer, se danar mesmo. Não precisa comer e ter atendimento médico, tem que ser maltratado. Isso é uma realidade hoje no Brasil. O preso é tratado como bicho e as pessoas assim gostam que seja assim, então o PCC apareceu com um discurso dizendo: ‘Olha, isso tem que acabar, só vamos nos recuperar se esse dinheiro for realmente destinado a nós. A gente come merda, vive no meio do lixo’. Esse discurso cooptou todo mundo no sentido de: ‘Vamos nos unir e gritar’. Foi muito fácil do PCC trazer muitas pessoas para o seu lado. Não demorou muito, é lógico, para esse discurso durar uns três anos, de 93 até 96. A partir daí o PCC percebeu a oportunidade de se transformar em uma grande organização do crime. Os líderes viram que tinham tremenda força e passaram então a comandar o trafico de drogas. Por meio do discurso chegaram ao poder. Esse poder foi instituído por meio de violência dentro das cadeias. Surgiram os tribunais, as penas de morte e, principalmente, o trafico de drogas, o que representa o grande negócio do PCC hoje”.

Isso nos mostra que o PCC, como todas as facções nascidas nos presídios, transformaram as dificuldades em oportunidades de se estruturarem. Com base nisso, a cartilha do PCC faz jus, no combate às injustiças sofridas pelo preso, na qual a luta é baseada naquilo que no crime é considerado certo e justo. Tratar o crime como algo que seja, ou exista noção de certo e errado, justiça e injustiça; é criar um novo padrão moral. O que se percebe são formas de aproximação ao preso, onde se minimiza sua pena justificando-a em um sistema falido. “Um exército sem cultura, e um exército ignorante, é um exército ignorante não pode vencer o inimigo” (p. 7). Com isso temos uma situação de pura alienação, não restrita apenas ao preso, mas principalmente a sua família, pois são eles o suporte de sustentação desse indivíduo. Para a personagem 5,

“Todos os membros do PCC vêm de famílias desestruturadas. Então, normalmente não são famílias tradicionais, do tipo que tem um pai, mãe, irmãos e uma casa por exemplo. Quando sabem quem é o pai, em 70% dos casos ele não vive com a família ou já é falecido. Em muitos casos, eles não sabem quem é o pai. Muitos têm na figura da mãe, a única responsável. A mãe, até por essa carga maior que a mulher é obrigada nessa situação a suportar, acaba indo para o alcoolismo, depressão, ou para prostituição. Muitas vezes a mulher também não convive com os filhos. Praticamente os filhos se criam sozinhos. Nessas condições, acabam adotando como estrutura familiar o PCC”.

Em complemento a isso, a personagem 4 diz que,

“O preso hoje, dentro da cadeia, é tratado como lixo pelo Estado. Toma banho frio para não gastar luz, não tem sabonete, direito ao mínimo de higiene, entre outras coisas. Essa revolta também passa para a família, porque ela acompanha essa realidade que acontece lá dentro. Uma parte da raiva que o preso tem, passa para a mulher dele, o filho e a mãe. De ver como é que a coisa funciona, como o preso é roubado, até comida, revolta toda a família. Se alguém não levar o cobertor, ele morre de frio. Se não levar o colchão, ele dorme no cimento. O Estado diz que gasta R\$1600,00 com o preso, que segundo eles é muito bem tratado obrigado. Isso é uma inverdade. Você já tem essa consciência da família. Nesse meio surge um grupo que se compromete a melhorar isso, claro que a mulher do preso vai adorar a idéia. Existe o lado paternalista do PCC. Aquela historia de entregar cesta básica, é verdade. Alugar ônibus para levar as mulheres na cadeia, é verdade. Quanto custa uma passagem pra 400, 600 km? A filiação do PCC está toda no interior de São Paulo, à 300, 400, 500, 600 km daqui. São em grande maioria pobres. As pessoas não dispõem do dinheiro pra visitar o marido todo o final de semana. O PCC é quem fornece a passagem para poder visitar. O PCC fornece a condução. Ao sair da Barra Funda, é o PCC quem paga. Todo esse lado do PCC favorece os familiares. Eles fornecem cesta básica, promovem quermesse na periferia, fazem fogueirinha de São João, até festa de natal com direito a distribuição de brinquedos. O familiar não iria buscar uma facção que promete melhorar a vida do marido dela dentro da cadeia apenas, eles melhoram a vida dela aqui fora também. Por isso essa grande participação das mulheres.

As famílias dos presos constituem o elemento essencial de sobrevivência do PCC. O sofrimento compartilhando entre eles, como a renda que garante a sustentabilidade da família, fortalece o vínculo de ajuda mútua, criando assim, um mal consentido e apoiado. Muitos familiares, principalmente as mães de detentos, sonham com a possibilidade de seus filhos

saírem do crime para viver uma vida “normal”. Existe, na própria cartilha, um falso indicativo para essa possibilidade que convence muitos: a saída do crime mas não da facção.

A descrição desse desejo é associado à idéia da implementação de cursos profissionalizantes que capacitem o preso, dêem a eles uma profissão. O que existe hoje, com base na cartilha, é uma exploração de mão-de-obra do preso. Não existe um programa de reabilitação profissional que traga trabalho ao detento, principalmente quando este sai da prisão. Apenas com a criação de um programa que permite essa capacitação, aliado a um sistema carcerário “humanizado” e sistema judiciário mais atuante, será possível fornecer os subsídios básicos para que o preso saia do crime. Incoerente a esse discurso, é que em nenhum momento se fala na autonomia do mesmo em deixar a facção. O que integrantes e familiares não sabem, ou costumam acreditar, é que uma vez membro do PCC apenas a morte rompe esse elo. Em relato, o Personagem 2 ratifica essa afirmação.

“Eu estive pelo mês de junho, num presídio aqui da capital, que tinham matado na noite anterior, um grande líder do PCC. No mesmo local, havia dois membros que também iriam ser mortos e conseguiram escapar e pedir proteção. Eu falei com os dois, eles disseram pra mim assim abertamente: “Pra nós não tem mais vida aqui no Estado de São Paulo, quer seja dentro dos presídios em convivência ou mesmo na rua. Só temos vida se conseguirmos sair e desaparecer pelo mundo afora”, mas fora do Estado. Há um discurso de que muitas pessoas já conseguiram sair, mas isso aí talvez condicionado a algumas ações externas, pois no presídio hoje, é muito difícil alguém que conhecia uma posição clara, grande, dizer que tem vida agora independente deles”.

Ao contrário do sentido motivador expresso na cartilha, o medo parece ser o agente principal de aculturação do PCC. Neste sentido, a Personagem 1 afirma que,

“[...] a partir do momento que a pessoa entra nesse mundo, o medo tem uma conotação muito diferente do nosso medo, é algo muito diferente, não tem comparação. Nós não temos condições nem capacidade de pegar uma arma e andar por aí com ela. Eles, já estão desprendidos desse medo, dessa precaução”.

A personagem 4 complementa essa idéia.

“Quando o integrante do PCC é aceito na facção, e não é só o PCC acontece em outras facções menores em São Paulo também, ele se alia aos idéias instituídos, sabe as regra e como tudo funciona. Está no estatuto todas as regra, trair é morrer. Fidelidade é regra fundamental, você não pode quebrar, se você quebrar morre. Isso funciona ao contrário, pois a gente teme essa morte como o final de qualquer coisa, para eles não, o cara sabe que vai morrer se for descoberto numa atitude que a facção considere uma traição. Ele acha isso bacana, pois caso contrário todo mundo iria folgar, não funcionaria, na cabeça deles é assim. Se não houvesse esse tipo de castigo, talvez não houvesse esse tipo de poder e de ideal. Tanto que dos oito líderes fundadores do PCC, só está vivo o Geléia, os outros sete morreram de forma violenta. Muitos mortos pelo próprio partido, que é assim que eles chamam. A morte faz parte do negócio, do sistema, de como as coisas funcionam.”

Não se pode deixar de mencionar que medo gerado internamente transcende à organização. Isso é evidente em comunidades onde o PCC atua. Independente dos efeitos do medo gerados pela facção é de salientar que a morte para eles possui outra conotação. A morte para o PCC possui critérios, conforme estabelecido no estatuto. Para a Personagem 5 “a morte não é problema para uma organização criminosa é apenas um meio. Isso a gente vê claramente, as pessoas são uma espécie de mercadoria”. Neste sentido a vida pouco importa, pois a perspectiva futura não existe. O que eles ganharem, sem antes morrer, é considerado lucro. O risco é conhecido e assumido, portanto o medo transforma-se em arma de persuasão.

“[...] a principal ferramenta deles é realmente a cultura do medo. Eles compensam isso, de alguma forma, com benefícios. A partir do momento que eles obrigam um cidadão a obedecer um toque de recolher, o cidadão se recolhe, contra vontade, mas ele se recolhe. Ele sabe que não pode botar o narizinho pra fora do lugar. Mas também sabe que se amanhã, ele precisar ir a algum lugar, ele vai pedir ajuda, ou se o filho ficar doente no meio da noite, ele vai ligar na casa de um fulano, e o fulano vai arrumar um carro para levar o menino para o hospital. Se a sua mãe está doente, o fulano vai arrumar um remédio para sua mãe. O PCC exerce esse papel” (Personagem 5).

No âmbito do PCC, o medo é vencido pelo sacrifício. O senso de dever instituído pelo discurso persuasivo da luta por direitos, por regras rígidas e violentas, transforma seus integrantes em membros controlados, previsíveis e de fácil substituição, princípio básico do taylorismo. A instrução passada pela cartilha no entanto, prega um idealismo participativo sem objetivo aparente.

“Sem nos importarmos com sacrifícios, nossa luta, infelizmente será inevitável, porque a existência da guerra e da luta pelo(s) nossos direitos e metas também teremos percas (perdas) e baixas irreparáveis como ocorria em combates e outras correrias dos nossos opressores, mas o sacrifício pela consciência de nossa luta e pela causa e um sacrifício que tem um significado, o significado de tudo que tem um significado, o significado de tudo que lutamos e acreditamos e esse significado ao sacrifício é a mais bela prova de amor, lealdade, coragem e crença pela luta”.

A falta de sentido pouco importa para a subliminaridade do discurso, ou seja, acreditam no que a facção acreditar, independente dos efeitos que isso possa gerar, essa vai ser a maior demonstração de comprometimento para conseguir *status*. Esse discurso se volta a conscientização e propagação ideológica por meio do instrumento melhor administrado pelo PCC: a comunicação. A evidencia disso se comprova pela ampla explanação apresentada na cartilha.

“Como fazer e lutar para superarmos nossas dificuldades e conquistarmos nossos direitos de presos (?). Usando a mesma arma que eles usam contra nós, a propaganda da divulgação a (na) mídia! Vamos massivamente (maciçamente) nos expressar a sociedade, mostrar esse lado esquecido e cenários de tantas injustiças e violência. A arma mais poderosa que temos é através de nossos familiares que nos

apóiam, sempre incondicionalmente porque também, são conhecedores e vítimas de todo esse (s) problemas. Precisamos fazer todos entender que não somos esses monstros que a mídia divulga, urgentemente deixar todos cientes que somos usados e que, o que pretendemos conquistamos os nossos direitos e sermos tratados como seres humanos. Por isso precisamos compreender também para (como) essas propagandas e divulgações surgirem (surtirem) efeito temos que nos expressar corretamente para que a, sociedade entenda nossos motivos e nos apõem cobrando das autoridades e do governo providências e o fim desse sistema carcerário falido e opressivo. Se todos nós começarmos acompanhar os programas de televisão educativos, informais, culturais e de debates conseguimos vários nomes e endereços (a família pode ajudar) para que possamos enviar cartas com texto explicando nossos motivos e o que queremos contar e consciente é só seguir esta cartilha, como base a partir disto a criatividade é infinita, mas seguindo sempre a linha da mensagem positiva, pois o que pretendemos é nossos cartas sejam divulgadas e vistas pela sociedade. Podemos escrever para várias personalidades, artistas e escritores, jornalistas, jogadores, cantores, médicos, sociólogos, psicólogos, empresários, faculdades e escola em geral órgãos internacionais, consulados e embaixadas de países democráticos. E não se cansem de enviá-las, escrevam o máximo que puderem, todas os dias e para todos os lugares. Agora temos também a opção da propaganda e divulgação através de informações e textos por panfletos e faixas escritos para ser distribuídos nas cidades por todas as partes locais principalmente de grande movimentação. Mas nunca se esqueçam que as mensagens em panfletos tem que ser educativas e usando o que a cartilha está ensinando (neste caso) da distribuição dos panfletos tomar cuidado que pode ser considerado crime”.

A intenção de se utilizar da mídia como instrumento de disseminação de suas idéias pelo PCC, não é recente. O PCC se utiliza desse meio para posteriormente legitimar suas ações. Chamar a atenção é pouco, a facção quer ter voz, força política para efetivar seus objetivos. A Personagem 4 confirma essa prática.

“Em 1996, consegui entrar em contato com o comando da organização: o Cesinha – César Augusto Roris e o Geléia – José Márcio Felício. Comecei a ter contato telefônico, por carta e tal. Eles foram abrindo o que era o PCC, mandaram um estatuto, e foi aí que fiz a primeira reportagem, contando o que estava acontecendo por trás das grades. Eu nunca fui amiga de bandido, como muitos costumam dizer. Eu e outros jornalistas somos muito criticados por essa relação de receber telefonema do PCC, ter contato e conversar. Geralmente as experiências são transformadas em matéria. Certo dia me liga um preso: “Ó, o somos do PCC aqui de tal cadeia. O negócio é o seguinte cara, nós tamo trancado aqui dentro. Os caras soldaram a porta e largaram a gente. Tão jogando comida pelo teto, tamo aqui no meio da merda, da sujeira, da imundice, porque o diretor decidiu que é assim que ele vai dar castigo pra gente”. Óbvio, que eu estava numa emissora. Falei para o meu chefe: “Meu, vamos pegar o helicóptero e sobrevoar essa porra para ver se é isso mesmo.” Sobrevoamos e constatamos que isso realmente era verdade. Veio gente da ONU para cá, por causa desse episódio. Dois presos morreram e os cadáveres estavam ali apodrecendo, gente machucada. Terminou a pena de um preso que pesava cento e poucos quilos e eles amarraram o preso e içaram lá de cima. Quer dizer, o que estava acontecendo lá era bárbaro. O PCC denunciou, a gente foi e constatou que era verdadeiro, demos a notícia. Daí o Estado foi lá e resolveu. Pediu desculpas para o pessoal dos Direitos Humanos e demitiu o diretor. Eu fiz a minha função de jornalista. Recebo uma informação, chequei e mostrei o que era a realidade. Se foi o PCC que avisou, a mulher do preso, ou o carcereiro, pra mim não faz diferença. Faz diferença que aquilo lá era verdadeiro e bárbaro.”

Além divulgarem os maus tratos sofridos nos presídios, a mídia também é usada para mostrar o poder da facção. Tornar-se conhecido é um dos princípios escamoteados pelo PCC. Por mais que o discurso seja proporcionar melhores condições aos presos, a vaidade em aparecer, ser conhecido também é grande. Os destaques dados pela mídia em seqüestros

roubos e assassinatos trazem *status* aos participantes desses crimes. Ações de alto risco merecem prestígio dentro do PCC. Para o Personagem 2,

“A imprensa jogou o medo. Com isso, eles expõem-se a venda da droga, do comércio. E o impacto, é um impacto na própria sociedade. A pessoa que sai na mídia, que cometeu um crime, ela é recebida com respeito dentro do presídio, a mídia influenciou muito. Quanto mais *status* a mídia dá para a pessoa. Quanto mais aparece, mais respeito ela se torna depois de preso. Se ela quisesse cometer um crime, deveriam ignorar, e não fortalecer a pessoa. Alguns países do mundo, não permitem que se exponha, para não fortalecer. Veja um caso que acompanhei, em visita a um presídio vi um jovem recém chegado, em pouco tempo já era o líder da cela, o chamado ‘faxinas’. Perguntei como é que ele chegou tão rápido a um cargo de liderança? Ele respondeu, ‘eu assisti e me vi na televisão várias vezes, todo mundo me viu na televisão!’ Então já se deu conta da sua importância”.

O Personagem 4 complementa,

“Uma coisa que aconteceu no PCC muito impressionante é como as mulheres se aliaram a causa. Antes você tinha as mulheres de presos, que visitavam o marido, faziam sexo e iam embora. Hoje não, essas mulheres são partidárias do PCC, trabalham para o PCC. A mulher do Marcola, do Geléia, do Césinha, são mulheres que trabalharam pro PCC. Segundo elas: “Eu sou a primeira dama do PCC com muito orgulho”, talvez mais do que a mulher do Lula. Talvez a mulher do Lula não tenha sentido tanto orgulho em ser primeira dama de um líder, como sente a primeira dama do PCC. O respeito que ela tem dentro dessa comunidade é uma coisa impressionante. As mulheres do PCC, também contribuíram muito para essa comunicação de dentro para fora da cadeia, ou de uma cadeia para outra. O PCC é atrevido, possui até página na internet, isso é fantástico. Sabe quem fez? Um preso no computador de um diretor na cadeia. Eles sempre tiveram um atrevimento maior, uma organização maior, a ponto de fazer uma página na internet. Conheça o PCC, saiba o que a gente pensa, veja o que foi publicado sobre a gente. Um site como eu tenho o meu. A polícia acabou tirando do ar somente dois anos depois que ele tava funcionando”.

Nota-se que o PCC conhece muito bem a mídia, como no caso do jornalista da Rede Globo de Televisão, seqüestrado no dia 12 de agosto de 2006. Segundo o site Terra Notícias, publicado no dia 14 de agosto de 2006, o repórter permaneceu em cativeiro por cerca de 40 horas e, durante esse período, o PCC ameaçava matá-lo caso a Globo não exibisse vídeo da facção criminosa com críticas ao sistema prisional paulista. A emissora atendeu a exigência na madrugada de domingo e veiculou o material no Estado de São Paulo. Trechos do vídeo também foram exibidos pelo programa *Fantástico*, na noite de domingo. O auxiliar técnico Alexandre Calado, libertado no sábado dia 13, foi incumbido pelo PCC de entregar à Globo a cópia do vídeo. O material, com 3 minutos e 26 segundos de duração, trazia um homem encapuzado criticando o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), que prevê o isolamento dos detentos. Segundo o site, a polícia de São Paulo informou que o SBT, semanas antes, enviou uma cópia do mesmo vídeo ao Ministério Público Estadual, depois de o ter recebido pelos correios e se negado a divulgá-lo, como pedia uma carta anônima.

Diferente de organizações criminosas tradicionais que tem como premissa ficar oculta à sociedade, o PCC trabalha ao contrário, se aproveita do sensacionalismo midiático para se impor junto à população do Estado de São Paulo. A cartilha apenas reforça uma prática institucionalizada desde 1996, quando efetivamente se pode comprovar a existência da organização.

No PCC a comunicação possui estrutura muito bem consolidada, que permite a facção além de estabelecer vínculo com presos de outros presídios, operar no controle e expansão das atividades externas. Por mais que as autoridades tentem bloquear os canais de comunicação do PCC, novos meios são criados. Durante as entrevistas foi perceptível que o PCC possui uma cultura de comunicação, ou seja, tudo que envolva trocas de informações, criação de canais, representação das lideranças – porta-vozes ou relações públicas, seja junto à mídia ou para passar e receber informações, existe na facção. O que chamou a atenção foi a contratação de mão-de-obra especializada para o desenvolvimento de projetos estratégicos.

“A estratégia começou com um canadense, que era engenheiro, e estava preso na Casa de Detenção. Foi aí que o PCC, bem esperto, chegou ao cara. Foi ele o responsável pelo desenho do primeiro PABX do PCC. Todas as instruções foi dada por ele, o que deveria ser comprado, como é que funcionava. Antes existia uma telefonista, que recebia a ligação, transferia e organizava as conferências, hoje é bem mais sofisticado. A polícia vive estourando centrais telefônicas do PCC, e eles abrem outra, e outra e outra. Essas centrais de telefonia são o coração da comunicação do PCC. As telefonistas são contratadas e ganham para isso. Em geral são mulheres de presos que recebem salário. O trabalho consiste em receber ligações, passar de uma cadeia para outra, passar ligação do preso para o parente, do preso para outra cadeia, entre outras. Assim a comunicação vai funcionando, de forma organizada sim. Partiu de um desenho do canadense pra crescer, e hoje o PCC tem centrais telefônicas no Brasil inteiro” (Personagem 4).

Em decorrência da proliferação dessas centrais, o PCC passou a ousar cada vez mais. O sistema de comunicação, portanto, tem como base o telefone celular, maior responsável pela manutenção e ampliação da abrangência da facção. Segundo o Personagem 4,

“Os telefones celulares foram à base da primeira rebelião que parou 30 presídios e, dos ataques de 2006. Hoje eles estão usando muito o aparelho nextel, porque a polícia tem mais dificuldade em fazer a escuta. Os equipamentos de escuta que a polícia possui hoje, “o guardião”, é usado para telefones celulares ou fixos, não servem para comunicação de nextel. Hoje nas cadeias por meio desse aparelho, você fala com o Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, tudo por rádio. Agora, com certeza o celular é a maior arma do crime organizado. Seja no Comando Vermelho ou PCC, é através deles que você consegue ordenar um crime de dentro da prisão, ordenar o tráfico de drogas, ordenarem ataques entre outras coisas. É o principal meio de comunicação. Os advogados pagos pelo PCC também são meio de comunicação, levam e trazem informações dos criminosos. Vários foram presos, levavam armas, drogas, bilhetes e recados.” (Personagem 4).

Outro instrumento de comunicação também utilizado são os códigos lingüísticos.

“Eles têm uma rede de comunicação eficiente, codificada e que se utiliza de elementos internos e externos. É criado um código, por exemplo, a expressão: “eu vou dar um salve”. O “salve” é um código, e não uma expressão comum. Com isso eles vão criando uma linguagem própria, codificada, e essa comunicação, é feita boca a boca entre eles e levada para fora dos presídios, tanto pelas visitas, quanto pelos advogados. Os advogados acabam se envolvendo com o crime. Muitos deles são colocados ou formados pelo crime. A gente observa esse fenômeno também. Eles pegam garotos que parecem ter uma inteligência, um pouquinho superior aos outros, e falam: “Olha, você Zezinho, você não vai ser “aviãozinho” não, eu vou te botar pra estudar, você vai ser doutor”. Proporcionam estudo ao garoto, livros, formam o garoto advogado para trabalhar pro tráfico. Ele se torna advogado do tráfico. Isso é um fenômeno que acontece mesmo. Eles vão colocando não só advogados, mas policiais, juízes, membros do ministério publico, por que não? A gente não está imune a esse tipo de envolvimento com o crime, isso quer dizer, qualquer pessoa. Um simples garoto que vai lá entregar as quentinhas na hora do almoço, pode ser um disseminador das informações aqui fora” (Personagem 5).

Como observa o Personagem 2, “eles tem um grande tempo pra estudar, pra elaborar, criam também técnicas de comunicação constantemente novas. A última que eu vi, que me surpreendeu, é usada em países em guerra, a utilização de códigos de comunicação. Hoje muito usada em presídios aqui em São Paulo”. Esse constante aprimoramento não se limita apenas aos meios, mas também as pessoas.

“Temos dentro da hierarquia, da estrutura, uma pessoa que é responsável pela comunicação. Por exemplo, toda ordem parte dessa pessoa, para rua, ou mesmo para outros presídios. Então uma pessoa que é responsável da comunicação possui papel essencial. Ela consulta, vamos supor, quem está a frente do comando geral nunca fala para a rede interna nem pra rua, passa por ela. A prova disso se deu, assim, algo bem expressivo, quando houve a negociação dos ataques de maio, no Estado de São Paulo, quando foi um grupo da Secretaria de Segurança Pública, e o Diretor do Presídio Presidente Bernardes, falar com o comando. Na hora o comando disse: ‘Eu não me comunico com as pessoas, eu só falo com a minha família’. Então, vamos chamar aqui dentro da reunião quem é responsável pela comunicação. A pessoa veio e participou da reunião também, e pelo celular ligou para as pessoas internamente ou externa dos presídios” (Personagem 2).

Nesse sentido, a Personagem 4 afirma que,

“Na primeira administração, os próprios integrantes do PCC eram seus porta-vozes. Geléia, Cesinha e Marcola sempre falaram menos. Com a dissolução da cúpula do PCC, um integrante foi considerado o porta-voz, que estava preso em Salvador. Era o porta-voz oficial, inclusive era o cara que conversava com a gente, os jornalistas. Ele se chamava Silvério. Era responsável em fazer as cartas dirigidas à autoridades e jornalistas, ele era um cara muito culto. Você observava citações de Gandhi. Nós tínhamos paralelamente conversas com o Geléia, Cesinha e Marcola, mas quando era oficial, aviso a imprensa, era o Silvério quem redigia. Hoje o porta-voz do PCC é o Macarrão. O Macarrão hoje tem uma visão um pouco mais agressiva, tanto é que está havendo problemas dentro do PCC, porque ele tem uma visão mais radical do que o Marcola. O Marcola quer que as coisas aconteçam em paz, e ele não está gostando muito dessa paz. O PCC sempre teve contato com a imprensa, antes era o Silvério, que morreu, e hoje o Macarrão. O Macarrão que é mais falante, mais atuante, é realmente a pessoa que hoje filtra, passa os recados, e repassa as ordens que vem do Marcola e do Julinho Carambola”.

A comunicação no PCC, portanto, não é tratada de forma secundária, mas como fator primordial de existência da organização. Mesmo diante de toda essa estrutura, é de causar perplexidade a eficácia do processo comunicativo, que muitas vezes se utilizada de meios

simples para a conquista de objetivos complexos. A paralisação de um presídio através de rebelião possui certa representatividade de organização e controle, no entanto, o que acompanhamos foi algo inédito, a realização de uma megarrebelião em 78 presídios, simultaneamente. O sistema de comunicação foi fundamental para o sucesso dessa empreitada orquestrada pelo PCC. A motivação dos presos, incentivada pelo forte discurso da facção, criaram um fenômeno nunca visto antes. Dentro deste contexto, a Personagem 5 analisa o sucesso do sistema comunicativo do PCC,

“Eu acredito que é porque eles exerçam essa comunicação de uma forma impositiva. Você é obrigado a ouvir essas informações. Talvez pela própria estrutura emocional, ou da educação mesmo deles, em todos os sentidos. Não é dado a ninguém o direito de duvidar daquela informação, discutir aquela informação. A partir do momento em que um chefe diz que hoje é pra atacar o mercadinho, não tem como você não passar essa informação para outra pessoa, nem como falar ‘Mas espera lá, porque nos vamos atacar? Por que o mercadinho? Por quê?’ Não existe um porque, não é dado o direito de perguntar. De fato, é ordem de quem tem o poder para dar essa ordem, e os outros vão simplesmente disseminando, porque é uma das obrigações estipuladas”.

A linguagem do poder institucionalizada pelo PCC é utilizada sempre em nome de uma verdade superior as práticas do dia-a-dia. A violência então é reproduzida como parte desta cultura de sobrevivência, ou melhor, de medo. Em nome desse poder constituído, os integrantes de facção se entregam de corpo e alma, assumindo uma moral estabelecida e regras que todos sigam. Para este poder de comando, não é admitido respostas e reações.

A violência, portanto, constitui a linguagem enquanto expressão racional, ou seja, expressão das necessidades da facção, voltada a demarcação dos campos de poder e dominação através de processos comunicativos de codificação própria. Nesse sentido, é possível compreender a importância dos meios de comunicação de massa nas estratégias do PCC. Inicialmente temos a utilização dos medias pra tirar o foco das investigações policiais e cobrança da opinião pública. Por se tratar de uma organização criminosa, grande parte do dinheiro arrecadado vem de fora dos presídios: tráfico de drogas, assaltos, seqüestros etc., esse lado pouco se conhece. Conforme relata o Personagem 2,

“Hoje a maior renda do crime organizado está fora dos presídios; está ligado a empresários e às pessoas dos Poderes todos, pois só se pode existir um crime bem organizado em local que tem o apoio do Judiciário, do Legislativo, pelos policiais do alto escalão, e assim por diante. Então, a investigação quer dizer que vai até um ponto, quando chega no alto escalão, começa a ficar travada, impedida de avançar. Um exemplo concreto: porque que no Rio foi fácil de combater o seqüestro? Havia seqüestro de pequenas pessoas ligadas e iniciantes no crime. O seqüestrado colocava a pessoa na casa da sogra, na casa da vizinha, logo era identificado. Então o seqüestro se reformulou, passou a ter uma estrutura econômica e um grupo grande, ou seja, alguém que vai negociar, alguém que vai dar guarda, alguém que vai comprar as coisas, alguém que vai fazer a comunicação e alguém que comunique os passos à polícia”.

Ao chamar a atenção da mídia para rebeliões, protestos, ataques isolados à delegacias, prédios públicos ou postos policiais, automaticamente as notícias recaem sobre esses fatos. Isso no jargão popular é chamado de “boi de piranha”. O PCC sabe que no âmbito jornalístico os fatos do mundo competem entre si pela preferência dos editores. Como afirma Wainberg (2005, p. 14), “graus crescentes de violência têm-se mostrado capazes de aguçar mais intensamente o paladar dessas corporações sempre desejosas de agregar valor dramático à crônica diária que faz do mundo”. Os benefícios advindos com tal prática têm contribuído muito para o sucesso de diversas transações realizadas pela facção. A distração é uma arma eficiente neste meio.

Outra estratégia de utilização dos meios de comunicação de massa é a de denunciar as falhas e abusos existentes no sistema carcerário, conforme já abordado anteriormente. De qualquer forma, o que vem intrigando toda a sociedade, são as constantes ondas de violência sem motivos aparente, como nos ataques de maio de 2006. Durante as entrevistas muitas opiniões se complementaram.

“O que o PCC queria era aparecer. Nada mais foi do que disse um de seus integrantes: ‘Olha, nós vamos mostrar que o Estado está mentindo, nós vamos mostrar que não é verdade que nós acabamos, nós vamos mostrar que nós temos poder, nós vamos mostrar que a gente pode parar não 30 presídios, mas 70. A gente vai mostrar tem kamikaze saindo de um monte de buraco em São Paulo e aparecendo para nos servir’. O caso da Castelinho estava entalado na garganta deles, queriam vingança, policiais mortos. Eles consideram a morte de policiais nos ataques uma forma de vingança pelo que aconteceu na Castelinho. O PCC tinha varias razões, primeiro um Estado que continuava negando seu poder. A rebelião que parou 30 presídios, tão logo acabou, o Geraldo Alckmin e o então secretário de segurança pública, deram uma entrevista dizendo que aquilo não tinha sido nada. ‘Ninguém morreu’. Ninguém morreu porque o PCC determinou que não era para matar. A rebelião era um aviso, que numa próxima poderia ser pior. Aquele foi um momento que o governo continuou dizendo: ‘Olha, não existe PCC. Existe, mas não tem esse poder que a imprensa está dizendo. A organização não é como todo mundo diz que é. São grupos paralelos que não tem um comando central’. Enfim, mentiras que o governo contou e conta a respeito da organização. Naquele momento o PCC queria ser compreendido da seguinte maneira: ‘Olha, a gente só não quer, como pode sair da cadeia, e vamos mostrar nossa força, principalmente aí fora, perante a classe média, diante da sociedade, do governo, Estado e para o secretário’” (Personagem 4).

“Os ataques, na verdade, tiveram duas finalidades. Uma delas comprovadamente que não vou falar por meias palavras, que é mostrar o poderio da organização criminosa e ao mesmo tempo tentar impedir que o governo do Estado de São Paulo adotasse medidas de maior severidade na contensão dos criminosos presos. Parece absurdo, mas é contensão de criminoso preso, porque na maior parte dos presídios, eles são maioria, dominados pelos criminosos. A parte gerencial que nós temos, digamos assim do Estado, cuida da porteira pra fora. Da porteira pra dentro, a organização criminosa impõe as regras e o Estado tenta reagir a isso colocando parâmetros delimitadores vem essas reações. Agora eu não posso deixar de assinalar episódios e fatos concomitantes que aconteceram em datas que guardavam, em certa forma, proximidade com algum evento político ou ato político de maior repercussão. Lembro-me aqui da grande rebelião dos presídios orquestrada em todos os presídios do Estado pelo PCC, logo na posse. Sempre se percebe que tem uma relação de causa e efeito com alguma intenção ou evento de natureza política. Ou seja, não escondo que existe seguimento de partidos políticos aqui no Brasil, que tentam tirar proveito de organizações criminosas. Não vou dizer que um partido como um todo, mas seguimentos desse partido político” (Personagem 3).

“O que nós vimos aqui, como profissionais de Direito, foi realmente uma organização de ataque em massa. As informações que nós obtemos tanto da polícia civil, da polícia militar, quanto da polícia federal, eram de que realmente por meio dos celulares, eles haviam se organizado pra fazer um ataque com o intuito em demonstrar seu poder. Isso, em possível retaliação a uma transferência de presos. O motivo aparentemente banal serviu como *status* para se demonstrar essa força, que em São Paulo até então, nunca se tinha visto. Nesse dia dos ataques do PCC, houve dois aspectos que considero componentes principais: o primeiro foi o medo da população, pois não se sabia o que estava acontecendo e o segundo a imprensa, que teve um papel perverso. Papel importante e perverso, porque começou a fomentar aquela cultura do pânico, aquela cultura do medo, ‘não saiam de casa’. Isso fez com que as empresas fechassem as portas antes que os expedientes fossem encerrados, por volta das 2 horas da tarde. O trânsito ficou um caos. As pessoas ficavam em dúvida se saiam e encaravam o trânsito com o risco de sofrerem um ataque no trânsito. Naquela época, houve essa coisa das pessoas terem certo receio do PCC, esse receio foi exacerbado pelos meios de comunicação” (Personagem 5).

“Nós tivemos uma conversa após o ataque com as lideranças. Eles esperavam uma reação da sociedade para que isso viesse à tona, como o abandono jurídico, falta de atendimento, a super lotação, a falta de assistência à saúde, o abandono total em que vive a população mais carente dentro dos presídios. Essa era a grande meta. Segundo eles outras formas foram usadas como: contato com a imprensa, cartas pedindo socorro aos órgãos de direitos humanos, a juízes entre outros. Não tiveram nenhuma resposta, não foram atendidos em nada, então partiram para uma forma agressiva, e não conseguiram resultado, tiveram pouco sucesso” (Personagem 2).

De acordo com os entrevistados, fica claro que a intenção maior do PCC com os ataques era de se impor perante a sociedade, mostrar seu poder, sua força de ataque e de organização. Além disso, outros fatores foram preponderantes para sua realização, o controle do sistema penitenciário e vingança contra o governo do Estado para que suas reivindicações fossem cumpridas, eliminação dos desafetos dentro dos presídios, apoio político, cooptação de novos integrantes, *status* junto à sociedade, principalmente as comunidades onde sua atuação é direta, e a utilização da violência para disseminar, por meio dos medias, a sensação de pânico junto à população, como forma de pressão ao Estado. Em resumo, ao contrário do que muitos especialistas afirmam em relacionar crime organizado somente com lucro financeiro, o PCC buscou se impor ao Estado e sociedade pelo terror. Desejou-se por meio da violência não vencer o inimigo, mas abalá-lo seriamente.

Neste caso os veículos de comunicação foram chamados a cumprir o papel de agentes disseminadores do pânico, transferindo o terror aos lares e às mentes das pessoas. A percepção dos entrevistados sobre isso foi notória:

“Enquanto a gente ouvia falar dos crimes, e das lideranças criminosas, o dono do morro, era tudo relacionada ao Rio de Janeiro. Em São Paulo tem crime, claro, se você fizer o traçado da população, você vai ver que é uma quantidade grande. Porém, nunca vivenciado dessa forma. Naquele momento que aconteceram aquelas sucessões de fatos, eu me senti desprotegida, eu me senti vítima, eu me senti entristecida ao ver a cidade de São Paulo daquela forma. Eu encerrei meu dia por volta da meia noite, não tinha almoçado, não tinha dormido, parei, sabe, e aquela sensação eu nunca vou esquecer: O que está acontecendo? Por quê? Qual é o foco disso? Aonde pretendem chegar?” (Personagem 1).

“O Estado de ânimo, e digamos assim, de nervos mesmo dos policiais, se exacerbou com justa razão. Quando estive em São Paulo, no dia seguinte aos ataques, notava-se assim uma preocupação justificável, mas fora dos parâmetros normais. Por parte dos policiais, tinham que estar dando cobertura, fazendo policiamento de ruas e batidas. Muita gente inocente foi admoestada de forma inconveniente, até por conta da tensão daquela circunstância. Isso influenciou na sociedade como um todo. Ao mesmo tempo sei de casos de juízes de direito, de promotores, sem contar o pessoal do presídio e da polícia, que tiveram que tomar medidas adicionais de grande monta para buscarem um tipo de proteção, que não sei se conseguiram” (Personagem 2).

“Aqui no prédio da Procuradoria da República, foram adotadas medidas de segurança. Nós passamos durante várias semanas com as portas fechadas. As portas só se abriam quando o carro entrava. Na portaria principal foi reforçada a segurança. Uma série de medidas administrativas foram tomadas para o prédio. Nos dois primeiros dias eu me lembro que eu fiquei muito assustada, de ver a massificação de más notícias, absolutamente infundadas – “ah, porque disseram que vão atacar o metrô”, então as pessoas não pegavam o metrô. “Não, disseram que vão jogar uma bomba na Praça da Sé”, então as pessoas não passavam na Praça da Sé. Isso mostra como a mídia fizeram gato e sapato da população. A imprensa teve um papel perverso, pois acabou dando voz a isso. Do ponto de vista da imprensa é compreensível, porque “não, espere lá, se eu tenho essa informação, eu não vou passar essa informação que seria de utilidade pública?”. Mas até que ponto se confunde a informação de utilidade pública com a massificação da informação do medo, sempre aumentando. Isso vem sendo visto claramente, nos últimos crimes, que têm sido divulgados. Você tem o caso “Isabela”, além de outros delitos. É só ligar a televisão que nos deparamos com o caso da menina Eloá, envolvida no seqüestro em Santo André. Só se fala nisso. As pessoas acabam inconscientemente aumentando tudo isso, porque está incutindo esse perigo na mente de todos” (Personagem 5).

As pessoas se aproveitaram das imagens transmitidas como atalhos mentais no enquadramento dos fatos noticiados, poupando energia e tempo, ou seja, assumindo como verdade. Recai-mos aqui sobre as “culpas”, de um lado Estado e sociedade culpando os meios de comunicação de exageros, e de outro os jornalistas clamando pela liberdade de imprensa, confidencialidade de fonte e direito à informação. A divergência de opiniões repercutiu nas entrevistas:

“O Fernandinho Beira-Mar, quando apareceu pela primeira vez numa reportagem, já era bandido há 12 anos e o maior traficante do país. Quando a mídia descobriu, a mídia foi e falou: ‘Olha, esse cara, ele é maior traficante do país, ele faz tráfico internacional’. Depois escutamos das autoridades que estamos glorificando o Fernandinho, não deveríamos contar para a população que existe o PCC. Quando terminaram esses ataques, de novo o governo foi aos microfones e disse: ‘A imprensa exagerou, a imprensa *glamouriza*’. Parece que eles convencem a classe média disso, os estudiosos e sociólogos de plantão disso. A inoperância do Estado, ninguém diz nada. Sempre a culpa é da imprensa. Nós criamos o PCC, nós engordamos o PCC, nós valorizamos o PCC. Eu escrevi um livro sobre o PCC e teve gente que disse: “Isso é *glamourizar* o PCC, você não devia escrever esse livro.” Então a gente não deveria escrever sobre a segunda guerra mundial, “DOICODE”, sobre a fome no Brasil, entre outras tantas coisas. Vamos esconder a realidade. Assim as autoridades folgaram muito em jogar a própria culpa na imprensa. Convencem a classe média de que o bicho é pequeno e que a gente que faz ser grande. Talvez nesse momento, o PCC tenha mostrado para essa classe média que escuta esse falso discurso do governo, que não é bem assim. Eu costumo dizer o seguinte: ‘Eu não sou polícia, eu não sou dedo duro, mas sou profissional responsável’. Eu sempre tive um acordo com o PCC: ‘Se vocês me contarem o crime que vai acontecer, eu vou dedar’. Minha obrigação profissional é a de cidadã. Eu convenci o PCC a deixar de fazer crimes bárbaros. Eles queriam explodir a Imigrantes. Queriam botar um caminhão que roubaram do exército, com muita facilidade, cheio de C4, um explosivo poderosíssimo. Queriam explodir a ponte da Imigrantes para mostrar para o governo e sociedade que existiam. Eu os convenci com o discurso de que, da mesma forma que eles ficavam putos e não concordavam com a polícia descontar nas mulheres e filhos deles, o que eles queriam fazer era igual. Eles não tinham que descontar

na sociedade, o problema deles era com a polícia e o Estado. Eu sempre tive esse acordo, se me conta eu vou falar. Se recebo uma notícia, vou checar e dar essa notícia. De onde ela veio, que fonte? Isso eu tenho sigilo. Terminado ou mesmo durante os ataques, é claro que eu conversei com os integrantes do PCC. É claro que eu perguntei quando é que iria terminar. E é claro também que como cidadã, sugeri que parassem com aquilo, disse que não era o caminho, embora eles achassem que era. Discuti com eles. Se eu pude ajudar, com meu discurso, a salvar uma vida, vou ajudar. Você pode dizer: ‘Ah, os presos do PCC confiam em você?’ Confiam sim! Muitos delegados confiam em mim. Eu tenho a confiança dos dois lados, porque sempre trabalhei numa linha, que é dar a notícia, é checar a notícia, informar muitas vezes a polícia da notícia. Se ela não acreditou e, não foi atrás, aí já não é problema meu. Eu não sou polícia, não é minha função prender ou não prender alguém, analisar ou não analisar a situação. Eu como cidadã, é claro, analiso o aumento da criminalidade, a violência da criminalidade, como a gente está exposto a ela, desde a as incompetências da polícia, as incompetências do governo, até a organização do crime” (Personagem 4).

Este depoimento demonstra certo ar nostálgico do jornalismo puro, sem amarras, intenções e comprometido com verdade, mas ao mesmo tempo demonstra apresenta a tênue linha entre profissionalismo e criminalidade. Sem intenção de emitir qualquer juízo de valor, a prática jornalista é controversa, como a própria personagem afirma:

“Eu não acho que a imprensa exagerou, ela errou em alguns momentos, é diferente. Nós não demos se quer uma notícia de um ataque que não fosse verdadeira. A imprensa disse que foram 65 ônibus queimados, é porque foram 65 ônibus queimados. Então não houve exagero. Os números dos ataques já mostram o tamanho dos ataques. Houve erro de algumas emissoras. Acho que poucos estão preparados para acompanhar, porque existe um problema muito grave na redação, que é o “foca”. A redação foi invadida hoje pelos foca filhos da classe média. Filhos dos amigos do patrão, que infelizmente invadiram a redação e ganham R\$600,00 por mês e deixam uma C4 estacionada na porta da emissora ou rádio. Gente que tem dinheiro e não tem compromisso, não tem uma formação que consiga ver seus problemas e consiga separar um lado do outro. Hoje temos uma imprensa muito mancomunada, medrosa, assustada, que tem medo do secretário de governo, medo de peitá-lo, medo de cobrar o governador. Muitos programas policiais, onde o que interessa é o apresentador, o dono da emissora não entra em conflito porque depende dos delegados, do governador, do policial para continuar abastecendo o jornal. Diante disso são poucos os jornalistas preparados para lidar com o crime organizado. Olha, um garoto de 9 anos foi baleado e morreu. Uma história muito triste, ele ia para a escola, a mãe deu um real e ele resolveu atravessar a rua para comprar um pastel para levar de lanche. Quando ele estava atravessando, polícia e bandidos trocavam tiros na periferia de São Paulo, uma das balas acertou a cabeça do menino, que morreu. Sugeri que a gente fizesse a reportagem contando o desespero da mãe, e que é o nosso dia-a-dia, desse confronto na periferia, que é diferente do Rio, a classe média que finge que não vê, porque é longe, não é como lá asfalto e morro tão perto. Meu chefe disse; “Ah, mas a mãe dele faz o que?” Eu falei: “A mãe dele é doméstica, o pai dele é pedreiro.” “Não, não vamos fazer não, vamos investir em outra história.” Pô eu fiquei revoltada, com muita raiva. No dia seguinte, eu chego lá, tinham matado um rapaz de 18 anos, filho de classe média, estudante de jornalismo no farol do Morumbi. Ele tinha acabado de ganhar do pai um carro zero bala porque fez 18 anos, o garoto que o assaltou também fazia aniversário de 18 anos, e foi roubar o carro para poder fazer uma festa. História triste. O filho do seu Jorge Damos inclusive. Quando cheguei na redação meu chefe estava desesperado pra que eu fosse logo pro local fazer a matéria do rapaz que morreu com o tiro na cabeça. Eu gostaria de ter feito esse e o garoto do pastel, mas eu não pude. Eu fiz só esse, porque era filho de rico, foi no Morumbi. Uma história eu pude contar e a outra não. O que eu acho disso? Acho uma falta de moral. É por isso que a coisa está tão ruim, porque a gente só fica olhando pro nosso rabo. Quando atinge o nosso rabo é que a gente reclama, se não, a gente deixa quieto, deixa passar ou deixa como está”.

Para melhor análise das colocações feitas pela Personagem 4, adotamos a teoria transacional de Wolfsfeld, que procura entender os tipos de personagens políticos em interação com quais tipos de cobertura midiática, para produzir que tipos de resultados. Neste

caso o desejo entre jornalista e PCC, é fazer fluir interpretações ideológicas por canais massivos de informação, através do enquadramento de fatos e das significações das ocorrências. Segundo Wainberg (2005, p. 19), “esse entendimento é um dos mais frequentes na área do jornalismo”. A teoria do enquadramento afirma ser esse um efeito de realce de certos aspectos dos fatos na cobertura midiática e na interpretação resultante das audiências sobre essas ocorrências. Conforme a fala da entrevistada, é perceptível o interesse editorial na transformação da notícia, valendo-se sempre do termômetro da audiência. Na cobertura dos ataques do PCC não foi diferente.

Por essa visão, jornalismo é a construção de uma imagem do mundo, e não um retrato desinteressado e imparcial dos eventos noticiados. O enquadramento, portanto, estabelece em seus discursos gráficos e editoriais, referências utilizadas pelo público para produzir sentido e significação. Dessa forma, por meio dessa interação entre os meios e as audiências, entendimentos são cristalizados. A falta de processamento das informações recebidas, gera profunda cumplicidade de idéias montadas pelos editoriais. Soma-se a isso, o processo de alienação pela repetição massificada de cenas violentas.

No caso da teoria transacional, o PCC sabe que necessita oferecer “estímulos” à mídia para que ela se posicione editorialmente em relação aos fatos. “Certamente a violência é um desses incentivos, e um dos mais utilizados por sua eficiência comprovada” (WEINBERG, 2005, p. 20). É certo que a eficiência comunicacional de eventos violentos tendem a decrescer com o tempo, por isso o PCC, como produtor de acontecimentos, seja obrigado a aumentar a dose de ataques, sempre que o desinteresse pelo “espetáculo” aumenta. Trata-se aqui, no caso dos ataques de maio de 2006, a produção máxima jornalística com o mínimo de custo. Debaixo dos “narizes” da região com maior conglomerado de meios de comunicação, aconteceram diversos fatos noticiosos que a própria imprensa não conseguia cobrir, quem diria o governo:

“A experiência mais interessante que vivi em termos de assessora de imprensa, foi quando esses ataques aconteciam simultaneamente em vários lugares, os repórteres ficavam sabendo antes de nós. Por exemplo: houve um ataque em Sorocaba, a TV, o rádio, tem a comunicação da polícia, por isso ficavam sabendo primeiro. Enquanto a equipe ia pro local pra cobrir, a redação da TV ligava pra secretaria, pra perguntar mais detalhes. Aí o que acontecia, eu acabei formando uma rede: ‘Ó, qualquer suspeita que vocês tiverem, mesmo antes de mandar a equipe, me liga que aí eu peço no setor de comunicação da polícia para checar, diretamente no local’. Então, a informação no primeiro momento vinha ao contrário. Não era exatamente a gente que divulgava o que tinha acontecido, era a imprensa mostrando ‘Olha, foi atacado, foram atacados tantos ônibus, foi atacado uma base’. Quando eles nos traziam isso, a gente checava, e aí a informação vinha: Foram tantas pessoas, ninguém foi atingido, foi só o patrimônio que quebrou. Assim, constituiu-se uma rede de trabalho maravilhosa, e todos comovidos com aquele momento. Foi assim, uma união, uma força de trabalho, eles trazendo pra gente e a gente fazendo planilhas, de cada lugar, e uma equipe ia checando tal lugar, pra poder ter a informação. Não houve distorção nesse momento dos acontecimentos. Aí depois, claro, passaram a chamar ‘especialistas’, repetir as imagens na TV várias vezes, e a dimensão dos fatos foram aumentando gradativamente.

Mesmo com a falta de estrutura do Estado em lidar com a situação e dos jornalistas em reportarem a notícia da melhor maneira, é notório o sucesso de audiência conquistado durante os ataques. Naquele momento, o Estado de São Paulo não se tornou o centro de atenções apenas do Brasil, mais do mundo inteiro. Outro fato a se destacar, corresponde à realidade dos fatos, bem como os efeitos ao combate a criminalidade organizada. O Personagem 2 diz que,

“Eu creio que a mídia muitas vezes colabora com o crime, colabora com a violência. Digo para você fatos bem concretos. Quando a mídia escuta um celular de dentro do presídio dizendo que tal verdade é assim, não tem nenhuma certeza e não vai checar as informações, traz para a cidade pânico, que não pode ser real. Tenho visto várias manchetes em revistas e jornais ou mesmo na televisão, onde a pessoa vai checar e as informações não procedem. Por outro lado, às vezes, a mídia atrapalha a própria polícia. Por exemplo, um caso bem concreto agora, aquela questão da Eloá, aquela menina seqüestrada. O tempo todo estavam filmando toda a ação da polícia. Dentro de casa, nos jogos, com a televisão ligada vendo toda a ação de como entrar no prédio, quer dizer, a mídia trabalhou a favor de quem estava dentro, seqüestrando, a mídia trabalhou o tempo todo a favor do seqüestrador e não a favor da polícia. Muitas vezes, o que sai na imprensa não é verídico e o crime organizado trabalha com isso também. Por exemplo, a gente checou aqui vários casos de denúncias fortíssimas, fomos checar e várias delas eram infundadas, mas evidentemente alguém denunciou aquilo e, deve ter sido alguém do Estado de São Paulo. Tem coisas que acontecem, mas a gente trabalha a favor do crime organizado ao dar notícias que não condiz com a verdade. A população tem que saber quem são os verdadeiros responsáveis pela situação, que acontece e não colocar possíveis e imaginários personagens. Muitas vezes a imprensa cria linchamento de possíveis pessoas criminosas, e já punem abertamente, cria revolta e não tenta olhar a justiça nesses casos. Ela não contribui, ela acaba muitas vezes fortalecendo o crime. Hoje sem dúvida nenhuma. Garanto-te isso, os meios de comunicação hoje, favorecem muito a criminalidade no Brasil. Você bem sabe que vivemos num mundo capitalista e a grande alma do capitalismo é o lucro, e nesta ação os dois lucraram, a mídia e o PCC”.

Em contraponto, a Personagem 4 afirma que,

“A gente tem uma lei de imprensa, cobrasse deles isso. Se ele repetiu a imagem que já tinha rolado, se não esta ao vivo e esta acontecendo é passivo de processo, de perder o diploma e não exercer mais da profissão. Vamos cobrar o cara que fez isso, o cara que inventou a notícia, o repórter que deu o toque de recolher, a emissora que deixou dar o toque de recolher. Tem uma lei que rege, tem uma lei do bom senso que nos rege”.

Por mais altruísta que seja a intenção jornalística de reportar os fatos, no Brasil à linha que separa o real do espetáculo é quase nula. Longe de afirmar única e exclusiva culpa dos meios de comunicação, o que se percebe são intrincadas redes de interesses, condicionadas ao consumo. A edição dos telejornais durante os ataques do PCC, por exemplo, destacou-se pelos ricos em detalhes visuais de ônibus sendo queimados com civis em seu interior, provocou reações de inconformidade e horror público. A descrição gráfica da mortandade realizada pelos telejornais, produziu grande comoção pública, principalmente ao propagar a violência sem rosto e sem objetivo, ou seja, todos eram alvos. O medo instituído foi sendo agravado por imagens de violência sucessivamente repetidas. As pessoas em pânico

buscavam abrigo nas suas casas, todas ao mesmo tempo, o que gerou um caos em grande parte das grandes cidades do Estado de São Paulo.

Nesse sentido, o simulacro criado a partir da representação de alguns casos isolados, produziram a nulificação do real e dos símbolos pelas imagens e pelos sons enviados ao telespectador. Há de se salientar por isso o embaralhamento existente entre o que foi real e o simulado, entre jornalismo e a ficção.

De qualquer forma, os ganhos provenientes dessa ampla exposição dos ataques pelos meios de comunicação, tanto para o PCC quanto para os medias, foram evidentes. No caso do PCC existem algumas vertentes conflitantes sobre o saldo conquistado. A perda de muitos integrantes, de dinheiro, enrijecimento no tratamento dos presos pelo Estado, além do isolamento dos líderes da facção, gerou certo descontentamento por parte de muitos membros. Novas facções foram fundadas em oposição ao PCC. A Personagem 4 expõem um outro lado.

“Muitos especialistas tratam como prejuízo para o PCC aqueles dias de terror. O PCC, por contatos meus com os próprios líderes, me contam o contrário. Eles acham que aquilo foi uma vitória. Eles se vingaram das mortes na Castelinho, que é o primeiro grande trunfo desse resultado. Mostraram para sociedade que existem e tem força. Quem foi para a rua sabia que podia matar e morrer, isso já estava previsto. Existe grande facilidade de reposição entre os membros do PCC, não há preocupação em relação a isso. O lema do PCC é lutar até morrer, desde o começo. “Sabemos que vamos perder muitos, mas o que importa é que a gente vai conquistar o que queremos”. Eles doam suas vidas pela causa”.

Sem dúvida o PCC obteve sucesso em alguns de seus objetivos, que em nada representou seus ideais na luta pelo direito do preso. Em referência a mitologia grega, o PCC se apresenta como uma Hidra, que ao perder sua cabeça outras duas aparecem em seu lugar. Prova disso esta na entrevista da Personagem 4 em relatar o desmantelamento de um novo ataque do PCC feito pela polícia.

“Já era para ter acontecido. Graças ao celular, a polícia fez escutas e descobriu o plano. A polícia conseguiu com esse guardião, um bom serviço de inteligência, trabalho fantástico. Assim ela descobriu os planos do PCC, que era para ter acontecido um ataque em setembro passado, que seria o ‘Setembro Negro’, como eles estavam chamando entre os presos. A primeira providência foi mandar o Juninho Carambola para o presídio de segurança máxima. Era ele quem estava coordenando. Afastaram também o Macarrão. Enfim, diluíram o comando impedindo as ações. Prenderam muita gente aqui fora, que faziam os ataques. Sufocaram esse ataque, mas não a vontade deles de fazer. Eles continuam com o plano. Existia uma dúvida se ira ser o ‘Setembro Negro’ ou outra data mais próxima das eleições. O PCC também aprendeu à trabalhar um pouco politicamente”.

Com isso o PCC demonstra que os ataques de 2006 renderam benefícios, para muitos ainda duvidosos. Diante disso, seria certo exagero usar a palavra “manipulação”, como ato de manobra do PCC junto aos medias. Em nenhum momento a facção teve controle dos fatos

noticiados, muito menos do processo de tratamento editorial de cada matéria, como os medias também não possuíam estrutura, pessoas, crítica e informacional para cobrir tamanho evento.

O sensacionalismo como técnica de aumento na audiência, foi amplamente utilizado. Conforme afirma Wainberg (2005, p. 43), “a desatenção fortuita de editores e do público é combatida com doses crescentes de agressividade”. Não só o PCC como também os grupos terroristas entram pela porta dos fundos das redações utilizando-se desses artifícios. Atuam como intérpretes de uma cena que cai ao gosto dessa corporação profissional acostumada a moldar o mundo com pinceladas retóricas e imagens de fácil digestão pelo público.

Dessa forma, por meio da análise das entrevistas, a formatação da cultura do medo por meio dos ataques do PCC em 2006, nos leva a duas questões centrais. A primeira delas refere-se a real identidade do PCC como organização criminosa, visto a difusão de seus ideais. Em segundo, que a publicidade da notícia pelo espetáculo, faz do medo simbólico uma realidade ficcional.

5 CONCLUSÃO

Vivemos em tempo controverso, onde o cotidiano tem sido alterado e compreendido em sobressaltos. Por meio do diapasão capitalista, o consumo transformou-se na métrica da sobrevivência. A busca em sobreviver, confunde-se com a busca constante em consumir. A necessidade transforma-se em desejo, a violência em meio. Por isso, hoje a repetição no cotidiano é de cenas de violência passadas não só na tela da televisão, mas no dia-a-dia, em que indivíduos são considerados sujeitos, protagonistas das histórias construídas, muitas não forjadas por eles mesmo, mas cujos personagens estão imbricados à sua vida familiar, de vizinhança e trabalho. Não se trata mais de histórias que o povo conta ou são narradas de forma distante pelos documentários e jornais televisivos sensacionalistas. Na tela da vida, onde milhões de brasileiros despem-se da fantasia pelo real dos enredos cotidianos, a criminalidade organizada cresce exponencialmente.

A oportunidade disso está no lucro. Tais organizações criminosas se aproveitam dos caminhos da ilegalidade para se beneficiarem, não se importando com os altos riscos imbuídos nessas práticas. Longe de ser algo novo, o crime organizado rompe os séculos guiados pela ganância do alto lucro, utilizando sempre da violência como instrumento de conquista e exemplo de poder. Para tanto, é notório observar que enquanto existir capitalismo, ou qualquer sistema voltado ao lucro, o crime organizado se instalará. Hoje com *status* transnacional, muitas organizações criminosas se engendraram nas culturas de muitos países, quando não, em sistemas de governo ou propriamente países, como no caso da Transníttria. Essas organizações são conhecidas pela truculência em eliminar obstáculos, não se importando com nada e ninguém, forte sistema estrutural, utilização de alta tecnologia, controle do mercado ilegal e, principalmente, de seu ocultismo perante a sociedade. As organizações criminosas vivem à sombra da sociedade, procuram não aparecer, muito menos se expor. Quanto mais desconhecida uma organização criminosa, mais sucesso ela possui.

No Brasil existem várias organizações criminosas atuantes, mas o que nos chama a atenção é a facção intitulada Primeiro Comando da Capital – PCC, objeto de estudo deste trabalho. As peculiaridades do PCC nos trazem uma primeira reflexão: será esta uma organização criminosa? Como já visto o PCC se aproxima de algumas das diversas definições classificatórias de crime organizado, no entanto, se enquadra em outra categoria, a de “delinqüência organizada”. Esse nome foi dito durante a entrevista com o Personagem 2, registrado aqui como proposta teórica: Delinqüência Organizada consiste na formação de grupos estruturados no âmbito do sistema prisional, com mais de 100 pessoas, visando

primeiramente a disseminação ideológica de direitos humanos, e posteriormente, a obtenção de lucro por meio de atividades ilícitas. A violência extrema consiste em sua característica marcante. Geralmente o planejamento estratégico utilizado pela facção é terceirizado. Possui níveis hierárquicos bem definidos, além de um sistema de substituição eficiente. O diferencial da organização está no poder de seu discurso e na cooptação de pessoas fora do sistema penitenciário, como familiares de presos. Esse tipo de organização possui duas frentes de atuação: dentro e fora dos presídios. A comunicação é a essência dessas organizações. O pânico gerado pelo medo institucionalizado é a sua principal arma de persuasão. Para isso se utiliza de técnicas terroristas.

Hoje, praticamente todas as organizações criminosas do Brasil seguem essa linha. Ao contrário das organizações criminosas tradicionais, a delinquência organizada busca espaço nos meios de comunicação de massa, com o objetivo de se auto-promoverem e pressionarem o Estado. Neste ínterim, o vírus do medo se instala, não somente como simples instrumento de força, poder, mas como entretenimento, mercadoria, modismo, notícia, comportamento entre outras tantas configurações. Surge, portanto, a violência como amalgama de nossa cultura contemporânea.

Desse modo é possível considerar o PCC como um fenômeno de comunicação. A maca PCC já é conhecida mundialmente por causa dos ataques de 2006, e possui a chancela de maior organização criminosa do Brasil. Marcola, líder da facção, é considerado ídolo em muitas comunidades pobres de São Paulo. Comumente se flagra pessoas se intitulando membros do PCC para ganhar “moral”, e não são. Tudo isso é um “prato cheio” para a mídia nacional. Na época dos ataques o grande mote era: “O PCC desafia o Estado”. De qualquer forma a questão que se apresenta é a imposição da identificação criminosa ao coletivo, ou seja, a imersão do cidadão comum ao domínio de redes de interesse, pois os imperativos dos meios de comunicação de massa transformam a sociedade pelo medo.

Não se pretende demonizar a mídia como grande responsável por essa cultura do medo que vivenciamos hoje, muito menos dirimir suas responsabilidades junto a informação. O que objetivamos trazer à luz dessa reflexão, são as nuances sofrida na construção da informação pelos interesses do capital. O fato jornalístico é transformado em publicidade, visto que a destruição dos acontecimentos e obras segue a lógica do consumo, da futilidade, da banalização e do simulacro. Tudo se reduz, ao fim e ao cabo, a uma questão pessoal de preferência, gosto, predileção, aversão e sentimentos dos telespectadores. É isso o mercado cultural.

Assim, uma imagem nunca será apenas uma presença, mas também uma ausência. Necessário rastrear sensivelmente a violência como sombra das figuras a quem emprestamos o status e o poder de realidade. Para que elas não nos comandem, violentamente. (BAITELLO, 1999, p. 84)

Portanto, construímos imagens simplificadas do mundo à proporção que com ele interagimos. A medida que as nossas percepções do mundo estranho são compatíveis com as nossas imagens já recolhidas, processadas e arquivadas, a recepção é autorizada, e a assimilação, realizada sem resistências (WAINBERG, 2005, p. 154). Nesse sentido, a notícia transforma-se em sinônimo de “propagar”, “que significa: multiplicar uma espécie por meio da reprodução, espalhar-se por um território, aumentar numericamente por contágio, irradiar-se, difundir-se e, por extensão, divulgar” (CHAUI, 2006, p. 37). O fato noticioso é operado por meio de: explicações simplificadas e elogios exagerados sobre acontecimentos que possam ser facilmente memorizados; aparente informação e prestação de serviço ao cidadão; garantia que ele será, ao mesmo tempo, igual a todo mundo e não um deslocado (pois consumirá o que outro consome) e será diferente de todo mundo (pois a informação lhe dará uma individualidade especial). Em outras palavras, a notícia passou a vender imagens e signos e não à própria informação. Segundo Freud (1974) ser infantil é não conseguir suportar a distância temporal entre o desejo e a satisfação dele. A cultura nos satisfaz se temos paciência para compreendê-la e decifrá-la. Exige maturidade. Os meios de comunicação nos satisfazem porque nos pedem, senão que permaneçamos para sempre infantis. Neste sentido, a destruição da capacidade de concentração e a infantilização dos indivíduos, conduzem estímulos ao narcisismo, pois as imagens são produzidas e transmitidas para repetir sempre a mesma mensagem. A disseminação do medo por meio das imagens dos ataques do PCC exemplifica essa realidade. A televisão foi à maior responsável.

Jerry Mander (1978 apud CHAUI, 2006, p. 55-57), descreve as limitações tecnológicas que determinam como e o que a TV pode transmitir. De acordo com as regras de transmissão, a televisão obedece a um conjunto de regras que determinam o que é melhor para a transmissão e o que deve ser evitado. Como primeiro ponto a guerra televisiva melhor do que a paz porque contém muita ação e um sentimento poderoso, o medo. Pelo mesmo motivo, violência televisiva melhor do que não-violência. Isso justifica o próprio PCC como fenômeno de comunicação.

Em seguida, os fatos externos (ocorrências e acontecimentos) televisionam melhor do que informações (idéias, opiniões, perspectivas), pois é mais forte mostrar coisas e fatos do que acompanhar raciocínios e pensamentos. Em terceiro, afora rostos humanos, coisas

televisionam melhor do que seres vivos (pessoas, animais e plantas), porque as coisas são simples, comunicam diretamente suas imagens em uma mensagem sem complicação. Essas duas características televisivas são claramente observadas nas imagens de “guerra urbana” propiciada nos ataques de 2006. O desespero das pessoas, ônibus pegando fogo, pessoas baleadas, trouxeram o espetáculo do horror.

Outro ponto mostra que líderes religiosos e políticos carismáticos dirigem ao pensamento e sentimento interior das pessoas, por isso televisionam bem. Em quinto é mais fácil transmitir um só do que muitos; por isso, nos acontecimentos de massa ou de multidão, escolhe-se uma única pessoa para opinar e falar ou uma seqüência de pessoas entrevistadas uma a uma. Sexto ponto é melhor transmitir organizações hierárquicas do que democráticas, pois as primeiras tem forma muito simples, qual seja, a autoridade e os subordinados ou os seguidores. Para o PCC este tipo de abordagem é muito significativo, pois existem muitas contradições sobre essa delinqüência organizada. Poucos líderes carismáticos têm propriedade para falar sobre o PCC e, quando o fazem, é de maneira superficial. Geralmente as opiniões sobre os ataques são infundadas e aterrorizantes. A imprensa é muito próxima dos integrantes do PCC, que possui até relações públicas. Isso ajuda a facção conquistar seus objetivos.

Em seguida, assuntos curtos com começo, meio e fim são melhores do que assuntos longos que exigem pluralidade de informações e aprofundamento de ponto de vista. No oitavo ponto, o autor diz que sentimentos de conflito televisionam melhor do que sentimentos de concórdia, por isso competição televisiva melhor do que cooperação. Os ataques de 2006 são os melhores exemplos dessa prática televisiva. Diversas notícias curtas de um mesmo fato, de pura violência, deram o tom das reportagens.

Na seqüência, ambição e consumo televisionam melhor do que espiritualidade, pois a câmera não têm como lidar com sutileza, diversidade e ambigüidade. Décima regra diz que quando televisionar “povos primitivos”, apresente música, dança, canto, caça, pesca, lutas e evite entrevistas subjetivas nas quais se exprimem idéias, opiniões, sentimentos complexos. Outro ponto, o bizarro e o estranho televisionam muito bem. No décimo segundo item, a expressão facial é melhor do que o sentimento: chorar televisiva melhor do que a tristeza, rir televisiva melhor do que a alegria. Por último, a morte televisiva melhor do que a vida: na morte tudo está claro e decidido, na vida tudo é ambíguo, fluido, não completamente decidido, aberto a muitas possibilidades. A partir desse pontos não se tem mais dúvidas sobre o sucesso televisivo dos ataques do PCC. O medo da morte foi disseminado com tal força que parou o Estado de São Paulo. Nesse sentido, comunga-se da opinião de Romano (2001 apud CONTRERA, 2002, p. 17-18), que afirma:

A fascinação da violência corresponde à filosofia do êxito social a qualquer preço, do individualismo e egoísmo primitivos frente à cooperação e a solidariedade próprias da espécie humana. O que predomina na tela, seja nos informativos ou na ficção, é o direito dos mais fortes, não os ideais democráticos de igualdade e dignidade humana.

Na democracia a fonte do poder é o imaginário das pessoas, o que elas pensam e desejam. Por isso, mesmo, suas emoções são o troféu ambicionado pelo PCC, que monta dramas adequados ao paladar midiático. A mídia tornou-se ela própria um campo de disputa. O PCC tornou-se público, uma fala facilmente compreensível, em especial pela comunidade-alvo da agressão, que assiste com grande espanto ao enquadramento dramático que os meios de comunicação fizeram das cenas dos ataques. O resultado prático de tal cobertura intensiva foi a propagação de uma ampla onda de medo e pavor que paralisou a rotina de um Estado.

Aos olhos de grande parte da população, a imprensa serve aos fins da guerra psicológica do PCC. Ao darem publicidade aos reclamos da facção, jornais, revistas e televisões são acusados de ajudá-los a extorquir, obter concessões e punir o inimigo. Esse fenômeno social e político dos ataques de 2006, não ocorreria se não fosse também, e em essência, um fenômeno comunicacional. Se o ato do PCC fosse cometido e não houvesse alguém disponível para atentar ao fato e por ele ser de alguma forma coagido, surpreendido ou intimidado, poder-se-ia argumentar que o medo institucionalizado não existiria ou deixaria de existir.

Jenkins (1974 apud WAINBERG, 2005, p. 80) disse que o “terrorismo sem palco não existe”. O palco televisivo internacional é o palco preferencial e caracteriza o poder de fogo que as atrações adquirem com suas chamadas de alerta – *Breaking News*, cujo equivalente em português e no Brasil é menos popular e menos freqüente, utilizado somente em raros boletins “urgentes”, acompanhados de trilhas musicais que remetem a sensação de alarme. Tais transmissões são capazes de provocar nos telespectadores de todo o mundo a sensação que todo e qualquer produtor de cenas de horros desejaria produzir no seu público a exclamação de que “jamais esquecerei”. Essa é uma virtude conquistada pelas novas tecnologias de comunicação.

É bastante referida e repetida a assertiva de que a característica básica da ação do PCC é atacar um pequeno número de pessoas, a fim de atormentar e amedrontar o máximo possível de seres. Segundo Wainberg (2005, p. 83)

Quando tal violência destina-se a um certo grupo, os demais pertencentes a outras comunidades raramente sofrem um mínimo de ansiedade. Assistem ao desenrolar dos fatos noticiados como espetáculo. Neste caso, tragédia alheia é show. A ansiedade predomina e toma conta exclusivamente do grupo-alvo. Estudo de Duwe revela que há evidências empíricas que comprovam este fato: o noticiário sobre episódios violentos, mas distantes, não provocam aumento generalizado dos públicos. Esse nível de temor aumenta única e exclusivamente no local da ocorrência do crime. Esse resultado foi obtido igualmente por Michelle Slone, que constatou aumento significativo da ansiedade em pessoas reunidas em grupo experimental submetido à transmissão de mensagens teledifundidas com ameaças terroristas à segurança do país. A autora confirma a hipótese de que a mídia tem poder de provocar a emoção das pessoas e pode eventualmente ter um impacto prejudicial no bem-estar psicológico das populações vítimas potenciais.

Por isso, é preciso analisar os ataques do PCC como discurso. Para fazer ecoar sua fala nos veículos de comunicação de massa utilizam-se da morte e da violência como atração, em relação às quais a imprensa não se furta nunca. Assim, o PCC conquista tempo (na mídia eletrônica) e espaço (na imprensa). São as palavras que explicam, ou tentam explicar, afinal a mortandade refletida nas imagens dos telejornais e nas fotos estampadas nos periódicos de todo o mundo. Como afirmou Orwell (1946 apud WAINBERG, 2005, p.99), “se o pensamento corrompe a linguagem, a linguagem pode também corromper o pensamento”. É inevitável a emergência do debate sobre a postura que a imprensa deve ter diante desse terrível dilema, onde se interpreta: a notícia deve informar ou servir para o interesse público? Infelizmente o que se vê hoje, é o discurso do bem público, ou seja, do interesse dos públicos com o conteúdo informativo de interesses editoriais.

Agora, após os ataques do PCC de 2006, a ação de “guerra psicológica” pelo medo assumiu renovado aspecto de gravidade. A mídia em geral, e em especial a televisão, tornou-se uma ágora revigorada por um público sedento de diálogo e conforto mútuo. Assim é possível dizer que cabe a imprensa não só monitorar o meio ambiente, como desenvolver a sensibilidade do público sobre os riscos que o envolvem. Em outras palavras, a mídia aproxima tais ameaças potenciais da comunidade. Elas variam no tempo, nos tipos na intensidade e de sociedade a sociedade.

Como afirma Silvio Waisbord (2000, p. 201-219), “entender os riscos significa entender como as sociedades constroem percepções sobre a distribuição do risco (quem está vulnerável e por quê)”. Vive-se mergulhado no risco cotidiano, e falhas na prestação desse serviço significariam para a imprensa mácula ao seu prestígio social de prestar um serviço relevante de urgência.

Por outro lado, ao contrário do que sugere o senso comum, os jornalistas e outros produtores de informação (cineastas, escritores, produtores culturais, editores, educadores,

entre outros) não têm o poder de controlar a qualidade da recepção pelos públicos e audiências. A digestão de tal conteúdo decorrerá sempre, e em alguma medida, do paladar dos indivíduos. O PCC também não têm controle da interpretação que os distintos públicos fazem dos mesmos. A percepção social é uma variável significativa e referida com frequência nos estudos sobre interpretação de textos exatamente por esta contingência: as pessoas vêem o mundo a partir de referências e circunstâncias distintas. Simpatia e antipatia dos ouvintes, leitores e telespectadores decorrem de variáveis que fogem totalmente ao controle dos atores, autores, falantes em geral, entre eles delinquentes organizados.

Para tanto, Baudrillard (2004, p. 43-50) complementa,

Inútil acusar as potências midiáticas, as potências do dinheiro. Até mesmo a estupidez do público para dar lugar à esperança de que haveria uma alternativa racional a essa socialização integral, técnica e experimental, com a qual nos comprometemos e que resulta no encadeamento automático dos indivíduos em processos consensuais sem recurso. Chamemos isto o acontecimento integral de uma sociedade doravante sem contrato sem regras nem sistema de valores além de uma cumplicidade reflexa, sem regras nem lógica, senão a de um contágio imediato, uma promiscuidade que nos mistura mutuamente num imenso ser indivisível. Nós nos tornamos seres individuados, isto é, não divisíveis em si mesmos e não entre si. Esta individuação de que tanto nos orgulhamos não tem nada de uma liberdade pessoal, é ao contrário o signo de uma promiscuidade geral. A visão “em tempo real” só faz aumentar a irrealidade da coisa. Os dois paroxismos, o da violência da imagem e o do descrédito da imagem, crescem conforme a mesma função exponencial. O que faz com que as pessoas estejam continuamente destinadas à decepção, mas relançadas por essa mesma decepção. Pois essa incerteza profunda está em grande parte na demanda insaciável desse tipo de espetáculo.

Concluimos, portanto, que os ataques do PCC de 2006, corresponde a um exemplo de fenômeno comunicacional, entre os vários existentes ao alcance desse objetivo de aproximação, pacificação e resolução de conflitos. Consiste num exemplo dramático por sua atualidade social e política, por sua dimensão publicitária e por expressar ambos os impasses: a de um controverso conceito de organização criminosa entre atores dispostos em berços simbólicos distantes, e de comunicação midiática, quando se observa o uso e mal uso das palavras na sua descrição e análise noticiosa.

Este trabalho procurou aproximar-se desta contradição constitutiva do progresso, entre o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e a reprodução do medo e das desigualdades sociais no contexto de um Estado falido. Durante os capítulos iniciais, foram analisados os vários aportes teóricos inerentes ao tema como: medo, violência, cultura, comunicação, poder e crime organizado, para a construção sólida de análise, para as entrevistas realizadas. Em meio a isso, acreditamos ter alcançado os objetivos propostos e trazido para o espaço acadêmico um tema ainda pouco explorado.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S., SALLA, F. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.21, n.61, p.7-29, set/dez 2007.

ADORNO, S. Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem. **Tempo Social**. São Paulo, v.11, n. 2, p. 129-153, out. 2000.

ADORNO, S. **Raízes político-ideológicas da violência**. São Paulo: NEV, 1989.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

ADORNO, T. W. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1980 (Coleção os Pensadores).

AGUIAR, C.L.S. **Medo e descrença nas instituições de lei e ordem: uma análise da imprensa escrita e das sondagens de opinião**. 2005. 142f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

AMORIM, C. **CV-PCC: a irmandade do crime**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

ARBEX Jr, J. **Showrnlismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

ARENDT, H. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

ARIETA, C.G. et al. **Narcotráfico en Colombia: Dimensiones políticas, económicas, jurídicas e internacionales**. Bogotá: Universidad de los Andes, 1991.

ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. São Paulo, SP: Difusão Européia do Livro, 1964, Cap IV, p. 266.

ARLACCHI, P. De la mafia au marché libre: drogue et criminalité dans La province de Vérone. In: EHRENBERG, A. e MIGNON, P. (orgs). **Drogues, politique et société**. Paris: Éditions Descartes, 1992.

BAIERL, L. F. **Medo social**: da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez, 2004.

BAITELLO JUNIOR, N. Imagem e violência: a perda do presente, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n3/v13n3a10.pdf> acesso em 11/01/2009.

BALAN, J. Introdução. In: ROTCKER, S. **Citizens of fear: urban violence in Latin America**. United States of America: Rutgers, 2000.

BALKIN, S. Victimization rates : safety and fear of crime. *Social Problems*, California, v.26, n.3, p. 343-348, fev. 1979.

BARBERO, J. M. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: UFRJ editora, 2003.

BARBERO, J.M. The city: between fear and the media. In: ROTCKER, S. **Citizens of fear: urban violence in Latin America**. United States of America: Rutgers, 2002.

BASILE, Fernando da Silva. **O medo, a fobia e o pânico**. Disponível em: <http://www.kplus.com.br/materia.asp?co=28&rv=Direito> acesso em: 19/05/2008.

BASILE, F. S. Psicólogo de formação clínica freudiana. **Revista CB Juris**, ano 1, n 2, Jun. 1999.

BATAILLE, Georges. **O erotismo**. Lisboa: Moraes, 1980.

BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BAUDRILLARD, Jean. **Telemorfose**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

BAUMAN, Z. **A modernidade Líquida. Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BAUMAN, Z. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BAUMAN, Z. **Modernidade e holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BECK, U. **Risk Society: Towards a New Modernity**. London: Sage, 1992

BOEIRA, S. L. Ideologia, criatividade e ética. Disponível em:
<http://hps.infolink.com.br/peco/boeira01.htm> acesso em: 20/11/2008

BOURDIEU, P., PASSERON, J. C. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BOURDIEU, P. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BOURDIEU, P. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRUYÈRE, J. L. Caracteres. Disponível em:
<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/caracteres.html> acesso em: 19/05/2008.

BUCY, E. P., NEWHAGEN, John E. **Media Access: Social and Psychological Dimensions of New Technology Use (LEA's Communication Series)**: Lawrence Erlbaum Associates, 2003.

CALDEIRA, T. P. **A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CALDEIRA, T. P. **A cidade de muros**. São Paulo: Edusp, ed 34, 2003.

CANETTI, E. **Massa e poder**. Brasília: Melhoramentos, UNB, 1960

CASTEL, R. **A Insegurança Social: o que é ser protegido?** Petrópolis: Vozes, 2005.

CERQUEIRA, G. **A violência na boca do povo**. Porto Alegre: ed. Sérgio Fabris, 1987.

CHARÃO, C., INDRIÚNAS, L., CASTRO, F. **Crime S.A:** As facções criminosas do país se sofisticaram e viraram empresas que garantem o lucro à bala. Entender como funcionam - e como surgiram - pode ser a única forma de combatê-las, 2006. Disponível em: http://super.abril.com.br/superarquivo/2006/conteudo_450886.shtml acesso em: 16/12/2008.

CHARAUDEAU, P. **O discurso das mídias.** São Paulo: Contexto, 2006.

CHAUÍ, M. S. **A nervura do real: imanência e liberdade em Espinosa.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CHAUÍ, M. S. **Política em Espinosa.** São Paulo: Companhia das Letras: 2003.

CHAUÍ, M. S. **Simulacro e pode:** uma análise da mídia. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHAUÍ, M. S. Sobre o medo. In: NOVAES, Adauto. **Os sentidos da paixão.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CHESNAIS, J.C. **Histoire de la violence en Occidente de 1800 à nous jours.** Paris: Edition R. Laffont, 1981.

CHRISTINO, M. **Por dentro do crime:** corrupção, tráfico, PCC. São Paulo: Escrituras, 2003.

CICERI, M. R. **O medo.** São Paulo: Loyola, 2004.

CLASTRES, P. **Arqueologia da violência.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

COELHO, E. C. **A criminalidade violenta urbana.** Rio de Janeiro: Série Estudos IUPERJ, 1987.

COMAROFF, J. **Criminal Obsessions, after Foucault:** Postcoloniality, Policing and the Metaphysics of Disorder. *Critical Inquiry*, 2002.

CONTRERA, M. S. **Mídia e pânico.** São Paulo: Annablume, 2002.

CONTRERA, M. S. **O mito na mídia.** São Paulo: Annablume, 1995.

COSTA, J. F. **Tempo de Desejo: sociologia e psicanálise**. São Paulo: Brasiliense, 1989

COSTA, J. F.. **Violência e psicanálise**. São Paulo: Graal, 2003.

DA MATTA, R. **A casa & rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DA MATTA, R. **As raízes da violência no Brasil**. In: P. S. Pinheiro (org.), *Violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DA MATTA, R. **Carnavais, Malandros e Heróis**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DANDOUN, R. **A violência: ensaio acerca do “homo violens”**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.

DANTAS, G.F.L. **Informação pública sobre crime e violência: precedentes da União Européia e Estados Unidos da América**. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Segurança Pública On line. Biblioteca. Artigos. Disponível em: http://www.mj.gov.br/Senasp/biblioteca/artigos/art_Informa%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%BAblica.pdf acesso em: 31/05/2006.

DANTAS, G.F.L., PERSIJN, A., SILVA JÚNIOR, A.P. O medo do Crime. Artigo publicado em 2006. Disponível em: <http://www.observatorioseguranca.org/publicacoes.HTM> acesso em 12/12/2008.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELUMEAU, J. **História do Medo no Ocidente: 1300-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DELUMEAU, J. **O pecado e o medo: a culpabilização no ocidente (séculos 13-18)**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

DENCKER, A. F. M., DA VÍA, S. C.. **Pesquisa empírica em ciencias humanas com ênfase em comunicação**. São Paulo: Futura, 2001.

DESCARTES, R. **Col. Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DESCARTES, R. **Obras escolhidas**. São Paulo: DIEFEL, 1962.

DOUGLAS, M. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1966.

DOUGLAS, M.. **Risk and Blame**: essays in cultural theory. Londres: Routledge, 1992.

DOUGLAS, M. **A. Risk and Culture**. Los Angeles, University of California: Press. 1982.

DOZIER Jr. R. W. **Porque odiamos**. São Paulo: M. Books, 2003.

DUARTE, R. À procura de uma indução especulativa: Filosofia e pesquisa empírica segundo Horkheimer e Adorno. In: **Psicologia e Sociedade**, vol. 13, n.2, jul/dez, 2001.

DUBY, G. **Ano 1000 ano 2000**: na pista de nossos medos. São Paulo: Unesp, 2006.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2002.

DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

EAGLETON, T. **A Idéia de Cultura**. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

EAGLETON, T. **Ideologia**. São Paulo: Editora da UNESP/Boitempo, 1997.

ECKERT, C. A cultura do medo e as tensões do viver a cidade: narrativa e trajetória de velhos moradores de Porto Alegre In: **Antropologia, Saúde e Envelhecimento**. 1 ed. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2002.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. **A vocação do etnógrafo na cidade**. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, UFPB, 2004.

ECKERT, C. **Questões em torno do uso de relatos e narrativas biográficas na experiência etnográfica**. Humanas, RIFCH/UFRGS, vol.1, n. 19/ 20, Porto Alegre, 1996-1997.

EDGAR, A., SEDGWIG, P. **Teoria cultural de A a Z**. São Paulo: Contexto, 2003.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FEFFERMANN, M. **Vidas Arriscadas**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2006

FENICHEL, O. **Teoria Psicanalítica de las Neurosis**. Buenos Aires, Editorial Paidós, 1966.

FONSECA, G. Les impacts des marchés de la drogue sur l'économie globale, en Colombie.
In: Schiray; M. (org). **Penser la drogue, penser les drogues**. Paris: Editions Descartes, 1992.

FREUD, S. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1974.

FREUD, S. Além do Princípio do Prazer, 1920; idem, vol. XVIII.

FREUD, S. Análise de uma fobia de um menino de 5 anos, 1909; idem, vol.X.

FREUD, S. O Ego e o Id, 1923; idem, vol. XIX.

FREUD, S. O Inconsciente, 1915; idem, vol. XIV.

FREUD, S. O Mal Estar na Civilização, 1930; idem, vol. XXI.

FREUD, S. Psicologia das Massas e Análise do Ego, 1921; idem, vol. XVIII.

FREUD, S. Reflexões para os tempos de guerra e morte, 1974.

FREUD, S. Teorias Sexuais Infantis, 1908; idem, vol. IX.

FREUD, S. Totem e Tabu, 1913; idem, vol. XIII.

FREUD, S. Três Ensaio Sobre a Sexualidade, 1905; in Ed. Stand. Bras., Imago, RJ, vol. VII.

FREUD, S. **O Mal-Estar da Civilização**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GASPARI, E. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GILLIGAN, J. **Violence**. Nova York, G. P. Putnam's Sons, 1996.

GIRARD, R. **A violência e o sagrado**. São Paulo: Paz e Terra, UNESP, 1990.

GLASSNER, B. **Cultura do medo**. Tradução Laura Knapp. São Paulo, SP: Francis, 2003.

GLENNY, M. **Mc máfia: crime sem fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GOFFMAN, E. **Estigma**. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

GUERRA, A. G. **O crime, realidade, desafio: abordagem psicodinâmica do homicídio**. Recife, CE: 1990.

HABERMAS, J. **O conceito de poder em Hannah Arendt**. São Paulo: Ática, 1980.

HARTMANN, F. Violência e discurso. Disponível em: http://www.freud-lacan.com/articles/article.php?url_article=fhartmann250906 acesso em: 20/11/2008.

HEGEL, G.W.F. **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

HOBBS, T. **Do Cidadão**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

HOBBS, T. **Leviatã**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HOBSBAWN, E.J. **Rebeldes primitivos**: Estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

HUNTINGTON, S. **Political order in changing societies**. Nova York, New Heaven, 1968.

ISASA, M. E. **Como Lidar com o Medo**. Disponível em:
http://enfrentando_medos.com.via6.com acesso em 16/05/2008.

JOZINO, J. **Cobras e lagartos**: a vida íntima e perversa nas prisões brasoleiras. Quem manda e quem obedece no partido do crime. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

KEHL, M. R. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

KOWARICK, L., ANT, C., OLIVEN, G.; PAIXÃO, A. L. **Violência e Cidade**. (Org.)
BOSCHI, R. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1982.

LABROUSSE, A. **Géopolitique de la drogue**: Les contradictions de “guerre à la drogue”.
Paris, **185**: 9-22, mar., 1994.

LACAN, J. **Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

LACAN, J. **Seminário XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LAGRANGE, H. **La civilité a l'épreuve: crime et sentiment d'insecurité**. Paris:
Universitaires de France, 1995.

LAHIRE, B. **Homem plural**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LASCH, C. **O mínimo eu**: sobrevivência psíquica em tempos difíceis. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LASCH, C. **The culture of narcissism**: american life in the age of diminishing expectations.
New York: Mouton, 1978.

LAWRENCE, J. **Violence**: en Social theory and practice. Nova York: Penguin Books, 1970.

LEWIS, R. **La distribution et la consommation de drogues entre l'Écosse et l'Italie du Sud**. In: Ehrenberg, A. e Mignon, P. (org). (1992). *Drogues, politique et société*. Paris: Éditions Descartes, 1992.

LORENZ, K. **A agressão, uma história natural do mal**. Lisboa: ed. Moraes, 1979.

LUCAS, F. O. Organizações criminosas e poder judiciário. In: **Estudos Avançados**. Dossiê: Crime Organizado. São Paulo, SP: USP, 2007.

LUKÁCS, G.. **Ontologia do ser social**: a falsa e a verdadeira ontologia de Hegel. São Paulo, SP: Ciências Humanas, 1979.

LUNDE, P. **Organized Crime**: an inside guide to the world's most successful industry. London: Dorling Kindersley, 2004.

LYPOVETSKY, G. **A Era do Vazio**. Lisboa: Edições Gallimard, 1983.

MAIEROVITCH, W. F. As associações criminosas transnacionais. In: PENTEADO, J. de C (coord.). *Justiça Penal – 3: Críticas e sugestões: o crime organizado (Itália e Brasil) – A modernização da lei penal*. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 1995.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. Rio de Janeiro: Coleção Leitura, Paz e Terra, 1996.

MARCONDES FILHO, C. **A produção social da loucura**. São Paulo: Paulus, 2007.

MARCONDES FILHO, C. **Contra a banalização da violência**. X Encontro Latino-Americano de Faculdades de Comunicação, 24/10/2000.

MARCONDES FILHO, C. **O discurso sufocado**. São Paulo: Loyola, 1982.

MARCONDES FILHO, C. **Técnica da violência**: violência da técnica. Seminário Imagem e Violência. São Paulo, SP: SESC, 30/03/2000.

MARCONDES FILHO, C. **Televisão: a vida pelo vídeo**. São Paulo: Moderna, 1992.

MARCONDES FILHO, C. **Violência das massas no Brasil**. São Paulo: Global, 1988.

MARCONDES FILHO, C. **Violência política**. São Paulo: Moderna, 1987.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2003.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, livro I.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Edusp, 1974.

MENDRONI, M. B. **Crime Organizado**: aspectos gerais e mecanismos legais. São Paulo: Atlas, 2007.

MERTON, R. **Sociologia, teoria e estrutura**. São Paulo: 1968.

MICHAUD, Y. **A Violência**. São Paulo: Ática S.A, 1989.

MINAYO, M. C. S., SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências, Saúde**, IV(3): p. 513-531, nov. 1997.

MINGARDI, G. **Narcotráfico**: violência, criminalidade e corrupção. In: Pensar as drogas. Fórum de Ciências e Cultura da UFRJ, 1998.

MINGARDI, G. **O Estado e o crime organizado**. São Paulo: USP/Faculdades de Filosofia e Ciências Humanas, 1996.

MINGARDI, G. O trabalho da inteligência no controle do crime organizado. In: **Estudos Avançados**. Dossiê: Crime Organizado. São Paulo: USP, 2007.

MIRA Y LÓPEZ, E. **Quatro gigantes da alma**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

MONET, J. C. **Polícias e sociedades na Europa**. São Paulo: EDUSP, 2006.

MONTAIGNE, M. **Ensaaios**. São Paulo: Nova Cultural, volumes I e II, 1996.

MOORE, H. T. The changing nature of anthropological knowledge. In: Henrietta L. Moore. **The future of anthropological knowledge**. Londres, Routledge: cap. 1, p. 1-15, 1996.

MORAIS, R. **O que é violência urbana**. São Paulo: Brasiliense 1981.

MORIN, E. **O homem e a morte**. Portugal: Publicações Europa-América, 1970.

NAÍM, M. **Ilícito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NEGRI, A. **O poder constituinte**: ensaios sobre as alternativas da modernidade. Rio de Janeiro: Rio Nova Série. Antropologia, n. 56, 30 de abril de 1987.

NEWHAGEN, J. et al. The evening's bad news: effects on compelling negative television news images on memory. **Journal of Communication**. Philadelphia: Annenberg School Press, 42(2), p. 25-40, 1992.

NOVAES, A. (Org.). **Ensaaios sobre o medo**. São Paulo: SENAC, 2007.

PECAUT, D. **Trafic de drogue et violence en Colombie**: cultures & conflits. mafia, drogue et politique. Paris: Centre d'Études des Conflits; L'Harmattan, 1991, p. 141-56.

PEREIRA, C. A. M. et al. **Linguagens da violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

PINHEIRO, P. S. (org.). **Crime, violência e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PINHEIRO, P. S. (org.). **O Estado de Direito e os Destituídos na América Latina**. São Paulo: Núcleo de Estudos sobre a Violência, USP/SP, 2004.

PORTO, R. **Crime organizado e sistema prisional**. São Paulo: Atlas, 2007.

RAMOS, S., PAIVA, A. (org.). **Mídia e violência**: como os jornais retratam a violência e a segurança pública no Brasil. Rio de Janeiro: CESEC, 2005.

RAMOS, S.; P., A. (Org.). **Mídia e violência**: como os jornais retratam a violência e a segurança pública no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: CESEC, 2005.

RANCIÈRE, J. **Future of Image**. London: Verso Books, 2009.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 1996.

RANCIÈRE, J. O princípio de Insegurança. Caderno Mais, **Folha de São Paulo**, 2008.

RATTNER, Henrique. Personalidade e Identidade. Disponível em:
<G:\abdl\Programas\ProNord\Atividades\III TN jan 2002\caderno\HRattner> acesso em:
04/08/2007.

RICOEUR, P. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves S.A, 1990.

RICOEUR, P. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Seuil, 2000.

RICOEUR, P. **O si-mesmo como um outro**. São Paulo: Papyrus, 1991.

ROBERT, P.. **Sociologia do Crime**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

ROCHÉ, S. **Le sentiment d'inécurité**. Paris: Universitaires de France, 1993.

ROTKER, S. **Cities Written by Violence**. In: ROTCKER, S. Citizens of fear: urban violence in Latin America. United States of America: Rutgers, 2000.

ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Ática, 1989.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. **Praxis e violência**. In Filosofia da praxis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SANTOS, G. A. **Medo e exclusão social**: um estudo sobre a morte, o medo dos pobres e o medo de pobres. 1998. 282 p. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SARTRE, J. P. **Cadernos de Guerra**. São Paulo: DIFEL, 1985

SCHOPENHAUER, A. **Parerga e paraliponema**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

SCHUTZ, A. **Estudos sobre teoria social**. Buenos Aires: Amorrortu, 1972.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SHERER, K. R. **On the nature and function of emotion**: A component process approach. In K. R. SHERER & P. Ekman (Eds.), *Approaches to emotion* (pp. 293-318). Hillsdale, N.J.: Erlbaum, 1984.

SILVA, A. B. B.. **Mentes com Medo**: da compreensão à superação. São Paulo: Integrare, 2006.

SILVA, E. A.. **Crime organizado**: procedimento probatório. São Paulo: Atlas, 2003.

SODRÉ, M. **A comunicação do grotesco**: um ensaio sobre a cultura de massa no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1972.

SODRÉ, M. **A verdade seduzida**: por um conceito de cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1983.

SODRÉ, M. **O monopólio da fala**: função e linguagem da televisão no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1977.

SODRÉ, M. **Reinventando a cultura**: a comunicação e seus produtos. Petrópolis: Vozes: 1996.

SOREL, G. **Reflexões sobre a violência**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

SOUZA, F. HowStuffWorks - Como funciona o PCC - Primeiro Comando da Capital. Disponível em: <http://pessoas.hsw.uol.com.br/pcc4.htm> acesso em: 24 de novembro de 2008.

SOUZA, F. **PCC a facção**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SOUZA, P. **O sindicato do crime: PCC e outros grupos**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

SPINOZA, B. **Pensamentos Metafísicos**: Paris: Flammarion, 1998

SPINOZA, B. **Tratado Teológico-Político**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

STIRN, F. **Violência e poder**. Lisboa, Inquérito, 1978.

TASCHNER, G. **Folhas ao vento**: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

TEIXEIRA, M.C.S.; PORTO, M.R.S. **Violência, insegurança e imaginário do medo**. Cadernos Cedes, ano XIX, n. 47, dez. 1998.

VARGAS, J. **A espera do passado**: as transformações recentes de São Paulo vistas de seu epicentro. 1993. Dissertação (Mestrado). Universidade de Campinas, Campinas, 1993.

VELHO, G. (Org). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

VELHO, G. **A utopia urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973.

VELHO, G. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

VIDAL, G. O Movimento de Libertação das Mulheres Encontra o Homem Miller-Mailer-Manson, in: **De Fato e de Ficção**: ensaios contra a corrente. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1987.

WAGNER, H. R. (Org.). **Fenomenologia e relações sociais**: textos escolhidos de Alfred Schütz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

WAINBERG, J. A. **Mídia e terror**: comunicação e violência política. São Paulo: Paulus, 2005.

WAISBORD, S. Journalism, risk, and patriotism. In: Barbie Zelizer e Stuart Allan, op. NETO, Francisco Paulo de Melo. **Marketing do terror**. São Paulo: Contexto, 2002.

WARR, R., STAFFORD, C. **Fear of victimization**: a look at the proximate causes. *Social Forces*, n. 61, p. 1033 -1044, 1983.

WEATHERBURN, D., MAIKA, E. LIND, B. Crime, Perception and Reality: Public
WEBER, Max. **A política como vocação**. In: *Ensaaios de sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

WOLFSFELD, G. Media, protest, and political violence. A transaction analysis. **Journalism monographs**, nº 127, junho de 1991.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZALUAR, A. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Revan e UFRJ, 1994.

ZALUAR, A. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. In: **Estudos Avançados**. Dossiê: Crime Organizado. São Paulo, SP: USP, 2007.

ZIEGLER, J. **Senhores do crime**: as novas máfias contra a democracia. Rio de Janeiro: Record, 2003.

APÊNDICE A

Entrevistas

Personagem I

Data: 18 de novembro de 2008

Início da Entrevista: 11h15min

Encerramento: 12h06min

Formação: Jornalista

Função que exerceu em junho de 2006: Assessora de imprensa da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo

O que você entende por crime organizado?

Pelo o que aprendi, o crime praticado pelo PCC não é organizado, em primeiro lugar. Embora essas facções tenham e sigam regras, elas acabam nos levando a pensar que existe certa organização, ou seja, uma hierarquia. Então funciona, porque senão funcionar com essa hierarquia que existe, a pessoa é punida, severamente, muito diferente do lado de cá. Então eu não acredito que o crime seja tão organizado. Eu acho que é uma facção que se especializa, e por ter aquele líder, eles obedecem, e se não obedecem são punidos. Então assim, entre eles se diz crime organizado.

Como você entende esse crime organizado, ou desorganizado, no contexto nacional, desde a sua formação até hoje, pelo o que a gente pode acompanhar na mídia?

Na verdade, quem poderia esclarecer um pouco melhor o pensamento do criminoso, é um criminólogo, que na verdade no Brasil nós não temos essa função. Um deles é um grande amigo meu, que faz um estudo do crime, pra onde ele migra, qual é esse raciocínio. Dentro desse estudo ele mostra porque que no verão as pessoas assaltam mais carros, por que do aumento dos crimes passionais ocorrem em período de carnaval e etc. Então, assim é muito mais fácil para um estudioso entender o que passa pela cabeça de um criminoso. Na verdade, a minha impressão é assim: atender a imprensa nos acontecimentos realizados por esses criminosos. Então, por que eles realizam? Coisa muito particular. Agora, o fato é que eles se mantêm das drogas, das armas, para poder fortalecer cada vez mais, e arrebatam mais integrantes. Fazem trabalhos sociais, do tipo, pagar a faculdade pra um menino da favela, para ele ficar eternamente ligado e essa gratidão à eles, e ter mais gente envolvida, apoiando e

defendendo isso. Então, é muito pouco o meu conhecimento em relação ao pensamento, a cabeça de um criminoso, como é que ela funciona.

Você se recorda, ao trabalhar na Secretaria de Segurança Pública, da primeira vez em que você ouviu falar do PCC?

Na verdade a primeira vez que eu ouvi falar do PCC, foi quando eu trabalhava no SBT, e lá houve um programa que tinham supostos integrantes do PCC, que ameaçam algumas celebridades. Fato que levou a justiça, enfim, a um longo período de investigação. Naquela época, surgiam às rebeliões na cadeia, apareciam o nome dos primeiros líderes dessas facções e então, aconteceu aquilo, foi quando eu tive meu primeiro contato. Na verdade costumavam brincar sempre que no SBT eu vivia o PCC de mentirinha e na Secretaria de Segurança Pública o PCC verdadeiro, aquele terror que todos nós vivenciamos na cidade de São Paulo, que ficou praticamente vazia, num momento em que a própria mídia se responsabilizou em levar para a casa das pessoas, através do rádio, da televisão, da internet, o quão grave era aquele momento. Exagerando, claro, em vários momentos, que depois alguns veículos tiveram até que se retratar, porque gerou medo, pânico. Podemos dizer que as pessoas se fecharam e a cidade ficou vazia.

Você se sentiu vítima ou telespectadora desses ataques?

Vítima, muito vítima. Porque, enquanto a gente ouvia falar dos crimes, e das lideranças criminosas, o dono do morro, era tudo relacionada ao Rio de Janeiro. Em São Paulo tem crime, claro, se você fizer o traçado da população, você vai ver que é uma quantidade grande. Porém, nunca vivenciado dessa forma. Naquele momento que aconteceram aquelas sucessões de fatos, eu me senti desprotegida, eu me senti vítima, eu me senti entristecida ao ver a cidade de São Paulo daquela forma. Eu encerrei meu dia por volta da meia noite, não tinha almoçado, não tinha dormido, parei, sabe, e aquela sensação eu nunca vou esquecer: O que está acontecendo? Por quê? Qual é o foco disso? Aonde pretendem chegar? Na verdade, nada mais é do que a disputa de poder. O Estado é o grande responsável. Quando você tem todo o aparato do Estado que te possibilita o uso da violência por meio dos defensores, os policiais, surge uma sensação de segurança. Por isso que a gente tem a falsa idéia do crime organizado.

O que você entende por PCC?

Eu acho que essas siglas têm e vêm, a ser cada dia mais expressiva pra esses bandidos e, por isso, eles escolhem. Eles tinham várias denominações que eu não me recordo agora. Mas o que marcou pra gente foi o PCC. Elas surgiram de um aprendizado de muitos anos atrás, quando

passaram a conviver com os criminosos políticos, vamos dizer assim, que eram a verdadeira inteligência dentro dos presídios. Tudo é uma lição. Quando o professor é bom, o aluno vira espetacular. Então, o que eu imagino é assim, em algum momento, eles foram estudar, você vê aí, esse Marcola, os livros que leu, então assim, foram se especializar porque em algum momento tiveram a referência de um mestre.

Você acredita nessa intelectualidade, tanto do Marcola, quanto de outros criminosos?

Eu acredito na inteligência humana. Você deve ter um amigo da sua juventude que escolheu um outro caminho, e não o seu. Pode ser um caminho do bem e pode ser um caminho do mal. Aquele que escolheu do bem, ele foi se especializar. Hoje a gente esta aqui conversando porque você trabalhou a sua inteligência, você foi evoluindo, e foi descobrindo temas que te satisfaçam, que satisfaçam, assim você vai evoluindo, pesquisando, estudando, e isso te dá prazer, isso te realiza e isso contribui pra sua inteligência. Porque é a partir dela que você vai abrir esse leque de aprendizado. Tudo isso porque é um anseio do ser humano, aprender. Você desenvolve sua inteligência ampliando seu conhecimento. O outro desenvolveu a inteligência dele sendo um dentista, e buscando pesquisas. O outro, por fatores sociais, ele acabou resolvendo ir para um outro lado. Formação, aí a gente pode dividir: formação familiar, educacional, etc. O que foi mais forte pra ele? Se for a educação familiar, naturalmente ele se dirigiu. Eu acredito muito na educação no berço, que te força, que te empurra, pra um caminho. Quando o caminho que você encontra ao longo da vida, é um caminho que ele é mais forte do que você aprendeu lá, a tendência é você ir pro imaginário e não pelo racional como você aprendeu. Então, eu acho assim, que a inteligência ela é possível em todos os seres. Por que ele pratica um crime? Por que a pessoa, dentro de um presídio, continua raciocinando como a ampliar? Porque é da inteligência dela, porque ela acredita que ela pode. Portanto se você acredita que você pode, você continua trabalhando, pesquisando, você acredita que pode concluir esse trabalho. Você vai continuar pesquisando, vai continuar elaborando, então assim, é o que eles pensam. A única diferença é que eles estão já cumprindo uma pena, por alguma coisa que fizeram, acreditaram, mas que não era correto. Essa é a diferença.

Diante disso, você acredita que os ataques foram, e podem ser considerados, um ato de inteligência?

Acho que quando você faz o uso da violência sem o aparato, sem ser pra sua defesa pessoal ou da comunidade, como alguns policiais militares, que ele tem que se defender, não posso acreditar que seja uma inteligência, é uma “desinteligência”.

O que o PCC ganhou com isso?

Eu não vi o foco até hoje, eu desconheço, onde eles queriam chegar com aquilo. Até hoje as pessoas não sabem dizer, por quê que eles fizeram aquilo, o quê eles queriam com isso. Mostrar poder? Força? Mas eles destruíram a própria organização deles, naquele momento. Então quando eles tentaram usar isso, pensando que fosse o uso de inteligência, vamos dizer assim, eles pensaram nas conseqüências também, eu acho, só que eles não imaginavam que fosse assim, tão pesada.

Gostaria que você fizesse um paralelo entre dois momentos: O que foi o impacto do PCC antes dos ataques para sociedade, e que eles representam hoje?

Olha, foi um momento muito triste pra nossa sociedade viu. São Paulo vivenciou nas várias cidades, nas várias ruas, um clima de guerra. O clima de guerra existe o ataque e contra-ataque, e todas as pessoas foram pegadas de surpresa, os policiais no momento em que estavam na sua vigilância, foram atacados. Então foi um momento muito triste que marcou a população pelo medo, pelo pânico, e até hoje as pessoas quando se recordam ficam apavoradas. É, acho que nessa semana, voltou a mídia alguma coisa do Marcola, não sei te dizer exatamente o que era, porque eu pretendo me distanciar um pouco deste tema, que não tem nenhum glamour, não te agrada. Então eu acho que pra trabalhar com essa matéria-prima, tem que ter um começo, meio e fim, e eu finalizei isso, porque não era gratificante continuar conversando com jornalistas com essa energia do crime. O quê que significa isso? Significa que cada vez que o jornalista olha como é que foi um crime, você começa a falar isso com uma calma, como se fosse algo natural. Então você começa a conversar, e aquilo vai passando a fazer parte do seu dia-a-dia, e que não é benéfico pra sua você, pra sua saúde, então assim, você tem perder tempo determinado pra entrar no período sabático em relação à isso. E isso marcou muito, eu acho que não só a mim, mas a população toda. Foi uma coisa assim, horrível. E até hoje quando se ouve falar PCC, dá aquela sensação ruim, mas graças a Deus passou e está sob controle. É essa a sensação que eu tenho.

O Estado, ele está preparado para combater o PCC?

Eu não tenho condições de te responder essa pergunta. Porque, isso depende muito do trabalho do dia-a-dia, das condições financeiras. Por exemplo, a verba do governo que vai para as policias, para elas poderem fazer as escutas, para realizar seus trabalhos, da mão-de-obra especializada. Então, eu acredito, que dá até pra se afirmar o quanto que eles tentam evoluir. Só

que o criminoso também tenta evoluir, cada vez que se descobre uma nova tecnologia. Vamos dar um exemplo: cada vez que se descobre um alarme, um anti-furto, o bandido já descobriu como é que ele vai driblar isso. Assim, eu acredito no serviço de inteligência da polícia, acredito que é possível, que ela passe na frente dos bandidos até porque, não só o preparo dela em combater o crime, ela tem que estar especializada pra isso. Agora, como que a gente pode afirmar se ela está preparada? Ela não estava preparada para os ataques do PCC? Foi pega de surpresa e aconteceu tudo aquilo. Então é assim, teoricamente esta preparada sim.

Você acredita numa ideologia do PCC? - O que é ideologia do PCC? Não sei te dizer. O que é ideologia do PCC? O que eles querem?

Seria o consumo pelo consumo?

A única coisa que a gente consegue entender é o início da carreira criminosa, quer seja na infância, na adolescência, aqueles meninos, eles querem ter o poder. Como é que eles vão ter o poder? Como é que eles vão ser destacados dentro da favela, ou qualquer outro lugar que eles convivem? É, primeiro lugar, roubando as coisas que as pessoas admiram: é o tênis, é a carteira, a mochila, etc. E a outra coisa, é através do respeito, ele consegue através desse medo que ele provoca na equipe, e aí ele vai montar carreira ascendente, ou talvez sejam, fatores da sociedade que influenciam a pessoa a chegar a ser o líder, de um bando criminoso.

Como você enxerga o medo no PCC e na sociedade?

O medo no PCC eu não saberia te descrever, o que me dá a impressão de que a partir do momento que a pessoa entra nesse mundo, o medo tem uma conotação muito diferente do nosso medo, é algo muito diferente, não tem comparação. Nós não temos condições nem capacidade de pegar uma arma e andar por aí com ela. Eles, já estão desprendidos desse medo, dessa precaução. Eu tenho pavor de arma. Ao me aproximar de uma arma, eu já acho que aquilo pode provocar alguma coisa desagradável, eles não. Então assim, não dá pra comparar, porque acho que só um estudioso mesmo, poderiam entender o que passa na cabeça, porque os medos deles, as metas, são muito diferentes das nossas. E como eu não sou uma estudiosa do crime, na verdade, eu tive uma experiência, uma passagem de ter como matéria-prima, pra passar pros jornalistas, o mundo do crime. Complicado. O mundo do crime, as ações da polícia, é claro, das polícias: da civil, militar, o instituto do médico legal, serviço de criminalística. Então a análise que dá pra fazer, é que é um mundo muito diferente do nosso.

Você acredita que os jornalistas estão preparados pra noticiar esses fatos? Sejam de organizações ditas criminosas, sejam da própria mentalidade de crimes hediondos?

Eu acho que o jornalista é um generalista. Ao mesmo tempo, quando ele começa a carreira dele, ele vai para um salão de automóvel e não entende nada de motor, é obrigado a falar das novidades. Então ele é pautado e vai lá e busca o que ele acha. Assessoria de imprensa é que passa grande parte das informações e dá uma peneirada. É isso, isso e isso. Fechou a matéria e mandou. Aí, a próxima matéria dele vai ser uma medida do governador. Então ele não tem nem noção porque o governador está tomando aquela decisão, o quê impulsionou, que estudo foi feito. Ele pode ter conhecimento da leitura, mas da pesquisa não. Então é muito complicado. Ele é um generalista porque ele tem uma noção de tudo que ele vai fazer, e tudo que ele se aproxima para o trabalho, quer seja uma cirurgia, uma tecnologia. Então, ele tem que ter noção, mas ele nunca tem o profundo conhecimento. Aí, tem os jornalistas que são aqueles de setores. Alguns deles pesquisam, chegam a publicar livros, porque se dedicam profundamente e, essa dedicação de pesquisas, às vezes são publicáveis e esperam muitos anos para se transformar em livro. Esses são os que conseguiram se dedicar e abdicar horas e horas de sono pra estudar, esses tem muito mais embasamento. Ao contrário da maioria que vê o fato nu, da forma que esta se enxergando, retratando, imaginando os seus medos, de um ser humano, de um cidadão, colocando ali em cima, se exaltando com tudo aquilo, e passando pro telespectador, pro ouvinte, pro leitor. E o outro, que já é especializado, ele vê o fato, ele busca os por quês disso, faz as ações, faz as punições. Por que se chegou a isso? Então assim, é uma pessoa que vai buscar mais informações. Então, poucos são preparados. Minha opinião.

Eles têm noção do medo disseminado pela população, formando uma cultura do medo?

Eu observo que os repórteres que cobrem polícia, gostam de cobrir. E eu não sei te dizer por quê. Não sei se é pela proximidade com as autoridades, pelo número de fontes que conquistam, e aí realizam o trabalho mais tranquilo, pela meta do dia-a-dia de trazer um “furo” pro jornal. Então assim, eu não sei te dizer exatamente, eu me lembro do meu período de repórter de televisão, que cada dia que vinha uma matéria de polícia eu trocava com um repórter, que era um grande amigo que estava começando na área, e que hoje é um repórter de polícia do *Jornal Nacional*. Ele seguiu essa carreira e a paixão dele era essa. Eu estou falando aqui e me lembrando muito dele porque ele tinha um prazer. Se o mandasse fazer uma matéria sobre uma descoberta, um prêmio Nobel, uma estréia de um grande espetáculo, João Gilberto se apresentando; ele dizia “Ah não, isso não é comigo não”. Agora, uma matéria de crime, era com ele. E você via que era a meta dele. Ele foi, estudou e se dirigiu a isso. Agora eu não sei o

quê que move a pessoa a isso. Exatamente assim, o que leva a escolher. Assim como fica fácil pra você definir quem escolhe cobrir o mundo da moda, o lado fashion: uma identidade. Este repórter até hoje mora em Itaquera. Itaquera é um dos bairros mais populosos de São Paulo. Índices de criminalidade alta. Então eu não sei se era uma forma de se proteger, de ser respeitado, ou aquele convívio que impulsionou. Isso eu estou te contando coisas de 15 anos atrás, sei lá, talvez até quase 20, enfim. Essas pessoas que escolhem esse mundo, ou elas acabam sendo colocadas ali. Percebem que todo policial quer mostrar que ele trabalhou, é uma obrigação dele proteger, é uma obrigação dele combater o crime de um assaltante, prender. Mas ele não só está contente com a realização do trabalho dele, ele quer que as pessoas reconheçam. Todo mundo, não só o policial, Todo mundo quer ser reconhecido pelo trabalho que faz. Aí, a primeira coisa que ele faz é pegar o telefone e ligar para um jornalista. Quanto mais fontes esse jornalista tem, mais matérias também. Vai ter um leque de 10 matérias por dia pro editor dele olhar e falar “É, então vamos investir”, “Então vamos escolher essa”, e aí vai. O policial civil é a mesma coisa. Ele faz uma grande apreensão de drogas, e põe até o número da equipe dele e tal, com as munições, escreve. Tem orgulho em realizar aquele trabalho, é a obrigação dele fazer aquilo. Mas é um triunfo, que é natural para todos os seres humanos. Eles querem ser reconhecidos pelas coisas que fazem. Médico é a mesma coisa. Cirurgião é a mesma coisa, enfim. Um grande feito, “eu opereí”, ou aquela plástica dentária, entendeu? Enfim, cada um quer mostrar, o seu grande feito, e ser reconhecido, e assim é com eles também. Só que tem uma diferença: Um médico que fez uma belíssima cirurgia de coração em um paciente, a alegria dele é o paciente estar vivo, ser reconhecido pela família. Pela família, um grupo de pessoas do hospital. Então você vê, é um público menor. Enquanto que, essas ações da polícia, quando eles levam pra mídia, a gente se lembra de casa, o que aconteceu lá do outro lado, em Fortaleza, entendeu? Por quê? Porque teve o uso da mídia pra ampliar isso. Então assim, eu não sei se existe tanto medo do repórter de polícia quanto do cidadão comum.

Esses profissionais, eles têm dimensão do impacto das matérias publicadas?

Ah tem. Agora, você tem que avaliar duas coisas: o repórter, como o próprio nome diz, está ali para reportar fatos. Ele acaba passando o que vê e as declarações que tem, de acordo com a coleta desses dados. Diferente de um programa de televisão, ele veio de uma carreira de repórteres, e como é um apresentador, precisa fazer audiência. Então aí, é um outro enfoque. Ele não tem comprometimento com o delegado, coronel, etc. Ele não está em campo. O comprometimento dele é com a audiência, porque alguém patrocinou o programa e ele precisa dar audiência, porque senão o dono da TV vai falar “Olha, esse programa, vamos diminuir o

tempo, vamos tirar do ar”. Aí, em muitos casos, esse apresentador exagera. Isso não é um privilégio de emissoras pequenas. Todas tem isso. De cometer deslizes, principalmente quando está se fazendo um programa ao vivo de grandes coberturas. Então exagera. Eu me lembro da época do PCC, quem acabou provocando o pânico maior, foi a *TV Record*, que depois se desculpou. Depois foi a vez da *Rede TV* à noite. Então assim, cada emissora com seus programas e apresentadores ao vivo, buscam a audiência e cometem exageros. Agora, por outro lado, cometeram exageros sim, mas a nossa situação era muito diferente. Nos ataques do PCC ficamos com muito medo, como era uma situação nova a gente não sabia em quem acreditar, estou falando enquanto espectadora, não dava pra saber se o que o repórter estava falando era verdade ou ele estava aumentando. Agora, quem estava envolvido, tendo conhecimento não do fato em si, mas do levantamento de estatísticas dos acontecimentos exageravam na divulgação. Diferente do que estar ouvindo ou vendo, você tem todo um campo para avaliar se realmente aumentaram. Depois tiveram que se retratar, como aconteceu no mesmo dia. Você precisa ver o comprometimento de cada profissional e qual é a intenção. Cada um tem sua meta a cumprir, mas tem um peso nessa meta que se chama *status*.

No período em que você estava como assessora, existiu distorção nas informações passadas aos jornalistas?

Olha, foi a experiência mais interessante em termos de divulgação de assessora de imprensa, pois quando esses ataques aconteciam, simultaneamente em vários lugares, os repórteres ficavam sabendo antes de nós. Por exemplo: houve um ataque em Sorocaba, a TV, o rádio, tem a comunicação da polícia, por isso ficavam sabendo primeiro. Enquanto a equipe ia pro local pra cobrir, a redação da TV ligava pra secretaria, pra perguntar mais detalhes. Aí o que acontecia, eu acabei formando uma rede: “Ó, qualquer suspeita que vocês tiverem, mesmo antes de mandar a equipe, me liga que aí eu peço no setor de comunicação da polícia para checar, diretamente no local”. Então, a informação no primeiro momento vinha ao contrário. Não era exatamente a gente que divulgava o que tinha acontecido, era a imprensa mostrando “Olha, foi atacado, foram atacados tantos ônibus, foi atacado uma base. Quando eles nos traziam isso, a gente checava, e aí a informação vinha: Foram tantas pessoas, ninguém foi atingido, foi só o patrimônio que quebrou. Assim, constituiu-se uma rede de trabalho maravilhosa, e todos comovidos com aquele momento. Foi assim, uma união, uma força de trabalho, eles trazendo pra gente e a gente fazendo planilhas, de cada lugar, e uma equipe ia checando tal lugar, pra poder ter a informação. Não houve distorção nesse momento dos

acontecimentos. Aí depois, claro, passaram a chamar “especialistas”, repetir as imagens na TV várias vezes, e a dimensão dos fatos foram aumentando gradativamente.

A sociedade estava preparada para receber as informações a respeito dos ataques?

Ninguém estava preparado. Nem eu, nem você, nem ninguém. Nem o governador, nem o secretário. Ninguém estava preparado. Nem a própria polícia. Tanto que a polícia tem toda estrutura, mas foi pega de surpresa. Enquanto se imaginava na hora, está todo mundo trabalhando. Pra você ter uma idéia, eu me lembro de uma vez que um jornalista falou assim: “Mas a polícia vai colocar policiais militares uniformizados ou à paisana dentro dos ônibus? Se eles estavam sendo alvos de ataque”. Na verdade eles estavam indo nos ônibus pra dar segurança para o usuário. Todo mundo achou que se o policial vai de uniforme trabalhar, ele é alvo de ataque. Aquelas pessoas em volta deles estão em perigo. Então, acho que ninguém estava preparado, é uma coisa muito triste.

Você acredita que a mídia tenha manipulado o PCC, ou o PCC manipulou a mídia nos ataques?

Acho que nem um, nem outro. Acho que houve, por parte da mídia, ao longo do tempo, um aproveitamento da situação. Se você parar pra avaliar, esse ano a gente passou a metade do período falando na “*Família Nardone*”. Metade do ano todo mundo comentando e você ouvindo. Você ligava a sua televisão, seu rádio e era só isso. Que coisa mais chata do mundo, aquela sensação, o que aquela família passou, enfim, e você ter que rebolar toda hora, pois tinha aquele episódio: vai ser investigado isso, vai ser feito aquilo, vão pra cena do crime. E agora no segundo semestre, é o caso da menina *Eloá*. Estou tentando cada dia mais me distanciar, a menina seqüestrada pelo namorado. Eu acho assim, em alguns momentos a mídia de audiência sobe porque as pessoas querem ter conhecimento, e a imprensa então atende esse anseio, essa expectativa. É o que passa “glamourizar”, entre aspas, o mundo do crime. Às vezes em algumas matérias, eles querem mostrar como foi feito. Então, não é que a mídia dá um destaque além do que deveria, não. Ela acaba “glamourizando” o assunto, que não é nem pelo repórter, é pelo editor. A própria audiência puxa. Pra você ter uma idéia, quando a filha do Silvio Santos foi seqüestrada, em que o seqüestrador entrou na casa dele, o governador Alckmin foi até a casa. Aquele dia, eu olhei a audiência, a Globo nunca teve uma audiência naquele horário, que é horário de desenho, programação infantil, antes do almoço. Eles entraram ao vivo de lá, começaram a mostrar direto com os repórteres. Então, ela teve uma audiência nunca vista na historia da TV transmitindo isso. Quem saiu ganhando com isso? É,

foi uma comoção imensa. Muitas pessoas admiram o apresentador Silvio Santos, o empresário Silvio Santos, mas assim, todo mundo acompanhou e ficou sensibilizado. Quem ganhou foi a Globo com a audiência. Enquanto o próprio SBT se manteve. “Não, vamos manter a programação normal”. Até a hora que chegaram à conclusão “Não, agora não tem mais risco, já está tudo certo, pode passar”.

Nós acompanhamos a mitificação do Marcola. Hoje nos parece, que muita gente tem uma identificação com esse tipo de pessoa. Você acredita que a comunicação e a própria mídia ao “glamourizar” todas essas notícias têm culpa?

Não sei se é uma culpa. Eu acho que os seres humanos têm que ser admirados sim, pelos seus feitos. Quando você faz uma coisa boa, maravilhoso! E quando você faz uma coisa que não é boa, pra você, pra população, pra sua vizinhança, não tem porque ser admirado. Se não é bom, por que vai ser admirado? Aí, qual é a intenção da mídia? É mostrar quem é esse cara que esta fazendo tanto mal. Nesse percurso de mostrar quem é esse cara, começa a mostrar que ele tem inteligência. É o que eu falei lá trás, todos nós temos inteligência. Todos nós temos. Basta você canalizar para onde você quer isso. Mostra que o cara leu um livro qualquer quer dizer, qual a importância? Você pode pegar matéria com moradores de rua, grandes intelectuais, que estão ali e que já leram muita coisa. O engraçado é que ninguém tem interesse em mostrar o que esse cara fez. Por que? Porque ele não fez, não tem um grande feito de conhecimento, nem do bem e nem do mal. Então assim, nessa ansiedade de mostrar quem é esse cara que esta fazendo tanto mal, acaba mostrando esse tipo de coisa. É a mesma coisa que mostrar como se faz pra roubar um carro. “Toma cuidado, porque eles agem assim, assim e assim”. No momento em que você está lá, explicando didaticamente como eles agem, você está formando mão-de-obra de bandido. Então é assim, isso cria uma identificação. Não sei se seria a palavra correta identificação, mas as pessoas começam a dizer: “poxa, ele lê, num país onde ninguém tem dinheiro pra comprar livro, mas ele lê, olha o livro que ele está lendo”. Nem sabe do que se trata, que livro é, mas admira porque o cara lê.

O PCC é admirado e respeitado em muitas comunidades carentes, a que se deve esse feito?

Olha, falar que o trabalho deles é bom, não dá. Que aí a gente estaria generalizando. Tomar algumas ocorrências, por exemplo, distribuir comida na favela, cesta básica; essa é uma obrigação do Estado, cuidar da sua população. Gerar trabalho, gerar possibilidades de sobrevivência, gerar creche, gerar merenda; essa é uma obrigação do Estado. E aí que

percebemos uma grande falha. O que o PCC faz é ir lá e ajudar. Agora se você analisar o que eles ajudam, aquilo não é nada. Para quem é bom aquilo, se sair de cena isso, alguém vai chegar ali e vai atuar, e esse alguém pode ser do bem, pode ser uma associação, uma instituição, aquelas pessoas que entregam sopa, que entregam cesta básica, alimento não perecível, ou seja, alguém vai olhar. Só que o que acontece, eles percebem esse buraco. É uma forma de estar trazendo pessoas que seriam eternamente gratas a eles. Alguém é bom? Não, eles estão usando já essas pessoas. Bons como? Essas pessoas que recebem os benefícios do PCC devem estar envolvidas de alguma forma e tem que pagar um preço. Uma mãe que vê o filho estudando direito! Quem não quer o filho com estudo, formado doutor, enfim. Ela deve ter uma eterna gratidão. Agora, a que preço?

Você acredita que a família, ela tem um papel fundamental para o PCC?

Família! Eu acho que eles trabalham com as dificuldades da sociedade.

A que se deve o sucesso da comunicação dentro dessa organização?

Não sei se eles têm sucesso nessa rede de informação. Porque eles mais perdem esses integrantes, do que eles ganham. Tanto que eles tão enfraquecidos, eles tentam formar uma nova mão-de-obra, mas eles acabam perdendo. E eu acho que se perde exatamente pela comunicação errada.

Se nós fossemos, até relevar o que muito da mídia disse, é possível um homem parar um Estado com um celular?

Não acredito. Não acredito.

Como você percebe a comunicação do PCC?

Olha, como eu nunca gostei de fazer matéria de crime, eu entrei poucas vezes em presídio, mas entrei. Entrei no antigo Carandiru. Lá dentro é um outro mundo, é um outro universo. A gente não tem noção do que eles são capazes, a manobra entre eles e o mundo que a muralha cerca. Então, o celular é o desastre, é o desastre. Por que é o desastre? O Estado solicita a Embratel que intercepta o sinal naquela região. Gera um desconforto pra vizinhança, que fica sem o sinal. A vizinhança entra com processo contra a Embratel, que quer ser ressarcida! Aí o quê que acontece, é preciso construir presídios que se adequem as condições necessárias sem prejudicar a população. O Estado tem dinheiro suficiente pra poder preparar todos os presídios assim?

Existe a luta do Estado para colocar o preso no lugar de preso. Então assim, é que eles conseguem ter uma comunicação.

Como você vê a morte pra um presidiário, ou mesmo pra um criminoso?

Eu acho que a morte ela é igual para todos nós. O medo é que modifica. O medo da morte para quem quer viver aqui fora, quem quer realizar muito, pode ser grande. Agora, o criminoso que já colocou a vida dele em risco, quer dizer, ele já teve próximo a morte no momento em que pega uma arma e vai trocar tiro com alguém. Só que pra eles, o medo, deve ser diferente. Não é que o medo deve ser diferente, veja bem, o “botãozinho” que dispara o medo na gente, tem mais intensidade, do que o botão que dispara o medo neles. O criminoso que esta dentro do presídio, por exemplo, já sabe que tem que cumprir não sei quantos anos, é a pena dele. O que ele vai perder? Ou ele tem que ser um preso com bom comportamento para cumprir uma pena mais leve, ou seja, cumprir apenas uma parte, ganhar liberdade e começar de novo. Recuperar preso eu acho que é uma coisa que não existe. É muito raro. Dá pra contar os casos. Eles ficam ali, vivenciam, aprendem muitas coisas no mundo do crime. Este aprendizado faz com que eles tenham uma nova oportunidade no mundo do crime.

As oportunidades também, nesse meio, são maiores do que a própria sociedade oferece?

Do preso? Acho que não. As oportunidades para a realização do crime é ele quem cava. Porque, na verdade o assalto, o furto, etc.; acontecem por um único fator: a oportunidade. Então nós damos as oportunidades para eles. As nossas oportunidades são muito maiores, em todos os sentidos do que a nossa. Já pensou ficar 24 horas sem fazer nada. O que eles deveriam ter, na verdade, é uma outra linha de raciocínio. Quando deixa de cumprir uma pena, que saiu de uma prisão, eu acho que o que eles tinham que ter, ao longo deste período, um encaminhamento para recomeçar aqui. O que não acontece. Ah, tem preso que trabalha que faz algo, que costura, não sei o que, na oficina. Isso é um terço.

Qual a maior dificuldade do Estado para combater, não só o PCC, mas as outras organizações criminosas?

Dificuldade! Eu acho que o Estado é preparado sim. Depende agora, de recursos para que se trabalhe à cada dia mais. É uma busca incessante, você vê, cada governo que entre e diz “ Eu vou dar tanto de recurso pra tal pasta, tal, tal”. Todos querem contribuir, mas nem sempre é possível realizar a contribuição. Então assim, acaba ficando na promessa.

A continuidade política atrapalha esse processo?

Acho que às vezes sim, às vezes não, depende muito da vontade da política do partido.

A mídia ajuda ou atrapalha o governo no combate ao crime?

Eu acho, no geral, que ela ajuda, porque também é um agente fiscalizador do trabalho, das realizações, se cometeram exageros, se não cometeram exageros, tanto na atitude do governador, na briga da polícia civil e militar na porta do palácio, etc. A função é ajudar. Só que dentro deste auxílio, você tem que contar com todos os egos, que acontecem. Existem várias coisinhas que vão compor essa área. Mas no geral, ajuda.

Personagem II

Data: 18 de novembro de 2008

Início da Entrevista: 16h37min

Encerramento:

Formação: Padre

Função que exerceu em junho de 2006: Coordenador da Pastoral Carcerária da Arquidiocese de São Paulo

Qual seu entendimento sobre crime organizado?

De duas formas. Primeiro, nós temos o crime organizado das grandes organizações mundiais que mobilizam, segundo o próprio Ministério da Justiça, ou melhor, a Polícia Federal, em palestra realizada em Brasília semana passada, 25% da economia mundial está nas mãos do crime organizado. O que nós temos aqui no Brasil, em nossas penitenciárias, chama-se a “Delinquência Organizada”, que é a base, que é o soldado raso, do crime organizado.

Quando foi a primeira vez que o senhor ouviu falar sobre a facção PCC?

Olha, nos trabalhos realizados no Carandiru, em que eu já atuava também na pastoral carcerária. Quando eu comecei a atuar, se comentava vagamente, já no ano de 98, da organização, do pessoal se organizando. Mas antigamente, como esta facção vem posterior a “Serpente Negra”, que foi a primeira aqui do Estado de São Paulo, era a mais comentada, principalmente depois que se juntou com a “Falange Vermelha”, do Rio de Janeiro. Depois começou a se comentar aqui no Estado de São Paulo, a Seita Satânica, que também antecede a estrutura do PCC.

Como funciona esta organização?

Nós podemos analisá-la primeiro na parte interna de uma prisão, depois na cidade, depois em termos de redes. Ela funciona como estrutura hierárquica de uma empresa. Na base se encontram os chamados “Faxinas”, aqueles que estão dentro dos presídios, nas alas, que tem um contato direto com a procuração carcerária. Depois deles tem os “Pilotos”, o piloto, em cada presídio, tem aquele que é o responsável pelos “faxinas”, ou então ele é o negociador, como também pode ser o juiz de cada unidade, onde toda ação interna entre os presos existentes em termos de conflito e de briga, só pode ser resolvida com a palavra final dessa pessoa. Depois temos os “torres” aqui fora. Até chegar ao alto comando desse gerenciamento, no nosso entender hoje, são as pessoas que ocupam os cargos superiores, ou líderes. É uma

peessoa que está a frente, além de possuir por volta de 6 pessoas ao seu lado. Para o planejamento estratégico, existem algumas pessoas certas pra isso. Outra função é o comunicador, que faz a parte da comunicação. O estratégico analisa, discute e compra projetos de outra pessoa que trabalha na elaboração estratégica. São grupos de pessoas que fazem isso para vários grupos no país, e também enquanto eles precisam. Essa estrutura é bem definida: a posição, os cargos e a função de cada um. Um não pode invadir o espaço do outro. Dentro dessa hierarquia, se alguém fizer alguma ação sem consultar o comando superior, é punido normalmente com a morte.

Qual é o papel da comunicação nessa estrutura?

Temos dentro da hierarquia, da estrutura, uma pessoa que é responsável pela comunicação. Por exemplo, toda ordem parte dessa pessoa, para rua, ou mesmo para outros presídios. Então uma pessoa que é responsável da comunicação possui papel essencial. Ela consulta, vamos supor, quem está a frente do comando geral nunca fala para a rede interna nem pra rua, passa por ela. A prova disso se deu, assim, algo bem expressivo, quando houve a negociação dos ataques de maio, no Estado de São Paulo, quando foi um grupo da Secretaria de Segurança Pública, e o Diretor do Presídio Presidente Bernardes, falar com o comando. Na hora o comando disse: “Eu não me comunico com as pessoas, eu só falo com a minha família”. Então, vamos chamar aqui dentro da reunião quem é responsável pela comunicação. A pessoa veio e participou da reunião também, e pelo celular ligou para as pessoas internamente ou externa dos presídios.

Pode-se falar então Padre, que o estado de São Paulo, no mês de maio de 2006, parou por causa do celular. Isso é uma colocação que a mídia diz, que o Marcola, na verdade, ele parou o Estado. O senhor acredita que isso seja possível?

O celular foi um dos meios de comunicação. Não foi só o celular. Houve, como isso é comprovado, como nós temos o material que foi produzido na época, o livro “os Crimes de Maio”, lançado pela Condec, que é o melhor relato dos crimes de maio, em termos de laudo médico e de todas as pessoas, das equipes que atuaram de forma direta, como: Ministério Público, Defensoria, etc, uma análise mais científica do que aconteceu. Então o celular foi um dos instrumentos usados.

Padre, o que está por trás dessa comunicação nos presídios?

Eles têm hoje várias formas de comunicação, e também códigos de comunicação. Por exemplo, até as cartas que entram dentro das unidades. Quem olha assim, com olhar rápido, não percebe nada de estranho. Mas ao ver as cartas, praticamente há códigos, palavras do meio que tem outra leitura interpretativa. Temos as comunicações feitas por quem visita. Então, existe toda uma rede aí que apóia essa comunicação. E outra coisa, eles tem um grande tempo pra estudar, pra elaborar, criam também técnicas de comunicação constantemente novas. A última que eu vi, que me surpreendeu, é usada em países em guerra, a utilização de códigos de comunicação. Hoje muito usada em presídios aqui em São Paulo.

Existe ideologia no PCC?

Olha, seria bom dizer se você vai tratar só dessa facção. No estado de São Paulo existem mais 12 facções atuando. Eu creio que se forma uma ideologia até como uma necessidade de manter os membros, até de cultuá-los em volta de uma liderança. Por exemplo, as organizações aqui do Estado de São Paulo criaram a partir de uma necessidade de se impor perante o Estado. Em termos da violência sofrida, do abandono e da forma de organização entre eles. Então, as organizações se estruturaram a partir do narcotráfico, do seqüestro, do crime; para financeiramente se ter advogados, para se ter remédios, pra quem era doente e não tinha atendimento à saúde, e também aos familiares, para poder acompanhar e também ter o seu “Jumbo”, que é aquele alimento que a família manda para a pessoa presa. Criou-se organizações internas que evitam hoje as briga esporádica, a morte, os abusos também. Abuso em termo sexual, que você é proibido no presídio. Toda a droga hoje que entra nas cadeias são altamente controladas. Por exemplo, homens pertencentes à alguma facção é proibido hoje de usar o crack, que cria um distúrbio comportamental muito forte, isso dentro das unidades. Mas também existe a mesma ordem hoje, a mesma organização, fora dos presídios, atuante nos bairros. Hoje, a maioria dos bairros da cidade de São Paulo, e também do interior do Estado são determinadas pelo grupo que dá as ordens de comportamento. A questão da violência no Estado caiu bastante, porque há um controle rigoroso do crime organizado. Eles determinam onde pode ter briga, aonde pode ter morte, tudo por uma ordem de cima. A polícia e o Estado, de certa forma, atuam também, mas de uma maneira diferente.

O Estado é o grande responsável por essa proliferação do crime organizado?

O Estado a que se compreende com os três poderes, não pode se atribuir à apenas um. Em nossa leitura, hoje essa situação compreende o executivo, o judiciário e o legislativo; e podemos somar também outros poderes aí, o econômico e a mídia. Esses são os cinco poderes

que atuam sobre isso. Então primeiro, pelo abandono, tem que deixar a população presa. Nossa população, hoje no Brasil, já estão na casa dos 450.000. No Estado de São Paulo, já está chegando a 161.000 pessoas presas. É o pobre, é o jovem e o analfabeto. Então, ficam abandonados a mercê de todos os descasos, dos poderes todos. Então, uma forma do povo, dos excluídos, poderem se organizar, para poder se impor. Por isso criaram a estrutura dos crimes organizados.

Qual a influência que hoje o PCC exerce sobre a sociedade?

Ela exerce de várias formas. Primeiro nas classes pobres, dentro dos presídios e na rua, com a ajuda material, prestando assistência onde o Estado falha. Quer seja transporte, cesta básica, a saúde, e outros materiais. Por outro lado, também promove o medo, através das suas ações criminosas. Então ela é bem forte, ela ajuda nas partes essenciais, e também em seus componentes a ficarem com medo. Explora também os seus membros, exige o pagamento de uma taxa. Quem não paga é punido por isso.

O senhor acredita que a relação de medo estabelecida pela liderança é uma forma de controle e de gestão dessa organização?

O medo tem uma força muito grande. Pra você ter uma idéia, de como o medo é grande: o quê o Estado está fazendo em São Paulo? Hoje, a secretaria do Estado de Segurança Pública, e os poderes judiciários, estão fechando os presídios para a comunicação. Para ninguém mais saber o que acontece lá e filmar. Ninguém mais pode entrar hoje nos presídios, como para filmar, para entrevistar. Para que a população não fique apavorada em saber o que lá dentro estão planejando fazer. Então, hoje o Estado bloqueou o sistema prisional em termos de comunicação, para diminuir o medo da população. Isso aconteceu após o ataque de maio.

Você acredita que essa seja uma atitude acertada do Estado?

Era necessário, porque o sistema prisional, as cadeias, são do Estado, é do povo. Deveria ser um local tão bem visitado quanto um hospital. Lógico, com toda a segurança necessária. Concordo, necessária. Mas a pessoa devia adentrar mais. As universidades deveriam fazer trabalhos nestes presídios, de pesquisas, de corporação, também de terapia ocupacional, para transformar essas pessoas. Quando você faz um muro, que é imposto pelo medo, você cria aqui dentro pessoas mais preparadas, ou melhor, articuladas, para usar do medo como uma forma até mesmo de violência e de poder.

O que seduz as pessoas a entrarem na facção?

Quando você chega preso hoje em qualquer unidade, é obrigado a tomar um banho todo dia, fazer a barba, escovar os dentes. O Estado não fornece esse material, sabonete, escova de dente, pasta de dente, papel higiênico. Você é obrigado pela lei, mas você não tem o material. A facção sempre dá gratuitamente para você. Você tem a sua esposa lá fora, com as crianças. Precisam de cesta básica. O Estado não vai dar. A facção vai lá e oferece. Bonifica toda a sua família. Então, primeiro é pelas necessidades materiais que se vê obrigado a entrar na facção. Segundo, tem também a sedução, realmente do fascismo do consumo, para ter coisas melhores. Eu digo que essa é uma parcela muito inferior, a maioria entra pelas necessidades econômicas.

Qual é o papel da família para o membro do PCC?

Para você ter uma idéia, a pastoral carcerária é a única instituição que tem atuado de maneira bem prática com a família, acompanhando, levando para os órgãos municipais, assistente social, escolas e creches. Esse preso começa a ter uma atitude comportamental diferente no presídio. Muda, ele fica mais tranquilo, fica mais calmo, ele começa a pensar mais em trabalhar, estudar. Quando a família esta lá fora, abandonada, jogada fora, a situação dele é totalmente diferente. Aí se agarra realmente ao PCC como forma de apoio a sua família. Isso é muito forte. Esse quadro da família para um preso é muito importante. Não se faz uma recuperação da pessoa que está no mundo da delinquência, tirar também da dependência química, sem um trabalho com a família.

A família também pode atuar de outro lado, incentivando a esse preso a permanecer no PCC, ou não?

Você encontra uma diversidade muito grande de comportamentos. Porque o crime em si também fascina. Veja, qual é o preso no Estado de São Paulo, que mais recebeu cartas apaixonadas de mulher? Quem mais recebeu propostas de casamento no estado de São Paulo? Quem foi esse preso? O famoso “maníaco do parque”. Para se ter idéia, ele escolheu entre as candidatas para casar, a que mais ofereceu advogados, uma empresária rica. O crime também seduz, fascina. Tem uma coisa meio doentia, isso fascina. Esses grandes líderes do crime têm várias esposas. Muitas meninas, muitas jovens, têm o prazer de dizer que conhece fulano de tal. Eu sou a esposa dele, a namorada. Falam isso como se fosse de um grande valor, até terminarem assassinadas.

Qual é a relação da morte com esses presos membros da facção?

Isso nos tem questionado bastante. As primeiras pessoas que eu vi e foram mortas na época do Carandiru, eles vêm como alguém que não prestava, até alguns se afastam do corpo da pessoa como se fossem bichos; “isso não presta padre”. Quando eu rezava perto do corpo, eles diziam “sai de perto, isso não presta, não presta!” As mortes dentro dos presídios infelizmente tem acontecido frequentemente com requintes de violência, como se estivessem aniquilando o mal. Descarregam toda revolta e frustração que tem com a sociedade, o sistema prisional, a sua falência moral e social. Agora, quando é um crime cometido aqui fora, contra a criança, contra uma mãe principalmente, há uma revolta interna dos presos, eles punem normalmente, quem agride a criança como abuso sexual. Coisa intolerável dentro dessa organização no Estado de São Paulo.

O Senhor comunga da idéia de banalização da morte como uma imposição de poder, de demonstração para os outros de superioridade?

A morte tem certos critérios, então é bem claro no próprio estatuto deles. No estatuto e também nas conversas deles, se diz como determina quem quebrou a palavra e como será punido. Então se usa a determinação com certas punições, depende da ação existe a sanção. Para certas normas quebradas a punição é a morte, e para eles, a lei não é flexível. Quebrou as regras é a pena aplicada, seja para quem for, a um rigorismo muito forte no que acertado entre eles, o combinado.

Padre, voltando às questões dos ataques de maio. Muito se fala e pouco se entende, qual sua opinião a respeito das intenções do PCC com os ataques de maio?

Nós tivemos uma conversa após o ataque com as lideranças. Eles esperavam uma reação da sociedade para que isso viesse à tona, como o abandono jurídico, falta de atendimento, a super lotação, a falta de assistência à saúde, o abandono total em que vive a população mais carente dentro dos presídios. Essa era a grande meta. Segundo eles outras formas foram usadas como: contato com a imprensa, cartas pedindo socorro aos órgãos de direitos humanos, a juízes entre outros. Não tiveram nenhuma resposta, não foram atendidos em nada, então partiram para uma forma agressiva, e não conseguiram resultado, tiveram pouco sucesso. Depois de somarem os resultados, perceberam que o apoio que tinham antes, diminuiu ainda mais com os ataques, por isso foi feito uma apostila das mudanças de ações do PCC, as novas metas de ação, como eles iriam trabalhar, então com a apostila, com vários itens, e não mais com as ações truculentas que usaram naquela época, que foram frustrantes na análise deles.

A perda foi grande da facção com os ataques?

Houve uma reação, houve uma repressão, a estrutura praticamente se manteve a mesma, porque nessa estrutura da delinquência organizada criminal, é uma estrutura dinâmica, se fosse uma perda de 10, tem 100 na fila para pegar aquela posição. Se houver uma perda do tráfico aqui fora, da chefia, nas favelas, de uma rua, existe uma ação imediata. Então não há uma preocupação de quem está no auto-comando do crime organizado, como de quem estaria no auto comando no meio da repressão. Mata-se 10 hoje que são chamados de “soldados do crime”, amanhã tem mais 10. Então, isso não abalou a estrutura organizacional do crime. Agora, o que se espera nos presídios, que como falavam só no PCC, outras organizações que foram derrotadas, reapareceram.

Diante dos ataques o senhor se viu como vítima ou como telespectador desses ataques?

Nem como vítima, nem como telespectador. Nós temos que agir. A Pastoral foi solicitada em vários presídios para negociação, tanto pelos presos quanto por funcionários. Nós temos que administrar junto com o povo essa ação, é a única nessas horas. A única entidade que é chamada, que entra para negociar, é a Pastoral Carcerária. E é bastante chamada em várias partes do Estado. Mesmo quando começou a acalmar um pouco, foi a primeira entidade que teve vários entrevistados, para verificar a situação, como podia agir, e assim por diante. Para evitar conseqüências piores ainda. Então, entramos em cheio nos trabalhos para tentar acalmar a situação.

Padre, como a Pastoral ganha à confiança do preso, do próprio governo, mediando essa situação tão conflituosa?

Nós temos uma ação já histórica dentro dos presídios. Ele trabalha com o preso, e não com a facção. A igreja, a Pastoral Carcerária da igreja católica. A nossa ação é contra toda forma de violência, seja do cidadão, seja do Estado. Defendemos a justiça, defendemos a vida, queremos a paz. Então, não aceitamos nada que seja contra a vida, nos posicionamos abertamente contra. Por isso, qualquer preso sabe que vai contar com uma ajuda humanitária, podendo recorrer a Pastoral Carcerária. Nenhuma porta se fecha pra ninguém. Por um lado eles têm a nossa ajuda no sistema prisional, e por outro lado, a secretaria e o governo também sabem, que a pastoral é o olhar de inspeção e fiscalização contra crueldade nos presídios. Somos reconhecidos nacionalmente hoje. Somos chamados periodicamente em Brasília, para avaliar, discutir e também propor. A pastoral também propõe muitos projetos de lei que

existem hoje, referentes ao sistema prisional. A Pastoral é chamada pra debater e discutir também. Portanto, é um trabalho histórico e humanitário nos presídios, também de olhar atento e crítico, e tema de sugestões que nos faça ser reconhecidos e ter esse espaço hoje já conquistado.

Os líderes do PCC também têm esse reconhecimento com a Pastoral?

Ela trata com a pessoa e não com a liderança. Nós entramos em todos e qualquer liderança de presídio e grupo organizado dentro de uma comunidade carcerária.

Padre, até com relação aos ataques. Você acredita que tenha existido um próprio exagero da mídia ao noticiar todo aquele cenário que foi passado para a população?

Eu creio que a mídia muitas vezes colabora com o crime, colabora com a violência. Digo para você fatos bem concretos. Quando a mídia escuta um celular de dentro do presídio dizendo que tal verdade é assim, não tem nenhuma certeza e não vai checar as informações, traz para a cidade pânico, que não pode ser real. Tenho visto várias manchetes em revistas e jornais ou mesmo na televisão, onde a pessoa vai checar e as informações não procedem. Por outro lado, às vezes, a mídia atrapalha a própria polícia. Por exemplo, um caso bem concreto agora, aquela questão da Eloá, aquela menina seqüestrada. O tempo todo estavam filmando toda a ação da polícia. Dentro de casa, nos jogos, com a televisão ligada vendo toda a ação de como entrar no prédio, quer dizer, a mídia trabalhou a favor de quem estava dentro, seqüestrando, a mídia trabalhou o tempo todo a favor do seqüestrador e não a favor da polícia. Muitas vezes, o que sai na imprensa não é verídico e o crime organizado trabalha com isso também. Por exemplo, a gente checou aqui vários casos de denúncias fortíssimas, fomos checar e várias delas eram infundadas, mas evidentemente alguém denunciou aquilo e, deve ter sido alguém do Estado de São Paulo. Tem coisas que acontecem, mas a gente trabalha a favor do crime organizado ao dar notícias que não condiz com a verdade.

O Senhor acredita que os jornalistas têm preparo para fazer um acompanhamento, por exemplo, do próprio sistema prisional, da realidade do preso e mesmo dos crimes em geral?

Recentemente eu fiquei surpreso com uma matéria publicada, porque o jornalista foi às fontes. Por exemplo: quem é o responsável pelo presídio? Do preso? É o Judiciário? Muitas vezes a mídia acha que é só o administrativo e não é. Quem prende? Quem solta? É a justiça. Primeiro o foco da responsabilidade. Por exemplo: Quem é responsável pela fiscalização mensal do

presídio? Existe qualquer irregularidade. Quem é responsável por isso perante a lei? É o promotor corregedor do sistema prisional e o juiz corregedor. Quantas vezes que a mídia pegou no pé deles, cobrou deles? Se existe qualquer irregularidade, super lotação? Assistência à saúde que não tem! Jurídico abandonado! Quem é responsável por isso também? Não, é o Judiciário, é o Ministério Público! Ele pegou quem é o responsável e perguntou: porque a situação está assim? É uma matéria completa, uma matéria científica, aqui esclarece a população. A população tem que saber quem são os verdadeiros responsáveis pela situação, que acontece e não colocar possíveis e imaginários personagens. Muitas vezes a imprensa cria linchamento de possíveis pessoas criminosas, e já punem abertamente, cria revolta e não tenta olhar a justiça nesses casos. Ela não contribui, ela acaba muitas vezes fortalecendo o crime. Hoje sem dúvida nenhuma. Garanto-te isso, os meios de comunicação hoje, favorecem muito a criminalidade no Brasil.

Quem manipula quem? A mídia manipulou os ataques, o próprio PCC em si? Ou o PCC de certa forma manipula a mídia diante daquilo que ele quer colocar?

Você bem sabe que vivemos num mundo capitalista e a grande alma do capitalismo é o lucro, e nesta ação os dois lucraram, a mídia e o PCC.

O PCC de que forma tem lucrado nisso?

A imprensa jogou o medo. Com isso, eles expõem-se a venda da droga, do comércio. E o impacto, é um impacto na própria sociedade. A pessoa que sai na mídia, que cometeu um crime, ela é recebida com respeito dentro do presídio, a mídia influenciou muito. Quanto mais *status* a mídia dá para a pessoa. Quanto mais aparece, mais respeito ela se torna depois de preso. Se ela quisesse cometer um crime, deveriam ignorar, e não fortalecer a pessoa. Alguns países do mundo, não permitem que se exponha, para não fortalecer. Veja um caso que acompanhei, em visita a um presídio vi um jovem recém chegado, em pouco tempo já era o líder da cela, o chamado “faxinas”. Perguntei como é que ele chegou tão rápido a um cargo de liderança? Ele respondeu, “eu assisti e me vi na televisão várias vezes, todo mundo me viu na televisão!”. Então já se deu conta da sua importância.

Nós acompanhamos, até pelos noticiários, a própria mitificação do Marcola como um grande ícone. Como o senhor tem acompanhado, diante das próprias famílias, essa identificação de muitos jovens da periferia e até de outras classes sociais, com essa pessoa de inteligência acima da média, como foi pintada pela própria mídia?

Exatamente, disse muito bem. A mídia o pintou como uma pessoa com grande inteligência. Muitas coisas que dizem que o Marcola escreve, não são dele, foi à assessoria da facção. Um fato recente aconteceu durante a rebelião de um presídio super controlado. Dois dias depois, tive informação que estavam reunidos 50 advogados pagos pelo crime organizado para prestarem seus serviços, à disposição durante a tarde inteira, colaborando e discutindo. Depois é atribuído a uma pessoa o que sai naquela reunião dos 50 advogados? Ela assina depois o que foi feito na reunião.

Padre, só como curiosidade, esses estrategistas dentro do crime organizado, fazem parte do próprio sistema prisional, do próprio crime, ou eles são terceirizados?

O mais famoso que eu conheci, é terceirizado dentro do crime. Ele não pertence a nenhum grupo, apenas vende projetos.

Ele está solto, ou está preso?

Não, estava preso, pelo menos acho que na cidade satélite, na época.

Qual é a visão hoje, do papel da Igreja Católica que ela assume junto a essas minorias, tanto com relação ao crime organizado e de outras facções também no presídio?

Cyro desculpe, mas antes que eu responda essa pergunta; seria bom que você gravasse um culto do PCC, por exemplo: uma celebração, para você ver como é cultuado isso, porque tem toda uma celebração. Tem um canto inicial, tem a leitura da Bíblia, aí tem a pregação, depois tem um tipo de uma oração. Depois, na Bíblia, você pega sempre um texto ligado a um profeta, assim mais do Apocalipse, aonde na hora da pregação, o líder ali, compara aquele profeta bíblico, aquele patriarca, à liderança do crime. “Se Davi matou 10.000 para libertar seu povo, nosso crime mata para libertar o seu povo oprimido”. Então se tem uma catequese de pregação para os seus membros. Depois se tem um canto, tipo de uma ladainha, onde se faz referência a essas lideranças, como sendo que morri nos combates, nas lutas, e também se sintam, muitas vezes, as regiões onde dominam. Gostaria que você gravasse isso, para ver como é muito comum isso nas regiões onde dominam o PCC. É as 10hs da manhã que eles fazem isso. Então você vai aprender como é cultuado e venerado as lideranças. É uma catequese já, para aqueles que não conhecem e ficam ansiosos para conhecer, ficam encantados, porque são citadas as pregações.

A Igreja está preparando para o ano que vem o tema da campanha da fraternidade, pois todo ano tem um tema, para o próximo será “Fraternidade e Segurança Pública”. Nessa campanha busca-se chamar todas as pessoas a discutirem a violência próxima de si; quer seja na família, na escola, no trabalho, na rua; porque nós também reproduzimos a violência de várias formas, porque não existe só violência física. Existe a violência da palavra, da indiferença, do desprezar a pessoa que necessita da sua ajuda. O tratamento desta situação é para criarmos uma segurança baseada numa justiça social, que possa dar realmente uma cultura de paz. O nosso trabalho nos presídios é sempre de acolher as pessoas, de resgatar a sua cidadania, para que se torne um sujeito, que não use a máscara do crime somente, por que às vezes ela ache que não tem mais jeito, a não ser um criminoso. Sempre dizemos: “não, você é gente, você é um cidadão”. Talvez foi lhe negado, desde o princípio, todos seus direitos, como cidadão, e por ser pobre, ser excluído, e passar necessidade e negação de toda a sua civilidade, isto é, seus direitos civis que foram negados. Reconstituí-los, dessa forma teremos que evangelizar e resgatar a pessoa, a auto-estima. A catequese passa para essa escuta, para esse resgate e assim tratamos todas as pessoas. Para você ter uma noção, Cyro, onde a pastoral foi mais atuante nos ataques de maio, ali a violência foi muito mais regressiva. As violências maiores aconteceram onde não teve a atuação da Pastoral Carcerária. Onde a pastoral estava organizada houve até rebeliões, mas ninguém foi ferido, ninguém foi agredido, nem funcionários, nem presos, aonde havia essa ausência, sim aí houve violências.

O senhor acredita que a sociedade estava preparada para receber as notícias do ataque?

Essa pergunta deve levar a outra reflexão: quem está sendo privilegiado em nosso meio hoje faz tudo para ignorar a vida do povo miserável e excluído. Você marginaliza, abandona, mas esse povo vai reagir, pode demorar, mas vai reagir. Há quanto tempo se falava que no sistema prisional havia as facções, o crime organizado. Primeiro o governo negava a existência deles, totalmente, mas quem está no sistema prisional até hoje, sabe que ele existe e que é organizado. Negá-lo é querer ignorar uma realidade que está aí. O ministério público, que negava isso, foi altamente atingido, por querer esconder uma realidade que estava acontecendo, como um tumor, você pode negar que ele existe, que não aparece, mas uma hora vem à tona. Digo para você, o sistema prisional continua no abandono. Hoje temos formas de repressão muito violenta no sistema prisional, isso não vem à tona, mas uma hora vai explodir. Enquanto não tivermos um trabalho sistemático em termos de educação, de trabalho, assistência jurídica para que o criminoso pague pelos seus crimes de acordo com a lei. Muitas vezes o julgamento chega à inocentes, mas pagaram 6 meses, 8 meses, 1 ano, aguardando

serem condenados, isso está inchando os nossos presídios. A justiça quer mostrar serviço, joga nesse abandono, nesse descaso, essa população revoltada. Hoje estão contidos lá no presídio, amanhã estarão contidos conosco. Esse abandono, se não houver medida do judiciário com urgência, vai começar a estourar mais fortemente ainda.

O que leva os carcereiros e outros funcionários a serem cooptados pelo crime organizado?

No sistema carcerário hoje, isto é uma necessidade. Temos pouquíssimos funcionários no sistema prisional. Em uma ala existe de 100 a 200 pessoas, normalmente um agente de segurança para cuidar desse contingente. Quando um preso fica doente, aí tem que pegar lá de dentro e levar até a enfermaria, se ele não levar é omissão de socorro, ou seja, é crime; e se ele levar é abandono do posto de trabalho, é crime também. Isso se passa diariamente com os funcionários no sistema prisional. Diante disso se tem que fazer acordo com os presos, “eu vou levar o doente e vocês tem que segurar aqui, a situação”. Aí começam as notícias. O diretor de presídio, a maioria, se eles não tiverem “acordos” o presídio estoura, porque não tem condições de se manter. Não se pode dizer que não existe acordo. Para o sistema prisional funcionar e não ter problemas, somente com “acordos” entre o presos e o sistema prisional.

Como é a formação moral, tanto desses indivíduos, como dos presos de uma maneira geral?

Bem, existe já há alguns anos, uma academia. Cada vez mais vem melhorando a formação dos carcereiros. Existe cursos periódico de atualização, 4 meses ou 6 meses inicial. É pouco, mas o Estado de São Paulo tem avançado muito mais do que outros na formação dos seus agentes penitenciários. Agora, para as pessoas presas a história é outra. A nossa justiça é punitiva e não esta preparada para propiciar o retorno do preso ao meio social. Esse compromisso da lei com a pessoa presa de recuperá-la não existe. Por isso, quando a sociedade pede penas mais longas, mais presídios, é uma atitude totalmente ignorante, porque quem paga o preso, a segurança dele, somos nós. Em média é R\$1600 por cada preso no país. Você sabe perfeitamente, que quanto mais tempo preso, pior sai hoje e mais violento amanhã. O sistema prisional hoje, não recupera e todo mundo sabe disso. Por isso a reincidência ao presídio é de 60%, não quer dizer que é a reincidência ao crime, que é bem maior. Você tem que ter uma política voltada para a recuperação. Temos sinais positivos em presídios especiais. No Estado de São Paulo o índice de recuperação é altíssimo, mas são pequenas unidades, temos 22 unidades e quase todas funcionam bem. Ali tem trabalho, tem estudo, terapia e

acompanhamento, acesso a família, parte muitas vezes, também cultural e esportiva. Temos também os chamados Apapres – Associação de Proteção a Pessoa Presa, que vem funcionando e sendo um exemplo, criado dentro do Estado de São Paulo e já é exportado para a Europa e para a América. Essa entidade mostra um grande índice de recuperação, mas ainda em relação a grande quantidade de presos, é pequena. As Apapres foram criadas pelas Igrejas, a Igreja Católica. Uma ação da Igreja, uma nova forma de trabalhar com presídios, uma coisa concreta, aqui está uma solução e hoje é modelo de exportação de São Paulo, para o Brasil e para o mundo todo.

Padre o que o senhor acha da pena de morte?

É a falência do Estado, quer dizer, não temos condições nenhuma de recuperação. Aqui se acabou toda a ciência disponível e toda condição que nós tínhamos. O Estado também torna-se criminoso, pois assume a postura de vingança e de ser criminoso, porque quem matou eu mato também, então abre-se uma cadeia indeterminada que matar todos os criminosos não vai sobrar nenhum.

Existe vida para um ex- integrante do PCC? Ele consegue se desligar por completo da facção e seguir uma nova vida, desde que ele queira isso?

Eu estive pelo mês de junho, num presídio aqui da capital, que tinham matado na noite anterior, um grande líder do PCC. No mesmo local, havia dois membros que também iriam ser mortos e conseguiram escapar e pedir proteção. Eu falei com os dois, eles disseram pra mim assim abertamente: “Pra nós não tem mais vida aqui no Estado de São Paulo, quer seja dentro dos presídios em convivência ou mesmo na rua. Só temos vida se conseguirmos sair e desaparecer pelo mundo afora”, mas fora do Estado. Há um discurso de que muitas pessoas já conseguiram sair, mas isso aí talvez condicionado a algumas ações externas, pois no presídio hoje, é muito difícil alguém que conhecia uma posição clara, grande, dizer que tem vida agora independente deles.

Padre, qual é a maior fonte de renda, hoje de sustentação do PCC?

Segundo a Polícia Federal e do Ministro da Justiça, era da rede internacional do narcotráfico. Segundo ele, essa era a mais forte, o narcotráfico. Também as armas e depois em terceiro caso, com o seqüestro, mas outra arma forte é a própria cobrança dos seus associados, o mensalão.

O senhor tem algum relato, ou alguma experiência de como funciona o PCC externo, fora dos presídios?

Hoje a maior renda do crime organizado está fora dos presídios; está ligado a empresários e às pessoas dos Poderes todos, pois só se pode existir um crime bem organizado em local que tem o apoio do Judiciário, do Legislativo, pelos policiais do alto escalão, e assim por diante. Então, a investigação quer dizer que vai até um ponto, quando chega no alto escalão, começa a ficar travada, impedida de avançar. Um exemplo concreto: porque que no Rio foi fácil de combater o seqüestro? Havia seqüestro de pequenas pessoas ligadas e iniciantes no crime. O seqüestrado colocava a pessoa na casa da sogra, na casa da vizinha, logo era identificado. Então o seqüestro se reformulou, passou a ter uma estrutura econômica e um grupo grande, ou seja, alguém que vai negociar, alguém que vai dar guarda, alguém que vai comprar as coisas, alguém que vai fazer a comunicação e alguém que comunique os passos à polícia.

Padre, para encerrar eu gostaria que o Sr fizesse um apanhado geral da própria situação hoje, social em que nos encontramos, frente a essa violência contemporânea, tanto permeada pelo crime organizado, pelo crime banalizado, como se observa nos noticiários, e se existe um posicionamento que a sociedade deva assumir junto a isso?

Concretamente o programa do Governo Federal, do PRONASPEC, o Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania, ele contempla essas conferências do Sistema Único de Segurança, que deve ser feita nos municípios, nos Estados e no Senado Federal. Amanhã nós vamos ter aqui no Ministério Público uma audiência, que também é um trabalho de segurança pública, então é uma forma concreta de ação, onde se vai avaliar e também colher da população, sugestões de como deve ser feita a justiça e a segurança pública para o país. Você vê, nós temos no país alguns locais, núcleos que isso deu certo. Se você pega um Jardim Ângela, onde se tinha os maiores índices de violências do país, hoje esses índices são baixíssimos. Estão mostrando que juntos a sociedade organizada, participando, discutindo; pode realmente baixar a violência e criar a estabilidade social. O desafio é esse, de que a sociedade participe e não se sinta como expectadora da violência, mas que ela vá tão somente para o debate. O Estado então, a partir desse ano, começou essas conferências em todos os municípios desse país, para discutir uma segurança pública de outra forma. Isso é uma forma concreta, se a população entrar nessa discussão que já começou e existem 94 metas concretas de ação, onde serão financiadas, teremos o início de um Brasil diferente.

Qual é o verdadeiro crime organizado hoje no mundo?

Segundo informação da própria Polícia Federal, são os grandes poderes econômicos que lucram sobre isso. O narcotráfico, a venda de armas, também o cigarro, a bebida, entre outros, são os que lucram, e mantêm o mundo. Existe essa organização mundial onde estão incluídos diversas esferas dos poderes. O que nós temos aqui no Brasil é com o delinqüente, o pobre da periferia, o excluído, que tenta se unir como forma de sobreviver e também se impor na sociedade.

Personagem III

Data: 24 de novembro de 2008

Início da Entrevista: 09h02min

Encerramento: 09h59min

Formação: Engenheiro

Função que exerceu em junho de 2006: Deputado Federal de São Paulo

Qual seu entendimento a respeito de organizações criminosas?

Entendo que o crime seja amador, como preponderou em boa parte do tempo, ao longo da nossa história. Hoje já perdeu definitivamente o lugar para o crime organizado. Esse crime organizado é tremendamente mais perigoso, porque não se anula simplesmente com a prisão e a exclusão dos mesmos no contexto da sociedade. Na verdade, pelas características do sistema prisional brasileiro, e pelas dificuldades na implantação de um regime disciplinar diferenciado, com maior seriedade, eles mesmos das cadeias, das penitenciárias, continuam controlando e orquestrando os crimes nas ruas. Na verdade, sob a proteção do Estado. As cadeias acabaram por se transformar em escritórios do crime organizado.

Qual é o papel do Estado nessa disseminação do crime organizado?

A leniência da qual os governos, ao longo da história mais recente pelo menos vem enfrentando o crime como um todo, permitiu que o crime organizado tomasse força. Por outro lado, o regime militar quando prendeu ativistas políticos, ou até mesmo terroristas durante esse período, os colocou em penitenciárias em contato com criminosos comuns. O convívio propiciou aos criminosos comuns, que tinham um nível de percepção mais acentuado e eventualmente alguma escolaridade melhor, a possibilidade de perceber as vantagens que uma organização e hierarquização poderiam lhes trazer. Estamos pagando hoje o preço desse descuido, desse ato impensado das autoridades.

Você se recorda quando ouviu pela primeira vez a sigla PCC?

Não me recordo exatamente, mas acredito que já seja coisa de uns 10 anos, por aí.

Você acredita numa ideologia dessa facção?

Não ideologia no sentido político. Dizer que são socialistas, sociais democratas, ou liberais, isso não. Existe um fundo ideológico e eles absorveram com bastante facilidade, isso foi de certa forma, incrementado por conta da ação de alguns defensores na área de Direitos

Humanos. Não recrimino a resistência de gente que se preocupa com Direitos Humanos, mas estou constatando um fato. Por interpretação equivocada de alguns partidos políticos, e notadamente mais o esquerdo, eles se consideram vítimas da sociedade. A partir do instante que esses criminosos se consideram vítimas, entendem que possuem contas a acertar e direitos a receber. Essa é a herança herdada daqueles que contestavam o regime militar, pois quando faziam um assalto ao banco, ou seqüestram alguém pra obter recursos ou coisa desse tipo, usavam o termo “expropriação”. Tem muito criminoso ligado a essas centrais do crime, que usam esse termo: expropriação.

Qual a influência hoje dessas organizações na sociedade como um todo?

No submundo do crime a influência é quase que total, porque aqueles que estão na organização estão a ela ligados por convicção, por ambição e também por medo, pois sabem o preço que se paga por entrar em conflito ou até mesmo sair da organização. Os que não são ligados a facção criminosa, entendem que podem conseguir algum tipo de proteção dessa organização, e outros temerosos por suas ações se submetem a ela de todas as formas. Nós sabemos da influência perigosíssima e nefasta, mesmo que eles exercem hoje sob o pessoal que atua no sistema prisional, com pavor mesmo do que possa acontecer consigo ou com seus familiares. Vejamos no exemplo do Rio de Janeiro, onde nos últimos anos, 6 ou 7 diretores de presídio foram sumariamente executados. Aqui em São Paulo também já aconteceu fato semelhante. Existe receio muito grande que atinge também o alistamento policial, ou seja, os policiais também se sentem ameaçados por essas organizações criminosas.

Como o governo vem tratando essas organizações e os assuntos referentes à segurança pública de uma maneira geral?

Os governos vêm tratando de uma forma equivocada, há muito tempo. Pode-se invocar aí talvez, o fato de termos vivido cerca de 20 anos, sob a tutela do regime militar, e posteriormente com a elaboração da constituição de 88, que buscou efetivamente valorizar muito as questões das liberdades individuais e dos princípios democráticos. Por outro lado, não se olhou com o devido cuidado a questão da segurança pública, muito pelo contrário, houve uma confusão sobre o que tenha acontecido, mas indesculpável, entre combate ao crime e o sistema penitenciário. A competência das policias, criação de leis mais severas, inclusive para combater o crime; confundiu-se com a chamada repressão que havia no tempo do regime militar. Isso são coisas bem distintas, a repressão não de natureza policial, mas de natureza com fundo político, próprio dos regimes totalitários. Agora o Estado repressor da

atividade criminosa, essa é uma obrigação inerente ao estado de Direito. Porque são os cidadãos que estão sendo duramente golpeados pelo crime organizado, que estão se negando aos direitos elementares, direitos básicos da cidadania. Veja que nós temos aí um conflito mal resolvido, e que agora mais recentemente, tem despertado algum interesse nos meios políticos, notadamente no congresso nacional, onde sistemas são debatidos e se começa a fazer uma revisão no código penal, do código processual penal, para se encaminhar no sentido de alterações de leis, mudanças e endurecimento no sistema prisional. São coisas que vão acontecendo em uma velocidade a quem daquela que está sendo exigida pela gravidade da situação de vida hoje.

Nós acompanhamos nos últimos tempos uma evolução não só do PCC, mas como de todas as organizações criminosas atuantes no mundo. O senhor acredita que o Estado consegue acompanhar esse processo evolutivo?

No Estado de São Paulo, conseguimos criar uma polícia melhor aparelhada. De certa forma, as instituições mais consolidadas, com um Ministério Público mais atuante e autoridades do Estado mais presente. Hoje a situação ainda é muito grave, mas acho que ela não piorou da época dos atentados de 2006 para cá. Não se resolveu, mas também não piorou. Agora, em outros Estados do Brasil, realmente o crime organizado, comparado com uma partida de futebol, está ganhando de 10 a 0 dos governos aí instalados.

Deputado, nós acompanhamos diariamente a questão da violência na mídia. Como você vê a morte, tanto para a sociedade como para o próprio preso hoje em dia?

A questão de se banalizar a morte, banalizar a violência, tem sido um reflexo da forma de atuar dos órgãos da mídia, que fazem desses eventos, espetáculos do dia-a-dia. O caso das meninas que foram seqüestradas, uma delas morta recentemente, e tantos outros casos, a mídia vem banalizando os fatos, e até mesmo em alguns casos, “glamourizando” esses fatos. O que é extremamente deletério para o esforço daqueles que se empenham para combater o crime, e ao mesmo tempo é deletério também na questão da formação da consciência coletiva que a sociedade deve ter a respeito de como se portar perante a essas situações.

Os profissionais da mídia estão preparados para cobrir os movimentos do crime organizado?

Acho que não! Na maior parte dos casos, nós temos percebido que a mídia busca desesperadamente o sensacionalismo e, os pontos do ibope, que eventualmente possam ser

conseguidos quando a cobertura de um fato grave, como esses últimos que nós temos assistido. Existe uma falta de consciência no sentido de se entender o limite de até onde a cobertura deve acontecer, respeitando o sagrado direito de informar, e aquilo que a partir do instante que é informado aleatoriamente de maneira descontrolada, acaba trazendo prejuízo para a ação policial que está combatendo aquele ato criminoso, como também na questão do exemplo da sociedade. Veja no caso da garota que foi assassinada alguns dias atrás. Nós tivemos naqueles dias, noticiados pela mídia, pelo menos uns 6 ou 7 casos similares. O exemplo de São Paulo acabou irradiando pelo Brasil. Não falta quem esteja desequilibrado, passando por dificuldades, tenha por conta desse desequilíbrio uma violência que está apenas contida parcialmente e, que ao mesmo tempo, busque os seus 15 minutos de glória em nível nacional, por meio de ação criminosa.

Você se recorda de como os ataques de 15 de maio de 2006 influenciaram a sua rotina?

A minha rotina eles não chegaram a influenciar. Eu nunca me considerei atemorizado ou deixei de fazer qualquer coisa por conta daquela situação. Evidentemente houve um impacto muito grande. O Estado de ânimo, e digamos assim, de nervos mesmo dos policiais, se exacerbou com justa razão. Quando estive em São Paulo, no dia seguinte aos ataques, notava-se assim uma preocupação justificável, mas fora dos parâmetros normais. Por parte dos policiais, tinham que estar dando cobertura, fazendo policiamento de ruas e batidas. Muita gente inocente foi admoestada de forma inconveniente, até por conta da tensão daquela circunstância. Isso influenciou na sociedade como um todo. Ao mesmo tempo sei de casos de juízes de direito, de promotores, sem contar o pessoal do presídio e da polícia, que tiveram que tomar medidas adicionais de grande monta para buscarem um tipo de proteção, que não sei se conseguiram.

O Senhor conseguiu chegar a uma conclusão, do por que desses ataques?

Os ataques, na verdade, tiveram duas finalidades. Uma delas comprovadamente que não vou falar por meias palavras, que é mostrar o poderio da organização criminosa e ao mesmo tempo tentar impedir que o governo do Estado de São Paulo adotasse medidas de maior severidade na contensão dos criminosos presos. Parece absurdo, mas é contensão de criminoso preso, porque na maior parte dos presídios, eles são maioria, dominados pelos criminosos. A parte gerencial que nós temos, digamos assim do Estado, cuida da porteira pra fora. Da porteira pra dentro, a organização criminosa impõe as regras e o Estado tenta reagir a isso colocando parâmetros delimitadores, vem essas reações. Agora eu não posso deixar de

assinalar episódios e fatos concomitantes que aconteceram em datas que guardavam, em certa forma, proximidade com algum evento político ou ato político de maior repercussão. Lembrome aqui da grande rebelião dos presídios orquestrada em todos os presídios do Estado pelo PCC, logo na posse. Sempre se percebe que tem uma relação de causa e efeito com alguma intenção ou evento de natureza política. Ou seja, não escondo que existe seguimento de partidos políticos aqui no Brasil, que tentam tirar proveito de organizações criminosas. Não vou dizer que um partido como um todo, mas seguimentos desse partido político.

Seguindo essa linha Deputado, você acredita que esses partidos possam ter manipulado o PCC, ou existe mesmo uma parte da mídia e, do próprio PCC, manipulando toda essa estrutura?

A formação do PCC guardou uma relação direta com o sistema prisional, com gente que nem era dessa facção na época. O senso de organização vem muito das lições que receberam dos chamados presos políticos. Agora, é notório que em algumas circunstâncias o PCC tenta tirar proveito, como tem partido político tenta tirar proveito do PCC. Não acho que aí um tenha o total controle do outro. Se assim fosse, nós teríamos obrigação de pedir então o fechamento do partido político que tivesse comprovadamente agindo nessa direção. Mas, tem muito partido que tem segmentos internos com envolvimento direto.

Voltando ao ataques de maio de 2006, o Senhor se sentiu vítima ou telespectador?

Como integrante da sociedade, eu acho que a sociedade toda foi vítima, não posso ser simplesmente um telespectador, frio. Ninguém se sentiu um telespectador, porque todo mundo poderia estar sujeito a violência, sendo seqüestrado ou levando um tiro sem saber de onde. De certa forma, a sociedade se sentiu refém num determinado momento. Veja o esvaziamento de São Paulo, a noite daqueles dias subseqüentes.

A sociedade estava preparada para receber as informações dos ataques, como os órgãos públicos em combater?

Ninguém estava preparado para tal ousadia. Sempre se soube da existência, sabia-se dos controles que eles exercem nas prisões, mas não se imaginou que chegasse a tanto. Não se imaginou que veríamos aqui em São Paulo, fatos que no Rio de Janeiro são banais. Por exemplo: metralhar a prefeitura do Rio de Janeiro, as paredes, portas, janelas, já é um fato da rotina. Bala perdida no Rio de Janeiro, atravessando a cidade de um morro para outro morro, pra um bairro, isso também faz parte da rotina. Tanto que em alguns prédios na chamada

“zona de tiro”, as pessoas estão reforçando suas paredes internas com chapas de aço, para tentar proteger seus filhos, entes e familiares que moram nessa região. Mas isso não traz segurança, quer dizer, dá um pouco mais, mas não se garante em absolutamente nada. Se em São Paulo a deterioração atingir um nível, ou os níveis do Rio de Janeiro, você vê que o cidadão pode estar andando no Leblon, Copacabana ou São Conrado e pode vir a levar um tiro como aquele que anda no Complexo do Alemão, na Rocinha ou enfim, em qualquer favela. A situação realmente é alarmante. Como por exemplo, no estado do Rio de Janeiro, vou dar um exemplo do Rio, mas não é o único, está totalmente fora de controle, as autoridades policiais não tem preparo, não tem organização, não tem estrutura. Depois se descobriu que o próprio secretário de segurança está envolvido, você vê que a situação é por demais perigosa. Em São Paulo as coisas não chegaram a esse nível, por tudo que eu disse. Porque a organização do Estado, que através desses órgãos que tem por competência e por destinação combater o crime, é bem melhor do que no Rio de Janeiro. Certamente, eu diria que quanto mais se acentua a agressividade da organização criminosa, mais temerosos ficam os agentes da lei em agirem em conformidade com aquilo que seria efetivamente o seu dever.

A mídia espetacularizou dizendo que um único homem, através de um celular, parou o Estado. O Senhor acredita nessa informação?

Eu não acho que isso tenha sido a ação de um único homem, seria impossível, um único homem preso ter feito tudo isso. Certamente essa liderança precisa de uma cadeia de comando para poder conseguir levar a cabo uma ação desse porte. As autoridades policiais, o Ministério Público e até mesmo o poder judiciário, tem conhecimento de uma boa parte do funcionamento dessa cadeia. O que precisa efetivamente é uma ação mais eficaz. Outra coisa, nós precisamos por de lado definitivamente certas exigências notadamente na área processual e penal, por exemplo, essa questão da oitiva do criminoso na cidade onde se deu o crime, o transporte, com a escolta, o tempo que se perde nisso, o risco adicional que se coloca as pessoas envolvidas. Não só no transporte, mas aqueles que estão, por exemplo, em um fórum, quando um bandido de alta periculosidade tem que ser interrogado. Tudo isso é um absurdo, nós já votamos no parlamento a questão da oitiva à distância, através do sistema de teleconferência. Há uma reação, a meu ver, classista no sentido corporativista por parte da OAB, que não faz sentido. Deveriam os advogados entender, não advogados no geral, mas a OAB pelo menos, a necessidade da adoção desses métodos, e por outro lado um rigor bem mais acentuado no que se refere ao tratamento dos presidiários. Isso não quer dizer permitir maus tratos, permitir torturas e outras coisas mais. É um rigor semelhante aquele que nós já

constatamos existir em prisões de países mais desenvolvidos. No caso da Inglaterra ou dos Estados Unidos, que tem que fazer frente a uma criminalidade. Notadamente, os Estados Unidos tem uma criminalidade muito grande, e o tratamento na cadeia é feito de forma tal que os bandidos não têm o controle do sistema penitenciário, não tem o controle das cadeias. Uma coisa a ser feita no Brasil era isso. Outra, era a adoção de regras muito firmes em questão do regime disciplinar diferenciado, não impondo esses limites absurdos de no máximo 1 ano. Existe uma razão, se ele continua constituindo o perigo, se tem uma capacidade de organização, de contato em 5, em 6, com 10 anos de prisão, ele tem que ficar eventualmente toda a pena dele em regime disciplinar diferenciado. Por outro lado, o controle mais rígido no que se refere à capacidade de comunicação dentro do sistema penitenciário. Nós já aprovamos legislação proibindo celular, mas é uma legislação incompleta. As pessoas que levam e permitem acesso desses aparelhos de comunicação, que podem ser *pages*, celulares, microcomputadores, enfim; essas pessoas praticamente não são apenadas. Para esses casos deveria dar prisão em flagrante. Em dias de visitas, acho que vai ser difícil encontrar em um dia pelo menos 1,2 ou 3 casos de tentativa, fora aquelas que são conseguidas com êxito e, que a gente não fica sabendo.

A comunicação constitui um papel estratégico, tanto pra evolução das organizações criminosas na cadeia, como também para um sistema de inteligência da própria polícia?

Sem dúvida. Existem mecanismos hoje, no ponto de vista tecnológico, que permitem a polícia a se aparelhar muito bem, não só fazer escuta telefônica. Um aspecto muito amplo foi demonstrada em algumas escutas ilegais, promovidas em conjunto com a polícia federal a ABIN, que foram além do permitido. Isso poderia ter sido conseguido usando equipamento desse tipo, com a devida autorização judicial, para cobrir toda rede ligada ao crime organizado, e com isso o serviço de inteligência das polícias pudessem se adiantar aos fatos e evitassem que crimes maiores ou rebeliões enfim, coisas dessa natureza, viessem a acontecer, mas isso não é feito. Por outro lado, o tal bloqueio de celular das cadeias, não se consegue realizar em lugar nenhum, até mesmo nos chamados presídios de segurança máxima, pelo menos nos federais. Aqui em São Paulo, talvez ainda se consiga, mas nos federais eles estão atuando livremente. Falando mais como engenheiro do que como deputado, eu posso garantir a você que existem mecanismos de bloqueio eletrônico 100% eficazes, que poderiam ser instituídos nas cadeias. Se por ventura ao fazer esse bloqueio eu levar algum tipo de prejuízo, na capacidade de captação por telefone de terceiros nas imediações dos presídios, se coloque isso no rol das contingências e as pessoas que se adaptem à essa situação. O que não se pode

permitir é colocar a sociedade de joelhos simplesmente para não prejudicar um ou dois que eventualmente morem ou trabalhem nas imediações dos presídios. É fundamental cortar o livre acesso que os presidiários têm com a sociedade através desses modernos meios de eletrônica.

Existe uma corrente de pensamento que diz que a comunicação dos presos, principalmente com o mundo fora dos muros, deve ser mantida, principalmente para poder saber o que está acontecendo. Qual a sua opinião a respeito disso?

Isso é um equívoco por uma razão muito simples. A primeira coisa que nós devemos fazer é eliminar totalmente o contato desses presos mais perigosos, proibindo inclusive, as chamadas visitas ou visitas íntimas. Isso que eu digo ser possível através do regime disciplinar diferenciado, muito severo. No segundo ponto, que se use a escuta telefônica com essas pessoas ligadas aos criminosos que estão presos. Não é possível dar liberdade ao preso para passar informações, que parece um equívoco partir desse pressuposto.

Nós acompanhamos ultimamente uma grande transferência de presos de alta periculosidade, tanto com o Fernandinho Beira-Mar, como também com os líderes do PCC. Como eliminar essa transição de presos?

A primeira coisa para acabar com esse passeio de presidiário é permitir realmente as teleconferências para todo o processo de instrução, até o dia do julgamento ou a semana final do julgamento. Dessa forma pode ser dada ao preso a oportunidade de estar presente no fórum. Fora isso, não há nenhuma necessidade de se fazer essas “custosíssimas” transferências, deslocando agentes da polícia civil, da polícia militar para ficar escoltando preso de um lugar para o outro com todo o conforto em helicópteros, aviões especiais, viaturas especiais. Isso realmente é um absurdo. A primeira coisa a fazer é aprovar em definitivo a utilização dos termos de teleconferência, isso acabaria com o desperdício de dinheiro público, e esse risco adicional que se submete a sociedade.

Muitos governadores alegam não teres estrutura para manter, ou mesmo para isolar esses indivíduos. O senhor concorda com isso?

Não, não concordo. Como eu disse, é uma questão de ter os elementos. Os elementos que eu falo aqui é a base legal. Se tiver condições de ter um regime disciplinar diferenciado e evidentemente nesse sistema prisional vagas e cadeias suficientes pra prender esse pessoal, há como fazer. Agora, nós temos que olhar uma coisa, o único Estado que efetivamente vem

lutando para se aparelhar, para poder lutar contra o crime organizado, para poder ter um sistema prisional compatível com as necessidades que hoje essa condição toda nos impõe, é o estado de São Paulo. O Governo Federal que havia, no começo do primeiro governo do Lula, aprovou a construção de 5 presídios federais, ao que parece até hoje só aprontou um ou dois, é muito pouco. São presos que evidentemente praticaram crimes, sujeitos a órbita de julgamentos com a justiça federal e que devem eventualmente ficar sob a custódia do governo federal. Não vai ser em um ou dois presídios, onde já se sabe que um deles os presos já tomaram conta do sistema interno do presídio, vai resolver a questão. Nós precisamos mudar o sistema prisional. Uma delas é essa de não se poder ter trabalho forçado. Entendo que a sociedade deveria ter o direito de exigir que o preso cumpra a pena trabalhando. Não esse trabalho que normalmente existe por aí, temos visto em alguns centros de detenção provisória, ou até mesmo em penitenciárias, como costurar bolas de futebol e coisas desse tipo. Trabalhos pesados que possam ser estabelecidos como outros países do mundo fazem. Uma das formas de se redimirem das suas culpas e até mesmo adquirirem uma profissão, seria fazer algo de útil de fato a sociedade, um trabalho pesado. Ao passar por uma situação como essa, o detento vai perceber que é melhor andar na linha do que ficar preso. Hoje eles tem 3 refeições por dia, lazer total, televisão e visitas íntimas, se ele perceber que não teria nada disso, e que o sistema prisional é duro, para comer e viver ele teria que trabalhar pesado, talvez queira andar na linha e trabalhar adequadamente na vida civil aqui fora, sem criar problemas para a sociedade, para a sua família e para si.

Qual é a sua opinião a respeito da pena de morte?

Eu não sou favorável a pena de morte. A pena de morte pode assustar no primeiro momento, mas o criminoso que incorreu em determinado crime, cuja pena possa ser a morte, ele não tem mais limites. O que ele venha a fazer, não vai aumentar a pena. É um absurdo é limitar o período de reclusão aqui no Brasil à 30 anos e não ter prisão perpétua, não há por que não ter. O preso precisa ser sempre acompanhado em seus exames psicológicos, para verificar se realmente existem mudanças na sua mentalidade, se ele amanhã pode ser libertado ou não. Os exemplos gritantes da falência do sistema penitenciário, da legislação penitenciária, por conta de algumas libertações que fomos obrigados a fazer de prisioneiros que não estavam em condições de serem soltos, verdadeiros psicopatas que não estavam de forma alguma preparados para viver em sociedade. Talvez o exemplo mais famoso seja o Bandido da Luz Vermelha. Era paranóico, psicopata, ficou 30 anos na cadeia e foi liberado. Acho que não

durou 2 ou 3 anos fora e acabou sendo assassinado, não sei se chegou a assassinar alguém também.

O que vem a motivar esses indivíduos compor uma organização criminosa?

O Estado como um todo vem falhando ao que se refere à possibilidade de inserção total para a juventude no mundo contemporâneo, seja nas oportunidades de trabalho, lazer e estudo. Nós tivemos aqui no Brasil, um processo de urbanização por demais violento, rápido demais. Em 40 anos tivemos uma inversão da distribuição da população brasileira. De 20% em grandes centros urbanos e 80% em pequenas cidades e zona rural, para exatamente o contrário. Hoje 82, 83% da população mora nos grandes centros urbanos. Esse pessoal foi levado pelas circunstâncias de trabalho, pois não havia condições de sobrevivência no campo. Isso desapareceu com a mecanização, com a evolução da tecnologia e com o próprio crescimento do país urbano, da industrialização do país. Então houve esse processo de migração interna, de uma violência fantástica, e o que é pior, o Estado do Brasil nunca se preparou pra isso, nunca. Ao sobrevoar qualquer grande centro desse país hoje, você fica aterrorizado de ver as cidades originais, elas têm telhado vermelho e verde em volta, por mais pobre que seja o bairro. Quando você sai do vermelho para o cinza, ou é laje, porque a casa nunca acaba, ou é barraco mesmo de favela, desses de pior condição possível, de “maderite”, papelão e outras coisas mais. Você percebe que o círculo em volta, o núcleo que é a cidade original, é muito maior. O momento da população dessa área foi exponencial em relação ao aumento da população, digamos assim, da cidade tradicional, que seria o aumento natural. Se o Estado, apesar disso, estivesse se organizado, através do sistema educacional, das áreas de promoção social para absorver essa população, que já estavam acostumados a labuta do campo e possuíam uma cultura da zona rural, valores tais como família, religião; conheciam os fenômenos da natureza, enfim, sabiam enfrentar a situação sendo preparados para o trabalho mais duro que sempre houve nos grandes centros. Essas pessoas ainda conseguem se equilibrar. As gerações que vieram pequenas ou já nasceram nos grandes centros, que não adquiriram essa cultura, não foi dada a elas oportunidade de se inserir na cultura de uma região metropolitana, acabam ficando marginalizadas. De repente quem é que oferece as primeiras oportunidades de ganhar um dinheirinho, de comprar o seu bem de consumo, que nós somos aqui levados muito pelo consumismo, que de certa forma afeta hoje esse comportamento na cidade contemporânea: é o crime organizado, ou até mesmo algum criminoso que se fez no local a organizar sua turma, é quem dá conformidades. As pessoas vão, digamos, entrando para a vida, ao invés de ser pelas mãos da sociedade civil, que vive

dentro da lei, dos órgãos de governo, que tem a responsabilidade de governar essas coisas todas, entram através do crime organizado. Dessa forma a dependência acaba sendo total. Muitos se assustam com a situação, mas não saem porque tem medo, e outros empolgam-se e querem ocupar os lugares de destaque, como Marcola, o Beira-Mar, e outros canalhas desse meio.

Nesse sentido Deputado, e a corrupção? É algo da própria cultura, ou ela é uma oportunidade gerada dentro desse meio?

Eu diria que há uma leniência da sociedade brasileira com relação à corrupção, notadamente quando se trata de dinheiro público. Há uma interpretação que o que é público, não é de ninguém, portanto, se eu puder levar vantagem naquilo, eu não estou causando um mal em si. Essa coisa evidentemente é somada à forma de pensar no submundo do crime, acaba encontrando um campo muito fértil pra prosperar. A corrupção é um problema no Brasil.

Deputado, como deveria o Estado combater essas organizações criminosas, principalmente o PCC?

Eu entendo que deve haver uma tomada de consciência geral. Não tenho a menor pretensão de defender e revogar aqui que se coloque qualquer censura sob os meios de comunicação. Agora, deve-se ter uma conversa de autoridades, poder judiciário, ministério público, policiais com os órgãos da mídia de uma maneira geral; buscando uma colaboração, um entendimento, de até onde deve ir a cobertura de um evento policial, de um evento criminoso, para que isso não acabe incentivando e “glamourizando” esses atos. É uma questão realmente de tomada de consciência, isso é um lado. Do outro lado, é preciso que os governos, de uma maneira em geral, se conscientizem que medidas paternalistas, assistencialistas, meramente sem nenhum compromisso com o cidadão, devam ser revistas. Terceiro ponto, é a questão da educação. As crianças hoje, no Estado de São Paulo, praticamente 100% estão em idade escolar, ou seja, na escola. Agora, de nada adianta ir para a escola e ficar 3 ou 4 horas depois ir para as ruas. Até porque o pai ou a mãe, normalmente a mãe, hoje é chefe de família em boa parte dos lares, notadamente nas periferias das grandes cidades. Elas estão trabalhando, então as crianças ficam nas ruas transformando-se em presas fáceis dos criminosos. É preciso que repensemos o nosso sistema educacional, no sentido de manter a criança na escola, não sentada numa cadeira de sala de aula, numa classe tradicional. Mas uma escola devidamente equipada, onde ela possa desenvolver sua atividade escolar, a sua atividade de acompanhamento aos estudos, sua atividade esportiva, cultural, de lazer por um período maior, pelo menos próximo de 7

horas, talvez até 8 horas por dia. Com isso, os pais de família poderiam trabalhar mais tranquilamente e as crianças estariam recebendo uma formação boa, mas isso custa muito dinheiro e exige profissionais preparados. Não adianta também criar e entregar na mão de profissionais despreparados. Para ter início é preciso começar, custe dinheiro ou não. Veja que com essa crise financeira internacional, que o mundo inteiro está passando, de repente aparece dinheiro pra evitar que os bancos quebrem, aparece dinheiro para evitar que as montadoras quebrem, aparece dinheiro para garantir o crédito para a indústria eletroeletrônica se manter. Quer dizer, quando há necessidade se prioriza e os recursos acontecem. A pergunta que eu deixo no ar é que “Porque que a prioridade nunca é voltada para a educação das nossas crianças?” Pelo menos no chamado ensino fundamental, pelo menos esse, que são as sete primeiras séries da escolaridade de uma criança. Se nós fizéssemos algumas alterações no estatuto da criança e do adolescente, permitindo não o trabalho de criança, mas que o menos possa ser iniciado em uma condição de aprendiz, com algum tipo de pagamento, proteção, sem complicação e burocracia ligada a isso. Nesse sentido, estaríamos dando uma chance a nossa sociedade. Caso não façamos nada, iremos continuar nessa guerra entre sociedade e o crime organizado. O que é pior, um crime organizado que começa a ter apoio de uma outra parte da sociedade que começa a se sentir excluída.

Personagem IV**Data:** 30 de novembro de 2008**Início da Entrevista:** 17h03min**Encerramento:** 18h34min**Formação:** Jornalista**Função que exerceu em junho de 2006:** Repórter Policial**Qual é o seu entendimento sobre organizações criminosas?**

O meu entendimento hoje é de grandeza, infelizmente. Faz 20 anos que trabalho como repórter policial. Nesse período acompanhei a sofisticação do crime. O que havia dentro das cadeias, era vários grupos, isso sempre existiu. Pequenos grupos que se “degladiavam” entre si, que brigavam pelo domínio das cadeias, pelo tráfico de drogas, pela continuidade do crime do lado de fora. Daí a gente começa com a história do Comando Vermelho no Rio de Janeiro, que começou a mudar essa cara do crime desorganizado para o crime efetivamente organizado. Em São Paulo, a partir de 1993 quando o PCC surgiu, não se imaginava o poder que podiam conquistar. Hoje mais forte do que o Comando Vermelho do Rio de Janeiro, o PCC tem mais poder de aglutinação, influência, porque o Comando Vermelho se diluiu, ao contrário do Primeiro Comando da Capital, que efetivamente fez esse crime virar organizado, cooptando os presos, e se transformando em uma grife, como dizia o delegado que cito no livro, Wagner Jutzi, da delegacia de anti-sequestro de São Paulo. Acho que isso traduz bem o que é o PCC, uma grife, uma empresa muito organizada com comandos, chefe, subchefe; onde cada um tem a sua função. Entendo o PCC como sinônimo do crime organizado. Talvez, uma das maiores organizações criminosas do mundo.

Existe uma ideologia dentro no PCC?

Existia uma ideologia, que ainda é pregada, por isso o PCC consegue arrebatrar tantos integrantes pro seu lado. No início do PCC existia a idéia de ser uma espécie de sindicato, que reunisse os presos para brigarem pelos seus direitos. Fui convidada para acompanhar a CPI do sistema carcerário, e trabalhei durante oito meses com os deputados da Câmara Federal, por todos os presídios do Brasil. Pude ver como o discurso do PCC é influente dentro dessas cadeias. A ideologia do começo era aquela: “Vamos formar um sindicato, que funcione, onde a gente possa reivindicar nossos direitos, onde possamos gritar pro mundo a mentira ao afirmarem que gastam R\$1600,00 com a gente por mês e não gastam. Roubam-nos, alijam, dão banho gelado para não gastar luz, e muito mais”. Era um discurso, que com muita

facilidade, cooptou pessoas. Isso porque ninguém ouve os presos, infelizmente. Algum tempo atrás produzi e chamei o meu vídeo de “o grito das prisões”. Para a classe média, o preso tem que sofrer, se danar mesmo. Não precisa comer e ter atendimento médico, tem que ser maltratado. Isso é uma realidade hoje no Brasil. O preso é tratado como bicho e as pessoas assim gostam que seja assim, então o PCC apareceu com um discurso dizendo: “Olha, isso tem que acabar, só vamos nos recuperar se esse dinheiro for realmente destinado a nós. A gente come merda, vive no meio do lixo”. Esse discurso cooptou todo mundo no sentido de: “Vamos nos unir e gritar”. Foi muito fácil do PCC trazer muitas pessoas para o seu lado. Não demorou muito, é lógico, para esse discurso durar uns três anos, de 93 até 96. A partir daí o PCC percebeu a oportunidade de se transformar em uma grande organização do crime. Os líderes viram que tinham tremenda força e passaram então a comandar o tráfico de drogas. Por meio do discurso chegaram ao poder. Esse poder foi instituído por meio de violência dentro das cadeias. Surgiram os tribunais, as penas de morte e, principalmente, o tráfico de drogas, o que representa o grande negócio do PCC hoje.

A quem se deve o surgimento e desenvolvimento do PCC?

Deve-se a ineficácia, anemia e insuficiência do governo, que demorou a tomar uma atitude, fingiu que não viu. Pensou que o que acontecia atrás das grades, ficaria atrás das grades: preso matando preso, “foda-se eles” no português claro. Enquanto eles achavam que isso iria se limitar a cadeia, não consideraram que o PCC viria para o lado de fora, e suas ações seriam cada vez maiores, tanto do lado de dentro das cadeias como o lado de fora. A incompetência do governo fortaleceu a esperteza do crime organizado. O PCC teve crescimento exponencial, saltou de 3.000 homens para 30.000 homens em poucos anos, hoje conta com cerca de 100.000 comandados. Infelizmente o discurso da polícia e dos governos ainda é “Isso, é uma coisa pequena, a mídia exagera, o PCC é pequeno, não tem comando”. Mentira! O governo hoje, conseguiu fazer com que as emissoras, as grandes pelo menos, a TV Record, TV Bandeirantes, TV Globo, não usem mais a palavra PCC. Um acordo feito pelo então governador Geraldo Alckmin, agora com o José Serra. A nomenclatura utilizada é quadrilha. Você pode ver na Globo: “Quadrilha leva R\$170.000.000 do Banco do Brasil de Fortaleza”. Quadrilha pressupõe quatro pessoas, só que estamos falando de 100.000 pessoas ligadas ao PCC. Acho que o PCC se aproveitou da ineficiência do Estado, desse discurso hipócrita que permanece até hoje, é um absurdo. Você pode falar com o secretário de administração penitenciária, ou que já foram, todos vão te dizer a mesma coisa: “É exagero da mídia, o PCC não tem organização, são grupos separados”, o que é uma inverdade. Eles ajudaram o PCC a

engordar, infelizmente. Isso colabora para que as pessoas acreditem nisso. Muitas pessoas me perguntam “O PCC acabou? Não escuto mais falar do PCC!” A mídia fez um trabalho cretino junto com o governo do Estado, por interesses de patrões e governo, a palavra “PCC” foi abolida dos jornais, das emissoras de TV, das rádios. Apenas o Jornal da Tarde ainda mantém o PCC como nome em suas manchetes. Os demais você vai ouvir “uma quadrilha, grupo, grupo de bandidos”, como se isso fosse resolver os problemas. Enquanto isso, o PCC continua crescendo e vai muito bem obrigado.

A negligência do Estado em relação ao PCC tem cunho político?

Acho que é de muito cunho político. Esconder uma realidade importa a quem? Essa falsa sensação de segurança que você tem de “Ah o PCC acabou”, “Ah acho que o PCC não existe mais” é política. O governo quer fingir que conseguiu combater o PCC e terminar com o crime organizado, o que não é uma realidade. Se você considerar a “Operação Castelinho”, onde integrantes do PCC, alguns que nem eram, foram abatidos numa tocaia preparada pela polícia. Você vai ver que aquilo foi planejado para favorecer a campanha do então candidato, Geraldo Alckmin. Lembro-me que isso aconteceu de tarde, e na manhã do outro dia, a campanha já estava pronta na TV. Faça uma pesquisa para você ver, aconteceu às 4hs da tarde. Às 8hs da manhã do dia seguinte, já estava à campanha do Alckmin: “Bandido morto, ou bandido na cadeia”, depois aparecia um carimbo com os seguintes dizeres: “Fim do PCC, Alckmin combate o PCC”. Tudo foi planejado para aquelas mortes acontecerem, um pouquinho antes das eleições, para o Alckmin usar na campanha e fingir que estava agindo e combatendo o crime organizado, mais especificamente, o PCC. Pura mentira! Aquilo foi armado, a polícia infelizmente compactua com o governador, montou um teatro, para que aqueles caras fossem mortos e o Alckmin ganhasse pontos na eleição. O que mais pega a classe média hoje, é a segurança.

Como foi seu primeiro contato com integrantes do PCC?

Foi numa rebelião no interior de São Paulo. Era uma época que a imprensa cobria rebelião, hoje nem isso mais faz. Ficávamos em porta de cadeia durante dois a três dias, esperando terminar. Naquela rebelião, por experiência, percebi que era bem diferente das que normalmente aconteciam. Ela era mais organizada, tinha comando, os presos estavam muito firmes na posição, não voltaram atrás até que o Estado se comprometesse em atender o que eles pediam. O rapaz que comandava a rebelião era o “Macalé”. Passado um tempo, voltei nessa cadeia para realizar uma matéria. Eu costumo dizer que eu não menti, eu enganei, iria

fazer uma matéria sobre o cotidiano do preso. Ao entrevistar o “Macalé” perguntei: “Olha, essa rebelião foi diferente, o quê está acontecendo?”. Ele me disse que já havia um grupo de presos que estavam organizados e completou: “Olha, a gente é capaz de parar 30 presídios se a gente quiser”. Isso foi no ano de 1995, achei um exagero. Mas me deu uma curiosidade tremenda em saber que grupo era esse. Ele não me disse na época o nome. Falou que não estava autorizado a dizer. Eles ainda trabalhavam na clandestinidade, achavam que naquele momento era mais interessante permanecer assim. Em 1996, a posição deles já era outra. Consegui entrar em contato com o comando da organização: o Cesinha - César Augusto Roris e o Geléia –José Márcio Felício. Comecei a ter contato telefônico, por carta e tal. Eles foram abrindo o que era o PCC, mandaram um estatuto, e foi aí que fiz a primeira reportagem, contando o que estava acontecendo por trás das grades.

Quem foi o responsável por organizar o PCC?

A primeira chefia, mas quem deu essa cara que todos conhecem foi o César Augusto Roriz, que morreu. Dos oito fundadores, só resta agora o Geléia, o resto todos morreram. O Cesinha era um rapaz muito inteligente, vindo da classe média. Tinha um irmão formado como os pais também. Ele optou pelo crime por pura adrenalina, como o próprio dizia. Ele era um cara muito inteligente, possuía um discurso fantástico. Foi fácil para ele dar uma cara pro PCC, de transformar o PCC com o discurso de “Vamos nos unir e gritar, porque só assim vão ouvir nosso grito, somos quase 400.000 presos”. O César Augusto Roris foi um dos principais homens do PCC, não o único, de um lado existia a sua inteligência e de outro a força do Geléia, que se impunha pela força, pelo discurso também. Essa união entre o César e Geléia, da amizade dentro da cadeia, possibilitou isso. O Cesinha também era amigo de infância do Marcola. Brincaram e roubaram juntos. Na adolescência passaram a roubar, a ter uma vida no crime em conjunto, o que naquela época era uma coisa divertida. O Marcola também é um cara muito inteligente, um autodidata. Quando ele se alia ao PCC, essa cara se reforça muito mais, já é possível fazer um retrato falado dela. A integração do Cesinha, Geléia, Sombra, que foi uma pessoa muito importante também por ser um preso mais velho, aquele que sempre dava uma opinião mais sensata do que estava acontecendo, foi fundamental para o crescimento do PCC. Esses quatro foram as pessoas que deram a cara ao PCC, ou seja, como ele iria agir dentro e fora das cadeias.

O que é a morte para a organização?

Acho que a morte para a organização faz parte do negócio que eles criaram. Na Casa de Detenção, quando ela ainda existia, já havia sido criado o júri do PCC, sempre composta por integrantes. Eram eles que decidiam o futuro de um membro do PCC ou de qualquer preso. Matar o inimigo, ou matar até quem faça parte da facção, era a sentença daqueles que segundo o júri “saiu da linha”. Isso pode ser por motivo de algum detento ter cantado a mulher de outro, dívida de droga, também por tentativa de enganar o PCC na venda da droga, seja ficando com uma parte dela ou misturar a droga para ficar com parte do dinheiro. O PCC tem um júri, onde ele determina a morte. Nos ataques a ordem era sair, tipo kamikaze, para matar ou morrer. O que me assusta é a determinação que você tem hoje, principalmente dos jovens, de morrer por essa causa. Isso me assusta muito, porque você transforma o jovem numa pessoa mais violenta, onde nem o futuro importa. O que importa é o agora, nem que seja a morte. Para ele faz parte do plano.

A que se deve a banalização da morte?

Acho que se deve um pouco ao próprio sistema penitenciário, onde essa violência é tradicional no Brasil, na qual caso você não pode contra o inimigo, você o mata. Dentro das cadeias brasileiras sempre foi assim. A ditadura colaborou muito com essa cultura pela facilidade em torturar, matar e resolver qualquer problema através da violência. A polícia também é violenta. A polícia lida com essa morte também, como resultado primeiro do trabalho. O policial não pensa a violência como o ultimo recurso e sim o primeiro. Diferente dos americanos, que você vê aquele monte de policial que persegue o cara, durante vários quilômetros, joga no chão e tenta amarrar. Aqui não, aqui é resolvido na base da bala primeiro. A cultura no país está na facilidade em se matar.

A cultura do medo instituída pelo PCC, além de educar seus integrantes pode corrompê-los?

Por incrível que pareça não. Quando o integrante do PCC é aceito na facção, e não é só o PCC acontece em outras facções menores em São Paulo também, ele se alia aos idéias instituídos, sabe as regra e como tudo funciona. Está no estatuto todas as regra, trair é morrer. Fidelidade é regra fundamental, você não pode quebrar, se você quebrar morre. Isso funciona ao contrário, pois a gente teme essa morte como o final de qualquer coisa, para eles não, o cara sabe que vai morrer se for descoberto numa atitude que a facção considere uma traição. Ele acha isso bacana, pois caso contrário todo mundo iria folgar, não funcionaria, na cabeça deles é assim. Se não houvesse esse tipo de castigo, talvez não houvesse esse tipo de poder e de

ideal. Tanto que dos oito líderes fundadores do PCC, só está vivo o Geléia, os outros sete morreram de forma violenta. Muitos mortos pelo próprio partido, que é assim que eles chamam. A morte faz parte do negócio, do sistema, de como as coisas funcionam. Na administração do Marcola, houve uma diminuição na quantidade de mortes relacionadas ao PCC, você pode pegar os números de homicídios em São Paulo, ele vem caindo de uns 4 a 5 anos pra cá. Por incrível que pareça, isso não se deve a competência da polícia, nem dos governantes, dos secretários, isso se deve a uma ordem do Marcola, em diminuir o número de mortes. Diferente dos líderes anteriores, ele é a favor da morte, continua sendo um instrumento de medo e punição, mas diminuiu o tipo de crime. A morte realmente era mais banalizada no PCC, e há 5 anos, o Marcola deu uma ordem que para matar, só mesmo com a decisão do júri, composta por ele, Carambola e Macarrão. Em compensação, as mortes agora são mais violentas quando elas acontecem. Eles agora estão com costume de usar espadas para cortar a cabeça do seu rival. O número de casos de pessoas mortas e queimadas em carros, depois abandonadas em pontos da cidade todas são mortes do PCC. São pessoas que nessa decisão final, mereceram essas mortes. Hoje a tolerância é maior dentro dos presídios, se perdoa mais. Se um preso cantar a mulher do outro, era um crime punido com a morte. Hoje o cara tem outra punição, na primeira ele não é morto. Agora ele tem uma segunda chance, vai apanhar do marido e ficar sem as mordomias dentro do presídio, ou seja, não vai poder ter celular além de ter uma série de castigos por um bom tempo. Depois ele é perdoado. A não ser que o cara que traiu, faça de novo, aí é morte certa. Nas bocas de fumo, por exemplo, o número de mortes é muito menor do que era. Toleram-se mais, se espera mais tempo para receber do devedor e por isso, o número de mortes foi diminuindo. Só que quando elas acontecem são bárbaras e violentas, que é para todo mundo ver. No caso desses veículos que foram queimados, um dos casos, por exemplo, o cara fingia na comunidade que ele era policial civil e daí tomava dinheiro do pessoal da boca do PCC. Isso aconteceu durante dois anos, todo mundo acreditava que ele era polícia. Quando descobriram que era mentira, uma farsa, ele foi morto e queimado dentro do carro para todos verem. Em outro caso ocorreu com um integrante do PCC que vendia drogas, e o PCC descobriu que ele estava desviando dinheiro. A dívida já estava em quase R\$200.000,00. Foi dado um tempo para que ele acertasse a dívida, ele não acertou e morreu. É assim que funciona, quando acontecem, são mortes violentas, bárbaras para todo mundo ver. “A gente vai botar ali, vai queimar o carro, a imprensa vai dar a notícia e todo mundo vai saber, O PCC castiga assim. Então cuidado, a gente está mais legalzinho, mas se você sair da linha, a sua morte vai ser violenta, desse jeito.”

Como é estruturada a comunicação do PCC?

Os telefones celulares foram à base da primeira rebelião que parou 30 presídios e, dos ataques de 2006. Hoje eles estão usando muito o aparelho nextel, porque a polícia tem mais dificuldade em fazer a escuta. Os equipamentos de escuta que a polícia possui hoje, “o guardião”, é usado para telefones celulares ou fixos, não servem para comunicação de nextel. Hoje nas cadeias por meio desse aparelho, você fala com o Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, tudo por rádio. Agora, com certeza o celular é a maior arma do crime organizado. Seja no Comando Vermelho ou PCC, é através deles que você consegue ordenar um crime de dentro da prisão, ordenar o tráfico de drogas, ordenarem ataques entre outras coisas. É o principal meio de comunicação. Os advogados pagos pelo PCC também são meio de comunicação, levam e trazem informações dos criminosos. Vários foram presos, levavam armas, drogas, bilhetes e recados. Uma coisa que aconteceu no PCC muito impressionante é como as mulheres se aliaram a causa. Antes você tinha as mulheres de presos, que visitavam o marido, faziam sexo e iam embora. Hoje não, essas mulheres são partidárias do PCC, trabalham para o PCC. A mulher do Marcola, do Geléia, do Césinha, são mulheres que trabalharam pro PCC. Segundo elas: “Eu sou a primeira dama do PCC com muito orgulho”, talvez mais do que a mulher do Lula. Talvez a mulher do Lula não tenha sentido tanto orgulho em ser primeira dama de um líder, como sente a primeira dama do PCC. O respeito que ela tem dentro dessa comunidade é uma coisa impressionante. As mulheres do PCC, também contribuíram muito para essa comunicação de dentro para fora da cadeia, ou de uma cadeia para outra.

Existe alguma estratégia de comunicação ou um estrategista que pense essa comunicação do PCC?

Tem, a estratégia começou com um canadense, que era engenheiro, e estava preso na Casa de Detenção. Foi aí que o PCC, bem esperto, chegou ao cara. Foi ele o responsável pelo desenho do primeiro PABX do PCC. Todas as instruções foi dada por ele, o deveria ser comprado, como é que funcionava. Antes existia uma telefonista, que recebia a ligação, transferia e organizava as conferências, hoje é bem mais sofisticado. A polícia vive estourando centrais telefônicas do PCC, e eles abrem outra, e outra e outra. Essas centrais de telefonia são o coração da comunicação do PCC. As telefonistas são contratadas e ganham para isso. Em geral são mulheres de presos que recebem salário. O trabalho consiste em receber ligações, passar de uma cadeia para outra, passar ligação do preso para o parente, do preso para outra

cadeia, entre outras. Assim a comunicação vai funcionando, de forma organizada sim. Partiu de um desenho do canadense pra crescer, e hoje o PCC tem centrais telefônicas no Brasil inteiro.

Existe um porta-voz do PCC?

Na primeira administração, os próprios integrantes do PCC eram seus porta-vozes. Geléia, Césinha e Marcola sempre falaram menos. Com a dissolução da cúpula do PCC, um integrante foi considerado o porta-voz, que estava preso em Salvador. Era o porta-voz oficial, inclusive era o cara que conversava com a gente, os jornalistas. Ele se chamava Silvério. Era responsável em fazer as cartas dirigidas à autoridades e jornalistas, ele era um cara muito culto. Você observava citações de Ghandi. Nós tínhamos paralelamente conversas com o Geléia, Césinha e Marcola, mas quando era oficial, aviso a imprensa, era o Silvério quem redigia. Hoje o porta-voz do PCC é o Macarrão. O Macarrão hoje tem uma visão um pouco mais agressiva, tanto é que está havendo problemas dentro do PCC, porque ele tem uma visão mais radical do que o Marcola. O Marcola quer que as coisas aconteçam em paz, e ele não está gostando muito dessa paz. O PCC sempre teve contato com a imprensa, antes era o Silvério, que morreu, e hoje o Macarrão. O Macarrão que é mais falante, mais atuante, é realmente a pessoa que hoje filtra, passa os recados, e repassa as ordens que vem do Marcola e do Julinho Carambola.

Qual o papel da família para o PCC?

O preso hoje, dentro da cadeia, é tratado como lixo pelo Estado. Toma banho frio para não gastar luz, não tem sabonete, direito ao mínimo de higiene, entre outras coisas. Essa revolta também passa para a família, porque ela acompanha essa realidade que acontece lá dentro. Uma parte da raiva que o preso tem, passa para a mulher dele, o filho e a mãe. De ver como é que a coisa funciona, como o preso é roubado, até comida, revolta toda a família. Se alguém não levar o cobertor, ele morre de frio. Se não levar o colchão, ele dorme no cimento. O Estado diz que gasta R\$1600,00 com o preso, que segundo eles é muito bem tratado obrigado. Isso é uma inverdade. Você já tem essa consciência da família. Nesse meio surge um grupo que se compromete a melhorar isso, claro que a mulher do preso vai adorar a idéia. Existe o lado paternalista do PCC. Aquela historia de entregar cesta básica, é verdade. Alugar ônibus para levar as mulheres na cadeia, é verdade. Quanto custa uma passagem pra 400, 600 km? A filiação do PCC está toda no interior de São Paulo, à 300, 400, 500, 600 km daqui. São em grande maioria pobres. As pessoas não dispõem do dinheiro pra visitar o marido todo o final

de semana. O PCC é quem fornece a passagem para poder visitar. O PCC fornece a condução. Ao sair da Barra Funda, é o PCC quem paga. Todo esse lado do PCC favorece os familiares. Eles fornecem cesta básica, promovem quermesse na periferia, fazem fogueirinha de São João, até festa de natal com direito a distribuição de brinquedos. O familiar não iria buscar uma facção que promete melhorar a vida do marido dela dentro da cadeia apenas, eles melhoram a vida dela aqui fora também. Por isso essa grande participação das mulheres.

Como surgiu a experiência do PCC em lidar com os seus públicos de interesse?

O PCC sempre procurou criar o que ele achasse mais interessante. É claro que algumas coisas vieram do Comando Vermelho. Ele também compra e vende identidades, paga enterro, velório e a certidão de nascimento. Embora o PCC tenha copiado essa forma, ele sempre divulga de uma forma diferenciada, que não foi copiada. Funcionou no comando vermelho e funcionou no PCC também. Depois que os dois se aliaram, no tráfico de droga e de arma, houve muita troca de idéias, principalmente com o Césinha e o Geléia, que estavam presos com os integrantes do Comando Vermelho. Eles aprenderam algumas táticas e estratégias. O PCC sempre foi um pouco mais ousado que o Comando Vermelho, porque é mais organizado. O Comando Vermelho é uma organização que nem sempre tem um comando central. O PCC continua tendo um comando central, que é a sua força. Tem um cara que comanda, que segura as rédeas, é o “patrão”, por isso funciona tão bem. O PCC é atrevido, possui até página na internet, isso é fantástico. Sabe quem fez? Um preso no computador de um diretor na cadeia. Eles sempre tiveram um atrevimento maior, uma organização maior, a ponto de fazer uma página na internet. Conheça o PCC, saiba o que a gente pensa, veja o que foi publicado sobre a gente. Um site como eu tenho o meu. A polícia acabou tirando do ar somente dois anos depois que ele tava funcionando. Nem isso a polícia teve a competência de descobrir.

O que foram os ataques de maio?

O PCC tinha caixa, ou seja, dinheiro, que é um dos grandes truques da facção. O assalto em Fortaleza por integrantes do PCC, de R\$170.000.000, rendeu grande parcela para o comando. O PCC tem dinheiro, organização, gente, armas, coragem. O que o PCC queria era aparecer. Nada mais foi do que disse um de seus integrantes: ”Olha, nós vamos mostrar que o Estado está mentindo, nós vamos mostrar que não é verdade que nós acabamos, nós vamos mostrar que nós temos poder, nós vamos mostrar que a gente pode parar não 30 presídios, mas 70. A gente vai mostrar tem kamikaze saindo de um monte de buraco em São Paulo e aparecendo para nos servir”. O caso da Castelinho estava entalado na garganta deles, queriam vingança,

policiais mortos. Eles consideram a morte de policiais nos ataques uma forma de vingança pelo que aconteceu na Castelinho. O PCC tinha varias razões, primeiro um Estado que continuava negando seu poder. A rebelião que parou 30 presídios, tão logo acabou, o Geraldo Alckmin e o então secretário de segurança pública, deram uma entrevista dizendo que aquilo não tinha sido nada. “Ninguém morreu”. Ninguém morreu porque o PCC determinou que não era para matar. A rebelião era um aviso, que numa próxima poderia ser pior. Aquele foi um momento que o governo continuou dizendo: “Olha, não existe PCC. Existe, mas não tem esse poder que a imprensa está dizendo. A organização não é como todo mundo diz que é. São grupos paralelos que não tem um comando central”. Enfim, mentiras que o governo contou e conta a respeito da organização. Naquele momento o PCC queria ser compreendido da seguinte maneira: “Olha, a gente só não quer, como pode sair da cadeia, e vamos mostrar nossa força, principalmente aí fora, perante a classe média, diante da sociedade, do governo, Estado e para o secretário”.

O PCC ganhou ou perdeu com essas ações?

No entender deles, ganhou. Muitos especialistas tratam como prejuízo para o PCC aqueles dias de terror. O PCC, por contatos meus com os próprios líderes, me contam o contrário. Eles acham que aquilo foi uma vitória. Eles se vingaram das mortes na Castelinho, que é o primeiro grande trunfo desse resultado. Mostraram para sociedade que existem e tem força. Quem foi para a rua sabia que podia matar e morrer, isso já estava previsto. Existe grande facilidade de reposição entre os membros do PCC, não há preocupação em relação a isso. O lema do PCC é lutar até morrer, desde o começo. “Sabemos que vamos perder muitos, mas o que importa é que a gente vai conquistar o que queremos”. Eles doam suas vidas pela causa.

O PCC perdeu muito dinheiro com essas ações?

Perderam muito dinheiro, mas tinham bastante. O assalto ao banco central de Fortaleza, e mais dois assaltos que tinham feito aqui em São Paulo em empresas de valor, da qual levaram 32 milhões e da outra mais 18 milhões, proporcionaram a eles dinheiro suficiente para bancar os ataques. Dos 170 milhões, cerca de 25 milhões foram repassados ao caixa do PCC. Quando eu digo que o PCC foi um pouco mais astuto e inteligente do que o Comando Vermelho, além desses assaltos existe o “mensalão” do PCC. O preso paga uma mensalidade todo o mês, que vai de R\$25 a R\$500, dependendo do poder do preso. Imagina, você tem um público só em São Paulo de 150 mil pessoas para comprar uma rifa sua garantida todo mês. É uma grana fantástica, hoje custa 10 reais cada rifa. O “mensalão” do PCC, as rifas, os assaltos e a

fidelidade de quem rouba, destinando de 10% a 15% para o comando, fez o PCC ter o que é mais importante numa organização criminosa: dinheiro, ou melhor, capital de giro. De qualquer forma perdeu dinheiro, tanto é que agora os seqüestros voltaram a aumentar na cidade, e os assaltos a bancos também. O PCC tinha desistido de assaltar bancos, a não ser como em Fortaleza, bem planejado. Os bancos hoje estão bem precavidos, o sistema de segurança melhorou, além de guardarem menos dinheiro. A retirada de dinheiro dos bancos é mais freqüente. Passou a ser um negócio que não era tão interessante. De uns tempos pra cá, com a desistência do PCC em assaltar bancos, houve um relaxamento no investimento de segurança, que passaram a acumular dinheiro. Tanto que o assalto em Guarulhos rendeu 100 mil reais para o PCC. Dinheiro que hoje se você entrasse no banco, tinha 5 mil ou 10 mil em caixa. O PCC voltou a assaltar banco, a fazer seqüestro, porque precisa de dinheiro, para fortalecer o caixa, porque tem pretensões de um novo ataque na cidade de São Paulo.

Quando isso irá acontecer?

Já era para ter acontecido. Graças ao celular, a polícia fez escutas e descobriu o plano. Usou o guardião, que é um sistema fantástico. Você põe o seu numero do celular para grampear e todo mundo que você ligar, ou ligar para você é grampeado também, automaticamente. A polícia faz uma rede. Bandido liga pra bandido, que liga para outro bandido, para a mãe, mulher, namorada, um amigo, jornalista, ou seja, forma-se uma grande rede que também não interessa. Para rede deles interessa, porque é bandido ligando para bandido, dando ordem, recebendo resposta. A polícia conseguiu com esse guardião, um bom serviço de inteligência, trabalho fantástico. Assim ela descobriu os planos do PCC, que era para ter acontecido um ataque em setembro passado, que seria o “Setembro Negro”, como eles estavam chamando entre os presos. A primeira providência foi mandar o Juninho Carambola para o presídio de segurança máxima. Era ele quem estava coordenando. Afastaram também o Macarrão. Enfim, diluíram o comando impedindo as ações. Prenderam muita gente aqui fora, que fariam os ataques. Sufocaram esse ataque, mas não a vontade deles de fazer. Eles continuam com o plano. Existia uma dúvida se ira ser o “Setembro Negro” ou outra data mais próxima das eleições. O PCC também aprendeu à trabalhar um pouco politicamente.

Existe algum partido ou algumas pessoas ligadas a partidos, que procuram tirar proveito do PCC?

Como em todo lugar. Você tem advogados por exemplo, outro problema gravíssimo são os policiais que o PCC arranjou. O número de policiais que servem o PCC hoje é enorme, é

inimaginável para pessoas comuns. Uma vez eu estava numa delegacia e o delegado disse: “Eu tenho muito medo de quem trabalha comigo, porque não sei hoje quem é do PCC ou não”. São eles carcereiros, delegados, investigadores, diretores de presídio, tudo que o dinheiro compra. Alguns por dinheiro ou por simpatia, por incrível que pareça. Existem comerciantes, alguns obrigados a pagar, outros que pagam por serem simpáticos à causa, porque não querem ter problemas. Existe uma rede muito grande de fornecimento de dinheiro, onde aparecem políticos por de traz dos bastidores, que possuem relações com PCC, ajudam e dão idéias políticas. Desde deputados estaduais, federais; têm muita gente simpática ao PCC dentro do mundo político, embora o PCC procure tê-los afastados. O PCC não quer ter aquela idéia do Comando Vermelho de começo, por causa de contatos com os presos políticos. Ele se afasta um pouco, mas aceita ajuda, inclusive algumas idéias.

O jornalista está preparado para acompanhar essas questões do crime organizado?

Acho que poucos estão preparados para acompanhar, porque existe um problema muito grave na redação, que é o “foca”. A redação foi invadida hoje pelos foca filhos da classe média. Filhos dos amigos do patrão, que infelizmente invadiram a redação e ganham \$600,00 por mês e deixam uma C4 estacionada na porta da emissora ou rádio. Gente que tem dinheiro e não tem compromisso, não tem uma formação que consiga ver seus problemas e consiga separar um lado do outro. Hoje temos uma imprensa muito mancomunada, medrosa, assustada, que tem medo do secretário de governo, medo de peitá-lo, medo de cobrar o governador. Muitos programas policiais, onde o que interessa é o apresentador, o dono da emissora não entra em conflito porque depende dos delegados, do governador, do policial para continuar abastecendo o jornal. Diante disso são poucos os jornalistas preparados para lidar com o crime organizado.

A sociedade estava preparada para receber as informações dos ataques da forma como foi divulgada pela grande mídia?

Não estava! Eu até escrevo no meu livro que caiu a ficha na classe média naquele momento, talvez fosse uma das coisas que o PCC pretendia, de mostrar esse poder à classe média. Mas acho que não como o governo agiu, tentando fazer com que as pessoas achassem que o PCC era um problema do portão e da muralha para dentro. “Que se matem, morram, quanto mais se matar melhor. A sociedade viu que não era verdade e que o PCC era sim, como alguns jornalistas contavam, forte aqui do lado de fora. Daí assustou, causou revolta, protestos, cobranças. O que me deixou perplexa, indignada, é um problema que persiste desde 1993 e de

repente apareceu plantonistas, analistas e sociólogos de todos os cantos palpitando sobre a facção, análise que deveria ter sido feita e enfrentada a muito tempo. Acho que a classe média se assustou. E antes que você me pergunte, não concordo que a imprensa exagerou. Não concordo mesmo! Na época eu estava na Record, a gente não tinha equipe suficiente para cobrir os ataques que estavam acontecendo, pela quantidade de ocorrências. Você não tem noção de notícias que nem foram dadas porque não deu tempo. De quantos ataques ocorreram, passaram de 300. Foi um momento muito forte, que a sociedade se assustou, que as pessoas não foram dar aula, que as pessoas não foram à escola. Homens armados, saindo nas ruas. Eu não acho que a imprensa exagerou, ela errou em alguns momentos, é diferente. Nós não demos se quer uma notícia de um ataque que não fosse verdadeira. A imprensa disse que foram 65 ônibus queimados, é porque foram 65 ônibus queimados. Então não houve exagero. Os números dos ataques já mostram o tamanho dos ataques. Houve erro de algumas emissoras. Como aconteceu, infelizmente, na própria TV Record. Mandaram uma “foca” para fazer uma cobertura ao vivo, em frente ao DENARC. Ao invés de colocar uma pessoa com experiência para ficar no microfone, puseram uma que não tinha experiência. Dois anos de carreira, não que isso seja pouco, mas é que a pessoa não cobre nada de polícia. Daí passou um tira, que socorre muito, apesar de se divertirem com os porcos, e disse para ela “Foi dado o toque de recolher na cidade“, e ela não consultou ninguém, os mais experientes, não contou para a redação, não confirmou com o chefe da delegacia, que era o Bittencourt, e foi na ânsia de ser a primeira a dar a notícia. Pegou o microfone e disse: “Foi decretado o toque de recolher a cerca de 15 minutos em São Paulo”. Porra, fodeu! A casa caiu! “Porra, quem disse?”. “Ah, um tira que passou aqui”. “Putá que pariu”! Daí já começou a ligar governador, secretário, policial e o diabo pra Record, falando que não foi decretado toque de recolher coisa nenhuma. Imagina você ter que aparecer no ar e dizer assim: “Olha, não houve toque de recolher, a foca errou”. Isso foi um erro gravíssimo, causado por essa falta de estrutura que domina hoje as redações.

Você se sentiu como vítima ou telespectadora durante os ataques?

Eu me senti como os dois. Os três, aliás! Vítima, telespectadora e profissional. Eu estava trabalhando. Vi-me como vitima, impotente diante da situação e com muita raiva de saber que isso poderia ser evitado se tivesse sido feito um trabalho correto, desde o começo. Vi-me como telespectadora e como profissional, infelizmente pensando: “Poxa, eu sabia que isso ia acontecer, eu tinha certeza que um dia chegaria a isso, eu tinha certeza que um dia o PCC iria querer dar esse recado dessa forma violenta”. Fariam uma passeata na Paulista, como faz a

burguesia, ou realizariam um ataque, como aconteceu. Durante meus 20 anos de carreira, escuto a mesma mentira das autoridades: “Isso é exagero, não existe, não é assim, é pequeno”. Lembro-me que o Godofredo Bittencourt, diretor do DENARC, quando aconteceu o primeiro ataque; eu falei para minha redação: ”É o PCC!”. O Godofredo estava dizendo: “Quem disse que foi o PCC? Você jornalista? Você ta garantindo que é o PCC? Porque nós não sabemos nem se um ataque tem relação com o outro, ou se é só coincidência”. O Nelson Guimarães, um delegado muito competente, costuma dizer o seguinte: “Coincidência demais, não é coincidência.” Quinze ataques, e o chefe do DENARC dando uma entrevista coletiva, dizendo que não sabia ainda se era o PCC, e sequer se os ataques tinham co-relação entre si. Você é obrigada a virar e falar: “Desculpa delegado, mas está escrito trouxe aqui na minha testa? Demorou, a polícia sabia que ia acontecer, tinha informações do que aconteceria. Não houve sequer um plantão reforçado. Precisou sair correndo para tirar nego de folga em casa, chamar policial e pegar os batalhões para enfiar todo mundo dentro dos presídios. Um sistema de emergência, na correria, que já poderia estar pronto.. Sabemos o que vai acontecer? Vamos nos preparar para isso. No ano de 2000, você andava no Rio de Janeiro, tinha polícia, exército, trator e o diabo. Tomasse essa mesma decisão, porque não tomou? Porque o governo não queria mostrar que estava fazendo isso pra se precaver, pra se prevenir, como também não calculou o tamanho do negócio. O próprio governo achou, não calculou o quanto seria a proporção dos ataques, com isso teve que correr atrás do prejuízo e, ja era tarde demais. Respondeu com mortes. Gente inocente morreu, a polícia fez teatro, mataram seus próprios desafetos. Chegou a um ponto de policial matar o outro, e jogar a culpa no PCC, porque era desafeto. Ele queria matar o cara, aproveitou o momento, botou uma máscara ninja e matou o companheiro dele, além da irmã que saiu na janela, temeroso de que ela reconhecesse a moto. Aquela morte foi atribuída ao PCC, e na verdade não foi. Foi uma loucura, que ate a própria polícia usou do momento para matar seus desafetos, seja um traficante do bairro que estava enchendo o saco até pessoas que nada tinham. Foi uma confusão incrível que aconteceu ali.

O PCC manipulou a mídia ou a mídia manipulou o PCC nos ataques?

Eu acho que nem um, nem outro. Não houve manipulação. Isso é o discurso que o Estado usa. Você vê o crime crescendo, o crime se organizando, o criminoso mais violento e só escuta que: “A culpa é da mídia, a mídia glorifica o bandido, a mídia que deu um espaço para o PCC.” Não! O PCC conquistou espaço e por isso a mídia passou a mostrar isso. O Fernandinho Beira-Mar , quando apareceu pela primeira vez numa reportagem, já era bandido há 12 anos e o maior traficante do país. Quando a mídia descobriu, a mídia foi e falou: “Olha,

esse cara, ele é maior traficante do país, ele faz tráfico internacional”. Depois escutamos das autoridades que estamos glorificando o Fernandinho, não deveríamos contar para a população que existe o PCC, o melhor é esconder, porque aí as pessoas não ficam com essa sensação de insegurança. Quando terminaram esses ataques, de novo o governo foi aos microfones e disse: “A imprensa exagerou, a imprensa *glamouriza*”. Parece que eles convencem a classe média disso, os estudiosos e sociólogos de plantão disso. Eu vivo sendo chamada pra dar entrevista, para discutir esse assunto. A inoperância do Estado, ninguém diz nada. Sempre a culpa é da imprensa. Nós criamos o PCC, nós engordamos o PCC, nós valorizamos o PCC. Eu escrevi um livro sobre o PCC e teve gente que disse: “Isso é *glamourizar* o PCC, você não devia escrever esse livro.” Então a gente não deveria escrever sobre a segunda guerra mundial, “DOICODE”, sobre a fome no Brasil, entre outras tantas coisas. Vamos esconder a realidade. Assim as autoridades folgaram muito em jogar a própria culpa na imprensa. Convencem a classe média de que o bicho é pequeno e que a gente que faz ser grande. Talvez nesse momento, o PCC tenha mostrado para essa classe média que escuta esse falso discurso do governo, que não é bem assim.

Qual é o limite da imprensa em atralhar a polícia, em glorificar o crime e ajudar a sociedade?

Eu costumo dizer o seguinte: “Eu não sou polícia, eu não sou dedo duro, mas sou profissional responsável.” Eu sempre tive um acordo com o PCC: “Se vocês me contarem o crime que vai acontecer, eu vou dedar,”. Minha obrigação profissional é a de cidadã. Eu convenci o PCC a deixar de fazer crimes bárbaros. Eles queriam explodir a Imigrantes. Queriam botar um caminhão que roubaram do exército, com muita facilidade, cheio de C4, um explosivo poderosíssimo. Queriam explodir a ponte da Imigrantes para mostrar para o governo e sociedade que existiam. Eu os convenci com o discurso de que, da mesma forma que eles ficavam putos e não concordavam com a polícia descontar nas mulheres e filhos deles, o que eles queriam fazer era igual. Eles não tinham que descontar na sociedade, o problema deles era com a polícia e o Estado. Eu sempre tive esse acordo, se me conta eu vou falar. Quando a filha do diretor da cadeia foi seqüestrada, a médica Eulália, o Césinha e o Geléia me ligaram e falaram a seqüestraram. Eu falei: “Então agora vocês se ferraram, porque vou contar para o delegado, porque eu sempre falei isso pra vocês”. “Ah beleza, então você fala que nós assumimos a autoria.” Fui até o Wagner Jutzi, lá em Taubaté, e falei: “Wagner, posso conversar com você um pouquinho? O seguinte, foi o PCC.” Ele respondeu: “Porra, pra você tudo foi o PCC, não foi, nós estamos numa linha muito diferente.” Eu falei: “Então, você está

na linha errada, porque eu sei que a mulher está até num cativado em Santos. Cara, se vira e procura. Porque eles me falaram e estão assumindo a autoria.” “Não, não é” “Bom, então tá legal, a minha parte eu fiz”. Avisei os dois porque é minha obrigação profissional. Eu estava na CPI de sistema carcerário, a gente veio em Pinheiros, e eles não queriam me deixar entrar. Os deputados peitaram e falaram: “Não, ela conhece a realidade do sistema, e por isso que ela está fazendo um vídeo para gente”. É coisa que não me incomoda, tenho minha consciência profissional e eu sei o que eu fiz e o que eu faço. Se recebo uma notícia, vou checar e dar essa notícia. De onde ela veio, que fonte? Isso eu tenho sigilo. Terminado ou mesmo durante os ataques, é claro que eu conversei com os integrantes do PCC. É claro que eu perguntei quando é que iria terminar. E é claro também que como cidadã, sugeri que parassem com aquilo, disse que não era o caminho, embora eles achassem que era. Discuti com eles. Tive uma discussão com um preso certa vez: “Olha, me esquece que eu não quero mais saber”, ele decidiu matar a mulher porque tinha sido traído. Uma mulher que durante anos, fez ele sobreviver dentro da cadeia. Ai eles se separaram, ela arrumou outro cara. E o cara queria matar, pior do que isso, queria matar o filho primeiro pra fazê-la sofrer. Então eu falei: “Geléia, se você fizer isso, acabou qualquer conversa entre a gente, nunca mais você ouse ligar para o meu celular.” Ele desistiu, repensou depois me ligou e disse: “Ah, você tem razão, a criança não tem nada a ver com isso. É mesmo, quanta gente já foi chifrada.” E eu falei : “Para com essa mania machista.” A própria seqüestrada, não foi morta por pouco, eles fizeram um júri e resolveram matar a Eulália, a filha do diretor. O Pedrosa várias vezes me agradeceu pela vida da filha, porque ele soube que intercedi. Quando eles decidiram matar, eu fui pra cima e falei: “Oh, espera aí, é a mesma coisa que seqüestrarem o filho de vocês e matar, quem não tem nada com isso. A Eulália se formou médica, foi pra outro caminho, não quer nem saber da carreira do pai. Pô surtou?”. Às vezes até penso, eu deveria ter feito isso? Acho que sim! Se eu pude ajudar, com meu discurso, a salvar uma vida, vou ajudar. Você pode dizer: “Ah, os presos do PCC confiam em você?” Confiam sim! Muitos delegados confiam em mim. Eu tenho a confiança dos dois lados, porque sempre trabalhei numa linha, que é dar a notícia, é checar a notícia, informar muitas vezes a polícia da notícia. Se ela não acreditou e, não foi atrás, aí já não é problema meu. Eu não sou polícia, não é minha função prender ou não prender alguém, analisar ou não analisar a situação. Eu como cidadã, é claro, analiso o aumento da criminalidade, a violência da criminalidade, como a gente está exposto a ela, desde as incompetências da polícia, as incompetências do governo, até a organização do crime. Eu nunca fui amiga de bandido, como muitos costumam dizer. Eu e outros jornalistas somos muito criticados por essa relação de receber telefonema do PCC, ter contato e conversar.

Geralmente as experiências são transformadas em matéria. Certo dia me liga um preso: “Ó, o somos do PCC aqui de tal cadeia. O negócio é o seguinte cara, nós tamo trancado aqui dentro. Os caras soldaram a porta e largaram a gente. Tão jogando comida pelo teto, tamo aqui no meio da merda, da sujeira, da imundice, porque o diretor decidiu que é assim que ele vai dar castigo pra gente”. Óbvio, que eu estava numa emissora. Falei para o meu chefe: “Meu, vamos pegar o helicóptero e sobrevoar essa porra para ver se é isso mesmo.” Sobrevoamos e constatamos que isso realmente era verdade. Veio gente da ONU para cá, por causa desse episódio. Dois presos morreram e os cadáveres estavam ali apodrecendo, gente machucada. Terminou a pena de um preso que pesava cento e poucos quilos e eles amarraram o preso e içaram lá de cima. Quer dizer, o que estava acontecendo lá era bárbaro. O PCC denunciou, a gente foi e constatou que era verdadeiro, demos a notícia. Daí o Estado foi lá e resolveu. Pediu desculpas para o pessoal dos Direitos Humanos e demitiu o diretor. Eu fiz a minha função de jornalista. Recebo uma informação, chequei e mostrei o que era a realidade. Se foi o PCC que avisou, a mulher do preso, ou o carcereiro, pra mim não faz diferença. Faz diferença que aquilo lá era verdadeiro e bárbaro. A gente tem uma lei de imprensa, cobrasse dele isso. Se ele repetiu a imagem que já tinha rolado, se não esta ao vivo e esta acontecendo é passivo de processo, de perder o diploma e não exercer mais da profissão. Vamos cobrar o cara que fez isso, o cara que inventou a notícia, o repórter que deu o toque de recolher, a emissora que deixou dar o toque de recolher. Tem uma lei que rege, tem uma lei do bom senso que nos rege. O Estado tem se colocado na postura dos “três macaquinhos” e simplesmente se limita a dizer que foi culpa da imprensa. Acho que o papel da comunicação continuarmos falando, embora a gente vá continuar tomando bordoadas, continuar sendo apontado como amigos dos bandidos, ter nossos telefones grampeados, governo dizendo que a gente faz apologia ao crime, faz o bandido ficar famoso. O papel da comunicação é continuar chato, pentelho, ativo. Cobrar e mostrar o que esta acontecendo, se dói ou se incomoda. Se não tem como mostrar a competência, também não tem que esconder. Sou totalmente contraria a esconder, contrária a essas posturas que a gente que faz do bandido famoso, o PCC existe, porque ele aconteceu, cresceu, tomou o buraco que o governo deixou, inclusive social. Porque o PCC hoje faz, e faz o que o Comando Vermelho fazia: registro de nascimento e morte, paga o velório, compra as flores, consola a mãe, compra cesta básica para a família. Com isso ocuparam esse espaço que o governo deixou.

Você tem medo dessa sua relação com o PCC?

Tenho! Não é só o PCC, tenho muito medo da polícia. A polícia me apavora. O bandido me apavora, mas a polícia também. É terrível chegar num ponto desses. Certa vez fiz uma reportagem num presídio especial da polícia civil de São Paulo, que para mim não deveria se chamar especial, pois abriga ex-policiais envolvidos em crimes. Para mim quem está lá não é polícia, é bandido, porque lá tem traficante, assassino e ladrão. O cara “foi” polícia. O cara que com a farda pratica um crime é pior do que o outro. Porque o outro eu sei que tem uma ficha criminal de 2 metros e fala: “Eu sou bandido e foda-se”. Agora o policial não, finge que é a lei, a autoridade, portanto é mais perigoso. Desse que eu tenho medo. Quando fiz a reportagem no presídio, mostrei que eles saíam, passeavam, tinham telefone a disposição, faziam churrasco, tomavam cerveja. Uma tremenda mordomia. Eu fui muito ameaçada por policiais que estavam lá dentro, e que estavam aqui fora, pois ficaram revoltados com a matéria. Eles querem que aquela mordomia seja mantida, porque se ele virar bandido, é aquilo que ele quer. Aqui de fora, delegado, investigador, vieram me questionar: “Por que você mostrou aquilo? São nossos amigos que estão lá, são nossos companheiros.”. Eu falei: “Não, são bandidos que estão lá. Me desculpa delegado, se você um dia estiver lá, pra mim você vai ser bandido”. Eu sofri a revolta de muitos policiais daqui do lado de fora, por ter feito essas reportagens. Foram cinco reportagens especiais no Jornal da Band, 5 minutos cada uma, mas que causou indignação. Eu tenho mais medo da polícia do que do bandido. O bandido joga limpo, por incrível que pareça, o policial nem sempre. Policiais que eu confiava, depois eu vi preso, por ser integrante do PCC. Policiais com quem eu troquei idéia sobre o crime organizado. Imagina você como profissional, se senta com o delegado, e fala: “Ó, funciona mais ou menos assim, pô e tal coisa”, aí você dá umas dicas pro delegado e no dia seguinte você o vê preso, porque é do PCC. Como é que você fica? Ele pode chegar no PCC e dizer que você está inventando história. A polícia bandida é muito mais perigosa do que o bandido.

Onde fica a moral nisso tudo?

Não fica. Infelizmente hoje você tem muito mais moral entre os bandidos, porque eles determinam uma regra e a seguem. Uma regra errada, torta, irregular, ou seja, uma regra do bandido. Se você encarar para o lado da fidelidade, ele é fiel a regra que é determinada. O policial não, ele foge do papel que se propôs a fazer. Eu estava na porta do DENARC, gravando um *off* (quando se faz um texto e fica gravando), dentro da viatura da Band, vidro insufilmado, com o cinegrafista gravando o texto da matéria, daí eu comecei a ouvir uma conversa do lado. Essa conversa estava atrapalhando a minha gravação. Então eu falei paa o cinegrafista: “Vamos esperar o cara terminar o telefonema”. O carro estava parado na

pracinha em frente à delegacia. Depois de um tempo abri o vidro por causa do calor, e fiquei esperando o cara terminar a conversa. A conversa era o seguinte: "Olha o delegado quer R\$80.000,00 cara, se você não der o seu irmão vai ficar preso. Eles pegaram o seu irmão e prenderam faz 2 horas. Eu estou lá com a equipe e eles querem essa quantia, porque são 7 tiras e um delegado, 10mil pra cada um". O cara do outro lado falava: "Onde que eu vou arrumar o dinheiro, como eu vou arrumar." "Eu não sei meu, mas se você quer o seu irmão na rua, você traz os 80 paus aqui, senão eu não posso fazer mais nada". Eu não acreditava, sai do carro e falei para o advogado: "Eu escutei essa história, você quer botar uma câmera escondida? A gente põe uma câmera escondida e você vai lá e negocia. A gente derruba pelo menos esses 8 malditos policiais". "Pô você é louca? Você quer que eu morra? Você sabe quantas vezes eu já fiz isso? Não é a primeira"! Sei que no final da historia o irmão arrumou o dinheiro e pagou. O bandido que diz que tina uma ficha de 25 metros, saiu pela porta da frente do DENARC, e os 8 policiais receberam os 80 mil reais. Fiquei com a frustração de só poder contar essa história e não ter podido comprová-la. Moral? Não sei, eu acho que não tem mais. Não tem mais moral do dono na emissora que compactua com o governo, não tem moral o governo que tem coragem de pedir para a emissora não dizer mais o nome do PCC. Não tem moral na sociedade, que quer que o preso se ferre mesmo atrás das grades, e só quando sai aqui para fora incomoda, não tem moral de pensar que esse cara recuperado pode ser um cidadão, que não cometa mais crimes. Ficou tudo simplista. Mata, morre e está tudo certo

Existe solução?

Existe, mas é muito difícil. Esse comprometimento com a policia e bandido é muito forte. Ai você vai dizer, poxa, é só 10%. Mas é 10% que causam um estrago muito grande. Existem policiais competentes, como esse delegado que eu te contei, que hoje tem medo do que ele fala, porque o parceiro dele que está lá, pode ser do PCC. Veja em que ponto a gente chegou. É muito perigoso. Assim, de cara não se resolve, porque não se quer. Não se pode ter um delegado que tem uma casa que pegue 5 quadras no Morumbi, que tem uma *fitness* na cobertura, além das 4 piscinas. Alguma coisa esta errada. Eu conheço delegado rico, porque vem de família rica, e resolveu ser policia porque gosta, tem tesão, trabalha legal. Agora conheço muito policial que ficou rico. A primeira coisa que precisa ser feito é: quando o cara entrar na polícia, fazer uma declaração dos bens dele, além da existência de uma corregedoria atuante, que sorteasse 10 por ano e fosse ver o que ele tem. Você encontra um carcereiro que chega para trabalhar na penitenciaria com uma Kavazaki 1000, com um *roléx*, e uma corrente enorme de ouro no pescoço, que eu trabalhando 20 anos como repórter, não teria dinheiro

para pagar. Você pensa, poxa eu tenho um carro mil e todos os dias que eu conheço tem carros que custam pelo menos cem mil. É muito obvio, é muito na cara, mas ninguém denuncia, porque também vai fazer ou entrar no esquema. É preciso começar com uma corregedoria mais atuante, com cobrança dos policiais, resolver o problema salarial da polícia, que também parte aí. Levaria muitos anos pra uma solução. Não vejo coragem para mexer, para todos interessa mais esconder essa realidade do que assumir a mudança.

Qual é o papel da sociedade nesse contexto?

Partiria da cobrança do que não acontece. É com todo respeito às vítimas, o que eu vou te falar, porque para mim cada morte não deveria ter acontecido, mas eu fico indignada quando as pessoas da classe média alta fazem camisetinhas com seu defunto desenhado nela, e fazem uma passeata na Avenida Paulista ou em Copacabana, como se isso fosse resolver o problema. Esquecem-se que todo dia, só em São Paulo, 20 pessoas morrem na periferia, também de forma violenta, também de forma bárbara. A nossa sociedade é muito omissa. Quando eu digo classe média alta, burguesia, é porque teria que partir deles essa atitude. Você não pode cobrar das classes mais pobres. Se nós temos a possibilidade de estudar, aprender, analisar e saber o que está errado, muito mais do que quem não teve essa oportunidade, é fundamental que se tenha atitude. Se você come mal na sua infância, você vai ser menos inteligente do que quem comeu bem. Isso é biológico. A gente aprendeu para que? Para defender o nosso defunto em nossas camisetas, nossa casa, nosso carrinho, nosso patrimônio material. Quando o vizinho é assaltado, não dói como quando acontece a você. A sociedade, a classe média e a classe alta hoje, são muito egoístas. Pouco preocupados com essa outra classe, que é a que gera a violência. Pode-se dizer: “Ah, então só pobre que é bandido?”. A maioria. Existem filhos da classe média bandidos, mas numa proporção muito menor, porque ele não precisa ser. Ele é bem tratado, come bem, se veste bem, faz 18 anos e ganha um carro, não passa dificuldades, a mãe dele não é prostituta, o pai não é ladrão, não passa privação, a polícia não te olha porque você é pobre, peita e já sai dando pancada. Falta moral pra sociedade. Falta dizer assim: ”Poxa, e aí, o que a gente vai fazer? O que a gente pode fazer? O que a gente deve fazer? O que vamos fazer.?” Ao invés de ficar só circulando em Ipanema ou na Paulista quando morre a dentista. Você já viu alguma manchete ou em algum jornal ou na televisão: “Morreu filho de pobre hoje de manhã?” Nunca? O quê que você vê? “Morre dentista, engenheiro é morto em farol”. Diploma é importante para a imprensa. O defunto que tem diploma vira notícia. Um dia cheguei na redação e falei para o meu chefe: “Olha, um garoto de 9 anos foi baleado e morreu. Uma história muito triste, ele ia para a escola, a mãe

deu um real e ele resolveu atravessar a rua para comprar um pastel para levar de lanche. Quando ele estava atravessando, polícia e bandidos trocavam tiros na periferia de São Paulo, uma das balas acertou a cabeça do menino, que morreu. Sugerir que a gente fizesse a reportagem contando o desespero da mãe, e que é o nosso dia-a-dia, desse confronto na periferia, que é diferente do Rio, a classe média que finge que não vê, porque é longe, não é como lá asfalto e morro tão perto. Meu chefe disse; “Ah, mas a mãe dele faz o que?”, eu falei “A mãe dele é doméstica, o pai dele é pedreiro.” “Não, não vamos fazer não, vamos investir em outra história.” Pô eu fiquei revoltada, com muita raiva. No dia seguinte, eu chego lá, tinham matado um rapaz de 18 anos, filho de classe média, estudante de jornalismo no farol do Morumbi. Ele tinha acabado de ganhar do pai um carro zero bala porque fez 18 anos, o garoto que o assaltou também fazia aniversário de 18 anos, e foi roubar o carro para poder fazer uma festa. História triste. O filho do seu Jorge Damos inclusive. Quando cheguei na redação meu chefe estava desesperado pra que eu fosse logo pro local fazer a matéria do rapaz que morreu com o tiro na cabeça. Eu gostaria de ter feito esse e o garoto do pastel, mas eu não pude. Eu fiz só esse, porque era filho de rico, foi no Morumbi. Uma história eu pude contar e a outra não. O que eu acho disso? Acho uma falta de moral. É por isso que a coisa está tão ruim, porque a gente só fica olhando pro nosso rabo. Quando atinge o nosso rabo é que a gente reclama, se não, a gente deixa quieto, deixa passar ou deixa como está.

Personagem V**Data:** 10 de novembro de 2008**Início da Entrevista:** 10h24min**Encerramento:** 12h12min**Formação:** Profissional do Direito**Função que exerceu em junho de 2006:** Procuradora Regional da República**Qual é o seu entendimento sobre organizações criminosas?**

Organização criminosa, pelo menos no Brasil, é um conceito que ainda é pouco trabalhado. Porque a figura do código penal se prende muito ao conceito de quadrilha, ou bando. Isso simplesmente corresponde a uma reunião de mais de 3 pessoas para cometer um crime. Organização criminosa é algo muito mais complexo do que isso, é algo muito maior. São muitas vezes sistemas inteiros que funciona, parte licitamente e parte ilicitamente. Muitas vezes as pessoas sequer se conhecem. As informações são bastante compartimentadas. Organização criminosa é algo muito maior do que isso. Hoje em dia se observa, pelo menos em termos de quadrilhas na lavagem de dinheiro, arquivos ou no tráfico de entorpecentes; que essas organizações criminosas estão ficando cada vez mais transnacionais. É curioso, porque antigamente o crime era de quadrilhas de bairro, de Estado e depois do país. Esse conceito de organização criminosa é porque ela é mais ou menos uma marca. É algo diferente do que a gente tem por legal no código penal, de conceito de quadrilha, porque organização criminosa é algo que não é definido em lei.

E como você trabalha dentro dessas questões legais, a identificação e mesmo o processo junto a uma organização criminosa?

Bem, aqui os nossos processos são completos. Por se tratar de justiça federal, nós só lidamos com crimes federais. Os crimes federais são geralmente o tráfico de entorpecentes e lavagem de dinheiro, crimes que necessariamente tem uma concorrência nacional, ou seja, a pessoa que vai trazer ou está trazendo drogas de fora, de outro país para cá; as transferências de dinheiro, o ocultamento de bens, de um modo geral feitos no sistema bancário e com sistema financeiro internacional. Com isso, basicamente, identificamos várias organizações criminosas. Não existe assim uma espécie de crime organizado. É comum usarmos o termo “delito universal”, porque todo mundo está ligado a todo mundo. Você pega, por exemplo, um sujeito que é personagem da corrupção, como Marcos Valério. Ele está ligado nesse sistema do “mensalão”, tem até o “mensalinho”. Daniel Dantas, por exemplo, é outro personagem,

que circunda em vários sistemas criminosos. Aqui identificamos muito facilmente esse tipo de quadrilhas, um conceito bem diferente de organização criminosa.

Além do tráfico e lavagem de dinheiro, quais outras práticas de crime organizado acontecem no Brasil?

Na Procuradoria da República nós temos vários casos de tráfico de pessoas. Inclusive a Interpol está fazendo um trabalho muito bom a respeito de tráfico de pessoas. Nós lidamos também com crime cibernéticos e redes de pedofilia. Essas redes de pedofilia também, ao meu entender, são organizações criminosas. Atualmente estou analisando um sujeito no Pará, de 50 anos, que fica trocando fotos eróticas de sexo explícito com crianças pela internet. Esse é um caso geral. Nós temos verdadeiras redes de pedofilia pela internet. Esse é outro aspecto que a gente pode falar sobre organização criminosa. Trabalho escravo nós temos vários casos em organizações do Pará, principalmente envolvidas com a extração ilegal de madeira, da amêndoa, do babaçu. Colocam crianças de 8, 9 anos para quebrar o babaçu, que é muito duro. As crianças saem da escola para trabalhar. Isso corresponde a uma série de bens jurídicos atingidos, lesados, por essas organizações criminosas. Elas nunca cometem um delito só.

Quais são as organizações criminosas que você identifica hoje, atuantes no Brasil?

De uma maneira geral, existem as tradicionais como Yakusa, CosaNostra, Máfia Russa, etc, ou do morro como o PCC, Comando Vermelho, a ABA entre outras. No meu trabalho encontro também organizações criminosas estatais, ou seja, são verdadeiras organizações que se instalam no poder público, ou a partir do poder público. Isso acontece sempre com a concorrência, infelizmente, dos servidores públicos. Essas organizações são grupos que atuam, permeiam a camada do serviço público, tanto municipal quanto federal.

Você se recorda quando ouviu falar do PCC pela primeira vez?

Profissionalmente, eu ouvi falar do PCC faz uns 10 anos atrás. Era uma organização ligada aos presídios estaduais. São presos de processos com a justiça estadual, as quais não têm contato aqui. Por colegas do Ministério Público Estadual, nós tínhamos notícias de que havia essa organização nos presídios, uma rede criminosa que estava se formando nos presídios.

Qual o seu entendimento sobre o funcionamento do PCC?

O PCC é uma empresa. Eu vejo o PCC muito mais como uma empresa do que uma organização de presidiários. Uma empresa no sentido puro da palavra, não uma empresa

legalmente constituída, com CNPJ, sede, e tal. Eles têm um tipo de cúpula executiva, além de uma terceira diretoria: as regionais. Podemos chamar de auxiliares, as gerencias que vai abaixando até os funcionários mais simples. Inclusive, os colegas do Ministério Público Estadual chegaram a pegar livros contábeis, mesmo que rudimentares, mas contábeis: de pagamentos de salário, décimo terceiro, cesta de natal, etc. O PCC funciona como uma empresa, só que não legalmente constituída. Toda a característica, a estrutura é como uma empresa.

Você acredita em uma ideologia no PCC?

Eu acredito em uma ideologia do poder. Na verdade as pessoas só cometem crimes por dois motivos, a menos que sejam um crime passional envolvendo amor, sexo, aqueles elementos todos de romance policial. Pessoas só cometem crime por dinheiro e poder. Quem tem dinheiro tem poder e, normalmente quem tem poder, tem dinheiro. A ideologia deles é essa, se impor como um Estado paralelo. Isso tem um complemento de responsabilidade do próprio Estado, porque eles atuam mais fortemente nos lugares onde o Estado não está. O Estado Brasileiro é muito fraco. Nós temos excesso de servidores públicos, uma cidade inteira formada por eles chamada de Brasília. Diga-se um serviço público ineficiente, ineficaz, ausente, em visão da população. Isso advém de uma série de fatores que começam lá nas emendas, no orçamento, na liberação de verbas. Então quer dizer que aquele deputado federal, de um estado obscuro da nação, consegue milhões de verbas para politicamente distribuir entre seus prefeitos correligionários, só que aí ele já fica com uma parte, o prefeito também, o que sobra ao cidadão e muito pouco. Existe dinheiro, mas a estrutura é falha e não deixa com que o serviço do Estado chegue até a população.

Você acredita que o próprio PCC nasça de uma necessidade social, e principalmente, de uma omissão do Estado?

Se você tem um Estado forte, tem presença. Quando eu digo um Estado forte, não é um Estado armado, ou um Estado militar, é o Estado cidadão. Se você tem um bom saneamento básico, moradia, emprego, as pessoas não vão precisar buscar o crime como meio de subsistência. Hoje, por exemplo, um jovem de 17 anos, 16 anos, como menor e aprendiz, quando muito vai ganhar R\$300 à R\$400 reais. Atuando como “aviãozinho” do tráfico é capaz de tirar R\$10.000 por mês. É um dinheiro fácil. Nessas comunidades, exatamente até pela falta de infra-estrutura, aquela vida vale muito pouco.

Você acredita que a questão do dinheiro seja a maior motivação dessas pessoas para ingressar no PCC, mesmo dentro dos presídios, ou existe outro fator na formação organizada?

Dinheiro talvez seja o primeiro fator, as pessoas se interessam por dinheiro. Por outro lado, a gente tem notícias de pessoas que são praticamente coagidas a entrar no esquema. Isso a gente vê nitidamente e, infelizmente, com as mulheres. A mulher se apaixona por um determinado cidadão, sendo ele integrante do PCC, que acaba obrigando-a fazer determinadas “coisas” ilícitas. Ela o faz por amor, para não perder seu homem. Hoje em dia, se você fizer uma pesquisa nos presídios estaduais, onde está essa maior massa, é possível comprovar. A mulher criminoso presa em presídio federal tem outro perfil. Na estadual são praticamente analfabetas, possuem vários filhos, geralmente um de cada pai.. A necessidade da fêmea em ter seu macho, o provedor ao lado, é grande. Existe uma série de fatores psicológicos, sociológicos, e outros que levam a isso. Nos presídios, a maioria das mulheres que lá estão por tráfico, pequenos furtos e participação em um crime, está devido ao companheiro.

A própria imagem hoje do bandido é sedutora?

Existe o componente da sedução, tanto do bandido quanto do policial. Quando digo sedução, não é sedução só sensual, erótica, mas um poder de sedução social. O criminoso é visto como aquela pessoa que tem um algo mais, que pode ser normalmente a arma, legalizada ou não. Eu vejo como um glamour. Eles mesmos se autodenominam com esse nome diante da comunidade.

Diante disso, como que você vê o papel da mulher no PCC?

O PCC é uma organização muito machista. A mulher acaba entrando nesse meio, dificilmente como voluntária, mas para auxiliar o seu homem. Raramente elas pegam em arma. O auxílio é prestado por favorecimento pessoal, ou seja, abrigando pessoas em casa, tomando conta do cativo, cedendo nome para fazer conta laranja, sendo sócia de empresas fantasmas. Isso tem uma raiz sociológica. Recentemente li um estudo de uma universidade inglesa, sobre “Por que as mulheres se envolvem menos em um crime?”. Se você olhar o universo de criminológico, existem de 85 a 90 caracterizações legais para todos os crimes que são cometidos em um conjunto de tipos, lugares e etc. Esse estudo sociológico chegou à conclusão que a mulher, em primeira instância, é criada para ser dona da casa. Aquela criação que a gente tem em sentir-se responsável por manter uma geladeira cheia, ou fazer milagres com o que tem para alimentar sua prole, é característica de valores da família. Esse extinto de

sobrevivência de não querer que seus amores sofram, principalmente os filhos, transforma a mulher em leoa. Assim, a mulher leoa luta com unhas e dentes para manter sua cria intacta e nisso, se inclui a família de um modo geral: os pais, os irmãos, e o seu homem. Ela tem esse componente de valores que a espécie do sexo masculino não tem, ou tem em grau menor. Por isso que a mulher quando se envolve no crime, normalmente como no caso do PCC, é a serviço de um dos seus amores: filhos, marido companheiros, irmãos, ou pai.

Diante disso, você acredita que a família tem um papel decisivo na própria constituição, e nas próprias características que o PCC tem?

Com certeza. Todos os membros do PCC vêm de famílias desestruturadas. Então, normalmente não são famílias tradicionais, do tipo que tem um pai, mãe, irmãos e uma casa por exemplo. Quando sabem quem é o pai, em 70% dos casos ele não vive com a família ou já é falecido. Em muitos casos, eles não sabem quem é o pai. Muitos têm na figura da mãe, a única responsável. A mãe, até por essa carga maior que a mulher é obrigada nessa situação a suportar, acaba indo para o alcoolismo, depressão, ou para prostituição. Muitas vezes a mulher também não convive com os filhos. Praticamente os filhos se criam sozinhos. Nessas condições, acabam adotando como estrutura familiar o PCC.

Qual a influência que o PCC exerce hoje sobre a sociedade?

Se você chegar a um bairro afastado, no morro, numa comunidade “virgem”, distante, onde o Estado não chega, automaticamente seu papel é substituído por uma estrutura paralela. Você tem, por exemplo, comparando com a Oscar Freire, a tranqüilamente em se usar jóias, deixar seu carro com a chave no contato desde que você avise um dos seguranças. Eles exercem o papel de polícia, na qual deveria ser sempre assim, para que as pessoas andem tranqüilas em todos os lugares. Então quer dizer, ali o PCC dificilmente faça uma invasão, arrastão ou coisa do tipo. Para isso precisaria invadir a Oscar Freire, saquear todas as lojas, trocar tiros com os seguranças, o que é meio utópico. Nesse meio eles não exercem tanto poder. Nas regiões onde não existe esse aparato que valida uma sociedade de pleno direito, está entregue a buscar esse apoio na figura do porte ali estabelecido, que até então o PCC.

O que foram os ataques do PCC do dia 15 de maio de 2006?

Ninguém entendeu até hoje, eu também não entendi. O que nós vimos aqui, como profissionais de Direito, foi realmente uma organização de ataque em massa. As informações que nós obtemos tanto da polícia civil, da polícia militar, quanto da polícia federal, eram de

que realmente por meio dos celulares, eles haviam se organizado pra fazer um ataque com o intuito em demonstrar seu poder. Isso, em possível retaliação a uma transferência de presos. O motivo aparentemente banal serviu como *status* para se demonstrar essa força, que em São Paulo até então, nunca se tinha visto. No Rio de Janeiro, a cidade na verdade se assemelha com a geografia do Chile. Ela está no limite, de um lado você tem o morro do outro o mar, e no meio o cidadão comum. Nesse dia dos ataques do PCC, houve dois aspectos que considero componentes principais: o primeiro foi o medo da população, pois não se sabia o que estava acontecendo e o segundo a imprensa, que teve um papel perverso. Papel importante e perverso, porque começou a fomentar aquela cultura do pânico, aquela cultura do medo, “não saiam de casa”. Isso fez com que as empresas fechassem as portas antes que os expedientes fossem encerrados, por volta das 2 horas da tarde. O trânsito ficou um caos. As pessoas ficavam em dúvida se saiam e encaravam o trânsito com o risco de sofrerem um ataque no trânsito. Naquela época, houve essa coisa das pessoas terem certo receio do PCC, esse receio foi exacerbado pelos meios de comunicação.

Como os ataques afetaram seu dia-a-dia?

Afetou na medida em que você teme pela segurança da sua família. Não pela função que eu exerço, mas sim como cidadã. Aqui no prédio da Procuradoria da República, foram adotadas medidas de segurança. Nós passamos durante várias semanas com as portas fechadas. As portas só se abriam quando o carro entrava. Na portaria principal foi reforçada a segurança. Uma série de medidas administrativas foram tomadas para o prédio. Nos dois primeiros dias eu me lembro que eu fiquei muito assustada, de ver a massificação de más notícias, absolutamente infundadas - “ah, porque disseram que vão atacar o metrô”, então as pessoas não pegavam o metrô. “Não, disseram que vão jogar uma bomba na Praça da Sé”, então as pessoas não passavam na Praça da Sé. Isso mostra como a mídia fizeram gato e sapato da população. A imprensa teve um papel perverso, pois acabou dando voz a isso. Do ponto de vista da imprensa é compreensível, porque “não, espere lá, se eu tenho essa informação, eu não vou passar essa informação que seria de utilidade pública?”. Mas até que ponto se confunde a informação de utilidade pública com a massificação da informação do medo, sempre aumentando. Isso vem sendo visto claramente, nos últimos crimes, que têm sido divulgados. Você tem o caso “Isabela”, além de outros delitos. É só ligar a televisão que nos deparamos com o caso da menina Eloá, envolvida no seqüestro em Santo André. Só se fala nisso. As pessoas acabam inconscientemente aumentando tudo isso, porque está incutindo esse perigo na mente de todos.

Você se sentiu como telespectadora ou vítima durante os ataques?

Eu me senti como ambos os personagens. Mas talvez mais como vítima dos ataques, na medida em que prejudicaram o meu cotidiano.

Você acredita que a sociedade estava pronta para receber as informações, da maneira como foram passadas?

Nem a sociedade estava pronta para receber as informações e nem os órgãos de comunicação e as fontes para passar essas informações. Então foi tudo feito de uma maneira bem desencontrada, por isso que deu no que deu.

Houve despreparo dos jornalistas?

Eu converso muito com jornalistas por conta do meu trabalho, e é notório a competição existente entre eles. Por exemplo, no caso Isabella ou da Eloá, você tem até um programa feminino, da tarde, falando sobre aquilo. Outro veículo ou emissora, não pode ter as mesmas informações divulgadas em sua matéria. Isso faz com que mandem um repórter para cobrir aquele fato. Isso se transforma em uma corrida pelo “furo” de reportagem. As pessoas, no fim, acabam se interessando pela desgraça noticiada. Quando faleceu, por exemplo, o cantor Leandro, me lembro que o enterro foi transmitido ao vivo, em rede nacional. Isso quer dizer que essa informação é importante no ponto de vista do cidadão, mas ela não podia tomar “furo”, porque se não iria para o SBT, Record, Redetv, Band, entre outras. A mídia faz com que uma notícia desperte interesse na população, e os outros meios são obrigados a seguir. Segundo o Luís Naciff, isso chama-se “efeito manada”. Todos da mídia são obrigados a entrar no efeito manada, porque senão você vai tomar furo. A comunicação hoje, muitas vezes, não deixa para o cidadão uma alternativa. Por exemplo, eu não quero saber do caso Isabella, mas sou obrigada a assistir porque todos os canais passam a mesma coisa. As pessoas que não tem TV a cabo, ficam reféns da televisão, dos canais abertos da televisão. Você está assistindo a um determinado programa, independe do horário, pode ser as 4 horas ou 5 horas da tarde, uma série super light, desenho animado, teu filhinho de 5 anos está lá e, de repente, entra o plantão falando “Menina é jogada da janela do apartamento onde morava, pelo pai.” No caso da Isabella, isso gerou um efeito negativo nas crianças. Muitas crianças perguntaram para os pais: “Pai, qualquer dia você me jogaria da janela?”. As crianças vêem aquilo acontecer e pensam: “Se o pai jogou ela da janela, será que meu pai pode me jogar da janela também?”

Esse tipo de reação se dá nas crianças e a mídia não pensa nisso. O importante é a informação, não se preocupam com a qualidade, muito menos com o efeito que isso pode gerar.

O PCC tem dimensão dessa cobertura e disseminação da mídia?

Ah tem! Exatamente por isso que ele faz o que faz. Porque se ninguém desse voz à eles, divulgação, não conseguiriam ter interesse. Como você vai ter poder se as pessoas não sabem que você tem o poder, quem você é?

Como você enxerga as peculiaridades do PCC em comparativo com outras organizações criminosas?

Na verdade, o PCC é nossa organização celebridade “tupiniquim”. Em um país onde acontece 12 milhões de telefonemas para uma emissora, pra votar em quem vai para o paredão, em um *Big Brother* qualquer da vida. Em contraponto você não consegue reunir um milhão de assinaturas para fazer um projeto de lei popular. Isso é perfeitamente incompreensível. No caso de qualquer uma das várias máfias italianas, várias correntes: “Cosa Nostra”, você tem a máfia russa, japonesa, chinesa, africanas, mexicana que é muito forte, além da boliviana; eles se preocupam mais com a eficiência do serviço do que a publicidade. Como cidadã, eu não sei quem é fulaninha de tal. Mas o cara no fim do mundo já fala “Oh fulano de tal, esse é quem”, ou seja, sabe quem é. Eles exercem esse poder, são divulgados e conhecidos na rede do submundo onde exercem poder. Aqui já é o contrario, é a “glamourização”. A pessoa que tem meio cérebro, mas com um peito de silicone e uma bela bunda, faz mais sucesso do que uma pessoa que tem doutorado, possui vida acadêmica. Essa “glamourização” do nada: ”Puxa, quando eu crescer eu quero ser que nem a fulana do BBB”, é uma inversão de valores.

Qual sua opinião a respeito da mitificação do Marcola?

É, isso se observou em alguns ponto da historia. Em um exemplo assim, meio que tupiniquim, mas muito próximo, é o do Pablo Escobar. Ele foi assassinado na década de 70, mas era considerado uma celebridade. Isso acontece porque as organizações precisam ter um rosto, ter um chefe, ter um líder. Eles acabam elegendo, como no caso do Marcola, Fernandinho Beira-Mar, entre outros, que acabam se tornando referência. Entre aquele grupo que exerce o poder, ele é o “capo“. Ele tem o poder de todos, e gosta de mostrar esse poder. Normalmente, eles até são realmente pessoas de inteligência superior a média. No caso do Marcola, quando acabou estourando esse fenômeno do PCC, o nome dele surgiu como o líder daquele movimento. Foi aí que os meios de comunicação colocaram, e deram um empurrãozinho, para

ele ser endeusado, mais do que o necessário. Acredito que essa mitificação não dependa só dele.

Como funciona o sistema de comunicação do PCC?

Eles têm uma rede de comunicação eficiente, codificada e que se utiliza de elementos internos e externos. É criado um código, por exemplo, a expressão: “eu vou dar um salve”. O “salve” é um código, e não uma expressão comum. Com isso eles vão criando uma linguagem própria, codificada, e essa comunicação, pelo menos até onde eu sei, é feita boca a boca entre eles e ela é levada fora dos presídios tanto pelas visitas, quanto pelos advogados. Os advogados acabam se envolvendo com o crime. Muitos deles são colocados ou formados pelo crime. A gente observa esse fenômeno também. Eles pegam garotos que parecem ter uma inteligência, um pouquinho superior aos outros, e falam: “Olha, você Zezinho, você não vai ser “aviãozinho” não, eu vou te botar pra estudar, você vai ser doutor”. Proporcionam estudo ao garoto, livros, formam o garoto advogado para trabalhar pro tráfico. Ele se torna advogado do tráfico. Isso é um fenômeno que acontece mesmo. Eles vão colocando não só advogados, mas policiais, juízes, membros do ministério publico, por que não? A gente não está imune a esse tipo de envolvimento com o crime, isso quer dizer, qualquer pessoa. Um simples garoto que vai lá entregar as quentinhas na hora do almoço, pode ser um disseminador das informações aqui fora.

A que se deve a esse sucesso da comunicação?

Eu acredito que é porque eles exerçam essa comunicação de uma forma impositiva. Você é obrigado a ouvir essas informações. Talvez pela própria estrutura emocional, ou da educação mesmo deles, em todos os sentidos. Não é dado a ninguém o direito de duvidar daquela informação, discutir aquela informação. A partir do momento em que um chefe diz que hoje é pra atacar o mercadinho, não tem como você não passar essa informação para outra pessoa, nem como falar “Mas espera lá, porque nos vamos atacar? Por que o mercadinho? Por quê? Não existe um porque, não é dado o direito de perguntar. De fato, é ordem de quem tem o poder para dar essa ordem, e os outros vão simplesmente disseminando, porque é uma das obrigações estipuladas.

Você consegue enxergar alguma forma de combater esse tipo de vínculo comunicativo que existe entre os presos?

O celular é um instrumento muito importante. Mas aí você fala “Vamos bloquear o celular na cadeia”. Só que aí ninguém mais fala no celular, nem os funcionários, diretores, advogados, visitas, enfim, fica todo mundo privado desse meio de comunicação. Aí você fala “Pô mas não adianta bloquear, privar o celular, eles vão achar um jeito e modelo que plugue aquele bloqueador de celular, porque usa uma outra frequência, a de radio frequência, ou a tecnologia do MSN, etc. Eles sempre vão achar um jeito de se comunicar. Vamos cortar a energia elétrica, porque ai não tem onde recarregar o celular. Poxa, mas viver sem energia elétrica não dá. O que quero dizer é mesmo que você fizesse tudo isso, ainda se conta com o alto grau de corrupção dos funcionários dos presídios. Por exemplo, se meu celular não está funcionando, eu joga no lixo e falo “Quero outro”. Na cadeia é diferente, eles ameaçam, subornam. Eles tem justamente nessa rede de informações, não só a corrupção, mas a ameaça. Eles falam: “- Oh, você antenou né”, “Eu sei do teu filho”, “Sua mulher trabalha não sei onde“, “seu filho está em tal escola”. Eles exercem esse tipo de ameaça sobre os funcionários, que ai muitas vezes, acabam cedendo.

Existe uma consciência moral desses funcionários corruptos?

Eu acho que sim, mas isso acaba ficando como um segundo plano. Porque é aquela mesma conduta do sujeito que fuma. Ele sabe que aquilo faz mal, mas não pára. Talvez não tenham idéia da dimensão do quanto o seu comportamento individual é parte do crime. As pessoas não têm essa distinção das coisas, de como o seu comportamento pessoal, que aparentemente é insignificante, tem importância nessa organização, ou mesmo para combater esse mal.

Nós poderíamos entender então, que essa maneira de ingerir a instituição, essa filosofia do medo, que o PCC incorporou como uma própria cultura organizacional, é o motor da própria organização?

É a filosofia do medo com benefícios. Acho que a principal ferramenta deles é realmente a cultura do medo. Eles compensam isso, de alguma forma, com benefícios. A partir do momento que eles obrigam um cidadão a obedecer um toque de recolher, o cidadão se recolhe, contra vontade, mas ele se recolhe. Ele sabe que não pode botar o narizinho pra fora do lugar. Mas também sabe que se amanhã, ele precisar ir a algum lugar, ele vai pedir ajuda, ou se o filho ficar doente no meio da noite, ele vai ligar na casa de um fulano, e o fulano vai arrumar um carro para levar o menino para o hospital. Se a sua mãe está doente, o fulano vai arrumar um remédio para sua mãe. O PCC exerce esse papel.

Diante disso, como o Estado encara o PCC?

O Estado, às vezes, me parece que não tem tanta noção do tamanho do PCC, porque você não sabe exatamente quantas pessoas compõe a facção. Nós tivemos notícia, inclusive um dado até curioso, recentemente, em uma reunião aqui da procuradoria, nós tivemos a notícia que eles têm por volta de 29000 membros. Você só ingressa digamos, naquela organização, apresentado por alguém. Muitas vezes, essa pessoa que traz o novo integrante para a organização, depois de algum tempo, ele acaba cometendo um erro, ou te trai, se vende para outro lado, vai ser X9, informante da polícia, quem apresentou é que paga o preço pelo erro do outro. Os chefes da organização têm registrado os membros. Vai aparecer lá: 10 de novembro de 2008, o fulano apresentou o sicrano. Aí vai chegar em 2010, o sicrano aprontou, e vão dizer: -“Não, o fulano é responsável, porque ele trouxe”. Quer dizer, eles acabam agora controlando os padrinhos. Instituíram oficialmente a quadrilha de padrinhos. Quer dizer, você não só tem que obedecer, como você tem que cuidar para que as pessoas que você introduzir na organização obedeça também. Porque senão, quem vai sofrer as conseqüências é você, também. Você passa a ser co-responsável pelas pessoas que você traz para a organização. Toda essa estrutura que têm esses detalhes. O Estado demorou pra saber, chegando sempre atrasado. Quando chega, não chega com os mesmos meios que eles têm. Por exemplo, o Estado poderia centrar mais esforços, poderia. Daí entra outro elemento: quantas pessoas do Estado não estão comprometidas com aquela organização? Quantas pessoas do Estado já não estão indiretamente ligadas a aquilo? E por outro lado, interessa para o Estado político partidário, ter essas pessoas contra? Isso viraria a máfia napolitana de antigamente, que você manda matar as pessoas, as autoridades locais: políticos, promotores, juízes, prefeitos etc. Então quer dizer, é uma solução completa. Acho que o Estado não tem uma vontade política como deveria, ou às vezes até tem a vontade política, mas não a exerce. Não vejo para que o Estado possa agir eficientemente contra isso tudo. Não é só o policial que vai lá subir o morro para trocar tiros, vai prender. Até prender tem a delegacia, mas na delegacia tem o promotor, o promotor tem o juiz de primeira instância, que pode prender depois chega no supremo federal tribunal e manda soltar. É toda uma cadeia, e as organizações não governamentais que acabam permeando esse processo todo, além das questões sociais, de direitos humanos, que muitas vezes o combate ao crime é feito com uma lesão aos direitos humanos. Eles aparentemente podem até não parecer humanos, mas eles são humanos. Acontece muitas vezes a utilização de métodos violentos, métodos que não são os adequados no combate ao crime, pois naquele momento o policial não tem opção. E os direitos humanos do policial?

Essa questão sempre se coloca quando se tem troca de tiros no morro, em favela. Morre policial de um lado e morre traficante de outro, e não se resolve nada.

Como você vê a morte para uma organização criminosa?

A morte não é problema para uma organização criminosa é apenas um meio. Isso a gente vê claramente, as pessoas são uma espécie de mercadoria. No caso de um chefe numa boca de fumo, que está subordinado a uma gerencia de bairro. Se o chefe de bairro tomba, a organização já sabe no minuto seguinte quem está no lugar dele. Para eles a morte não é problema, primeiro porque a demanda deles é grande, então a oferta de mão de obra também é muito grande. Eles têm bastante gente para repor, até contando com isso mesmo, porque as pessoas que trabalham nas organizações criminosas, só saem da organização no caixão ou para a cadeia. Quando saem daquela função, passam a exercer outra, sair da organização, certamente só no caixão. A vida para eles tem muito pouco valor, porque não tem perspectiva. As pessoas da própria família morrem muito cedo, eles não tem aquela coisa que as pessoas que tiveram acesso à moradia, de ter a avó com 80 anos, de ter o avô com 90 anos, o pai com 70, 60, enfim, quando isso acontece, é um caso raro. Nota-se que muitos deles são pais muito cedo, antes dos 20 anos. Acabam sendo pais muito jovens e morrendo muito cedo também. Para eles a família tem tempo curto de convivência, além de representar uma parte de risco no negócio. A família sabe disso.

O PCC deu algumas demonstrações também de educar pela morte, porque algumas mortes são simbólicas, de inimigos, de traidores. Você tem alguma consideração a fazer à respeito?

Isso vem desde as primeiras guerras. No mundo todo já se fazia isso, aqui mesmo no Brasil, com o próprio bando do Lampião. Aquela foto eu lembro quando era menina, da cabeça do lampião e de todo o seu bando colocado numa espécie de escadinha. Eu fiquei muito impressionada com aquilo, quer dizer, é algo que já se fazia, os bárbaros já faziam isso também. Se você elimina de uma maneira bárbara, selvagem, tem um *plus* para mostrar que é o mais poderoso.

ANEXO A

Definições sobre crime organizado

Tomemos algumas definições para exemplificar as diversas definições sobre crime organizado (MENDRONI, 2007, p. 7-8):

Estado da Califórnia: “Consiste em duas ou mais pessoas que com continuidade de propósitos, engajam-se em uma ou mais das seguintes atividades” – características: 1. Provisão de coisas e serviços ilegais, vícios, usura. 2. Crimes predatórios como furtos e roubos; diversos tipos distintos de atividades criminosas se enquadram na definição de crime organizado, que podem ser distribuídos em 5 categorias:

- 1) Extorsões;
- 2) Operadores de vícios: indivíduos que operam um negócio contínuo de coisas ou serviços ilegais, como narcóticos, prostituição, usura e jogos de azar;
- 3) Furtos/roubos/receptações/estelionatos;
- 4) Gangues: grupos de indivíduos com interesse comum ou, segundo plano, de atuarem juntos e se engajarem coletivamente em atividades ilegais para fazer crescer a sua identidade grupal e influência, como gangues de jovens, clubes de motoqueiros foras-da-lei e gangues de presidiários;
- 5) Terroristas: grupos de indivíduos que combinam para cometer espetaculares atos criminais, como assassinios e seqüestros de pessoas públicas, para minar confidências públicas em governos estáveis por razões políticas ou para se vingar de alguma ofensa.

Criminologistas: “Crime organizado é qualquer ato cometido por pessoas ocupadas em estabelecer em divisão de trabalho: uma posição designada por delegação para praticar crimes que, como divisão de tarefas também inclui, em última análise, uma posição para corruptor, uma para corrompido e uma para um mandante”.

FBI – *Federal Bureau of Investigation*: “Qualquer grupo tendo algum tipo de estrutura formalizada, cujo objetivo primário é a obtenção de dinheiro através de atividades ilegais. Tais

grupos mantêm suas posições através do uso de violência, corrupção, fraude ou extorsões e, geralmente, têm significativo impacto sobre os locais e regiões do País onde atuam”.

INTERPOL: “Qualquer grupo que tenha uma estrutura corporativa, cujo principal objetivo seja o ganho de dinheiro através de atividades ilegais, sempre substituído pela imposição do temor e a prática da corrupção”.

FNSIC – Fundo Nacional Suíço de Investigação Científica: “Há crime organizado (transcontinental), quando uma organização, cujo funcionamento se assemelha ao de uma empresa internacional, pratica uma divisão de tarefas muito rigorosa, dispõe de estruturas hermeticamente separadas, concebidas de forma metódica e durável, e quando procura obter o máximo de lucros possível, cometendo infrações e participando na economia legal. Para tal, a organização recorre à violência, à intimidação, e procura influenciar a economia e a política. Apresenta, geralmente, uma estrutura fortemente hierarquizada e dispõe de mecanismos eficazes para impor as suas regras internas. Os seus protagonistas são, além do mais, altamente intercambiáveis”.

ONU – Organização das Nações Unidas: “Organização de grupos visando à prática de atividades econômicas; laços hierárquicos ou relações pessoais que permitem que certos indivíduos dirijam o grupo, o recurso à violência, à intimidação e à corrupção, e a lavagem de lucros ilícitos”.

UE – União Européia: “Associação estruturada de mais de duas pessoas estabelecida, durante um período de tempo, e que atue de maneira concertada com o fim de cometer delitos punidos com pena privativa de liberdade ou medida de segurança de privação de liberdade de ao menos 4 anos, consistindo esses delitos um fim em si mesmos ou um meio de obter benefícios patrimoniais e influir de maneira indevida no funcionamento da autoridade pública”.

Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado: “Grupo criminoso organizado – grupo estruturado de três ou mais pessoas, existente há algum tempo e atuando, concertadamente, com o propósito de cometer uma ou mais infrações graves ou enunciadas na presente Convenção, com a intenção de obter, direta ou indiretamente, um benefício econômico ou outro benefício material”.